



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Aline Machado dos Santos

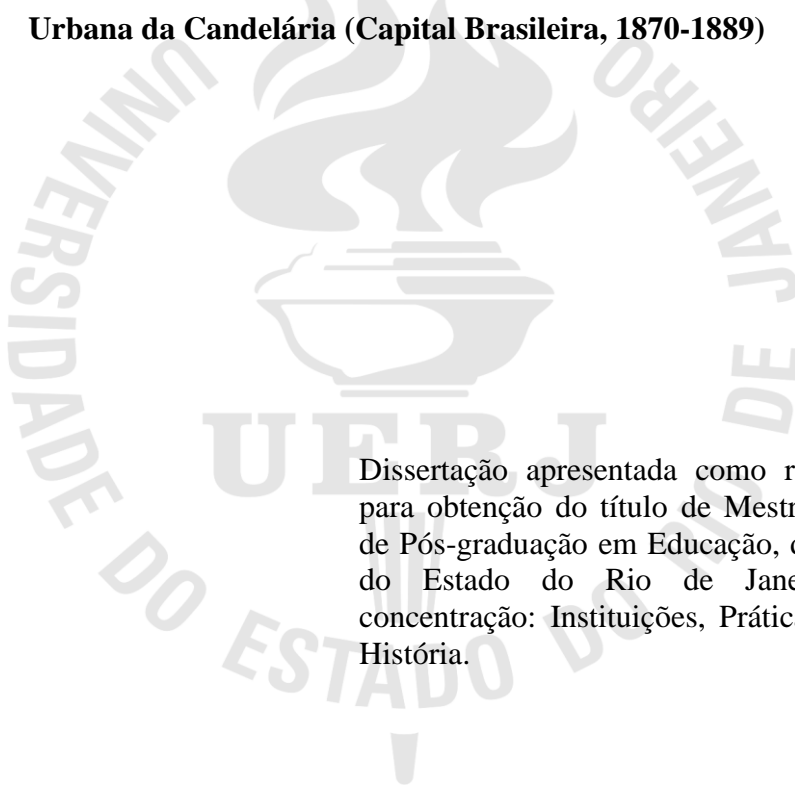
**Entre o soar do sino e as transações comerciais: as escolas primárias da
Freguesia Urbana da Candelária (Capital Brasileira, 1870-1889)**

Rio de Janeiro

2020

Aline Machado dos Santos

Entre o soar do sino e as transações comerciais: as escolas primárias da Freguesia Urbana da Candelária (Capital Brasileira, 1870-1889)



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Aline de Moraes Limeira

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Santos, Aline Machado dos.
Entre o soar do sino e as transações comerciais: as escolas primárias da
Freguesia Urbana da Candelária (Capital Brasileira, 1870-1889) / Aline Machado
dos Santos. – 2020.
284 f.

Orientadora: Aline de Moraes Limeira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – História – Brasil – Teses. 2. Brasil - História – Império, 1822-
1889 – Teses. 3. Escolas – Teses. I. Limeira, Aline de Moraes. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Aline Machado dos Santos

Entre o soar do sino e as transações comerciais: as escolas primárias da Freguesia Urbana da Candelária (Capital Brasileira, 1870-1889)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 15 de dezembro de 2020.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Aline de Moraes Limeira (Orientadora)

Faculdade de Educação-UERJ

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra

Faculdade de Educação-UERJ

Prof.^a Dra. Maria Zélia Maia de Souza

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dra. Angélica Borges

Faculdade de Educação da Baixada Fluminense-UERJ

Prof.^a Dra. Paula Leonardi

Faculdade de Educação- UERJ

Rio de Janeiro
2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha amada mãe Vanda, por todo o amor. E ao meu pai Elizeu.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar e acima de tudo agradeço a Deus. Sem ele nada seria possível. Foi Deus que me permitiu chegar até aqui. Capacitou-me e ergueu-me nos momentos mais difíceis desta caminhada. E nas horas que pensei em desistir sua voz dizia-me: “Filha! Eu estou contigo”. A Deus toda honra, glória e louvor! Agora e por toda a eternidade! Depois de Deus, agradeço aquela que mostra o caminho até ele. Querida mãe do Céu, Nossa Senhora, Mãe de Deus e nossa. Com especial devoção ao título de Nossa Senhora da Candelária. Acreditando que nada é por acaso e sim providência divina, não poderia numa trajetória tão importante da minha vida não ter a presença maternal e acolhedora de Maria Santíssima. Por muitos dias de pesquisa me amparava, e se fazia doce companhia, sobretudo, nas missas diárias na Igreja da Candelária durante o tempo de pesquisa ali empreendido. Como sou grata a Deus! Tive sua presença Eucarística e a companhia de sua Santa Mãe. A Senhora da Candelária foi o luzeiro da fé durante toda essa caminhada. Nossa Senhora da Candelária, rogai por nós!

Depois de Deus e de Maria Santíssima, agradeço aquela que é o meu tudo. A que Deus escolheu aqui na terra para gera-me. Minha querida mãe Vanda Machado dos Santos. Agradeço a ela pelo amor, dedicação, carinho, atenção, orações... Por ser meu porto seguro. Sem ela não conseguiria. Se hoje sou mestre em educação, ela é a mestre em não me deixar desistir. Obrigada mãe! Amo-te! Agradeço de forma similar ao meu pai Elizeu Dias dos Santos. Por prover os meios para essa conquista, em seu modo particular, demonstrar seu afeto e abdicar de si para que eu chegasse até aqui. Pai, obrigada por diminuir o volume da televisão para que eu pudesse estudar.

No seio familiar agradeço ainda a minha querida irmã Elaine Machado dos Santos, pelo amor, carinho e torcida. Mesmo com as dificuldades que a vida lhe impõe nunca se esqueceu de mim e se fez presente das formas possíveis. Ao meu presentinho, pacotinho de amor, meu sobrinho Isaac Santos Cunha agradeço por através de seu meio singular e olhar inocente lembrar-me os motivos de prosseguir. Agradeço ao meu cunhado Jailton Nerys da Cunha pela torcida e apoio. E não poderia deixar de incluir a minha amada cachorrinha, minha filhinha Sara, pois dos animais temos o mais sincero amor. Agradeço ainda aos demais “*Machados*” pela torcida, apoio e carinho.

Mostro gratidão também aos amigos na fé, que com suas orações ampararam-me e com apoio ajudaram-me a completar o caminho. A Igreja de Cristo é uma só família e sou

grata a ela pertencer. De forma especial agradeço a comunidade da Paróquia São João Batista e Nossa Senhora das Graças e as queridas amigas Anne Caroline e Amanda Valle.

Agradeço ao meu querido grupo de pesquisa NEPHE-UERJ sem o qual a minha vida acadêmica não seria a mesma. Ao querido professor José Gonçalves Gondra que naquele ano de 2012 ofereceu-me a oportunidade de participar do grupo de pesquisa e em todos esses anos de convivência foi pessoa muito importante na minha formação, além de mestre, apoiador e incentivador. No âmbito do grupo de pesquisa, mas com merecido destaque agradeço a minha orientadora Aline de Moraes Limeira. Por todos esses anos de amizade, parceria e carinho. Além de orientadora, foi (é) grande amiga e incentivadora. Obrigada por sempre dizer: “Nega! Não podemos desistir”!

Ainda nessa minha família *uerjiana* agradeço a querida Fátima Nascimento, amiga dedicada com quem sempre pude contar na universidade e na vida. Agradeço ainda a querida Guaraci Fernandes por todo o pertencimento e carinho. Aos marcantes Inára e Paulo meu fraterno e grato abraço. E não poderia esquecer a amizade de Elisabeth Silva, Ana Carolina Rozendo, Edgleide Oliveira e aos demais amigos do NEPHE-UERJ.

Agradeço também a professora Maria Zélia Maia de Souza pela disponibilidade em compor a banca avaliadora e pelas preciosas contribuições. Da mesma forma as professoras suplentes Angélica Borges e Paula Leonardi, meu sincero agradecimento. Aos docentes do PROPED-UERJ que fizeram parte da minha formação acadêmica. E aos amigos que esta trajetória me presenteou de forma particular a querida Nataly Costa. Sem esquecer o corpo administrativo do programa com os quais tive o prazer de trabalhar e aprender durante um ano. E da coordenação sempre compromissada e prestativa nas pessoas de Isabel Ortigão e Ana Chrystina Mignot.

Agradeço as instituições que propiciaram esta pesquisa. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ) pela bolsa de auxílio financeiro. A Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que assegura de forma financeira ao PROPED-UERJ. Como também a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária no pessoal do seu Provedor, senhor Antônio Soares da Silva, por permitir a pesquisa no acervo da instituição.

De forma muito carinhosa deixo meu abraço de gratidão e afeto a Dona Celina Coelho arquivista responsável da Irmandade da Candelária por todo o auxílio durante a pesquisa. Ainda no âmbito da Irmandade da Candelária agradeço ao arquivista Dijavan e a bibliotecária Verônica pelo apoio e disponibilidade. Gratidão também aos funcionários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional.

Na impossibilidade de agradecer a todos que marcaram meu caminho e foram auxílio nesta trajetória demonstro minha singela gratidão à família, a Igreja, aos amigos, as instituições e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Termino com as palavras de Cora Coralina:

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas. Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove. E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. (CORALINA, *Não sei*, s.d)

Se os nossos avós coloniais não suportaram o *neurastenizante* ruído da cidade moderna, desconhecendo a buzina do automóvel, o apito da locomotiva ou da fábrica, o piano mecânico, o alto falante e a vitrola, conheceram, pior que isso, - o sino que, durante três longos e impassíveis séculos, sobre os seus ouvidos, como sobre os seus nervos, malharam incansavelmente, desapiedadamente, falando-lhes num verdadeiro delírio de impertinência e constância, ora de Deus, ora dos próprios homens.

Luís Edmundo

RESUMO

SANTOS, Aline Machado dos. **Entre o soar do sino e as transações comerciais:** as escolas primárias da Freguesia Urbana da Candelária (Capital Brasileira, 1870-1889). 2020. 284 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

As décadas de 1870 e 1880 do Império brasileiro são caracterizadas por grandes intervenções estruturais, com mudanças urbanísticas e também debates de temas importantes como a abolição do sistema escravista e a educação da população. Esta, considerada principal meio para a formação do homem moderno e civilizado. O conjunto de tais ações buscava igualar o Brasil aos países ditos modernos. E, neste caso, grande relevo foi dado ao processo de escolarização que, apesar disso, na capital do Império, ocorreu de forma desigual. Pesquisas têm explorado recortes geográficos cada vez mais precisos, a fim de conhecer a heterogeneidade deste processo de escolarização. Esta dissertação está inscrita neste movimento e aborda uma região da Corte Imperial pouco privilegiada nos estudos históricos: a Freguesia Urbana da Candelária. O objetivo geral deste trabalho é compreender, nesta localidade, o modo como se organizou e as características das escolas públicas e privadas, o que também consiste em avaliar o envolvimento dos diversos sujeitos e forças políticas. Especificamente, intenta localizar, analisar e refletir sobre as ações do governo imperial para estabelecer a instrução pública primária na Freguesia da Candelária, considerando-se, igualmente, as atividades da iniciativa privada em prol do atendimento da demanda educacional. Para realização desta investigação, recorreremos a estudo bibliográfico e pesquisa documental. Elencando como principais fontes: os relatórios do Ministro de Negócios do Império; documentos sob a guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, da Série Educação do Arquivo Nacional e registros no arquivo privado da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Consultamos ainda o periódico *A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino* (1877-1878), o periódico *Almanak Laemmert* (1844-1889), o jornal *O Apóstolo* (1866-1901), o jornal *Diário de Notícias* (1885-1895) e o *Recenseamento do Brasil de 1872*. Amparamo-nos teórica e metodologicamente em autores que abordam a constituição da cidade do Rio de Janeiro (Noronha Santos, 1965,1981); na historiografia da educação, sobretudo, em pesquisas sobre a escolarização do Império (Gondra, Schueler, 2008 e Limeira, 2007) e trabalhos sobre irmandades católicas (Boschi, 1986). Como resultados, encontramos uma Freguesia Urbana com característica e importância comercial, demanda educacional atendida em sua maioria pelas duas escolas primárias mantidas pelo governo e ações privadas como comércio da instrução.

Palavra-chave: História da Educação. História da Educação do Império. Freguesia da Candelária. Processo de escolarização. Escolas primárias.

ABSTRACT

SANTOS, Aline Machado dos. **Between the ringing of the bell and commercial transactions:** the elementary school of the Urban Parish of Candelária (Brazilian Capital, 1870-1889). 2020. 284 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The 1870s and 1880s decades of the Brazilian Empire are characterized by major structural interventions, with urban changes and also debates about important issues such as the abolition of the slave system and the education of the people. This is considered the main way for the formation of modern and civilized man. The set of such actions seek to equalize Brazil to the so-called modern countries. And, in this case, great importance was given to the process of schooling, which, despite of that, in the capital of the Empire, occurred in an unequal way. Researches have explored increasingly precise geographic cutouts in order to understand the heterogeneity of this schooling process. This dissertation is part of this movement and addresses a region of the Imperial Court not very privileged in historical studies: the Urban Parish of Candelaria. The general objective of this work is to understand, in this locality, the way it has been organized and the characteristics of public and private schools, which also consists in evaluating the involvement of the diverse subjects and political forces. Specifically, it attempts to locate, analyze, and reflect about the actions of the imperial government to establish primary public education in the parish of Candelária, also considering the activities of the private initiative to attend the educational demand. To make this investigation possible, we resort to bibliographic study and documentary research. The main sources are the Minister of Business of the Empire reports; documents under the guard of the Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, the Education Series of the Arquivo Nacional and records in the private archive of the Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. We also consulted the periodical *A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino* (1877-1878), the periodical *Almanak Laemmert* (1844-1889), the newspaper *O Apostolo* (1866-1901), the newspaper *Diário de Notícias* (1885-1895) and the Brazilian Census of 1872. We have supported ourselves theoretically and methodologically in authors who approach the constitution of the city of Rio de Janeiro (Noronha Santos, 1965,1981); in the historiography of education, especially in research about the schooling of the Empire (Gondra, Schueler, 2008 and Limeira, 2007) and papers about on Catholic Sisterhood (Boschi, 1986). As a result, we found an Urban Parish with a characteristic and commercial importance, educational demand met mostly by the two elementary schools maintained by the government and private actions as a trade in education.

Key word: History of Education. History of Empire Education. Parish of Candelária. Schooling process. Elementary school.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	O voto cumprido. Painel de Zeferino da Costa. Encontrado na abóboda da nave central da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (RJ).....	34
Imagem 2 -	Endereço de comércio na Freguesia da Candelária em 1870	51
Imagem 3 -	Endereço de armazém na Freguesia da Candelária em 1870.....	51
Imagem 4 -	Alfândega em 1856 por Bertichen	52
Imagem 5 -	Praça do Comércio em 1856 por Carlos Linde.....	53
Imagem 6 -	Lampião de azeite de peixe utilizado para iluminação da Corte até 1854. A pintura é atribuída a Debret, 1834.....	54
Imagem 7 -	A Sagração. Painel de Zeferino da Costa. Encontrado na abóboda da nave central da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (RJ).	56
Imagem 8 -	Detalhe do painel A Sagração. Sobrado com janela tipo guilhotina	57
Imagem 9 -	Detalhe do painel A Sagração. Sobrado com sacada em madeira e lanterna do lado externo da residência.....	57
Imagem 10 -	Detalhe do painel A Sagração. Residência de 3 pavimentos com telhado ondulado e janelas com balcões corridos.....	58
Imagem 11 -	Escola de meninos da Freguesia da Ilha do Governador em 1873	85
Imagem 12 -	Primeira escola de meninas da Freguesia Urbana de Santo Antônio em 1873.....	85
Imagem 13 -	Reclamação sobre falta de móveis escolares em 1876	86
Imagem 14 -	Denúncia sobre dispensas de exames para o magistério	92
Imagem 15 -	Anuncio do Collegio Fluminense em 1879	98
Imagem 16 -	Cursos noturnos em 1880.....	100
Imagem 17 -	Propaganda do Jardim de Infância no Colégio Menezes Vieira	104
Imagem 18 -	Discurso de defesa sobre bibliotecas e caixas escolares	105
Imagem 19 -	Ofício de Eusébio de Queirós a Couto Ferraz, em 1856, sobre a necessidade de prédios próprios para as escolas públicas	115
Imagem 20 -	Condições físicas das escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária em 1873.	121
Imagem 21 -	Condição dos móveis nas escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária	131
Imagem 22 -	Ofício da professora da escola pública primária da Freguesia da Candelária sobre despesas escolares em 1872	133

Imagem 23 - Anúncio da biblioteca escolar promovida pela professora pública primária da Freguesia da Candelária em 1877.....	134
Imagem 24 - Alunos das escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária em 1871.....	147
Imagem 25 - Escola com professor escravo.....	160
Imagem 26 - Aulas de escrituração mercantil na Freguesia da Candelária em 1873.....	166
Imagem 27 - Denúncia de aulas por professor não habilitado na Freguesia da Candelária em 1872.....	168
Imagem 28 - Ofício sobre a condição dos alunos na Freguesia da Candelária em 1879	170
Imagem 29 - Informe da inexistência de escolas e colégios particulares na Freguesia da Candelária em 1880.....	173
Imagem 30 - Distribuição dos estabelecimentos de instrução secundária públicos e privados da Corte e o quantitativo de alunos frequentes em 1877.....	174
Imagem 31 - Página inicial do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária 1756-1757.....	183
Imagem 32 - Segunda página do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária 1756-1757.....	184
Imagem 33 - Aprovação real de instituição da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.....	186
Imagem 34 - Rasuras no Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.....	187
Imagem 35 - Texto de admissão à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.....	193
Imagem 36 - A inauguração. Pannel de Zeferino da Costa. Encontrado na abóboda da nave central da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (RJ).....	202
Imagem 37 - Igreja Nossa Senhora da Candelária, 1856, por Bertichen.....	203
Imagem 38 - Antigo altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, sem datação específica.....	204
Imagem 39 - Atual altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, sem datação específica.....	205
Imagem 40 - Igreja Nossa Senhora da Candelária, Rio de Janeiro, 2014.....	206
Imagem 41 - Pedido de contribuição para o Recolhimento Santa Rita de Cássia.....	221
Imagem 42 - Recolhimento Santa Rita de Cássia é administrado pela Irmandade da Candelária.....	223

Imagem 43 - Campanha para o Recolhimento Nossa Senhora da Piedade.....	224
Imagem 44 - Loteria em benefício do Recolhimento Nossa Senhora da Piedade	225
Imagem 45 - Subscrições para o Asylo da Infância Desvalida da Candelária em 1882 .	226
Imagem 46 - Doações feitas ao Asylo da Irmandade da Candelária.....	227
Imagem 47 - Oferta de bilhetes de loteria para o Asylo da Irmandade da Candelária....	228
Imagem 48 - Quermesse em favor do Asylo da Infância Desvalida da Candelária.	229
Imagem 49 - Concerto em favor do Asylo da Infância Desvalida da Candelária.	230
Imagem 50 - Iluminação da Igreja da Candelária	231
Imagem 51 - Agradecimento ás contribuições para Asylo da Infância Desvalida da Candelária	232
Imagem 52 - Localização do Asylo da Irmandade da Candelária.....	233
Imagem 53 - Pedido de materiais para o Asylo da Irmandade da Candelária.....	235
Imagem 54 - Oferta de materiais para as oficinas do Asylo da Irmandade da Candelária	236
Imagem 55 - Capa do Regulamento do Asylo da Infância Desvalida da Candelária- 1885.....	239
Imagem 56 - Segundo adiamento da abertura do Asylo da Irmandade.....	246
Imagem 57 - Venda do prédio do Asylo da Infância Desvalida da Candelária	248
Imagem 58 - Asilo do Benfeitor Gonçalves de Araújo retratado em um antigo postal. Sem data.....	253
Imagem 59 - Educandário Gonçalves de Araújo unidade 1. Sem data	254
Imagem 60 - Educandário Gonçalves de Araújo unidade 2. Ano 2019	254

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Igreja da Candelária no ano de 1624.....	39
Mapa 2 - Município do Rio e Janeiro: As freguesias do Rio de Janeiro no século XIX....	44
Mapa 3 - Parte 3 do Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro Parte Comercial de 1874.....	63
Mapa 4 - Parte 4 do Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro Parte Comercial de 1874.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Divisão distrital da Freguesia da Candelária 1833-1853	48
Quadro 2 -	Atividades comerciais desenvolvidas na Freguesia da Candelária no século XIX.	50
Quadro 3 -	Prédios pertencentes a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária do ano de 1834 a 1874.....	65
Quadro 4 -	População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes dividido por gênero e estado civil.....	68
Quadro 5 -	População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes segundo as raças.....	68
Quadro 6 -	População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes segundo o credo	68
Quadro 7 -	População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes analfabetos e que sabem ler e escrever	68
Quadro 8 -	População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes por nacionalidade.	68
Quadro 9 -	Distritos Escolares Corte Imperial/Distrito Federal 1854-1892	110
Quadro 10 -	Distribuição das escolas públicas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1879.....	113
Quadro 11 -	Escolas públicas primárias segundo a Comissão Visitadora de 1873.....	123
Quadro 12 -	Valores dos aluguéis e proprietários das casas escolas da Freguesia da Candelária 1857, 1862, 1865 e 1879	125
Quadro 13 -	Endereço das escolas da Freguesia da Candelária 1870-1889.....	128
Quadro 14 -	Professores públicos primários da Freguesia da Candelária 1870-1889 ...	136
Quadro 15 -	População menor de 14 anos e matrículas nas escolas primárias em 1871 nas freguesias urbanas da Corte	143
Quadro 16 -	Matrículas nas escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária 1870-1889	144
Quadro 17 -	Comparativo de estabelecimentos de ensino primário públicos e privados na Corte 1870-1889.....	158
Quadro 18 -	Distribuição de instituições de ensino privadas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1889.....	161
Quadro 19 -	Instituições privadas de ensino na Freguesia da Candelária em 1871	164

Quadro 20 - Subvenção na Freguesia da Candelária em 1878.....	169
Quadro 21 - Matrículas das instituições primárias privadas na Freguesia da Candelária 1870-1889.....	171
Quadro 22 - Valor de contribuição para os cargos oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária de acordo com o estipulado nos compromissos.	189

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População das freguesias urbanas da Corte segundo o censo de 1872.....	69
Gráfico 2 - Comparativo entre a população total e o quantitativo escolarizável por freguesias urbanas da Corte	70
Gráfico 3 - Comparativo entre a população escolarizável e população escolarizada da Freguesia da Candelária.....	71
Gráfico 4 - Comparativo entre a população analfabeta e a que sabia ler e escrever na Freguesia da Candelária.....	72
Gráfico 5 - Comparativo de matrículas nas instituições de ensino primárias públicas e privadas na Freguesia da Candelária	172

LISTA DE SIGLAS

- AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- ISSSC - Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 A CAPITAL DO IMPÉRIO E A FREGUESIA DA CANDELÁRIA	31
1.1 A constituição de uma freguesia urbana: religiosidade, geografia, comércio e população	38
2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA E PARTICULAR: O ENSINO PRIMÁRIO NA FREGUESIA DA CANDELÁRIA	74
2.1 A escolarização na Corte Imperial	78
2.2 Ações do governo imperial na escolarização da Freguesia da Candelária	107
2.3 A iniciativa privada na escolarização da Freguesia da Candelária	151
3 RELIGIOSIDADES E ESCOLARIZAÇÃO: A IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA	176
3.1 Irmandades religiosas: associativismo, devoção e caridade	177
3.2 Devoção e poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária	181
3.3 O Asylo da Infância Desvalida da Candelária e o Recolhimento Nossa Senhora da Piedade	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
APÊNDICE A – Fontes	279
APÊNDICE B - Denominação das Ruas, Travessas, Becos e Praças da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária posterior ao ano de 1870 e anterior ao fim do Império	283

INTRODUÇÃO

A escola, era na rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano de 1840 [...]. De repente disse comigo que o melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão. Na semana anterior tinha feito dous suetos, e, descoberto o caso, recebi o pagamento das mãos de meu pai, que me deu uma sova de vara de marmeleiro. As sovas de meu pai doiam por muito tempo. Era um velho empregado do Arsenal de Guerra, ríspido e intolerante. Sonhava para mim uma grande posição comercial, e tinha ânsia de me ver com os elementos mercantis, ler, escrever e contar, para me meter de caixeiro. Citava-me nomes de capitalistas que tinham começado ao balcão. Ora, foi a lembrança do último castigo que me levou naquela manhã para o colegio. Não era um menino de virtudes. [...] Com franqueza, estava arrependido de ter vindo.[...] Para cúmulo de desespero, vi através das vidraças da escola, no claro azul do céu, por cima do morro do Livramento, um papagaio de papel, alto e largo, preso de uma corda imensa, que bojava no ar, uma cousa soberba. E eu na escola, sentado, pernas unidas, com o livro de leitura e a gramática nos joelhos.

Machado de Assis, 1995, p.133-134.

A escola do passado, objetivos para frequentá-la, os alunos e professores, os conteúdos ensinados, livros usados, mobília, organização do tempo e espaço, modos de ensinar, cotidiano da experiência escolar, etc. Tantas são as questões que permeiam as mentes não somente daqueles que ocupam o campo acadêmico como pesquisadores da História da Educação, mas também daquelas pessoas mais curiosas pelas vivências do antigo. Como nossos antepassados viviam situações aparentemente comuns, como ir à escola? Interesse que faz pensar ao ponto de estranhar o que agora se apresenta como rotineiro, por exemplo, frequentar a escola desde a infância e por longos anos da vida. Levando a indagar que em algum momento a escola precisou ser “inventada”, “incentivada” em meio a outras formas de aprender. Especulações e devaneios que se adensam ao lermos escritos como o *Conto de Escola* de Machado de Assis, descrito acima.

Segundo as normas de escrita, na introdução de um trabalho elencamos os pontos importantes do mesmo. Talvez o mais considerável antes de iniciar a leitura desta dissertação

seja pontuar que é a escrita de uma pessoa que ainda dá seus primeiros passos no campo acadêmico da História da Educação, tentando achar o seu lugar, traçar a sua trajetória e contribuir com os pares. Contudo este também é o trabalho de uma dessas mentes curiosas de como os acontecimentos, talvez (hoje) rotineiros/comuns ocorriam no passado. Uma mente curiosa e estimulada, por um tempo que tínhamos família real, que ter escravos era mais comum que ter cachorros, e que monarquia e independência andavam lado a lado. Reflexões também motivadas pelos escritos de um (outro) *Machado* que viveu aquele tempo¹!

O tema desta dissertação de maneira general é a educação no Império brasileiro. De forma específica, investigamos o processo de escolarização na Capital do Brasil, a Corte Imperial. Pontualmente, questionamos seu desenrolar na educação primária numa de suas divisões administrativas, a Freguesia Urbana da Candelária.

Para tanto, é preciso esclarecer que utilizamos os termos educação e instrução como sinônimos. A diferença muitas vezes adotada pela inspiração das reformas francesas definia educação como os valores religiosos e morais que deviam ser transmitidos pela família, enquanto a instrução deveria ser oferecida pelo Estado sendo o conjunto de saberes necessários para a expansão do capitalismo. Durante o Império brasileiro essa distinção não parece ter se aplicado, quando a escola elementar/primária deveria educar e também instruir, com a finalidade do preparo de futuros cidadãos e, conseqüentemente, alcançar a civilização e o progresso. Não havia, portanto, um consenso preciso sobre o que seriam as funções de educar e instruir e quem deveria exercê-las. (MARTINEZ, 1997; SCHUELER, 1999). Para exemplificar tal fato, basta lembrarmos das lições morais e religiosas que constavam no conjunto dos saberes ensinados na escola, além de ser norma instituída pela própria Reforma Couto Ferraz em 1854. Logo, podemos ponderar que educar e instruir são conceitos no contexto imperial que ora se distanciavam, ora se aproximavam e para tanto a escola primária oitocentista poderia educar e instruir². Mesmo reconhecendo que existam discussões sobre as

¹ *Conto de Escola* de Machado de Assis é uma narrativa datada de 1840, ano do fim do período regencial no Brasil. Foi Publicado pela primeira vez no periódico Gazeta de Notícias em 1884.

² É preciso ressaltar que o debate sobre a função da escola e a oposição/disputa entre educar e instruir ainda é presente nos dias atuais. Em 2004 o procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, criou o movimento Escola sem Partido, o qual a principal crítica era a doutrinação ideológica e de crenças partidárias pela escola, enquanto a função da instituição de ensino deveria ser somente de transmitir conhecimentos com neutralidade. Inspirado em outros movimentos como o norte americano *Indoctrination*, que questionava a postura de professores nas salas de aula, o Escola sem Partido tinha como objetivo fixar nos estabelecimentos de ensino um cartaz com os deveres do professor de forma a assegurar aos alunos o direito de sua liberdade de consciência e crença. No ano de 2015 o Projeto Lei nº 867 que criava o Programa Escola sem Partido começou a ser debatido nas Câmaras Municipais, Assembleias legislativas do Brasil, assim como no Congresso Nacional. O movimento tinha como apoiadores conservadores de direita e, sobretudo, a bancada política evangélica. Estes afirmavam ser de direito da família ensinar os valores a seus filhos não podendo serem discutidos na escola temas como gênero e religião. Entre os críticos estavam, sobretudo, os membros

definições e utilizações dos termos, por exemplo, como assinalado por Martinez (1997), encontrado nas definições do dicionário de Antonio Morais Silva (1789)³ e por estudos etimológicos⁴, aqui optamos por utilizá-los como de mesmo sentido.

A educação no período imperial brasileiro é considerada um fator muito importante, responsável por formar o homem moderno, civilizado e urbanizado. Era um dos principais meios do país alcançar o status de modernidade e progresso se equiparando as nações ditas civilizadas. Ou, ainda, a educação era a colaboradora ímpar na construção/invenção do próprio Brasil Império (GONDRA, SCHUELER, 2008; BORGES, LEMOS, 2009). Desta maneira, estava vinculada aos próprios projetos de nação, relacionada às soluções para os problemas que se apresentavam e a sua forma elementar/primária, deveria ser, com maior amplitude, dispersada entre o povo. A educação sofreu intervenção do governo através de decretos específicos que buscavam gerir, modular e controlar, sobretudo nos anos de 1827 (Lei Geral de Ensino), 1854 (Reforma Couto Ferraz) e 1879 (Reforma Leôncio de Carvalho).

ligados ao setor educacional como professores, especialistas e alunos, além de juristas e outros membros da sociedade. Asseguravam que o movimento era responsável pela instalação de um discurso de ódio, denunciando aos profissionais da educação e contrariava a própria LDB/9394, além de pregar um disfarçado apartidarismo, já que a própria educação é um ato político (FRIGOTTO, 2017). Entre propagandas, tramitações do projeto marcadas por protestos e discussões e a derrubada em diversas assembleias legislativas, Miguel Nagib anunciou o fim do Escola sem Partido em agosto de 2019, sendo um dos motivos a falta de apoio do presidente da República Jair Bolsonaro. A página da internet ligada ao movimento também não se encontra no ar.

³ Segundo a definição encontrada na Biblioteca Brasileira o dicionário de Antonio Morais Silva foi a primeira sistematização moderna da língua portuguesa. Nele encontramos as seguintes definições: “Educação- s.f. (do Lat. *educatio*; e deriv.) Criação, que se faz em alguém, ou se lhe dá; doutrina, ensino de cousas, que aperfeiçoam o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do que respeita aos decoros, e maneiras, quando é boa a educação.” “Instrução, s.f. (do Lat. *instructio*, *onis*) Ação de instruir, ensino, educação, documento. [...] § Apontamento, regimento, que se dá a alguém para se reger por ele [...] (RODRIGUES, 2010, p.241)

⁴ Barbosa-Lima et al (2006) em estudo etimológico demonstra as diferenças entre as palavras educar e instruir. “Educar: em Português e em castelhano, é registrada no século XVII. Aparece em francês no século XIV (*éduquer*), porém, de uso raro antes do século XVIII, e mal recebida até o século XIX. Ainda em 1900, o *Dictionnaire Général* a qualifica como palavra popular. Do Latim *educare*, que é uma forma derivada de *educere* que contém a idéia de conduzir. Da mesma raiz, nascem: produzir, seduzir, deduzir, induzir, traduzir e outras. A palavra educar representa uma práxis em que se focalizam, enfaticamente, a finalidade e os objetivos do processo pedagógico. Seu uso foi difundido por meio da publicação de Emílio, de Jean-Jacques Rousseau (1762), um marco da filosofia iluminista, por um dos mais eminentes enciclopedistas. Portanto, fica claro que as idéias de Progresso, implícitas no Iluminismo, difundidas pela *Encyclopédie* e, em última instância, associadas à Revolução Francesa, se traduzem e se condensam no verbo Educar. Instruir: Do latim imperial, século I, *instruere*. Surge em português no século XVI. Em francês, *instruire* entrou no vocabulário durante o século XII, na forma *enstruire*, cujo final sofreu a influência de *construire*. A palavra latina arcaica tinha, no vocabulário militar, o significado de equipar e, no Latim Imperial, o de informar, dar ciência, fornecer conhecimentos úteis. Ligada a *instrumentum* (ferramenta útil), chegou ao latim vinda de uma raiz indo-européia- *str* – que significa semear, lançar grãos ao solo, estender. Daí vieram palavras tão diferentes, à primeira vista, quanto: estrada, estrutura e estrela. Além, naturalmente, da palavra construir, que originalmente significava semear coletivamente. A palavra instruir, uma das mais antigas para indicar o processo pedagógico, deste belo significado original de semear, evoluiu para o sentido contemporâneo de treinamento de atividades mecânicas e repetitivas. Mas *instruere* não se esgota tristemente deste modo: ressurgiu em construir, isto é, semear coletivamente. Esta é a palavra que, nos últimos tempos, tem sintetizado e veiculado as posições pedagógicas mais avançadas”. (BARBOSA-LIMA et al, 2006, p.31)

E de iniciativas da Igreja Católica e outras denominações religiosas, como também da sociedade civil através de entidades beneficentes, sociedades, grupos, associações, agremiações, etc.

Neste processo que a educação adquire visibilidade durante o Império, a forma escolar vai se constituindo como a mais apropriada ao ensino. Amparada de grande maneira nas trocas de experiências desenvolvidas em alguns países da Europa e América. A escola como instância educativa vai se configurando em meio à heterogeneidade de ações. Assim, trata-se de compreender a escola como resultante de um processo. Nestes termos, a compreensão de *processo de escolarização* significa que o movimento de afirmação da escola como uma política pública e demanda da sociedade se constituiu no tempo, por meio de iniciativas institucionalizadas, privadas, públicas que coexistiram se assemelharam e se distanciaram. A educação como prática social e histórica adquiriu múltiplos formatos, envolvendo diversos sujeitos, encerrando forças distintas e iniciativas plurais.

É na complexidade do tecido que compõem a sociedade imperial que a educação ingressa de forma definitiva “na agenda das preocupações sociais, sendo objeto de soluções variadas para atender a uma população heterogênea que precisava ser minimamente educada e disciplinada.” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p.11). São nas décadas finais da monarquia imperial, nos anos entre 1870 e 1889, que a educação apresenta ações de maior impulso. Estava vinculada às transformações que gestariam a proclamação da República como os intensos debates políticos de temas sobre a abolição da escravidão, laicização do Estado e a democratização das instituições políticas (ALONSO, 2009).

A educação era vista como uma das soluções diante do crescimento populacional de uma camada livre, mestiça, imigrante e pobre, e dos problemas estruturais da sociedade como: o acirramento das forças abolicionistas e republicanas, término iminente da mão de obra escrava precisando ser substituída pela mão de obra livre, instabilidade política, a necessidade da formação e unificação do povo para conter as revoltas que assolavam o país e tentar manter a monarquia na figura de um imperador renovado, a redefinição do que era entendido por cidadania e liberdade. Além das questões de saneamento, febre amarela, crise habitacional que assolava as últimas décadas da monarquia (SCHUELER, 2002). A educação cumpriria o papel de impulsionar o crescimento econômico e manter a pacificação social, conformando um novo modelo de aluno e trabalhador de acordo com as ideias de modernidade e progresso que se pretendiam alcançar (AURNHEIMER FILHO, 2009).

A educação estava vinculada aos projetos de nação da época, por ser entendida como uma das soluções para alguns problemas da sociedade e necessária para a formação de um

novo cidadão de acordo com os ideais de modernidade. Mas também estava relacionada às próprias transformações estruturais, políticas e culturais. Sendo os investimentos e preocupações no setor educacional uma das formas mais eficazes de impor no cenário exterior um Brasil independente, moderno, instruído e, portanto, ressaltando a melhor imagem de um monarca cidadão e progressista, preocupado com o seu povo. (AURNHEIMER FILHO, 2009).

A Corte passava por inúmeras transformações por meio dos investimentos de capital, nas estradas de ferro e bondes aumentando a extensão e circulação de pessoas, favorecendo o comércio e possibilitando certa reorganização entre as áreas urbanas e rurais. Modificações e investimentos são realizados nas freguesias centrais nos quesitos de iluminação, calçamento, esgoto e arborização (ABREU, 2013). Nas comunicações, há a instalação do telégrafo e a proliferação do papel impresso, jornais, revistas, folhetos. É deste período também o incentivo e a chegada de inúmeros imigrantes, e a consolidação dos divertimentos em teatros e clubes (PAULA, 2012; BOSI, 2012). Os monopólios eclesiásticos são cada vez mais contestados, as procissões pelas ruas começam a sofrer interferências e proibições (OLIVEIRA, 1995). A estatística é aclamada como elemento modernizador da administração, então o registro de nascimentos e óbitos se torna responsabilidade do governo e não mais da Igreja Católica, e em 1872 o primeiro recenseamento do Brasil é realizado (SENRA, 2009).

Por esses motivos a educação nestas décadas finais do império é objeto fecundo de investigações. Neste período temos a transição de dois decretos educacionais que no âmbito da Corte Imperial reformulam a educação primária e secundária: a Reforma Couto Ferraz de 1854 é substituída pela Reforma Leôncio de Carvalho em 1879. Além da construção dos primeiros *prédios próprios nacionais* destinados especificamente ao ensino e à ampliação do número das matrículas escolares. Também neste tempo podemos observar grande número de estabelecimentos de ensino mantidos pela iniciativa privada, a fim de auxiliar na propagação da educação.

Neste sentido, as décadas de 1870 e 1880, que foram de grande movimentação política, econômica, social, cultural e educacional no Império Brasileiro, se constituíram nosso recorte temporal. Portanto, o objeto deste trabalho corresponde à análise da escolarização da Freguesia da Candelária no período histórico de 1870 a 1889.

Dentro das inúmeras possibilidades investigativas que refletir sobre o processo de escolarização permite como as diversas iniciativas de ensino (instituições públicas e privadas, a instrução que se processava no convívio das famílias, nas manifestações religiosas, festas, conversas e iniciativa de associações, igrejas, agremiações, jornais, revistas, etc.), os sujeitos

envolvidos (Estado, Igreja Católica, instituições filantrópicas, intelectuais, professores, alunos, etc.), os saberes ensinados, arquitetura, mobiliário, legislações, entre outros, escolhemos analisar as ações do governo imperial e os empreendimentos do setor privado na escolarização primária dessa localidade.

Como visto, nosso recorte geográfico está na Corte Imperial, especificamente nas demarcações territoriais que constituíam a Freguesia da Candelária. A capital não era um local homogêneo, mas formada por 21 divisões territoriais que englobavam aspectos religiosos, policiais e jurídicos, que ora se misturavam e divergiam denominadas de freguesias. Estas, por sua vez, estavam separadas entre urbanas (13) e rurais (8).

Justificamos este contorno geográfico por diversos trabalhos sobre o período imperial (MARTINEZ, 1997; SCHUELER, 2002; GONDRA, SCHUELER, 2008; LIMEIRA, 2010; PASCHE, 2014; entre outros) demonstrarem ser a Capital do Império um lugar privilegiado onde estava o poder governamental.

Este tema de pesquisa surgiu a partir de algumas percepções sobre a Freguesia da Candelária, que foi a segunda criada na Corte Imperial, ainda no ano de 1634. Estava situada na região comercial da Corte, tinha grande importância nas relações de importação e exportação de diversos gêneros e possuía uma população formada em sua maioria por portugueses e empregados do comércio. A região abrigava importantes edifícios como o Correio Geral, o Paço Imperial, a Caixa de Amortização e ainda a Praça do Comércio (SANTOS, 1965). Antes da Reforma Pereira Passos, que modificou profundamente a região, a Freguesia da Candelária, durante as últimas décadas do oitocentos, era parte importante onde pulsava o poder econômico da capital do país. Entretanto, mesmo apresentando tal relevância quase não encontramos publicações sobre a região. Em relação à historiografia da educação não localizamos nenhum trabalho sobre a Freguesia da Candelária.

Além deste fator de silenciamento outro impulso para a pesquisa foram os vínculos pessoais com a Igreja da Candelária, instituição que teve sua história tecida junto a da região que carregava o seu nome. Portanto, essa escrita além de ser uma tentativa de contribuir para esta parte ainda pouco conhecida da história da educação imperial é também a escrita de uma menina fascinada com os detalhes e a história da Igreja, que descobriu e foi envolvida pela história da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária⁵.

⁵ De modo a proporcionar uma melhor fluidez na leitura do texto ao nos referirmos a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária podemos utilizar a sigla ISSSC ou somente a denominação Irmandade da Candelária, ou ainda, Irmandade do Santíssimo Sacramento como é comumente na atualidade referenciada.

Pretendíamos, inicialmente, pesquisar sobre tudo que envolvia a escolarização da região da Candelária dentre os anos de 1870 e 1889. As escolas públicas, as instituições mantidas pela iniciativa privada, os professores que ali atuavam, as ações da Igreja Católica (visto que esta instituição através da Irmandade foi grande força ideológica na região), os alunos que frequentavam as escolas, as experiências escolares desenvolvidas no interior dos estabelecimentos de ensino, as ações mantidas pela sociedade civil, a relação da educação com o comércio local, as parcerias do governo imperial com a iniciativa privada para difundir a educação, a demanda educacional, as redes de sociabilidade e relações de poder que envolviam o processo educativo. Além de conhecer sobre a região; delimitações geográficas, importância para o contexto da Corte, atividades desenvolvidas, estabelecimentos encontrados, população etc. Devaneios de uma jovem pesquisadora! “A vida é muito breve [...] a história só pode ser feita com uma ajuda mútua” (BLOCH, 2004, p.26). Impossibilidade investigativa anunciada quando iniciamos a pesquisa e nos demos conta da amplitude da proposta. Assim, nos debruçamos sobre as experiências escolares formais, públicas e privadas, do ensino de nível primário.

A busca por trabalhos anteriores revelou a ausência de análises sobre a região. Quando só encontramos um único trabalho como tema específico a Freguesia da Candelária, mas que abordava os casamentos de escravos e as redes de sociabilidades através deles tecidas⁶. Realizamos um levantamento em três periódicos reconhecidos na área educacional⁷: a Revista Brasileira de História da Educação, a Revista História da Educação e a revista Cadernos de História da Educação; bem como no banco de teses e dissertações da CAPES e na base de dados Scielo. Investimento feito com o intuito de quantificar e analisar trabalhos anteriores sobre a Freguesia da Candelária. Na sondagem optei por utilizar a busca das palavras chave *Freguesia e Candelária*.

Na Revista Brasileira de História da Educação obtivemos 3 resultados para a palavra freguesia. Um consolidava o recorte geográfico na província de Minas Gerais e, outro no Portugal oitocentista. Mas o terceiro trabalho verificado no volume 17, número 1 de 2017, intitulado *Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)*,

⁶ LOPES, Janaina Christina Perrayon. Casamentos de escravos nas Freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: uma contribuição aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800 - c.1850). 2006.106 f. Dissertação (Mestrado em história social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

⁷ De acordo com o Qualis Capes área da educação do último quadriênio (2013-2016) a Revista Brasileira de História da Educação está classificada como A1, assim como a Revista História da Educação. Já a revista Cadernos de História da Educação está categorizada como A2.

colaboraria com nossa análise. De autoria de Irma Rizzini e Alessandra Schueler o trabalho investiga “as possibilidades, as tensões e os limites dos processos de escolarização de jovens e adultos, trabalhadores e pobres, na cidade do Rio de Janeiro” (p.90) tendo como fio condutor o Curso Noturno oferecido pela Escola de São Sebastião na Freguesia de Santana. Na busca pela palavra Candelária não houve ocorrências neste periódico.

O levantamento na Revista História da Educação através da palavra de busca Freguesia resultou no texto *Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas Freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)*, situado no volume 19, número 46 do ano de 2015. O artigo escrito por Alessandra Schueler, Irma Rizzini e Jucinato Marques intenta sobre as “possibilidades, tensões e limites da escolarização na cidade do Rio de Janeiro no período pós abolição”(p.145). A palavra de busca Candelária não obteve resultados. E a pesquisa na revista Cadernos de História da Educação não obteve resultado em nenhuma das duas palavras de busca, assim como na base de dados Scielo.

A pesquisa no banco de teses e dissertações da CAPES requereu outra estratégia. Para a palavra de busca Freguesia entre as possibilidades apresentadas delimitamos a grande área de conhecimento como ciências humanas. A área de conhecimento nas disciplinas história, história do Brasil, história regional do Brasil e educação. Na área de avaliação selecionamos educação e história. Por fim, na área de concentração constou educação. O resultado foram duas dissertações de mestrado. A primeira com o recorte geográfico no Maranhão e a segunda na Corte Imperial. Esta que tratava da cidade do Rio de Janeiro tinha como título *A construção do currículo em uma experiência escolar para meninos pretos e pardos na Corte em meados do século XIX*. Autoria de Higor Figueira Ferreira, defendida em 2014 na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em relação a palavra de busca Candelária, delimitamos a pesquisa com os filtros de grande área de conhecimento ciências humanas. Área de conhecimento nas disciplinas história e educação. Na área de avaliação selecionamos educação e história. Obtivemos como resultado, 17 trabalhos. Sendo que na maior parte a palavra Candelária estava relacionada a sobrenomes ou á locais de origem dos pesquisadores e/ou membros avaliadores. Os que possuíam relevância para nossa análise eram os seguintes: *Casamentos de escravos nas Freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: uma contribuição aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800 - c.1850)* (LOPES, 2006); *Nos limites da escravidão urbana: a vida dos pequenos senhores de escravos nas urbes do Rio de Janeiro (c.1800 - c.1860)* (AGUIAR, 2006) e *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)* (FARIAS, 2012).

A pesquisa na documentação escrita sob a guarda do Arquivo Nacional e Arquivo da Cidade (AGCRJ) do Rio de Janeiro foram dificultadas pelas normas de agendamento para consulta⁸ e depois pelo quadro pandêmico que ocasionou o fechamento das instituições. Desespero, cansaço e persistência que no final de meses resultaram num conjunto específico de informações sobre a região da Freguesia da Candelária e sobre o processo de escolarização ali desenvolvido, com o qual vamos operar.

O levantamento realizado e os resultados apresentados são um recorte em meio a inúmeras outras possibilidades. Se os materiais consultados fossem outros e os métodos utilizados diferentes, certamente possuiríamos um quadro distinto. Contudo, mesmo que limitadamente, trabalharemos com as ocorrências que apontam a escassez de investigações sobre a escolarização na Freguesia da Candelária e com as poucas informações obtidas nos documentos arquivísticos. Essas referências auxiliam a configurar a importância desta dissertação no movimento de explorar as experiências escolares que ocorriam nas freguesias da cidade do Rio de Janeiro durante o Império. Podendo trazer outro olhar sobre algumas fontes, revelar novos documentos e apontamentos inéditos sobre a escolarização de parcelas da Corte Imperial, servindo assim de subsídio para pesquisas futuras.

A partir dos interesses pela pesquisa, e dos resultados alcançados com a pesquisa documental, as questões feitas às fontes nos levaram às perguntas constituídas neste trabalho. Como se constituiu o processo de escolarização na Freguesia da Candelária? Quais forças, sujeitos e instituições estiveram envolvidos neste tipo de iniciativa? Quais as relações entre oferta e demanda educacional naquela Freguesia nas décadas finais do Império? Como estava organizada a escolarização primária na Freguesia da Candelária, comparativamente as outras Freguesias urbanas e rurais da Corte Imperial? Quais as ações do governo na instrução pública daquela região? Como se constituiu, comparativamente, a malha pública e privada naquela localidade? Como se instituiu a malha privada de ensino na freguesia? Havia na Freguesia da Candelária escolas particulares com subvenções do Governo Imperial, experiências educacionais mantidas por professores e associações que atuavam em prol da Educação ou outras ações educativas mantidas pela sociedade civil? Qual era o papel da Igreja Católica e de outras denominações religiosas?

Pretendendo responder algumas destas questões, o objetivo geral deste trabalho é compreender, na Freguesia da Candelária, a organização e as características das escolas

⁸ Desde 01/04/2019 as consultas ao acervo do AGCRJ necessitavam de agendamento por meio dos canais de comunicação da instituição. Estas eram marcadas em três dias semanais e em horários determinados pelo AGCRJ. Além disto, havia um número máximo de consultantes por dia. Portanto o progresso da pesquisa ficou prejudicado devido à necessidade de aguardar para o acesso as fontes.

públicas e privadas, o que também consiste avaliar o envolvimento dos diversos sujeitos e forças políticas. Especificamente, interessa localizar as ações do governo imperial para estabelecer a instrução pública primária na Freguesia da Candelária, considerando-se, igualmente, as atividades da iniciativa privada em prol do atendimento da demanda educacional.

Para realizar esta investigação recorreremos ao estudo bibliográfico e à pesquisa documental. Elencamos como principais fontes os relatórios do Ministro de Negócios do Império e o periódico *Almanak Laemmert* ambos disponíveis para consulta no site da *Center for Research Libraries Global Resources Network*⁹ e os documentos sob guarda do AGCRJ contendo informações gerais da Freguesia da Candelária e os relativos à instrução, por exemplo, sobre os vencimentos e nomeação dos empregados das escolas, prédios escolares, docentes, exames de concursos de professores, despachos sobre economia da instrução pública, mapas de ensino e matrículas, requerimentos, ofícios e relatórios dedicados à instrução particular e correspondências dos delegados de instrução do distrito da Candelária.

Também foram investigados alguns documentos da Série Educação do Arquivo Nacional que faziam menção a Freguesia da Candelária. E os relatórios da provedoria e demais registros referentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, (representante do credo católico na Freguesia da Candelária e auxiliar na instituição da região) presentes no arquivo particular da associação religiosa. Consultamos ainda um impresso pedagógico oitocentista, a revista pedagógica *A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino*, que foi publicada na Corte nos anos de 1877 e 1878, e se encontra disponível para consulta no site da hemeroteca digital¹⁰. E também os jornais *O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade*; e *Diário de Notícias* que também circularam na Corte durante o Império e se encontram disponíveis no site da hemeroteca digital¹¹. *Além do Recenseamento do Brasil em 1872*, disponível para consulta no site do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia¹².

⁹ Almanak Laemmert Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1659%2C-198%2C5588%2C3942>. Consultado em 28/05/2020. Relatórios do Ministro de Negócios do Império Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-557%2C-146%2C4121%2C2907>. Consultado de abril de 2018 a maio de 2020.

¹⁰ Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/escola/351199>. Consultado de abril de 2018 a maio de 2020.

¹¹ O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/7767>. Consultado em outubro de 2020. Diário de Notícias. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/7>. Consultado em outubro de 2020.

¹² Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Consultado em: 28 de maio de 2020

Amparamos-nos metodologicamente em referenciais teóricos¹³ como Noronha Santos (1965, 1981), Mauricio de Abreu (2010,2013), Vieira Fazenda (2011), Vivaldo Coaracy (1988), Benchimol (1992), Emakoff (2006), Fridman (2017) entre outros para o entendimento da constituição geográfica da Cidade do Rio de Janeiro. Carvalho (2012), Grinberg e Salles (2009), Mattos (2004), Adolfo Morales de Los Rios Filho (2000) etc., foram consultados para compreensão histórica do período imperial. Gondra e Schueler (2008), Gondra (2004, 2018), Faria Filho (2000), Martinez (1997), Schueler (2002), Limeira (2010), Pasche (2014), etc., auxiliaram o entendimento da escolarização no século XIX brasileiro¹⁴. Para a compreensão sobre irmandades consultamos Boschi (1986) e Oliveira (1995). Da mesma forma, foram imprescindíveis as leituras de Bloch (2004), Prost (2012), Gaddis (2003) e Vainfas (2002) para a elaboração das questões constitutivas desta dissertação, o mapeamento e pesquisa nas fontes, a delimitação do recorte histórico e as interpretações das informações obtidas durante a pesquisa arquivística. Além destes, Ginzburg (1989) ajudou a refletir a respeito de uma história não linear, a pensar os grandes fatos (como as reformas educacionais e o discurso modernizante) e seus efeitos (o desenrolar da escolarização na Freguesia da Candelária.) e a diversificação das fontes. Por fim, Revel (1998) com seus jogos de escala, amparou a compreensão das ocorrências da Freguesia da Candelária dentro do contexto da Corte Imperial e demais freguesias.

A organização deste trabalho se estrutura em 3 capítulos. No primeiro, intitulado **A Capital do Império e a Freguesia da Candelária**, apresentamos a constituição geográfica, política e cultural da Freguesia da Candelária, intimamente entrelaçada com a criação da Igreja da Candelária. Problematizamos aqui o poder exercido por esta instituição religiosa no que tange à territorialidade e a vida dos moradores da localidade. Também elencamos as características da Freguesia enquanto local constitutivo da capital do Império.

No segundo Capítulo, nomeado **A instrução pública e particular: o ensino primário na Freguesia da Candelária**, abordamos sobre a escolarização na capital do país através daquilo que era proposto nos decretos legais e seus efeitos no cotidiano utilizando informações obtidas na imprensa, além de ofícios, relatórios e requerimentos que denunciavam e solicitavam ações do poder público. Após apresentar este esboço sobre a escolarização na Corte Imperial focalizamos o desenvolvimento das ações do poder público, problematizando as instituições existentes (quantitativo, localização, valores de aluguéis,

¹³ A execução da pesquisa não se limita a consulta dos autores citados.

¹⁴ Foram citadas apenas algumas obras destes autores sendo utilizadas outras publicações dos mesmos para o desenvolvimento da pesquisa.

arquitetura, mobílias e materiais de ensino, etc.) e os sujeitos envolvidos (representantes do governo, professores e alunos). Por último investigamos as ações da iniciativa privada na região, questionando as instituições existentes, a demanda educacional atendida e as relações estabelecidas com as especificidades locais.

O terceiro capítulo, intitulado **Religiosidades e escolarização: A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária** é uma tentativa de compreensão sobre a instituição religiosa que foi de primordial importância para a região. Assim como analisamos as contribuições da Irmandade no processo de escolarização da Corte Imperial, através dos investimentos para a criação de um Asilo destinado as crianças desvalidas e da gerência de um recolhimento para meninas órfãs.

Esta dissertação se inscreve no movimento que em alguns anos o campo da História da Educação tem vivenciado, com pesquisas que exploram recortes geográficos cada vez mais específicos¹⁵ na intenção de investigar a singularidade das experiências locais. Esses estudos, como o aqui desenvolvido, revelam sua importância ao percebermos a grande diversidade formada pelas freguesias urbanas e rurais da Capital do Império e a heterogeneidade encontrada nas subdivisões destas regiões. Assim sendo impossível determinar a escolarização desenvolvida (instituições, sujeitos, forças e poderes envolvidos etc.) sem estudos específicos sobre tais territórios. Análises particulares compõem uma problematização cada vez mais vantajosa sobre a amplitude das ações educativas desenvolvidas no oitocentos brasileiro.

Neste sentido, pretendemos que a discussão aqui travada e os resultados da análise contribuam para o crescimento do campo da História da Educação e incentivem e fortaleçam as pesquisas sobre as experiências educacionais brasileiras que ressaltem sua diversidade, heterogeneidade. Junto das iniciativas já realizadas, este estudo localizou e explorou novas fontes e revisitou de maneira diferente as existentes. Por fim, trouxe indícios dos modos de organizar a educação no passado.

¹⁵ Á sinal de exemplo às publicações de MARQUES (2013); SCHUELER, RIZZINI, MARQUES (2015); SCHUELER, RIZZINI (2017a); SCHUELER, RIZZINI (2017b); SILVA, MORGADO, SOUZA (2016), entre outros.

1 A CAPITAL DO IMPÉRIO E A FREGUESIA DA CANDELÁRIA

Da meia noite até as 2 horas da madrugada de ontem o relógio da Igreja da Candelária tocou consecutivamente horas, que, como bem se deve compreender, não eram horas, mas as baladas no sino que as costuma dar¹⁶. Causou isto estranheza a vizinhança, e de manhã os comentários sobre o caso deram-lhe uns ares misteriosos sobrenaturais, muito de acordo com as crendices populares.

*Gazeta de Noticia (RJ), 1876, ano 2, nº160*¹⁷

Milhares de pessoas se reuniram ao redor da Igreja da Candelária, no centro do Rio, às 17h30 desta quinta-feira, 18, em ato pela renúncia do presidente Michel Temer (PMDB), após seu pronunciamento.

*Portal R7 notícia 18/05/2017*¹⁸

Nas notícias acima temos anunciado em primeiro plano as badaladas do sino monumental da igreja, coordenando a vida dos habitantes próximos, e em segundo, a igreja como marco de congregação de pessoas em suas reivindicações. Não é fato recente que uma das mais belas igrejas do Rio de Janeiro ocupa lugar de relevância na cidade, não apenas como sinal da historicidade, de afeição por fiéis do credo católico, ou de beleza monumental, a matriz de Nossa Senhora da Candelária foi baliza constitutiva na criação e funcionamento da cidade.

A Igreja deu nome à antiga Freguesia e esta foi de grande importância para o Rio de Janeiro, sobretudo, depois da chegada da família real portuguesa em 1808. Mas precisamos retornar um pouco antes para compreender essa história e situar, através de alguns indícios e pistas, o lugar da Candelária, tanto a Igreja como a Freguesia, dentro da capital do Império dos trópicos.

¹⁶ Luís Edmundo esclarece que desde os tempos coloniais o Rio de Janeiro era lugar de constante barulho provocado pelos badalos dos sinos das igrejas. Este instrumento funcionava como uma espécie de relógio ao informar as horas do dia e assim auxiliar na divisão das rotinas diárias. Mas também o sino ocupava o papel de informante. Através do tipo e quantidade de suas badaladas divulgava nascimentos, óbitos, as horas santas, chegadas de embarcações no porto etc. (EDMUNDO, 2000)

¹⁷ Periódico disponível para consulta na Hemeroteca Digital em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01

¹⁸ Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/ato-na-igreja-da-candelaria-pede-renuncia-de-temer-e-diretas-ja-18052017>.

A Corte Imperial se constituiu a partir de uma determinada organização. Maurício de Abreu (2010) em seu minucioso trabalho intitulado *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)* nos diz:

O Rio de Janeiro não surgiu de qualquer jeito na paisagem, ao “deus-dará” por assim dizer, mas se materializou a partir da aplicação de um conjunto de regras e de procedimentos urbanísticos, provavelmente não especificados em papel, mas criteriosamente obedecidos desde os primeiros tempos. (ABREU, 2010, p.244)

Como podemos perceber pelo trecho acima o autor demonstra que existiu uma espécie de planejamento na instituição do que hoje compreendemos por cidade do Rio de Janeiro. Maurício de Abreu (2010) ao analisar correspondências entre religiosos, nobres, oficiais do exército e a Câmara da Municipalidade, responsável por coordenar as ações no Rio de Janeiro colonial já no século XVI, exprime a existência de negociações, concessões de lotes de terra, delimitações de extensão, orientações para construção de residências, expedições de multas por não obedecer a critérios arquitetônicos, entre outros direcionamentos. Os registros expõem a intenção de organização do espaço para a formação de logradouros públicos onde a região central da urbe deveria ser espaçosa, organizada e virtuosa. O local que mais tarde ficou conhecido como Rua Direita, hoje Primeiro de Março¹⁹, era o eixo estruturador do qual foram abertas travessas em direção ao interior. Mesmo as doações de sesmarias obedeciam a critérios arquitetônicos que consideravam largura e profundidade. Desta maneira, as ruas foram abertas com plano prévio, amparadas na lógica moderna dos países Europeus da época.

No século XVII o Rio de Janeiro crescia lentamente e de maneira constante. O cenário carioca mostrava indícios de que estava deixando de ser um porto de despacho de açúcar e ganhando novos parâmetros urbanos pré-industriais, mesmo que escravista, sobretudo, após a chegada do ouro. A iniciativa particular impulsionou essas modificações. As moradias que, antes, eram de taipas começaram a modificar suas estruturas para pedra de cal. As igrejas e ordens religiosas também iniciam o uso das pedreiras e as construções dos jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos transcorreu o século, modificando de grande maneira a paisagem do Rio de Janeiro. (ABREU, 2010)

Os mosteiros, conventos e as igrejas com suas torres sineiras foram certamente edificações monumentais que expressavam a religiosidade dos primeiros habitantes do Rio de Janeiro. As construções das ordens religiosas que obtinham grande domínio territorial através do padroado, testamentos e negociações, balizavam e alteravam de norte a sul a paisagem da cidade. Entretanto com dimensões mais modestas e como expressão de fé do povo, ermidas pontuavam o cenário da urbe carioca, orientavam o crescimento e tornaram-se marcos de referência e fixaram toponímias que vigoram até hoje (ABREU, 2010, p.325)

¹⁹ A Rua Direita foi nomeada Primeiro de Março em memória ao término da Guerra do Paraguai em 1870.

Como podemos perceber pelo relato de Abreu (2010) as edificações religiosas também foram grandes responsáveis pela mudança urbanística do Rio de Janeiro ao longo dos séculos. Mas, além disso, ermidas e templos durante o Brasil colônia, e posteriormente em menor intensidade durante o Império, eram locais de sociabilidade tanto pelas atividades religiosas que orientavam o tempo na vida da urbe como pelo grau de pertencimento aqueles locais, sobretudo, devido as Irmandades²⁰ religiosas que proliferavam. Voltamos à reportagem da *Gazeta de Notícias* para reforçar esta perspectiva. Afinal, grande importância tinha o badalar dos sinos na vida da Corte Imperial, pois o soar descompensado da Candelária virou notícia em um dos periódicos de principal circulação do Rio de Janeiro Imperial²¹.

No entanto, foi entre os séculos XVII e XVIII que as Irmandades iriam impor mais fortemente suas marcas na paisagem do Rio de Janeiro (ABREU, 2010). Essas associações leigas, a exemplo das europeias, sobretudo as portuguesas, se desenvolveram no Brasil não simplesmente se adequando às características dos trópicos, mas se reinventando a partir das peculiaridades aqui encontradas. Desempenharam importante papel caritativo e assistencialista, como também foram responsáveis de grande maneira pela vida social das cidades e auxiliaram em sua edificação com construção de templos majestosos, construções em prol da benevolência e a organização dos fiéis estruturando suas casas no entorno do lugar de culto ao santo de devoção. (BOSCHI, 1986). O majestoso templo da atual Praça Pio X tem sua origem numa humilde ermida que entrelaça sua constituição com a criação da Freguesia do mesmo nome e ambas com o agente social que os tecia, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (ISSSC).

De acordo com alguns registros analisados, os fundadores da Igreja de Nossa Senhora da Candelária foram Antônio Martins da Palma e sua esposa Leonor Gonçalves, em

²⁰ Mesmo o Código de Direito Canônico de 1917 (ocorreu uma reedição em 1983) não podendo ser fielmente utilizado em relação às associações católicas anteriores a sua promulgação alguns autores ao tratarem a temática de irmandade, como Boschi (1986), o utiliza para diferenciar os tipos de agremiações de credo católico. Segundo o Cânon 700 deste documento existem três tipos de associações. As **pias uniões** que consistem simplesmente na união de fiéis para promover a caridade e a piedade, as **confrarias** sendo uniões de fiéis que providenciam ações para a realização do culto e dos sacramentos e as **ordens terceiras** onde a união dos fiéis tem como preocupação central a santificação e para isso adaptando regras de ordens religiosas. As irmandades são caracterizadas como uma espécie de pias uniões, mas que possuem uma organização hierárquica e documentos internos reguladores das ações. Como a diferenciação entre as denominações é muito sutil neste trabalho preconizamos em usar confraria, associação, agremiação, corporação e pias uniões de maneira genérica como sinônimo de irmandade.

²¹ A *Gazeta de Notícias* é considerada um dos mais importantes jornais do Rio de Janeiro no século XIX. Foi fundado em 1875 e tinha como objetivo colocar as atualidades, artes e literatura a serviço da população. As características que a tornaram um marco no jornalismo da época era o baixo custo e a ampla informação, considerando ainda a caricatura, a crônica, a entrevista e a fotografia como parte da reportagem. O periódico também foi grande divulgador de escritores nacionais e estrangeiros, com seu caráter liberal colocou em pauta a abolição e foi lugar de escrita de José do Patrocínio. Para um detalhamento a respeito deste periódico, ver, por exemplo, ASPERTI (2006).

cumprimento da promessa feita em meio ao forte temporal que afetou o navio onde se encontravam no caminho da Índia a Ilha da Palma. O casal encontrou como primeiro porto o Rio de Janeiro, e nas primeiras décadas do século XVII, cumpriu a promessa de erguer uma igreja como agradecimento. Alguns historiadores, como Vieira Fazenda em *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro* (2011), informam outra versão para o surgimento da Igreja da Candelária. Segundo o autor a ermida ou também conhecida como igreja da Várzea foi construída no lugar, onde deu à costa uma nau do mesmo nome, cujas madeiras foram aproveitadas. A ilustração no teto do atual templo da Candelária defende a versão da origem da igreja a partir do cumprimento da promessa do casal Palma. Observemos a imagem 1.

Imagem 1 - O voto cumprido. Painel de Zeferino da Costa. Encontrado na abóboda da nave central da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (RJ).



Fonte: Livro comemorativo Candelária 200 anos (2011)- Foto elaborada pela autora.

Este painel de Zeferino da Costa²², intitulado *O voto cumprido*, é datado de 1898 e representa a inauguração da ermida construída pela iniciativa do casal Palma.

²² João Zeferino da Costa (1840-1915) era um reconhecido pintor/desenhista carioca por suas artes sacras. Estudou na Academia Imperial de Belas Artes, onde ao retornar ao Brasil em 1877 assume a cadeira de desenho. Em 1879 Zeferino da Costa é contratado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária para realizar as pinturas murais da cúpula, pendentes, capela-mor e fundas que foram concluídas em 1883. Em 1889 novamente retorna à Igreja para realizar a pintura mural dos seis quadros históricos do teto da nave central, os quais rememoram a história do templo entre os anos de 1630 a 1811. São assinadas por Zeferino

Dois pescadores, arrastando uma pequena canoa para a praia, revelam o local da construção, próximo do mar.[...] A igreja representada como do “tipo missionário Jesuítico, da primeira fase arquitetônica”. [...] Uma construção humilde, de pau-a-pique, coberta de palha, na proximidade, mostra um tipo de casa dos primeiros tempos da colonização. Proximamente, uma bananeira, com suas folhas largas e cacho característico. Ao longe, pequena casa térrea emerge de farta e viçosa vegetação (MACHADO, 1984, p.113)

A descrição feita por Arnaldo Machado (1984) auxilia na observação do painel, ilustrado na imagem 1. Entretanto o detalhamento da explanação feita pelo autor também revela a sua concepção quanto o período e localização da ermida construída para cumprimento da promessa do casal Palma. Existem divergências quanto ao período de constituição da Igreja da Candelária e da sua primeira localização. De forma geral, os historiadores instituem a década de 1630.

Livros conhecidos que discorrem sobre os primeiros tempos do Rio de Janeiro, como os de Vivaldo Coaracy (1988), Noronha Santos (1981), João da Costa Ferreira (1933)²³, entre tantos outros, dão alguma nota sobre o assunto. Este evento permite compreender o processo de instituição da igreja da Candelária, bem como entender as primeiras demarcações da Freguesia de mesmo nome. Vieira Fazenda (2011) não questiona os idos de 1600 para o ano da edificação da ermida dedicada a Nossa Senhora da Candelária, mas sim que esta tenha sido instituída logo após Antonio de Palma e sua esposa terem aportado no Rio de Janeiro. Segundo as “Antiquilhas” de Fazenda (2011), Palma chegou sozinho, casara-se em terras brasileiras e ocupou cargos prestigiosos do governo colonial já no ano de 1613.

Em relação às datas de construção da instituição religiosa, Fazenda (2011) diz que no ano de 1630 Palma já residia há tempos no Rio de Janeiro. Ocupou o cargo de medidor, por parte dos jesuítas, das terras da Fazenda de Santa Cruz e há registros de sesmarias em seu nome já no ano de 1613. Em 1617 Palma figura como o 7º ministro da Ordem Terceira da Penitência. Além disto, em 1622 há registros de compra de casas por parte da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia nas adjacências de terras pertencentes à Palma. Foi então a ermida

da Costa as conhecidas obras Daniel na Gruta dos Leões; O Óbulo da Viúva; A Caridade; A Fiandeira; e Moisés recebendo a Tábua da Lei; formuladas durante a sua permanência na Academia Imperial de Belas Artes. Mas o museólogo e historiador Arnaldo Machado afirma que foram os diversos trabalhos da Igreja da Candelária que o consagrou como artista brasileiro. A relação do pintor com a Igreja da Candelária também é relacionada a uma suposta indicação e predileção de D. Pedro II pelo artista. D. Pedro II estando presente na inauguração do zimbório da igreja em 1878 teria indicado Zeferino da Costa, cujo trabalho tinha conhecido na Academia de São Lucas em Roma anos antes (MACHADO, 1984). Contudo é possível encontrar no arquivo da ISSSC registros da proposta de concorrência para a pintura da igreja sendo escolhido o pintor 11 meses depois. Ainda existe a especulação que Zeferino da Costa foi escolhido para realizar as decorações da igreja por falta de dinheiro para pagamento de um pintor internacional.

²³ Refiro-me respectivamente aos livros Memórias da Cidade do Rio de Janeiro (COARACY, 1988), As Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro (NORONHA SANTOS, 1981) e A Cidade do Rio de Janeiro e seu Termo: ensaio urbanológico (FERREIRA, 1933).

da Candelária construída na parte fronteira dos terrenos de Palma, que já havia se estruturado na região e possuía diversas propriedades.

Em relação à localização da primitiva igreja vale recordar que os habitantes do Rio de Janeiro do século XVII movimentavam-se abandonando o Morro do Castelo, direcionando-se para a várzea, a fim de firmar ruas e construções. As sesmarias eram basicamente grandes chácaras que se separavam das vias públicas por cercas e terrenos não habitados. Dos fins do século XVI e princípios do século XVII os textos de Fazenda (2011) demonstram escrituras de casas nas ruas de Aleixo Manuel (hoje Rua Ouvidor), de André Dias (atual Rua do Rosário), Diogo de Brito (hoje Rua da Alfândega), Gonçalo Gonçalves ou do Azeite de Peixe (antiga General Câmara, hoje lado ímpar da Avenida Presidente Vargas), Quitanda, Serafim de Andrade (antiga Rua das Violas e hoje Teófilo Ottoni), Pescadores (atual Rua Visconde de Inhaúma), e em toda a linha da praia pelas Ruas Misericórdia²⁴ e Direita.

O mar só penetrava no fim da Rua Direita onde se encontrava o Forte da Candelária. Deste modo, a primitiva igreja jamais poderia, por volta de 1630, ter sido fundada à beira mar. Toda a região das Ruas General Câmara, São Pedro e Quitanda já possuíam construções ou sesmarias concedidas. Outras escrituras comprovam que o quarteirão da Rua Direita, entre General Câmara, São Pedro e Teófilo Ottoni já estava edificado antes de 1620. Ao analisar também testamentos, Fazenda (2011), situa a Rua General Câmara, reafirmando que as terras de Palma estavam defrontes à primitiva igreja da Candelária.

Pinheiro (1930), membro da Irmandade da Candelária, no livro que escreve sobre a história da instituição religiosa, sustenta que originalmente a ermida teria sido erguida de frente para a Rua São Pedro, depois para a Rua General Câmara (ambas destruídas para a abertura da Avenida Presidente Vargas) e somente numa remodelação atingiu a posição atual de frente para a Rua da Candelária. Contudo, voltemos a observar a imagem número 1, o painel que se encontra na instituição e foi pintado por ordem da mesma Irmandade retrata a inauguração a beira da praia. Talvez seja o caso de uma licença artística de Zeferino da Costa ao executar a obra ou prova que dentro da própria associação religiosa mantenedora da igreja haja divergências sobre sua história e localização.

Sejam especulações contraditórias ou complementares, elas pretendem afinal alcançar uma verdade. Por isso, é preciso atentar que as divisões das ruas no início de edificação do que hoje compreendemos por cidade do Rio de Janeiro eram complexas, muitas tinham como referência algumas casas de moradores mais antigos e isso recorrentemente fazia com que a

²⁴ A Rua da Misericórdia desapareceu com as obras de modernização da cidade. Começava no ainda existente Largo da Misericórdia, passava por onde hoje está localizado o Palácio da Justiça, fazia esquina com as atuais Avenidas Presidente Antônio Carlos e Erasmo Braga e terminava na atual Praça XV.

mesma rua tivesse em cada porção nomes distintos. Além disso, as obras de urbanização ao longo do tempo modificaram a malha, extinguindo e criando ruas. Por exemplo, a Rua da Alfândega teve inúmeras nomeações ao longo dos anos como Caminho para São Cristóvão Velho, Rua de Diogo Lacerda Brito, Rua do oratório de Pedra etc.

Mesmo assim o importante é atentar que a construção da ermida dedicada a Nossa Senhora da Candelária demonstra alguns dos primeiros traços da Freguesia que se constituía. É possível apreender que a ermida da promessa de Palma não foi erguida logo com sua chegada, mas após sua consolidação no Rio de Janeiro colonial. Uma possibilidade de compreensão é que a construção da ermida aconteceu no fim da década de 1620 e somente por idos de 1634 (mesma data da criação da freguesia) as edificações ao seu entorno se expandiram, fazendo dela a sede de uma freguesia nascente. O próprio Fazenda (2011), quando analisa o cumprimento de testamento que deixava terrenos para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, afirma que a existência da Freguesia é anterior a 1643. Noronha Santos (1965) assinala a criação da Freguesia da Candelária no ano de 1634, tornando-se, assim a segunda freguesia do Rio de Janeiro colonial, posterior a de São Sebastião que, por provisão, fora criada em fevereiro de 1569 e abrangia o território dos antigos povoados portugueses.

Com estas considerações, a data de criação da Igreja parece estar entrelaçada, de alguma maneira, com a edificação da Freguesia da Candelária, anunciada por muitos historiadores, no ano de 1634. Podemos observar então, que a instituição religiosa foi local importante desde os primeiros tempos do que atualmente se constitui a Cidade do Rio de Janeiro, auxiliando na delimitação da urbe e organização de seus habitantes. No entanto, a Freguesia não se resumia às badaladas dos sinos da Igreja, constituindo-se, com o passar dos tempos, uma jurisdição relevante da capital do Império. Local também de ampla influência da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária que, de alguma forma, conduzia a vida daquela parte da urbe. Além disso, trata-se de espaço relativamente populoso e majoritariamente habitado por imigrantes. Uma região de comércio e grandes estabelecimentos.

Adentremos agora na Freguesia da Candelária, a partir de uma de suas mais importantes instituições no século XIX: a igreja e sua irmandade, o que nos permitirá, neste estudo, notar aspectos da relação entre a religiosidade local e a vida social, educacional, política e cultural da capital. Atentaremos para a importância da região no eixo comercial da Corte Imperial, analisaremos a população daquela região e sua vida social para compreender, então, alguns aspectos desta freguesia do Império que se instituiu entre o soar do sino da Igreja e o ruído das transações comerciais.

1.1 A constituição de uma freguesia urbana: religiosidade, geografia, comércio e população.

As atuais divisões administrativas da nossa cidade têm suas origens em tempo nem tão remoto, onde a organização territorial englobava aspectos religiosos, policiais e jurídicos que ora se misturavam e divergiam denominados de freguesias. De princípio, o Rio de Janeiro foi segmentado seguindo apenas um aspecto eclesiástico, baseado no alcance da administração territorial que as paróquias erguidas pouco a pouco possuíam. A divisão baseada nos fregueses atendidos espiritualmente por um pároco foi adquirindo perspectivas oficiais por parte do governo (SANTOS, 1965).

A Freguesia da Candelária possui sua gênese a partir da construção do seu pequeno templo, terceiro da municipalidade, dedicado a Virgem Mãe de Deus. Ambas, Freguesia e igreja são tecidas no tear de uma das mais imponentes associações leigas que se mantém até hoje como participantes da vida urbana carioca, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.

Seja por cumprimento da promessa feita por Antônio Martins da Palma e sua esposa Leonor Gonçalves (como defende a própria Irmandade da Candelária), ou porque simplesmente a ermida foi erguida de costas a um navio de grande porte que a batizou com o nome Candelária, fato irrefutável é que a pequena capela foi construída e ao seu redor o povo foi se organizando geograficamente e instituindo suas redes de sociabilidade, congregando-se em torno da fé, cumprindo os protocolos do compromisso da irmandade, que criava padrões de comportamento e sentidos para a vida. Assim, as ações de sociabilidade da confraria iam também dando forma à freguesia.

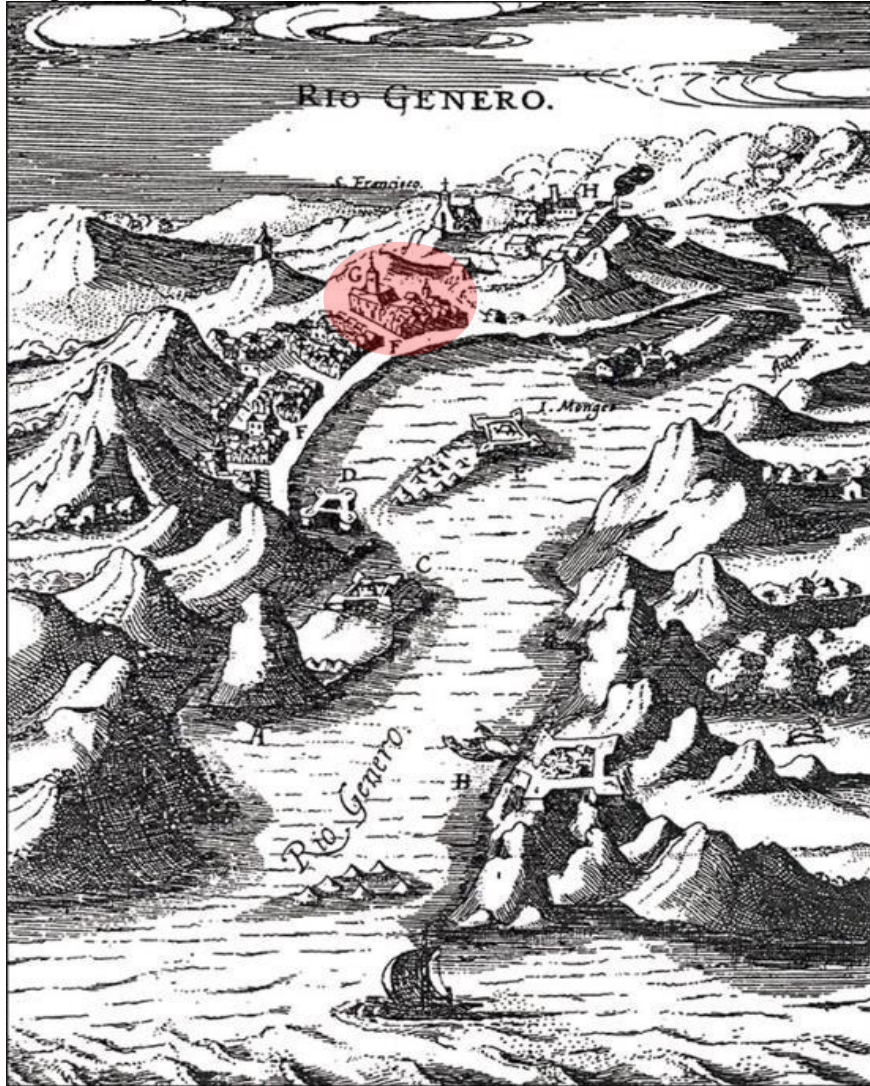
A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária possui a sua data de fundação vinculada a mesma data que foi erguida a capela dedicada a Nossa Senhora da Candelária, que por vez é a mesma referência de período da instituição da Freguesia. Como vimos, existe uma divergência entre os historiadores da data exata destes 3 fatos²⁵, mas estipula-se que ocorreram entre as décadas de 1600 e 1630, provavelmente no ano de 1634. Segundo os registros históricos da própria Irmandade muitos documentos foram destruídos e perdidos devido ao saque que a igreja sofreu em 1711 na invasão francesa do Rio de Janeiro por Duguay-Trouin²⁶. Observemos o mapa 1 onde aparece identificado pela letra “G” (que

²⁵ Segundo a publicação da própria ISSSC, Livro Comemorativo Candelária 200 anos (2011), pesquisas realizadas nos arquivos da Torre do Tombo em Portugal confirmam que a data de criação da Igreja de Nossa Senhora da Candelária foi 18 de agosto de 1634.

²⁶ O rei da França motivado pelo assassinato do Comandante Duclerc da fracassada invasão de 1710, incentivado pela cobiça do ouro e apoiado por Luís XIV, ordena uma grande invasão ao Rio de Janeiro. Essa

assinalamos pelo círculo vermelho) a primeira aparição da Igreja da Candelária em 1624²⁷, desta forma indiciando também as primeiras delimitações geográficas que se tornariam a Freguesia da Candelária, legalmente instituída uma década depois.

Mapa 1 - Igreja da Candelária no ano de 1624



Fonte: Site Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Grifo nosso

No mapa acima podemos observar a pequena igreja com construções ao seu entorno o que pode ser indicativo de uma povoação crescente. A igreja da várzea, em 1639, foi elevada

terceira invasão francesa começou por uma aproximação no dia 11 de setembro de 1711 e no dia posterior a esquadra comandada por René Duguay-Trouin invadiu de modo bem sucedido a Baía de Guanabara. Tal ocupação somente terminou com o pagamento de um resgate negociado pelo capitão-governador da cidade Francisco Castro Morais. Ver MARTIN, FILGUEIRAS (2011).

²⁷ No site da Irmandade da Candelária (disponível em: <https://www.candelariario.org.br/sobre-a-igreja-da-candelaria-2/>. Consultado em 18/05/2020) consta o referido mapa e a seguinte explicação: “Mapa do Rio de Janeiro em 1624, como aparece no Reys-boeck vau het rijcke BrasUien (...), ou Livro de Viagem pelo rico Brasil (...), impresso em Amsterdam, no mesmo ano. A legenda identifica pela letra G o pequeno santuário, dizendo que “é a igrejinha de Sta. Cathalina”, expressão que Dom Clemente da Silva Nigra interpretou como corruptela de Candelária. Gilberto Ferrez também reconheceu, na gravura, a primitiva Igreja da Candelária (MACHADO, 2017)

à titularidade de paróquia²⁸. Embora os registros históricos não permitam saber a motivação, acreditamos que por ser a pequena ermida sede de uma freguesia em desenvolvimento, deveria também modificar-se e não poderia manter os padrões de um pequeno local devocional e nem ser submetida/vinculada à outra paróquia. O que se tem certeza é que os fundadores da capela dedicada a Nossa Senhora da Candelária não ficaram satisfeitos com a mudança entregando-a, em doação para a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Desta maneira, a Irmandade da Candelária ficou submetida à Misericórdia durante um longo período (PINHEIRO, 1930).

Entretanto, no mesmo momento em que a autoridade da paróquia foi concedida à Misericórdia, embates entre a provedoria daquela irmandade e o pároco da época, Reverendo Mello, se iniciaram (PINHEIRO, 1930). Segundo Pontes (2008) as brigas entre as irmandades e os párocos podem ser entendidas como disputas pelo monopólio do poder legítimo religioso e do controle dos bens da salvação para o povo. Os membros da irmandade intervinham nas decisões paroquiais e os padres por sua vez exigiam o seu autêntico poder da hierarquia católica. Em 1651 depois de muitas disputas foi estabelecido um acordo entre o pároco da Candelária e a provedoria da Misericórdia, onde esta cedeu o controle da paróquia da Candelária em troca da serventia do terreno ao lado da Rua São Pedro (PINHEIRO, 1930). Desta maneira, a Irmandade da Candelária se tornou, a partir de 1651, genuinamente a mantenedora da Igreja da Candelária, o que permanece até hoje. Mais tarde em, 1834, a Misericórdia recebeu uma indenização no valor de 650\$00 e cedeu o terreno que tinha sido acordado à época.

A Igreja de Nossa Senhora da Candelária conduzida por sua irmandade de nome análogo agregava a vida espiritual e social da freguesia, como também estava ligada à criação, urbanização/desenvolvimento da mesma. (BOSCHI, 1986). A constituição da Irmandade, estreitamente relacionada à criação da freguesia, também pode ser compreendida como uma manifestação dos interesses da população que ali começava a residir. A população da freguesia, como veremos mais adiante, formada em sua maioria por (grandes e pequenos) comerciantes, um quantitativo considerável de imigrantes (sobretudo portugueses) e trabalhadores do comércio em geral, podem ter se unido pela devoção e por outros interesses

²⁸ Segundo o Catecismo da Igreja católica § 2179 Paróquia é “uma determinada comunidade de fiéis, constituída de maneira estável na Igreja particular, e seu cuidado pastoral é confiado ao pároco, como a seu pastor próprio, sob a autoridade do bispo diocesano” (CIC, 2000, p.570). Desta forma a diferença principal entre igreja e paróquia é que a primeira designa um templo de maneira geral, enquanto a segunda está relacionada ao fato de ser sede de um pároco e possuir um domínio territorial eclesiástico. Contudo, a Candelária é comumente conhecida como “igreja” e aqui manteremos tal denominação a referenciar a mesma.

comuns, comerciais, políticos, sociais. Por exemplo, ao fazer parte da associação, os imigrantes poderiam conseguir uma melhor inserção social, ou ainda os comerciantes com a titularidade de irmão poderiam ter melhor posicionamento no mundo do trabalho, com base nesta referência.

A Irmandade da Candelária não foi resultado de um grande centro urbano, mas se confunde ao próprio surgimento da Freguesia da Candelária e seu caráter urbano. Inspirados em Boschi (1986) podemos arriscar a dizer que a solidificação e manutenção da vida urbana daquela freguesia foram, também, resultantes da organização da confraria.

Por serem responsáveis pela construção e manutenção de igrejas e capelas, as irmandades contribuíram para a configuração e a delimitação do espaço urbano não apenas no que diz respeito a sua materialidade, mas também no que se refere aos encontros sociais, à demarcação simbólica da territorialidade e aos ritos católicos. As cidades expandiam-se na medida em que os fiéis procuravam embelezar os templos dos santos de devoção, alinhar e aplainar as ruas, e construir residências nas imediações da morada de seus padroeiros (NASCIMENTO, 2005, p.2 apud OLIVEIRA, 2016, p.17)

Segundo esta diretriz de interpretação a irmandade que se ocupava das ações que atendiam as necessidades sociais da população, se constituiu uma organização política e social da região, e ainda foi responsável por melhorias urbanas em torno do templo. O ritmo de desenvolvimento da freguesia foi atrelado ao crescimento e expansão da própria irmandade

Essas irmandades dedicadas ao *Sacramento mor* da religião Católica eram as responsáveis pela edificação das igrejas matrizes e as solenidades principais do calendário litúrgico, que geralmente mobilizavam as localidades como as procissões do Corpo de Cristo (OLIVEIRA, 2016). Deste os primeiros documentos de regulação da ISSSC observamos a descrição e o cuidado com essas ações específicas da confraria.

A ISSSC exercia o seu poder na Freguesia da Candelária não somente no que condiz à confluência social, mas também pela força ideológica que despendia em relação aos habitantes da região. Pontes (2008), amparada teoricamente em Bourdieu, considera que as irmandades conferiam um papel de ordenação e normatização social através dos requisitos e atribuições expressos em seus Compromissos, além da socialização e saberes disseminados por meio da realização dos ofícios e festividades.

Muito mais que uma religião, o que as associações leigas propunham era um modo de entender o mundo. O seu raio de ação estava além dos espaços sacros. Ela inculcia uma prática civilizatória que ditava os códigos de convivência entre seus associados e o resto da sociedade. Nenhum aspecto da vida social lhe escapava, cabia a ela definir as concepções e as representações da vida da comunidade. (PONTES, 2008, p. 20)

Segundo Pontes (2008), essas organizações são detentoras do poder simbólico e construtoras de consenso acerca do mundo social, já que trabalham na construção da realidade, estabelecendo um significado para o mundo social. Desta maneira, a Irmandade da Candelária no momento que controlava as práticas religiosas da freguesia dominava a forma pela qual aquelas pessoas compreendiam e se relacionavam no mundo.

Numa lógica foucaultiana, segundo Pontes (2008), as irmandades também são organismos controladores e disciplinadores, exercendo dominação sobre a vida de seus associados, já que estipulam regras em seus regimentos que devem ser estritamente seguidas. Neste ponto, podemos compreender a ISSSC como um dos grandes agentes que regiam a vida na Freguesia da Candelária.

As irmandades e ordens terceiras pretendiam ditar a forma de uso dos espaços do Rio de Janeiro colonial. Elas eram modeladoras do espaço com as suas funções imobiliárias e exerciam um domínio ideológico e social nos territórios ocupados. Foram, portanto, considerando tal perspectiva, estas instituições também as responsáveis por construir as freguesias. Entretanto, irmandades e ordens terceiras começaram a sofrer interferência em seus patrimônios na segunda metade do século XVIII. Houve, em 1796, um edital do Conde Rezende que obrigava as confrarias a venderem os seus prédios urbanos, colocando a renda em empréstimo e recebendo anualmente 4 % de rendimento. Ainda por volta desse período ocorreu a política centralizadora do Marques de Pombal com o controle dos bens religiosos também nas terras conquistadas. Já no século XIX, em 1850, temos a Lei de Terras que rompeu definitivamente com o monopólio eclesiástico sobre imóveis e a mercantilização dos chãos de terra (FRIDMAN, 2017).

Desta forma, podemos compreender que as freguesias ao longo dos séculos vão adquirindo uma configuração mais administrativa e menos clerical. Posteriormente, com o raiar da República, as modificações foram sobre os aspectos judiciários, tributário, policial e eleitoral, sendo o território do então Distrito Federal remodelado em 20 circunscrições em 1892 pela lei nº 76 e, a partir dessa, inúmeras outras configurações foram ocorrendo (SANTOS, 1965).

No período imperial, a promulgação do Ato adicional no ano de 1834, que propiciou adições e mudanças da Constituição de 1832, caracterizou-se, sobretudo, pela imposição do modelo político centralizador, responsável por outra mudança geográfica importante.

Com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 ficou a cidade do Rio de Janeiro com seu termo desligada da Província, ora Estado do Rio, constituindo a Côrte ou Município Neutro [...] (SANTOS, 1965, p.7).

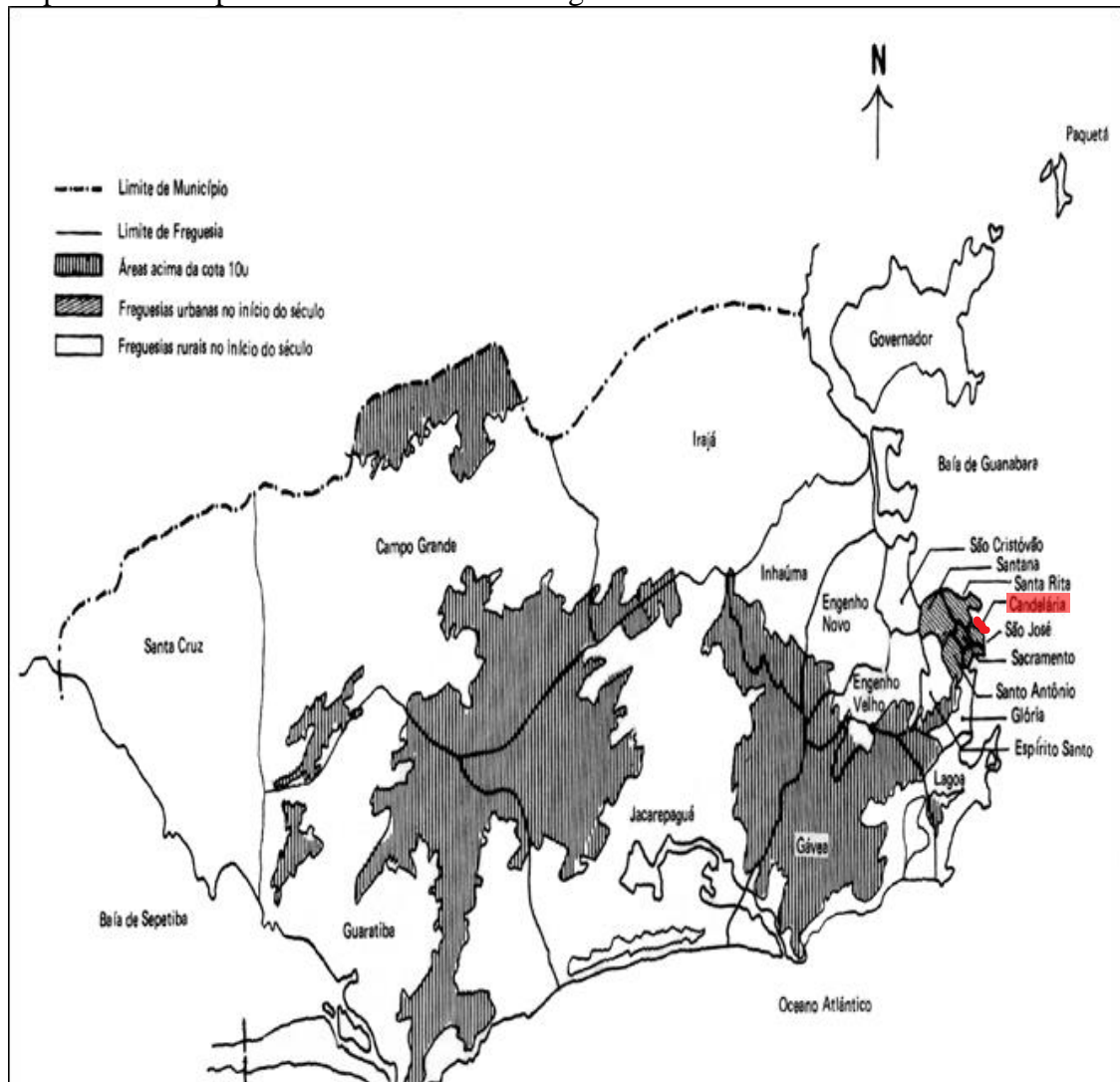
Isto marcou a diferenciação do Rio de Janeiro em relação aos outros municípios, e como capital da nação, a sua direta administração e subordinação ao governo central (SANTOS, 1965).

A Freguesia da Candelária foi em 1634 a segunda do Rio de Janeiro colonial. E primeira criada quando as pessoas começaram a ocupar a várzea, ou seja, desceram do Morro do Castelo onde foi instituída por Salvador Correia de Sá a Freguesia de São Sebastião em 1569 (FRIDMAN, 2017). Pelo aumento populacional e a expansão territorial houve a necessidade da criação de outras freguesias como Irajá (1644), Jacarepaguá (1661), Campo Grande (1673), Ilha do Governador (1710), Santa Rita (1721), Inhaúma (1749), São José (1753), Guaratiba (1755), Engenho Velho (1762), Ilha de Paquetá (1769), Lagoa (1809), Santana (1814), Sacramento (1826) em substituição a antiga freguesia de São Sebastião, e Santa Cruz (1833). Outros desdobramentos sucessivos na divisão territorial da Corte ocorreram e foram criadas as freguesias da Glória (1834), Santo Antônio (1854), São Cristóvão (1856), Espírito Santo (1865), Engenho Novo (1873) e Gávea (1873). Até o final da monarquia somavam um total de vinte e uma freguesias na capital do Império classificadas em urbanas e rurais (SANTOS, 1965).

As denominadas freguesias urbanas ou “de dentro” eram aquelas que estavam no eixo central da urbe, na expansão para o sul, e no sentido a oeste. Guardadas as diferenciações entre elas, podemos dizer que o ponto em comum eram que abrigavam as atividades típicas de centro administrativo como o comércio, recebiam mais acentuadamente serviços como esgoto, arborização, iluminação, assistência médica disponibilizada pela Santa Casa de Misericórdia e abrigavam edifícios importantes como o Paço Imperial, os correios, a biblioteca pública, etc. Estavam nesse grupo 13 freguesias: Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, Glória, Santana, Santo Antônio, Espírito Santo, Engenho Velho, Lagoa, São Cristóvão, Gávea e Engenho Novo.

As freguesias rurais ou “de fora” possuíam como semelhança as grandes extensões territoriais, e as atividades em maioria relacionadas à agricultura. Como a própria denominação indica, estavam fora do eixo urbano. Constituíam este conjunto 8 freguesias: Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá. No mapa 2 temos a clássica representação de Noronha Santos (1965) que demonstra os limites destas divisões territoriais no oitocentos. No referido mapa assinalamos o espaço que compreendia a Freguesia da Candelária.

Mapa 2 - Município do Rio e Janeiro: As freguesias do Rio de Janeiro no século XIX



Fonte: SANTOS, 1965 apud ABREU 2013, p.38. Grifo nosso

Ao observarmos o mapa acima é interessante notar que as freguesias urbanas estão agrupadas com proximidade e isto ocorreu devido à maneira que foram fundadas. Das terras desmembradas da Freguesia da Candelária surgiram outras freguesias urbanas, Santa Rita, por exemplo, foi criada a partir dos limites desmembrados da Candelária por alvará de 13 de maio de 1721 e confirmada por documento semelhante em 10 de maio de 1753. Da mesma forma, a Freguesia de São José, em 1753 foi criada com território desmembrado da Candelária e em 1790, por ordem do Vice-Rei foram demarcados seus limites. (SANTOS, 1965)

Santa Rita Possuía casas comerciais de café, trapiches, estaleiros e pequenas fábricas. (SANTOS, 1965) “Era contígua à área portuária, mantendo a função comercial do centro da cidade inseparável da sua função residencial” (SCHUELER, 2005, p.166). Sua importância também se configurava porque estava dentro de seus limites o externato do Colégio Pedro II (1837), o Mosteiro de São Bento (1628) e seu colégio (1857) e a histórica cadeia eclesiástica

de Aljube²⁹ que teve suas funções modificadas diversas vezes até a demolição em 1906 (SANTOS, 1965). Nela também residia grande parte da população pobre que, em 1868, somava cerca de 2.763 (10% do total), todas instaladas em seus cortiços (LOBO, 1978).

Na Freguesia de São José em meio às casas, sobretudo da população trabalhadora, existiam grande número de casas comerciais, importantes prédios públicos representantes do poder político como a Caixa econômica e Monte do Socorro (1860), Arquivo Público (1838), Necrotério (de 1873 a 1906), Biblioteca Nacional (1808), Conselho Municipal (1877) e a Imprensa Nacional (1874). Ainda contava com a antiga Escola de Medicina, criada em 1808 (transferida para o prédio da Praia Vermelha em 1918), o antigo Observatório Astronômico, criado em 1827 (transferido para os arredores do morro São Januário em 1913), o antigo Hospital do Exército (1769 a 1913), o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico (entre os anos de 1840 e 1906), o Teatro de Pedro II (1871) e o Liceu de artes e ofícios mantido pela Sociedade Propagadora das Belas Artes (1856). Também encontrávamos nesta região o Passeio Público (1783), a Roda dos Expostos (1738), o Convento da Ajuda (1745), o Clube Naval (1884) e algumas fábricas movidas pelo capital nacional (SANTOS, 1965).

As freguesias da Candelária, Santa Rita e São José junto com a do Sacramento (criada em 1826 em substituição à Freguesia de São Sebastião, posteriormente tendo seus limites modificados em 1828, e confirmados pelas instruções de 1832), constituíam a parte comercial da capital do país. A região da Freguesia do Sacramento, próximo aos limites com a Candelária, possuía grande comércio de importação e exportação. Os edifícios da Escola de Belas Artes (1906), Instituto Nacional de Música (1833), o Gabinete Português de Leitura (1837). Era uma região caracterizada pelas sedes das associações como a Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro (1900), Instituto da ordem dos advogados brasileiros (1843), o Ginásio Português (1868), etc. Existiam também nesta freguesia cerca de quatro teatros e 7 igrejas, a maioria ligadas a confrarias e ordens terceiras (SANTOS, 1965).

A Freguesia do Engenho Velho (1762) se destacava devido ao grande número de estabelecimentos de ensino. Incluía as soma as escolas profissionais: o Asilo de Meninos Desvalidos (1874, atual Colégio Estadual João Alfredo) e o Colégio Militar (1899) Além de abrigar os Asilos do Bom Pastor (1889), Recolhimento Isabel (1889) e o Recolhimento de Nossa Senhora da Piedade (1896) mantido pela ISSSC. Nessa região esteve o Hospital Militar

²⁹ Noronha Santos nos diz: “Esta antiga prisão eclesiástica, denominada Aljube, foi mandada construir pelo Bispo D. Frei Antônio de Guadalupe em 1733. Para ali se transferiu, em 1808, a cadeia pública da Rua da Misericórdia, cujo prédio serviu para abrigar a Família Real, ali se conservando até 1840, ano em que se inaugurou a Casa de Correção. A Cadeia de Aljube ficava situada no princípio da atual Rua Major Daemon, quase esquina da atual Rua do Acre. Foi ocupado mais tarde pelo Tribunal do Júri, terminando seus dias como casa de cômodos, depois de 1906, quando foi demolido.” (SANTOS, 1965 p.118).

(1893) em propriedade que constituía o antigo Engenho dos jesuítas e o antigo Jardim Zoológico edificado em 1888 (em 1945 deslocado para a Quinta da Boa Vista). Após o ano de 1870, a Freguesia do Engenho Velho passou a ser bem servida pelos bondes e a mobilidade reconfigurou o aspecto do território, onde só havia casas de passeio e sítios, sendo abertas largas ruas que passaram a abrigar belas residências (SANTOS, 1965).

A Freguesia da Lagoa (1809) ganhou reconhecimento na segunda metade do século XIX, quando o bairro de Botafogo, que pertencia a região, se tornou local de moradia da aristocracia estrangeira e da burguesia nacional, impulsionados pelos valores modernizantes onde residir próximo ao mar passou a ser sinônimo de elegância. Também é nesta freguesia que ficava a Escola Militar do Brasil (1851), o Recolhimento de Santa Teresa mantido pela Santa Casa de Misericórdia (1852), a Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Freguesia da Lagoa (1872) e o Hospício Nacional de Alienados (1841). O Instituto Imperial de Meninos Cegos (1854) achava-se na Praia da Saudade pertencente a essa freguesia, assim como a pouco habitada Copacabana (SANTOS, 1965).

Na Freguesia de Santana (1814) predominavam as atividades manufatureiras e diversas repartições militares. A antiga Escola Normal (1880) pertenceu a esse território, como também o edifício da Fábrica de Gás (1853), de onde saía o combustível para iluminar o Município Neutro até o advento da energia elétrica (SANTOS, 1965). Estava localizada nesta freguesia, a sede da Estação Ferroviária de Pedro II (1858, hoje Central do Brasil), o Supremo Tribunal Militar (1808) e outras repartições anexas ao Ministério da Guerra, o Senado (1826), e a Casa da Moeda (1868, hoje, Arquivo Nacional) (SCHUELER, 2005).

Durante o Império Santana destacava-se por ser um local rústico e popular, caracterizado pelo grande número de habitações “coletivas, estalagens, casas de cômodos e cortiços. Pobres e trabalhadores conviviam com comerciantes de varejo e atacado, proprietários de oficinas e artesãos estabelecidos” (SCHUELER, 2017, p.98). Segundo Lobo (1978), em 1868, 20% da população (6.458 indivíduos) morava nos 54 cortiços existentes ali. A região da atual Praça Onze ficou conhecida como a “Pequena África” pela quantidade de moradores negros, ex- escravos e escravos. Após as reformas urbanas empreendidas na década de 1870, a freguesia ganhou áreas de um elegante parque baseado nos moldes europeus (SCHUELER, 2005).

Fora do “centro urbano”, em direção ao sul, as indústrias de cervejas e tecidos identificavam a Freguesia da Glória (1834) que também possuía um comércio regular. Estavam situadas nesta região importantes instituições como o Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa (1853), dois estabelecimentos da Sociedade Amante de Instrução

(Asilo de órfãos 1829, Associação Promotora de Instrução 1876), o Instituto Imperial de Surdos Mudos (1856), o Instituto Pasteur (1858), o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1899) e, no início do período republicano, o Palácio da Presidência (1897, conhecido como do Catete, atualmente tornou-se o Museu da República). (SANTOS, 1965)

Foi no Largo da Lapa, pertencente a esta freguesia, que os carmelitas instalaram o convento, depois que seu edifício passou a servir a coroa portuguesa em 1810. Este território era bem servido pela condução de bondes e Companhia de Ferro por isso, se estabeleceram por lá grande número de hotéis, pensões, chácaras e casas de luxo (SANTOS, 1965). Contudo, junto a essa população privilegiada vivia grande quantidade de trabalhadores morando em cortiços, sendo o segundo maior quantitativo, quando a Freguesia de Santana ocupava o primeiro lugar. (SCHUELER, 2005).

Entre as Freguesias urbanas também temos a de Santo Antônio (1854) que era aérea periférica ao centro comercial da Corte, constituindo-se em endereço de grande número de trabalhadores urbanos. Segundo Lobo (1978), a população residente em cortiços, no ano de 1868, era de 3.558 pessoas. Nesta região havia indústrias e estava a Repartição Central de Polícia (1854), os conventos de Santo Antônio (1591), dos Franciscanos (1616) e de Santa Teresa (1883) pertenciam a sua jurisdição. Contudo, a mais importante construção daquele território era o Aqueduto da Carioca que ligava o Morro de Santa Teresa com o de Santo Antônio inaugurado em 1744, após 71 anos do início das obras, e que hoje é conhecido como “Arcos da Lapa” (SANTOS, 1965).

A Freguesia de São Cristóvão (1856), onde residiram alguns nobres e à família real, começou a partir da década de 1870 a sofrer grandes modificações. Os antigos casarões passaram a ser procurados para a instalação de indústrias, pois estavam próximos ao centro da Corte e do porto, além de ser uma região bem servida pelos eixos ferroviários e estruturado fornecimento de água e esgoto. A indústria era, sobretudo, de vidros, cristais, artefatos de barro, velas e tecidos. (ABREU, 2013). Outras importantes instituições desta região era o internato do Colégio Pedro II (1888), o Hospital dos Lázarus (1753) e o Asilo Gonçalves de Araújo (1900), mantidos pela Irmandade da Candelária. (SANTOS, 1965).

Os festejos populares do Divino Espírito Santo deram fama à freguesia do mesmo nome criada em 1865. Na região estava um pequeno comércio, as fábricas Bailly & Cia (1860) e Cervejaria Brahma (1888). Também eram encontrados nesta freguesia a Casa de Correção e Detenção (instituída em 1769, mas somente em 1840 foi construída nos limites da freguesia) e o Asilo de São Francisco (antigo Asilo da Mendicidade instituído em 1879).

No ano de 1873 foram criadas as duas últimas freguesias urbanas: Engenho Novo e Gávea. A primeira recebeu o nome do antigo engenho pertencente a Companhia de Jesus, que depois de sua expulsão teve as terras arrendadas por diversos proprietários. Ficou conhecida também por abrigar o antigo Jockey Club (criado em 1868 em 1926 transferido para a Gávea) (SANTOS, 1965).

A Freguesia do Engenho Novo também possuía fábricas de produtos de pequeno porte como chapéus, água gasosa, fósforo, gelo e manteiga. No início era apenas um povoado pequeno e com a chegada da Estação de Ferro, iluminação pública, água encanada, esgoto e algumas calçadas com belos prédios, apresentou progressos urbanos. Já a Freguesia da Gávea, por sua vez, dispunha de fáceis meios de locomoção por meio dos bondes do Jardim Botânico e da Companhia de Ferro Carril. O clima agradável fazia a região ser muito procurada por estrangeiros e as pessoas mais abastadas da sociedade. Seu principal ponto atrativo era o Jardim Botânico (1808) (SANTOS, 1965).

Muitas Freguesias sofreram divisões em distritos através da promulgação da lei de 1º de outubro de 1828, pelo Código de Processo criminal e as instruções de dezembro de 1832, que não foram modificadas pelo Ato adicional de 1834. Essas resoluções previam que as Câmaras Municipais deviam dividir as freguesias em distritos a partir de 75 fogos, ou seja, casas habitadas. Também em 1833 a Câmara Municipal remarcou especificamente os limites das Freguesias da Candelária, Sacramento, São José, Santa Rita, Santana e Engenho Velho, a fim de terem os distritos delimitados para a eleição dos juízes de paz (SANTOS, 1965).

Os limites das freguesias sofriam alterações com certo ritmo, de acordo com os interesses governamentais que eram de alguma maneira, influenciados pelo crescimento populacional ou reformas urbanas. No quadro 1 podemos observar os limites dos seis distritos da Freguesia da Candelária entre os anos de 1833 e 1853.³⁰

Quadro 1 - Divisão distrital da Freguesia da Candelária 1833-1853³¹

1º Distrito	Praia dos Mineiros em toda sua extensão, ruas das Violas, São Pedro, e parte da dos Ourives, Quitanda, Candelária e Direita desde o canto da dos Pescadores até a de S. Pedro, a Mathias Lopes Alves Silva.
2º Distrito	Ruas do Sabão, Alfândega, Hospício, e a parte dos Ourives, Quitanda,

³⁰ Essas informações compõem a correspondência entre o juiz de paz do segundo distrito da Candelária, Antônio da Silva Pinto Junior, e o presidente interino da Câmara municipal. O juiz de paz encaminha um pedido de certidão da divisão distrital da freguesia e o presidente interino da Câmara Municipal conduz como resposta a relação dos distritos, e seus respectivos guardas municipais responsáveis.

³¹ Para proporcionar uma leitura mais fluída atualizamos a ortografia de todos os documentos manuscritos utilizados.

Quadro 1 - Divisão distrital da Freguesia da Candelária 1833-1853³¹

	Candelária e Direita do canto da de S. Pedro a do Hospício, a Antônio Gomes da Silva.
3º Distrito	Ruas do Cano e Ourives, na frente por onde se limita a Freguesia, Carmo, Rosário, Ouvidor, Travessia do mesmo nome, Becos dos Barbeiros, Lapa, Cancelas, Arco do Telles, Rua Direita do canto da do Hospício até a Igreja da Ordem 3º do Carmo, a Salvador Antônio de Menezes.
4º Distrito	Frente do Largo do Paço, nos limites da Freguesia, Ruas do Mercado, e Beco dos Adelos, a Domingos da Silva Porto, este Guarda também adjunta o serviço das Praças do Mercado e Marinhas.
5º Distrito	Praça das Marinhas a Luiz Antônio da Silva Pinto.
6º Distrito	Praça do Mercado a Claudio Jose da Silva

Fonte: AGCRJ, código 68.3.9. Quadro elaborado pela autora

Como é possível acompanhar pela composição dos distritos, apresentados no quadro acima, a **Freguesia da Candelária** com a sua pequena extensão territorial compunha a região central da capital do país, ou seja, importante área comercial e financeira da Corte Imperial. Nesta freguesia, de sobremaneira, se concentrava o comércio importador e exportador (SANTOS, 1965). Era na Freguesia da Candelária que se ouviam os sons dos contos de réis deslizando nas mãos sedentas por lucro dos comerciantes, o passar das distintas senhoras aligeiradas para conseguir a última moda dos chapéus vindos da Europa, ou mesmo as exclamações dos escravos que ali faziam suas negociações na Praça do Mercado³². A Candelária era:

(...) preferida pelo comércio luso, recebia as levas de pequenos imigrantes estrangeiros, notadamente os pequenos portugueses, que vinham fazer a América como caixeiros, guarda-livros, escriturários, e comerciantes na Corte, entre outros serviços e ofícios (...) (SCHUELER, 2005, p.166).

Como podemos notar essas duas características eram marcantes na Freguesia da Candelária: o comércio e a imigração portuguesa. Tudo isso se misturava às ações devocionais da Irmandade da Candelária e ao toque das badaladas do monumental sino do templo que ditava o ritmo da vida dos habitantes.

Observemos o quadro 2 com as principais atividades comerciais desenvolvidas nesta freguesia.

³² Sobre as atividades comerciais desenvolvidas por escravos na Freguesia da Candelária consultar LOPES (2020).

Quadro 2 - Atividades comerciais desenvolvidas na Freguesia da Candelária no século XIX.

Atividades comerciais desenvolvidas na Freguesia da Candelária durante as últimas décadas do século XIX e início do XX separadas por categorias	
Armazéns de:	Carne seca, louças, vinhos, sal, sabão, café, consignações de produtos de fazendas, fumos, algodão, ferro, massame ³³ , trigo, farinha e couve.
Casas de comércio de:	Alfaiates, armarinho, armadores ³⁴ , (bancas de) cereais, (bancas de) peixe, (bancas de) verduras, (bancas de) aves, barbeiros, botequins, produtos de barro, bilhares ³⁵ , bazares, cambio, café moído, pasto, (vender) piano, (vender) farinha, (vender) pães, (vender) biscoitos, confeitarias, cocheiras de cavalo, corretores, corretores de navio, depósitos diversos, drogarias, hospedarias, leiloeiros, (quitandas, de) louças brasileiras, quinquilharias, padarias, tavernas, (quitandas de) verduras, padarias, tavernas e (quitandas de) verduras.
Escritórios de:	Comissões, agências de loterias da capital e dos estados, dentistas, médicos, advogados, engenheiros, professores, construtores, tabeliões e tradutores (públicos e particulares).
Fábricas de:	Flores, chapéus de sol, charutos, chocolate, papéis, água mineral, de fundas, refinação de açúcar e sirgueiro ³⁶ .
Lojas de:	Chapéus, livros, chapéus de senhoras, chá e rapé, perfumarias, espelhos, calçados nacionais e estrangeiros, ferragens, couro, coletes, modas e figurinos, tintas, sementes, móveis em grande e pequena escala, fazendas e roupas feitas, lampistas ³⁷ , leilões e latoeiros.
Oficinas de:	Caldeireiros, carpinteiros, costureiras, cravadores, espingardeiros, encadernadores, funileiros, ferrarias, livreiros, editores, latoeiros, litografias, marceneiros, tipografias de jornais (diários, bissemanais, semanais, trimensais, quinzenais, nacionais e estrangeiros), zinco-litografia, taquigrafia musical, fotogravuras, ourives, relojoeiros, celeiros, serralheiros, tintureiros, tamanqueiros, torneiro, tipógrafos e vestimenteiros.

Fonte: Descrições das atividades recolhidas de SANTOS, 1965, p.18. Quadro elaborado pela autora

A exposição detalhista de Noronha Santos (1965) dá a perceber o comércio variado que a Freguesia da Candelária possuía. Contendo além de lojas, casas comerciais e armazéns, que podem ser caracterizados como estabelecimentos que atendiam de maneira mais direta a população, através da venda de gêneros alimentícios, vestuário, mobílias, remédios, materiais relacionados à higiene etc. Havia na região escritórios diversos, loterias, hospedarias, pequenas fábricas e oficinas de produtos variados como oficinas de taquigrafia musical e fábricas de chocolate. A profusão de comercialização e, conseqüentemente, de renda gerada justifica a importância mercantil que a região tinha para a capital do país.

Outra maneira de apreendermos a instituição desse cenário comercial da Freguesia da Candelária é através dos endereços de negociantes, comerciantes nacionais e estrangeiros, assim como capitalistas e consignatários que aparecem inúmeras vezes nas páginas do

³³ Espécie de massa usada para revestimentos em construções.

³⁴ Pessoas que comercializavam adornos de festas.

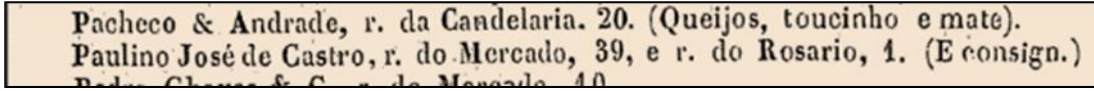
³⁵ Casas destinadas a jogos e apostas.

³⁶ Obras de fios e cordões de lã ou seda.

³⁷ Comércio de lâmpadas.

periódico *Almanak Laemmert*³⁸. Observemos a imagem na qual o negociante da Pacheco & Andrade deixa claro seu endereço onde se poderia comprar queijos, toucinho e mate.

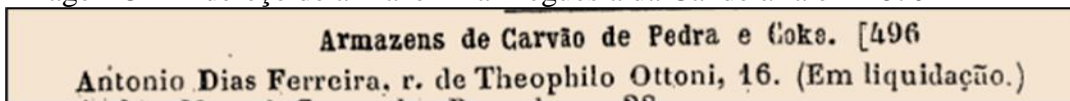
Imagem 2 - Endereço de comércio na Freguesia da Candelária em 1870



Fonte: Almanak Laemmert, ano 27, série, 20, 1870, p.533.

Ou ainda, a imagem na qual Antônio Dias Ferreira anuncia a liquidação em seu armazém que comercializava carvão de pedra e Coke.

Imagem 3 - Endereço de armazém na Freguesia da Candelária em 1870



Fonte: Almanak Laemmert, ano 27, série, 20, 1870, p.533.

Neste “local de lojas importadoras, casas comissárias, oficinas, consulados, bancos e escritórios” (SCHUELER, 2005, p.166) ainda se encontravam importantes edifícios de funções públicas como o Correio Geral (1663) na antiga Rua Direita, a Caixa de Amortização (1827), a Repartição Geral dos Telégrafos (1743), o Arsenal da Marinha (1764) e repartições dependentes do Ministério da Marinha (criadas entre 1810 e 1814). Diversos bancos privados nacionais e estrangeiros, companhias de navegação, escritórios de companhias de seguro, consulado de vários países, sociedades anônimas, sedes das sociedades de estradas de ferro, a matriz do telegrafo inglês, casas de consignações e de fotografias também estão nesta região (SANTOS, 1965).

Merece destaque, nesta freguesia, a Praça do Mercado. Sua origem remete às pequenas barracas de venda de legumes, peixes e farinhas que ficavam na beirada do mar, onde em 1834 a Câmara Municipal propôs a construção de uma praça para o mercado. No ano posterior uma parte da Praça foi inaugurada, outra ainda em 1839, mas as obras gerais só terminaram em 1841. Outras intervenções estruturais ocorreram entre as décadas de 1870 a 1890. Já no principiar da República, o depósito de aves e legumes foi destruído por um incêndio. Reconstruído, abrigou a agência da prefeitura da Candelária. Em 1909, outro incêndio acometeu o lugar que, em 1911, foi desativado e demolido (SANTOS, 1965).

³⁸ Intitulado Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Foi um periódico em formato de anuário publicado entre os anos de 1844 e as primeiras décadas do século XX. Seus donos editores, os irmãos franceses Henrique Laemmert e Eduardo Laemmert, pretendiam que o escrito fosse de utilidade pública e apreciado pelos diversos ramos da sociedade, e por isso em suas páginas haviam registros da vida pública da Corte e do país, dados informativos, culturais e administrativos. (PASCHE, 2014)

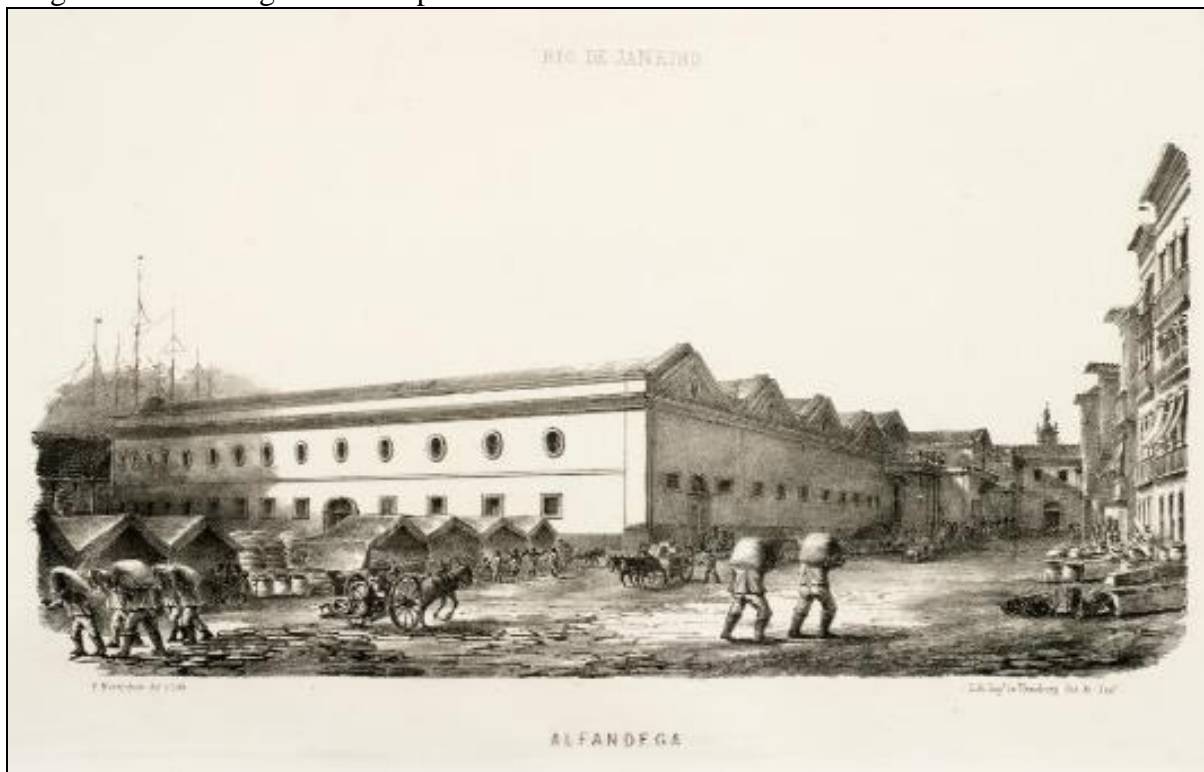
A Alfândega era outro importante local da Corte, situado nos limites da Freguesia da Candelária. Tem sua origem no Alvará de 23 de agosto de 1808, que impulsiona o comércio com a abertura dos portos as “nações amigas de Portugal”. De 1819, até a última década do Império, sofreu intervenções, obras estruturais e diversas destinações (SANTOS, 1965). Foi em 1820 que teve o nome “Praça do comércio” substituído por (Alfandega). Schueler (2005) destaca que:

O Mercado do Peixe, a Alfândega e seus armazéns, nas proximidades do Largo do Paço (Palácio Imperial) e da Praça de D. Pedro II (atual Praça XV de Novembro), conferiam singularidade à freguesia da Candelária. (SCHUELER, 2005, p.161).

Desta forma podemos compreender que a Freguesia da Candelária tinha a sua relevância na Corte Imperial, sobretudo, pelas relações comerciais ali desenvolvidas e pelo estabelecimento dos prédios públicos de grande importância para o cotidiano da Capital de um país, como por exemplo, a Alfândega, os Correios e o Telégrafo. Ou seja, estabelecimentos pertencentes às áreas de importação, exportação e comunicações.

A imagem 4 retrata a Alfândega em 1856.

Imagem 4 - Alfândega em 1856 por Bertichen



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Já a imagem 5, datada de 1860, retrata a Praça do Comércio, nos limites da rua Direita, onde é possível observar o prédio do Correio a esquerda, ao lado a Igreja da Santa Cruz dos Militares e a direita a Igreja de Nossa Senhora do Carmo.

Imagem 5 - Praça do Comércio em 1856 por Carlos Linde.



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

Nas imagens acima podemos observar além da ilustração de dois locais comerciais importantes para a Capital do Império, traços da organização urbanística no meio do século XIX. Na representação da Alfândega é possível notar uma área mais aberta formada por uma rua larga, alguns sobrados que como veremos adiante eram as construções características da freguesia, a movimentação de pessoas (talvez escravos) e carroças deslocando muito possivelmente mercadorias comercializadas no local. A ilustração da Praça do Comércio parece representar uma rua com algum tipo de pavimentação, possivelmente por ter ao entorno prédios importantes, além das pessoas e carroças deslocando mercadorias é perceptível alguns indivíduos com boas vestimentas e ao fundo carroças com estruturas diferentes, provavelmente utilizadas para o transporte de pessoas.

No território da Freguesia da Candelária, além do suntuoso templo matriz, dedicado a Nossa Senhora da Candelária estão outras igrejas, sendo algumas propriedades de irmandades. São elas: Igreja do Carmo (na antiga Rua Direita, atual Primeiro de Março), Igreja da Ordem Terceira do Carmo e Igreja da Mãe dos Homens (ambas na Rua da Alfândega), Igreja de São Pedro (na Rua dos Ourives), Igreja da Ordem Terceira da Conceição e Igreja da Boa Morte (situadas na Rua do Rosário), Igreja da Santa Cruz dos Militares (na Rua Primeiro de Março esquina com a Rua do Ouvidor) e Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores (na Rua do Ouvidor esquina da Travessa do Comércio) (SANTOS, 1965). Ou seja, somada à Igreja matriz da Candelária, havia uma profusão de outras oito instituições católicas espalhadas pelo território diminuto da freguesia, realidade incomum diante das demais freguesias urbanas ou rurais da capital do Brasil.

A Freguesia da Candelária também teve seu status de Realeza, pois a família do rei e os “súditos mais fiéis”, que com ela aportaram em 1808, residiram naquela região. O antigo Palácio do Carmo, que com melhorias, recebeu a denominação de Paço Real também foi moradia de D. Pedro I. Na época do Império de D. Pedro II passou a ser utilizado apenas para cerimônias de gala e ações políticas. Nos limites da Candelária havia também a de Praça D. Pedro II (com a proclamação da república denominada Praça XV de novembro) (SANTOS, 1965).

Contudo mesmo antes da chegada da Família Real, ainda no período colonial, percebemos a importância da Freguesia da Candelária através dos investimentos dos serviços urbanos que recebia. Quando no vice-reinado de Luís de Vasconcelos (1778-1790) existiam 72 lampiões de azeite de peixe ou baleia para iluminar a Corte, maior parte deles, no número de vinte e seis, encontravam-se na Freguesia da Candelária. Dos demais, vinte e dois pertenciam a Sé e os outros se encontravam nas freguesias de São José e Santa Rita (FILHO, 2000). Conforme demonstra a imagem 6, “esses lampiões estavam suspensos em braços de ferro havendo quatro lampiões nas ruas de maior trânsito e dois nas menos importantes” (FILHO, 2000, p.118). Esse tipo de iluminação subsidiada pelo governo permaneceu até 1854 quando passou a ser à base de gás.

Imagem 6 - Lampião de azeite de peixe utilizado para iluminação da Corte até 1854. A pintura é atribuída a Debret, 1834.



Fonte: DUNLOP, 1965. Foto elaborada pela autora

A partir de 1850, quando as freguesias urbanas passaram a sofrer uma série de transformações com as concessões do governo imperial ao capital estrangeiro no ramo de serviços urbanos, a Freguesia da Candelária foi uma das primeiras a se beneficiar.

Com efeito, já em 1854 muitas ruas da freguesia da Candelária (o verdadeiro centro da cidade, onde se localizava grande parte do comércio importador e exportador, as grandes casas comerciais, vários consulados, bancos e companhias de navegação) passam a serem calçadas com paralelepípedos. Nesse mesmo ano, através da iniciativa de Mauá, a iluminação a gás é inaugurada no centro, que passa a se beneficiar também, em 1862, do serviço de esgotos sanitários concedidos à empresa inglesa Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, passando o Rio a ser a quinta cidade do mundo a possuir esse tipo de serviço (ABREU, 2013, p.42)

Como podemos perceber no relato acima, no início da segunda metade do oitocentos brasileiro, Abreu (2013) categoriza a Freguesia da Candelária como o “verdadeiro centro da cidade”. Esta relevância e destaque comparados às demais freguesias urbanas se dá pelo comércio importador e exportador estabelecido e os importantes prédios e sedes de empresas. Provavelmente também por essas mesmas características que a Freguesia foi uma das primeiras regiões a receber calçamento, esgoto e iluminação.

Entretanto mesmo antes da Independência, por volta de 1821, quando a vida da Corte se limitava basicamente às Freguesias da Candelária, Santa Rita, São José e Santana, estas últimas ainda guardavam aspectos rurais, enquanto a Candelária se diferenciava. Era a região onde as classes dirigentes da Corte ocupavam os sobrados das estreitas ruas. Escassas eram as ruas largas na Corte Imperial, a maioria possuía pouco mais de cinco metros. Algumas ruas, como a do Ouvidor, tinha aproximadamente seis metros e a Rua Direita, o importante eixo comercial, contava com cerca de trinta metros de largura (FILHO, 2000). Partes dessas ruas compunham a Freguesia da Candelária.

Na região não havia casas residenciais amplas. A zona central da urbe era basicamente constituída de dois tipos de residências particulares: as térreas e os sobrados. As casas térreas tinham uma porta e duas janelas centrais. Na entrada uma sala ampla seguida de um corredor que fazia comunicação com os quartos ou alcovas³⁹. No fim do corredor estava a sala de jantar com janelas para uma área e uma porta estreita que fazia ligação com a copa e a cozinha, que possuía luz externa direta. O banheiro ficava do lado de fora da casa. Geralmente não havia calçadas e somente um degrau separava a entrada da casa da rua (FILHO, 2000).

Os sobrados, por sua vez, eram casas que tinham um pavimento superior que não ocupava toda a largura do lote onde ficavam de um a três quartos. A arquitetura que deixava uma sobra de extensão, e deu origem ao nome, refletia a necessidade da entrada de luz direta. Depois os sobrados passaram a ocupar toda a frente dos lotes e surgiram casas que possuíam a frente ocupada por oficinas ou comércio. O grande problema da arquitetura de todas essas residências era a falta de luz direta e a má circulação de ar (FILHO, 2000).

³⁹ É um dormitório sem janelas ou portas constituído por uma espécie de recesso na parede.

Os painéis de Zeferino da Costa, aqui já referenciados, que se encontram no teto da nave central da Igreja da Candelária, rememoram a história do templo entre os anos de 1630 a 1811.

Paralelamente, são uma reconstituição de diferentes épocas do Rio de Janeiro. Usos e costumes, vestuário, meios de transporte, arquitetura civil e religiosa, arte religiosa e uma infinidade de outros aspectos são representados pelo artista. As pinturas compõem uma narrativa do desenvolvimento da cidade [...] (MACHADO, 1984, p.98)

Como nos relata o memorialista Arnaldo Machado (1984) as pinturas de Zeferino Costa que relatam a história da Igreja da Candelária também auxiliam a perceber o desenvolvimento da freguesia que progredia ao seu entorno. O quinto painel intitulado *A Sagração* retrata a sagração da pedra fundamental do novo templo para a igreja em 1775, conforme ilustra a imagem 7. Mas também dá a perceber a arquitetura das casas ao redor da igreja e conseqüentemente a revolução urbanística que o Rio de Janeiro colonial sofre com a descoberta do ouro. Podemos observar os tipos de moradias que existiam na Freguesia da Candelária

Observemos nas imagens 8, 9 e 10 detalhes das moradias no painel *A Sagração*.

Imagem 7 - *A Sagração*. Painel de Zeferino da Costa. Encontrado na abóboda da nave central da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (RJ).



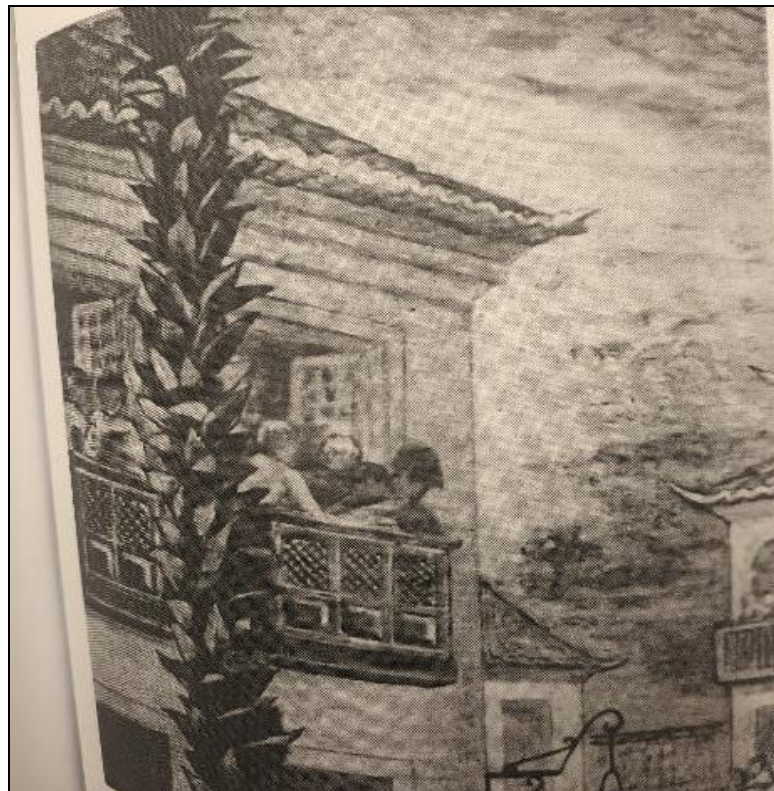
Fonte: Site Enciclopédia Itaú Cultural

Imagem 8 - Detalhe do painel A Sagração. Sobrado com janela tipo guilhotina.



Fonte: MACHADO, 1984, p.162. Foto elaborada pela autora

Imagem 9 - Detalhe do painel A Sagração. Sobrado com sacada em madeira e lanterna do lado externo da residência



Fonte: MACHADO, 1984, p.163. Foto elaborada pela autora

Imagem 10 - Detalhe do painel A Sagração. Residência de 3 pavimentos com telhado ondulado e janelas com balcões corridos.



Fonte: MACHADO, 1984, p.163. Foto elaborada pela autora

Diferentemente do que é ilustrado na imagem 1 da página 34 deste trabalho, quando as casas por volta de 1634 eram de pau -a- pique ou taipa, as edificações no final do setecentos são de pedra, telhadas e utilizando pedra lavada, barro e madeira. As casas eram de dois pavimentos ou típicos sobrados, possuíam sacadas de madeira, janela tipo guilhotina com caixilhos, guarda corpos e lanternas na parte externa, em outras havia nas janelas balcões corridos e sem cobertura, com balaústres recortados e telhas onduladas (MACHADO, 1984).

A análise do primeiro livro de admissão de irmãos da Irmandade da Candelária que compreende os anos de 1844 a 1861 dá indícios de que algumas ruas⁴⁰ da freguesia eram mais

⁴⁰ No livro de admissão aparecem endereços na Rua Direita com expressivo número de 150 irmãos e do Rosário com 52 associados à ISSSC. Além disso, há diversos registros na Rua Ourives, Alfândega, Hospício, do Carmo, Ouvidor, Nova do Ouvidor, Praia dos Mineiros, Praia do Peixe, Aljube, Marítimo, Arsenal da Marinha, Cano, Prainha, Beco da Lapa, Beco das Cancelas, Arco do Teles, Beco dos Adeles, Beco da Alfândega e Travessa do Paço. Contudo para considerarmos esses locais na análise seria necessário compreender com maior profundidade as delimitações da Freguesia da Candelária e das freguesias adjacentes, para assim sabermos qual o contingente de irmãos residiam realmente na Freguesia da Candelária ou habitavam nos limites de outras regiões. As ruas afirmadas acima se encontravam nos arredores da Igreja da Candelária e isso nos indica com grande margem de certeza que estavam dentro da região da Freguesia da

residenciais, enquanto outras abrigavam em maior número o comércio característico da região. No período, temos cerca de 110 irmãos que residiam na Rua São Pedro, 150 na Rua da Quitanda, 90 na Rua das Violas, 28 na Rua da Candelária, 64 na rua do Sabão, enquanto apenas 18 moravam na Praça do Mercado e 1 na Rua dos Pescadores. É certo que nem todos os moradores da Freguesia da Candelária pertenciam ao quadro de irmãos da ISSSC e outros poderiam residir junto as suas lojas e oficinas.

A partir da década de 1870 a Corte vai viver mais intensamente a separação dos usos de suas freguesias pelas classes sociais, devido, sobretudo a dois fatores. Primeiro, a Comissão de Melhoramentos estabeleceu no ano de 1875 uma série de intervenções nas freguesias centrais⁴¹ que consistiam no alargamento e retificação das ruas, aberturas de praças e melhoramento das condições higiênicas, a fim de auxiliar a circulação de pessoas, a ventilação das casas, o escoamento das águas da chuva e embelezamento da região. Mudanças em prol da modernização que não poderiam conviver com o contingente populacional, sobretudo, pobre. Segundo, a intensificação do investimento nos bondes e trens proporcionou maior mobilidade e crescimento físico de toda a Corte (ABREU, 2013).

A implantação dos bondes de burro e, depois, sua substituição pelos movidos sobre trilhos inaugurou nova técnica de mobilidade, possibilitando a expansão do Município Neutro. Se antes somente aqueles que possuíam carroças e cadeirinhas se movimentavam com qualidade, a partir da inauguração dos bondes as pessoas passaram a residir fixamente em locais que antes eram apenas áreas de passeio. Em 1868, a primeira concessão para o serviço de bondes de burro servia à Freguesia da Glória. A década de 1870 foi responsável pela concessão do serviço a outras companhias com a inauguração das linhas que atendiam Botafogo, Laranjeiras, São Cristóvão, Tijuca, e as atuais regiões da Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi, Rio Comprido, Gávea, Andaraí, Grajau, Maracanã, Vila Isabel, São Francisco Xavier e Engenho Velho (ABREU, 2013). Próximo aos anos de 1880 a Freguesia da Candelária passou a possuir o serviço dos bondes, fato que permitiu aos seus moradores e comerciantes maior circulação pelas demais freguesias e regiões do Município Neutro.

Outra resultante do investimento do capital estrangeiro foram os trens. Em 1858 foi inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro de D. Pedro II, que ocasionou a ocupação das áreas por ela atravessada. Os trens passaram também a ser a locomoção até a região central da Corte utilizado pela população trabalhadora que residia nas freguesias rurais. A partir da década de 1870 ocorreu a inauguração de demais trechos da estrada de ferro que

Candelária. O que podemos certificar a partir desses dados é o grande número de irmãos que a Irmandade da Candelária possuía por toda a região urbana da Corte.

⁴¹ Essas intervenções só ocorreram com empenho a partir de 1903 na Reforma Passos. Porém, esses anos finais do Império foram de grande importância para o estabelecimento de padrões modernos nas freguesias urbanas centrais da Corte, mesmo que fisicamente pouco foi concretizado daquilo que foi promulgado. (ABREU, 2013)

atravessavam São Cristóvão, Engenho Novo e Irajá, outros que circulavam no atual Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha, como também o aumento de trens diários nas linhas de Cascadura e o surgimento de estações intermediárias, para melhor atender a população (ABREU, 2013).

As freguesias urbanas e rurais da Corte modificaram-se. As pessoas mais abastadas passaram a deixar o tumultuado eixo comercial da capital do país e a habitar as freguesias no sentido sul, que sofriam melhoramentos urbanos constantes resultantes do capital estrangeiro. A população pobre e trabalhadora foi ocupando, aos poucos, as freguesias rurais, com uso regular da estrada de ferro para seu trânsito diário. Estas regiões vivenciaram um crescimento populacional e a modificação das características dedicadas a agricultura com a implantação de algumas indústrias de tecido. Na Freguesia da Candelária ocorreu um esvaziamento populacional e pouco a pouco os atributos de uma área comercial foram sobressaindo.⁴² (ABREU, 2013).

As freguesias de Santana, Santo Antônio, São José, Santa Rita e Espírito Santo passaram a ser habitadas em grande maioria pela população pobre, livre e escravos de ganho devido à proximidade dos locais de trabalho; mesmo que a sua permanência ali não fosse bem vista e ações contra as suas residências características, os cortiços ocorressem com veemência (ABREU, 2013). Portanto, as últimas décadas do oitocentos modificou o padrão de ocupação das freguesias da Corte Imperial.

No ano de 1870 as delimitações da Freguesia da Candelária eram as seguintes:

Divide esta Freguesia com as seguintes ruas: dos Ourives do lado do mar ou da numeração par, principiando do canto da rua Sete de Setembro até a rua das Violas ambos os lados até a Praia dos Mineiros. Rua Sete de Setembro canto da Rua dos Ourives lado par até o Largo do Paço. Largo do Paço do canto da Rua Direita até o mar, compreendendo somente a parte que está calçada de paralelepípedos porque o do Largo pertence a Freguesia de São José. Rua do Carmo, Rua da Quitanda, e Rua Direita, estas do canto da rua Sete de Setembro ao canto da rua dos Pescadores e aquela do canto da rua Sete de Setembro à rua do Ouvidor. E a Rua da Candelária do canto da rua do Hospício à rua dos Pescadores. Toda a Praia dos Mineiros, cais e outras ruas que ficam dentro desta área. Agora passo a numerar todas as ruas, becos, travessas, praças e praia que formão esta Freguesia, a saber: Ruas do Ourives, Quitanda, Candelária, Carmo, Direita, Mercado, Sete de Setembro, Ouvidor, Rosário, Hospício, Alfândega, Sabão, São Pedro, e Violas. Becos dos Barbeiros, das Cancelas, da Lapa e dos Adelos. Travessas do Comércio. Praça das Marinhas. Largo do Paço e Praia dos Mineiros. Faz parte também desta Freguesia a Praça do Mercado (AGCRJ, código 68.3.32, p.1).

Como é possível observar, existem diversas delimitações que repartem as ruas fazendo com que as mesmas em cada parcela pertençam á freguesias diferentes. Seria necessária uma pesquisa geográfica específica para podermos afirmar com precisão que os limites que definiam a Freguesia da Candelária em 1870 (descritos acima) retratavam uma redução ou

⁴² Entre 1872 e 1890 a Freguesia da Candelária apresentou um crescimento negativo de -3% (ABREU, 2013).

expansão da localidade. Contudo, na impossibilidade momentânea de averiguar esta exatidão dos fatos indícios levam a hipótese que a região sofreu redução geográfica.

Primeiro, se retornamos ao quadro da divisão distrital da Freguesia da Candelária entre 1833 e 1853 (quadro 1, página 48) e comprarmos com a descrição acima sobre as delimitações de 1870, aparentemente a Rua da Quitanda que antes pertencia somente a Freguesia da Candelária, passa a ter somente um parte dentro dos limites da freguesia. Temos como segundo indício entre a década de 1853 e 1870 a criação de mais duas freguesias urbanas que se limitavam nas proximidades do eixo central, Santo Antônio (1854) e Espírito Santo (1865). Mesmo que tais regiões não dividissem limites com a Candelária existe a possibilidade que as suas demarcações territoriais tenham sofrido alteração, já que essas novas regiões faziam divisa com freguesias adjacentes a Candelária, como Santana, São José. O terceiro e último indicativo está na própria transformação que ocorre na malha urbana da Corte Imperial na década de 1870, como vimos considerando as análises de Maurício de Abreu (2013). Apesar disto, a Freguesia da Candelária, entre as décadas de 1870 e 1889,⁴³ continuava como umas das importantes regiões impulsionadoras da vida comercial e política. No ano de 1890, ela possuía 722 prédios dedicados à indústria (ABREU, 2013).

Maurício de Abreu ao publicar a sua primeira edição do livro “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” em 1987 nos diz:

Extremamente dependente do comportamento do setor agrário-exportador, do qual provinha grande parte do seu capital, a atividade industrial sofria revezes consideráveis, que dificultavam a reprodução do capital [...] Apesar desses entraves, a atividade industrial conseguiu se expandir. Até o início do século atual concentrava-se principalmente no centro da cidade, ou em suas imediações, e caracterizava-se pela predominância de pequenos estabelecimentos dedicados a fabricação de calçados, chapéus, confecções, bebidas e mobiliário. Eram indústrias com baixíssimo nível de mecanização, verdadeiras artesanatos, absorvendo, conseqüentemente, grande quantidade de força de trabalho. Ainda no centro localizavam-se as gráficas, as metalúrgicas leves e fundições, a indústria alimentar e outras. Era o centro, pois, o grande mercado de trabalho (ABREU, 2013, p.54 e 55)

Fazendo referência ao início do século XX, Maurício de Abreu, retratava o quadro de um lento crescimento do capital, sendo a economia fortemente dependente do setor agrário. Relacionado a isto muitas indústrias estavam localizadas no centro da cidade e em suas imediações, caracterizadas como pequenos estabelecimentos. Ao lermos atentamente a descrição do autor percebemos que muitas das confecções listadas eram as mesmas que Noronha Santos (1965) descreve como desenvolvidas na Freguesia da Candelária e podemos observar no quadro 2 da página 50. Ou seja, no início do século passado, apesar de

⁴³ A partir de 1890 percebemos o início do deslocamento das atividades indústrias do centro urbano para outras regiões como São Cristóvão que perdia suas características residenciais. Ali se instalaram fábricas de perfumaria e indústria têxtil que aproveitavam as boas condições dos serviços urbanos água, esgoto, iluminação, também a mobilidade proporcionada pela estrada de ferro e a proximidade com a área comercial da cidade. (ABREU, 2013).

percebermos em 1890 o início de um deslocamento das atividades industriais do centro urbano, a Freguesia da Candelária ainda era uma importante localidade para a capital do país, por concentrar pequenas atividades industriais, comerciais e postos de trabalho.

Ao retornarmos nossa análise para as últimas décadas do século XIX percebemos que parte da Rua Direita e os prédios públicos importantes localizavam-se na Candelária. Era, nos limites desta freguesia, que as pessoas iam realizar as transações comerciais, e receber mercadorias, comprar as novidades, estabelecer oficinas, bem como frequentar os divertimentos dos mais populares como as apostas nas brigas de galo e loterias, até as apresentações de danças e curiosidades que a classe mais próspera apreciava (FILHO, 2000). Eram nas ruas da Freguesia da Candelária que os moradores, independente de classe social e influenciados pela ISSSC, se encontravam para celebrar as diversas solenidades católicas e, na pomposa procissão das luzes, no dia dois de fevereiro, entoavam louvores à Senhora da Candelária (FAZENDA, 2011).

No contexto da década de 1870 a Freguesia da Candelária era formada por 14 ruas, 3 travessas, 3 becos e 2 praças. Conjuntura que pode ser acompanhada em detalhes no apêndice (Denominação das Ruas, Travessas, Becos e Praças da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária posterior ao ano de 1870 e anterior ao fim do Império) onde há a denominação de tais locais e as respectivas delimitações. Ainda que consideremos que as numerações nas ruas da Corte Imperial poderiam não ser contínuas e possuírem falhas há sempre a manutenção de algumas ruas na composição da freguesia ao longo das décadas do Império como, por exemplo, Candelária, Sete de Setembro, Ouvidor, Quitanda e Primeiro de Março (antiga Rua Direita).⁴⁴

O esboço da Freguesia da Candelária, encontrado no Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro Parte Comercial de 1874, permite que visualizemos grandes partes das ruas e limites da região. O mapa foi elaborado pelo engenheiro R. T. Fragoso e retrata as Freguesias Sacramento, São José, Candelária e Santa Rita, identificando-as pelos números 1, 2, 3 e 4 respectivamente. Vejamos as partes 3 e 4 do mapa onde se encontra representada a maior parte da Freguesia da Candelária identificada pelo número 3.

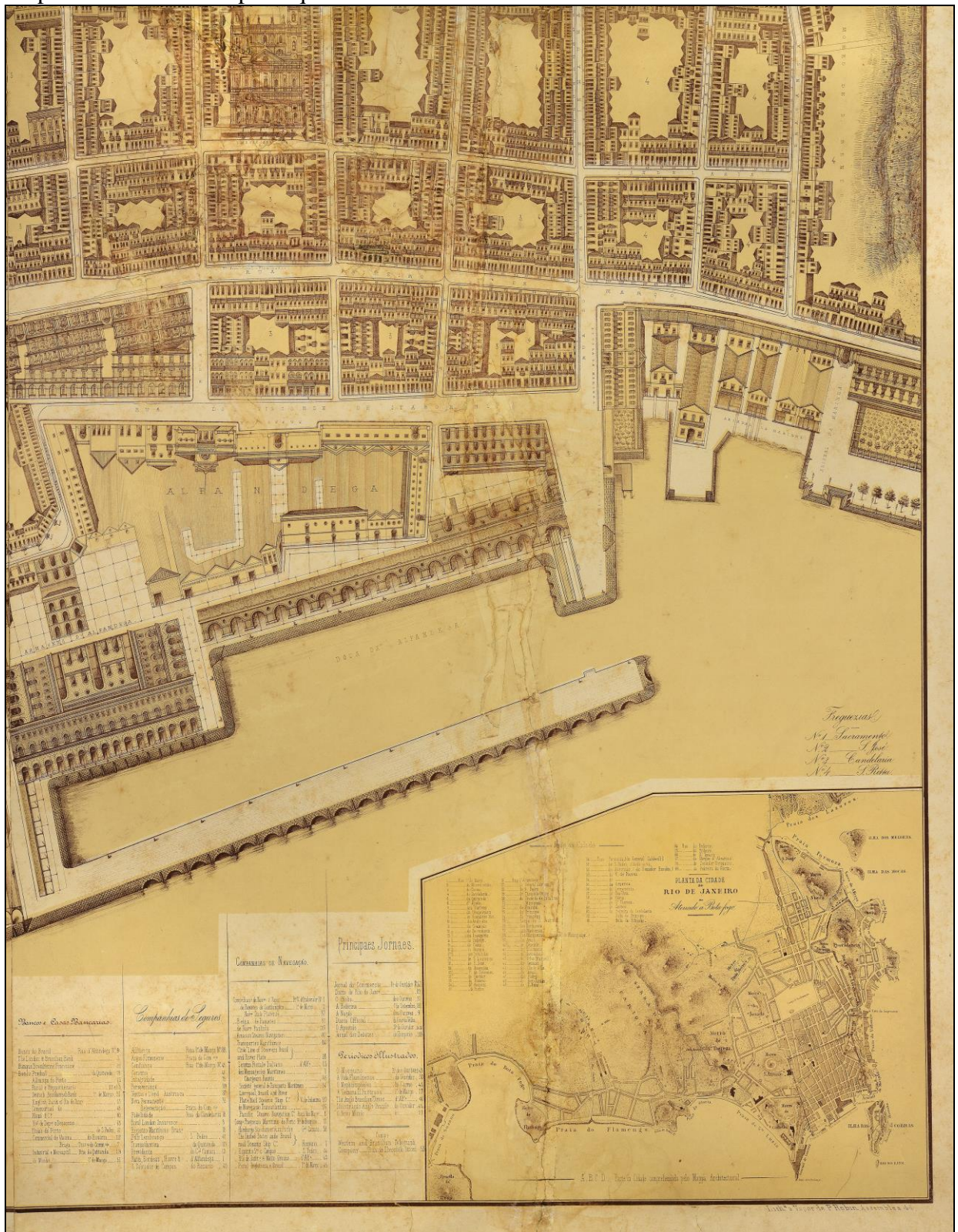
⁴⁴No contexto de 1870 a Freguesia da Candelária se limitava com as freguesias adjacentes da seguinte maneira: “Com a Freguesia de São José: Pelo lado direito da Praça de D Pedro II até a Rua 7 de Setembro (lado da Capela Imperial) e pela Rua 7 de Setembro (mesmo lado) desde a Praça de D Pedro II à Rua do Ourives (lado direito).Com a Freguesia do Sacramento: Pelo lado direito da Rua dos Ourives, desde a Rua 7 de Setembro (lado direito) à de Teófilo Ottoni (mesmo lado).Com a Freguesia de Santa Rita : Pelo lado esquerdo do Cais dos Mineiros, e mesmo lado da Rua Visconde de Inhaúma até a Rua da Quitanda (lado esquerdo), pelo lado esquerdo da Rua da Quitanda, desde a Rua Visconde de Inhaúma (lado esquerdo) até a de Teófilo Ottoni (lado direito), e pelo lado direito da Rua Teófilo Ottoni, desde a Rua da Quitanda (lado esquerdo) até a Rua dos Ourives (lado direito)” (AGCRJ, código 32.2.41).

Mapa 3 - Parte 3 do Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro Parte Comercial de 1874.



Fonte: Site Museu Imperial-Cartografia.

Mapa 4 - Parte 4 do Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro Parte Comercial de 1874



Fonte: Site Museu Imperial-Cartografia.

Um olhar atento a estes mapas atesta mais uma vez que a Freguesia da Candelária possuía importantes edificações. Através das legendas conseguimos localizar bancos e casas bancárias como a *Deutsch Brasilianisch Bank* na Rua Primeiro número 33 e a *Rural e Hypothecario* na mesma rua, ocupando o número 103. Em relação às Companhias de Seguros, temos, por exemplo, a *Fidelidade* na Rua da Candelária número 18 e a *Argos Fluminense* na Praça do Comércio. A Companhia de navegação *The United States and Brasil mal Steans Ship Cº* localizava-se na Rua do Hospício número 1. A sede do Jornal “O Apostolo” ficava na Rua do Ouvidor, números 14 e 16, assim como o periódico ilustrado “Novo Mundo” que ocupava o número 29 da mesma rua. Além disso, o desenho dos prédios e casas com numerações não inscritas na legenda indicam a existência de possíveis residências ou comércios de pequeno porte.

Ao acompanharmos as demarcações das ruas da Freguesia da Candelária se torna interessante verificarmos que a Irmandade da Candelária possuía inúmeros prédios na região e também em outras freguesias. Fridman (2017) assinala que:

Entre 1765 e 1851, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária adquiriu pelo menos sete prédios na rua de São Pedro, oito na rua do Sabão, um na rua da Quitanda, um na rua das Violas e um na rua Direita. Este último foi arrematado em leilão dos bens da Companhia de Jesus em 1766 e permutado em 1814 por outro imóvel na rua do Piolho. Possuía também um prédio no Beco dos Cachorros, posteriormente legado às irmandades do Divino Espírito Santo e São Miguel e Almas, o arrendamento de uma pedreira na Glória e várias propriedades em São Cristóvão. No período que vai de 1816 a 1822, os irmãos do Santíssimo Sacramento compraram um terreno foreiro à municipalidade na Rua do Alecrim, venderam “duas moradinhas” de casas na rua do Rosário, ao pé da Vala, e outras duas venderam na rua da Alfândega, e receberam um pedaço de terra nos fundos das casas da irmandade de frente para a rua da Lampadosa (FRIDMAN, 2017, p.47).

A partir das informações apresentadas por Fridman (2017) podemos perceber que o poderio da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária não estava somente na força ideológica exercida, mas também no domínio imobiliário que se ramificava em várias regiões da Corte Imperial. O quadro 3 demonstra as propriedades pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária entre os anos de 1834 e 1874. Trata-se dos prédios registrados no pagamento dos impostos da décima adicional e da décima urbana (espécies de impostos cobrados sobre os prédios da Corte Imperial).

Quadro 3 - Prédios pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária do ano de 1834 a 1874

Anos	Localização
1834 a 1874	Rua São José nº 96 a 114
1835	Rua da Alfândega nº 15 a 101
1835 a 1855	Rua da Candelária nº 9 a 113
1835 a 1869	Rua dos Pescadores nº 13 e 35; Rua do Sabão nº 113 a 207
1835 a 1870	Rua das Violas nº 54 a 251
1835 a 1873	Rua do Sabão nº 18 a 130

Quadro 3 - Prédios pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária do ano de 1834 a 1874

Anos	Localização
1835 a 1874	Rua dos Ourives nº 90 a 160; Rua da Quitanda nº 21 a 102 e nº113 a 207; General Câmara nº 18 a 34; Rua do Hospício nº 28 a 43; da Praia dos Mineiros nº 23 e 39; Beco dos Quartéis nº 50 e 53; Rua dos Quartéis nº 63 e 63; São Pedro nº 2 a 130
1836-1870	Rua do Sabão nº 89 a 391; Rua das Violas nº 40 a 144.
1836 a 1874	Rua da Candelária nº 21 a 157; Rua da Alfândega nº 7 a 336; Rua dos Cachorros nº7 a 11; Rua da Carioca nº 27 e 80; Beco da Fidalga nº 10; Rua General Câmara nº 89 a 341; Rua da Lampadosa nº 98; Rua do Piolho nº80;Rua da Prainha nº 91 a 103; São Domingos nº 3, 26 A e B; Rua São Francisco de Paula nº 120; Rua do Hospício nº 41 a 114; Rua São Pedro nº 42 a 231 e 273; Rua Senhor dos Passos nº 56 e 62; Rua Teófilo Otoni nº 49 a 157;Visconde de Inhaúma nº 38.
1838 a 1851	Rua do Piolho nº 34 a 42
1838 a 1860	Rua do Carmo nº 34; Rua Direita nº 76 a 106.
1838 a 1874	Rua Bragança nº 29; Beco da Bragança nº 28; Rua dos Pescadores nº 38 e 48; Travessa de Santa Rita nº7 e 91
1849 a 1874	Rua da Carioca nº 34
1857 a 1874	Rua General Câmara nº23; Rua São Pedro nº 33; Rua Visconde de Inhaúma nº 13
1858 a 1874	Largo de São Domingos nº 11; Rua Sete de Setembro nº 28; Rua Teófilo Otoni nº 54 a 57

Fonte: ISSSC, Guias de pagamento da décima adicional e da décima urbana em diversas ruas no período de 1834 a 1874. Quadro elaborado pela autora

Não podemos afirmar quando os prédios foram adquiridos e se, em algum momento, deixaram de ser propriedade da ISSSC, ou ainda se há pagamentos em anos diferentes para o mesmo imóvel. Entretanto, tais documentos são um espelho do poder territorial da Irmandade da Candelária durante o Império.

Apesar do destaque à questão imobiliária e comercial na diminuta Freguesia da Candelária, ali também havia uma população residente. O fim da Guerra do Paraguai levou à percepção da necessidade ainda maior de um recenseamento geral para se conhecer todas as informações sobre a extensão territorial e a população do Império. A relevância de saber o contingente da população dos cativos se justificava em razão das discussões políticas relacionadas à concessão gradual da liberdade aos escravos, sobretudo após a promulgação da lei do ventre livre em 1871, que constituiu outro motivo para o recenseamento.

A estatística também era, no discurso do progresso e modernização, o mecanismo, científico por excelência, necessário para apreender as necessidades e as possibilidades de ação no país (SENRA, 2009). Além disto, a necessidade da estatística estava no Brasil firmar um compromisso internacional assumindo padrões confiáveis e procedimentos valorizados, como também reafirmar o interesse da civilização (GIL, 2007). Neste sentido, o recenseamento do Império, datado de 1872, nos auxilia a compreender outras características da Freguesia da Candelária no século XIX.

O campo da historiografia da educação tem apontado nas últimas décadas a necessidade de um trabalho sistemático com as estatísticas, um estudo crítico, aumentando o conhecimento sobre a produção, interpretação e divulgação dos dados, os instrumentos de

coleta e as relações que permeiam cada etapa de análise dos quantitativos. (GIL, 2009). A importância desta questão fundamenta-se, pois, as estatísticas estão estritamente relacionadas à intencionalidade política e ao poder de interferência que a maneira de divulgação de seus dados possui. A sua suposta neutralidade justifica as decisões governamentais. (FARIA FILHO, 2000)

A lei 1.829 de 09 de setembro de 1870 aprovou o recenseamento, que iniciaria simultaneamente em todo o Império as coletas das informações em 1º de agosto de 1872. “Para comandar os trabalhos censitários foi criada em 1871 a Diretoria Geral de Estatística (DGE) através do Decreto nº4. 676 de 14 de janeiro.” (GIL, 2007). Em cada paróquia, sede de freguesia, haveria uma comissão censitária formada por pessoas que conheceriam bem as delimitações geográficas da região e seus habitantes, a fim de compensar a falta de mapas precisos. Essa comissão era responsável por verificar os boletins e listas de informações coletados por determinado número de agentes recenseadores, preencher as lacunas, corrigir os erros e encaminhar para o presidente da província junto a um relatório sobre os trabalhos realizados. A apuração das informações era centralizada. Depois do material recebido, o presidente da província anexaria outro relatório e enviaria para a Diretoria Geral de Estatística na Corte. Por fim, esta diretoria ao redor de uma mesa possuía agentes que liam as informações enquanto outros anotavam nos quadros finais (SENRA, 2009).

É plausível que esta estatística apresente falhas na captação das informações e erros em sua mensuração, afinal havia questões como as condições limitadas para o recolhimento das informações e a enorme extensão territorial do Brasil. Se isso serve para não compreendermos os seus números como um retrato fiel dos fatos, não diminuiu o mérito do documento que apresenta outro olhar da sociedade imperial sobre si mesma. Constituiu também uma das tentativas do Estado moderno em formar uma nação e submetê-la a certa governabilidade (MACHADO et. al., 2013). Os resultados do recenseamento foram publicados somente em 1876 em, 23 volumes. Senra (2009) ressalta, a respeito da coleta dos dados do recenseamento que:

O Art. 3º diz que a investigação seria feita por meio de “boletins ou listas de família”, nos quais se deveria declarar a respeito de cada pessoa “o nome, o sexo, a idade, a cor, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residência, o grau de instrução primária, a religião e as enfermidades aparentes; também se declarará a relação de parentesco ou de convivência de cada pessoa com o chefe da família, e a respeito das crianças de 6 a 15 anos se notará se freqüentam ou não as escolas”. (SENRA, 2009, p.59)

Desta forma, foram divulgados quadros com as informações com o número de habitantes por gênero, estado civil, “raças”, credo, nacionalidade e que soubessem ler e escrever, de todo o Império. Outros quadros com as informações de cada província e do

Município Neutro que, por sua vez, tinha referências detalhadas sobre as freguesias urbanas e rurais. Quanto às informações do recenseamento, considerando a população livre, sobre a **Freguesia da Candelária**, temos os seguintes quadros:

Quadro 4 - População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes dividido por gênero e estado civil

População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes dividido por gênero e estado civil.				
Gênero	Solteiros (as)	Casados (as)	Viúvos (as)	Total de habitantes
Homens	5762	1003	142	6907
Mulheres	783	365	107	1255

Fonte: Recenseamento, 1872. Quadro elaborado pela autora

Quadro 5-População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes segundo as raças

População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes segundo as raças				
Gênero	Branco (as)	Pardos (as)	Pretos (as)	Caboclos (as)
Homens	6494	149	260	4
Mulheres	1010	127	117	1

Fonte: Recenseamento, 1872. Quadro elaborado pela autora.

Quadro 6 - População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes segundo o credo

População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes segundo o credo			
Homens		Mulheres	
Católicos	Não católicos	Católicas	Não católicas
6755	152	1240	15

Fonte: Recenseamento, 1872. Quadro elaborado pela autora.

Quadro 7 - População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes analfabetos e que sabem ler e escrever

População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes analfabetos e que sabem ler e escrever			
Homens		Mulheres	
Sabem ler e escrever	Analfabetos	Sabem ler e escrever	Analfabetos
6276	631	735	520

Fonte: Recenseamento, 1872. Quadro elaborado pela autora.

Quadro 8 - População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes por nacionalidade.

População livre da Freguesia da Candelária: número de habitantes por nacionalidade			
Homens		Mulheres	
Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Estrangeiras
2029	4878	851	404

Fonte: Recenseamento, 1872. Quadro elaborado pela autora.

Ou seja, considerando a população livre, podemos perceber que a Candelária se constituía uma região habitada majoritariamente por homens, dos quais a maior parte era de solteiros. Em relação às “raças” designadas no censo, os brancos eram em maior número. A

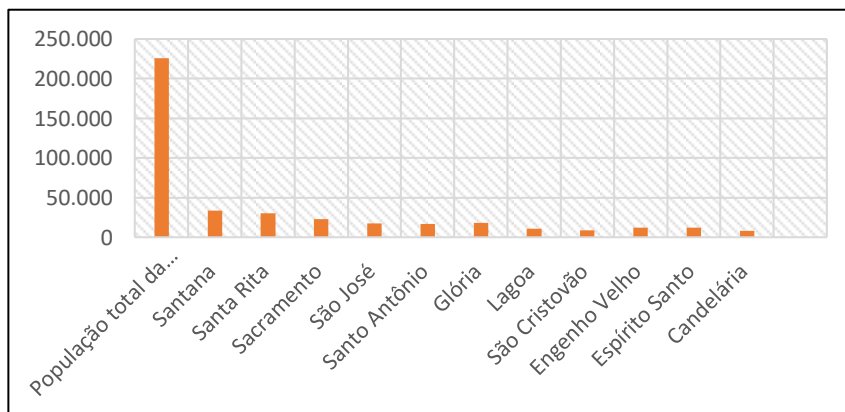
quantidade dos moradores que sabia os rudimentos da leitura e escrita era superior dos analfabetos. Por uma grande influência ou não da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Candelária a maioria da população era católica. E, curiosamente, era uma freguesia cuja população tinha maior número de estrangeiros que brasileiros.

Esse tipo de agrupamento, homens livres e estrangeiros, como característica da população da Freguesia da Candelária, é compreensível quando observamos que, no Município Neutro, de modo geral possuía um grande número de estrangeiros, homens livres que se dedicavam a atividades industriais e comerciais. Numericamente, eram 589 considerados manufatureiros e fabricantes, enquanto 17.038 se dedicavam as profissões de comerciantes, caixeiros e guarda livros. Os dados do recenseamento não indicam em quais regiões residiam estas pessoas, mas provavelmente muitas moravam entre as Freguesias da Candelária, Sacramento, São José e Santa Rita, que constituíam a área comercial da Corte.

Ainda em relação à quantidade de estrangeiros moradores da Freguesia da Candelária podemos cogitar a possibilidade da maioria ter a nacionalidade portuguesa. Primeiro, pelo contingente de irmãos da ISSSC que eram originários do Bispado de Braga (Portugal) e residiam na Freguesia da Candelária. Segundo o recenseamento nos mostra que o maior contingente de estrangeiros (45.496 homens livres) era originário da antiga Metrópole.

Ainda residia na Freguesia da Candelária, segundo o censo de 1872, um total de 1.843 escravos, sendo 1.224 homens e 619 mulheres. E as pessoas que possuíam alguma deficiência somavam um total de 23, considerando homens e mulheres, livres e escravos, nas categorias de cegos, surdo-mudo, aleijados, dementes e alienados, conforme o documento.

Gráfico 1 - População das freguesias urbanas da Corte segundo o censo de 1872

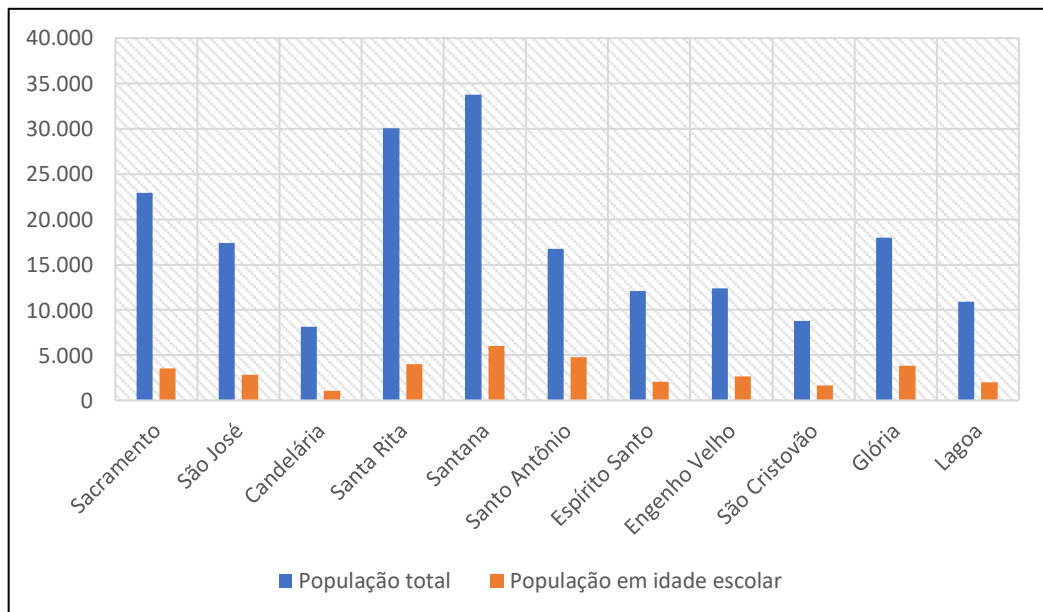


Fonte: Recenseamento, 1872. Gráfico elaborado pela autora.

Dentro de um quadro geral das freguesias urbanas, a Candelária não se constituía como a mais populosa, conforme demonstra o gráfico 1. Esta posição era ocupada pela Freguesia de Santana com um total populacional de 33.746 habitantes livres. Sobretudo, depois das intervenções na malha urbana, a Freguesia da Candelária sofreu mudanças e, segundo Abreu (2013), a sua população teve decréscimo nas décadas de 1870. Entre 1838 e 1870, o número de habitantes da Candelária decresceu em 9% e, de 1872 a 1890, reduziu em mais 3%.

Esta diminuta população livre residente na Freguesia da Candelária (8.162 habitantes), poderia gozar dos direitos de cidadãos e, dentre eles, estava o da instrução gratuita. O número de crianças em idade escolar, considerada pelo Censo de 6 a 15 anos, era de 1.074, portanto, um público *escolarizável*⁴⁵. Deste total, apenas 110 frequentavam a escola formal, ou seja, constituíam o público *escolarizado*. Isso representa cerca de 10% de atendimento de uma possível demanda escolar em instituições formais (públicas ou privadas) e, da mesma forma, pode representar também um possível ingresso dessas outras crianças (90% ou 964 meninos e meninas) em experiências e práticas informais (aulas avulsas, ensino primário em agremiações, sociedades, associações etc).

Gráfico 2 - Comparativo entre a população total e o quantitativo escolarizável por freguesias urbanas da Corte.



Fonte: Recenseamento, 1872. Gráfico elaborado pela autora.

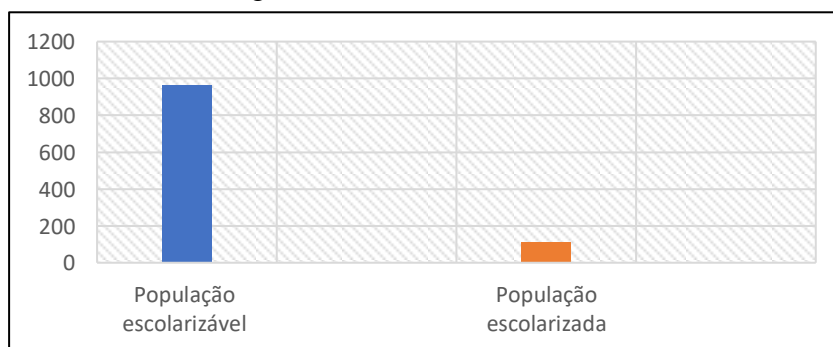
⁴⁵ A Reforma Couto Ferraz, decretada em 1854, impunha outros critério, além da idade, para a frequência nas instituições de ensino público e particular ser permitidas para crianças de 5 a 15 anos. Como também determinava a frequência obrigatória no ensino primário a partir dos 7 anos. No capítulo 2 desta dissertação trataremos de forma mais específica tais fatores. Neste momento consideramos somente a idade para a presença nas escolas, pois este constituía o parâmetro considerado no Censo de 1872.

Comparativamente com as demais freguesias urbanas, a demanda educacional da Candelária, ou seja, seu público em idade escolar, não era tão grande. Observemos o gráfico 2 onde confrontamos o quantitativo da população total de cada freguesia urbana da Corte com o seu contingente considerado *escolarizável*, ou seja, o grupo que legalmente poderia frequentar a escola de acordo com a idade.

Podemos observar, a partir do gráfico 2, que a freguesia de Santana tinha o maior quantitativo de população total e talvez consequentemente, a maior parcela de público *escolarizável*. Em sequência a Freguesia de Santo Antônio tinha grande demanda escolar. Limeira e Gondra (2021) afirmam que a Freguesia de Santana tinha o número expressivo de 6 mil crianças em idade escolar. Enquanto a Freguesia de Santo Antônio tinha a demanda escolar de quase 5 mil crianças. Por outro lado, sem considerarmos a Freguesia da Candelária, os locais com menor população e pouco quantitativo *escolarizável* está São Cristóvão, Lagoa, Espírito Santo e Engenho Velho. O gráfico também auxilia a perceber entre o contingente da população total comparada, aquela considerada em idade escolar, segundo a legislação educacional (Couto Ferraz, 1854), que existiam muitos desafios para tornar amplamente disponível o acesso à escolarização formal.

Ao observarmos os dados acionados no estudo, concluímos que a população total da Candelária era reduzida em relação às demais e que a sua demanda educacional, era também razoavelmente menor. Com números próximos, constava apenas a Freguesia de São Cristóvão. Entretanto, saindo do comparativo macro, com as outras freguesias urbanas, e observando a Candelária de forma mais específica, percebemos que existia um percentual que não recebia instrução, conforme demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Comparativo entre a população escolarizável e população escolarizada da Freguesia da Candelária

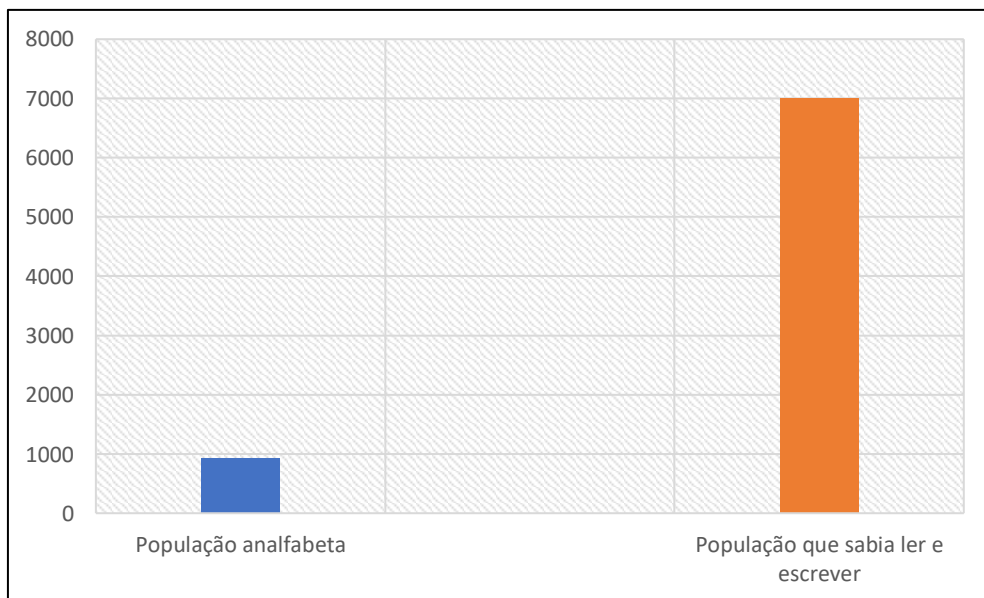


Fonte: Recenseamento, 1872. Gráfico elaborado pela autora

Observamos que frequentava as escolas públicas e colégios particulares, 110 indivíduos (população *escolarizada*) enquanto 964 eram o total de crianças que formavam o público *escolarizável* sem registro de atendimento na Candelária, o que significa compreender também como possível o seu atendimento em freguesias vizinhas. Assim, diante dos números relativos ao ano de 1872, datados, portanto, nos questionamos também sobre a possibilidade dessas crianças não estarem enquadradas nos quesitos necessários para frequentar os estabelecimentos de ensino (como serem vacinados e não possuírem doenças contagiosas, Couto Ferraz, 1854).

As informações do recenseamento de 1872 ainda abrem a possibilidade de pensar na existência de uma demanda atendida pelas iniciativas informais, já que entre a população total (8.162) os que não sabiam ler e escrever eram apenas 1.151 habitantes enquanto os que possuíam tais habilidades representavam 7.011 pessoas, conforme o gráfico 4.

Gráfico 4 - Comparativo entre a população analfabeta e a que sabia ler e escrever na Freguesia da Candelária



Fonte: Recenseamento, 1872. Gráfico elaborado pela autora

Ou seja, esses números com altas taxas de alfabetização podem ser indícios mesmo de que a demanda escolar na Candelária não era atendida na própria localidade, mas em freguesias vizinhas, ou que as crianças aprendiam a ler e a escrever (habilidades básicas do ensino primário) em aulas informais, ou ainda que outros jovens e adultos que passaram a residir na Candelária já com a posse de tais habilidades ou a apreenderam em cursos noturnos ou práticas informais.

Considerando essas informações, e o nosso interesse pela compreensão do processo de escolarização formal na localidade, algumas questões podem ser formuladas. Como o governo

Imperial estruturava o atendimento do ensino público na Freguesia da Candelária? Quais valores eram investidos pelo governo no atendimento educacional da região? Existiam escolas públicas em prédios próprios? Havia escolas subvencionadas pelo governo? As 110 crianças que frequentavam a escola na década de 1870 estudavam realmente na mesma freguesia que residiam? Encontravam-se escolas da iniciativa privada? Professores particulares ofereciam aulas? Havia estabelecimentos de ensino suficiente para atender a demanda? Como a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária respondia à questão educacional? Por ser uma freguesia majoritariamente dedicada ao comércio, havia alguma instrução específica para preparar as crianças para o ramo dos negócios?

Ao compreender a constituição da Freguesia Urbana da Candelária, e o entrelaçamento da região com a Irmandade da Candelária; bem como a importância desta freguesia para Corte Imperial, suas características e população. Nas páginas que seguem tracejamos notas sobre a História da Educação que ali se processou, no fim do Império.

2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA E PARTICULAR: O ENSINO PRIMÁRIO NA FREGUESIA DA CANDELÁRIA

No Segundo Reinado Brasileiro, sobretudo, nas décadas de 1870 e 1880, a educação torna-se pauta incisiva das ações governamentais e discussões da sociedade em geral. Motivo de diversas soluções, a fim de educar e disciplinar uma população heterogênea que constituía a nação brasileira. A tarefa da educação estava relacionada à construção do próprio Brasil, pela unificação do território e do povo, inspirado em experiências internacionais de alguns países europeus e americanos (GONDRA; SCHUELER, 2008). A maior disseminação da educação formaria o homem urbano e civilizado, pronto para as ações decorrentes do capitalismo e solução para os problemas de produtividade decorrentes das leis abolicionistas.⁴⁶ Tais ações elevariam a então recém-independente nação para o *hall* dos países modernos e civilizados.

Calçada em ideias de modernização e progresso as medidas para ampliar a disseminação da educação se intensificaram e estavam atreladas aos processos de afirmação e amadurecimento do Brasil independente, às disputas pela definição do que era ser brasileiro. Na segunda metade do Oitocentos, diversas ações buscavam promover a ciência, difundir e unificar uma língua pátria, conhecer e manter a unidade territorial, construir uma cultura nacional e identificar a população. A educação construiria identidades e interdependência social, integrando os cidadãos e o Império (GONDRA; SCHUELER, 2008). A educação elementar/primária/ de primeiras letras foi eleita como a necessária e capaz de cumprir estas funções em relação à formação do povo.

A primeira Constituição nacional de 1824, no artigo 179 já colocava a importância da instrução, estipulando-a como direito e com acesso gratuito aos cidadãos, apesar desta mesma lei restringir a definição de cidadania. Liberdade e propriedade eram os fatores de delimitação da condição de cidadão no Brasil. As disputas em torno da definição da cidadania, assim como do público que deveria ser instruído, foram se modificando ao longo do século XIX, a

⁴⁶ As leis de emancipação gradual dos escravos iniciaram em 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico negreiro. Em 1871 a Lei do Ventre Livre, entre outras determinações, tornava livre o escravo nascido no Brasil a partir da sua promulgação. No ano de 1885 a Lei do Sexagenário concedia alforria aos escravos com mais de 60 anos. Por fim, em 1888 a Lei Áurea foi responsável pela abolição da escravidão no Brasil. É possível concluir que a promulgação de tais medidas acarretou problemas com a mão de obra, já que o trabalho escravo foi reduzido gradualmente. Angela Alonso no livro publicado em 2015, “Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)” aborda tais determinações legais, seus usos pelos movimentos abolicionistas e efeitos. Assim como o livro Dicionário da Escravidão e Liberdade (2018) organizado por Lilia Schwarcz e Flávio Gomes, reúne 50 textos críticos sobre o tema da escravidão e auxiliam a compreender o tema da abolição.

partir de diversas iniciativas como a Carta Magna, a criação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro -IHGB- (1838), do Colégio Pedro II (1837), de cursos nas faculdades nacionais, cursos de instrução noturna, ampliação das escolas elementares e diversas ações formais e informais da própria sociedade em geral (GONDRA, SCHUELER, 2008).

Decorrente das ações educativas que já vinham sendo ampliada a partir da segunda metade do Oitocentos, a escola primária foi eleita como um dos elementos fundamentais para o Brasil progredir. No âmbito da capital do país, ao lado das mudanças estruturais, conforme vistas no primeiro capítulo, (como a redefinição das freguesias urbanas e rurais, a mobilidade proporcionada pelo transporte de trens e bondes, o investimento em melhorias urbanas de calçamento, esgoto e iluminação, proliferação do comércio, pequenas indústrias, fábricas, etc.) que tentavam apagar o passado colonial e instaurar um tempo moderno e progressista; ter um povo minimamente instruído era fator determinante.

Com o primeiro censo nacional em 1872, foi possível perceber, mesmo reconhecendo todas as problemáticas relativas às pesquisas com números e dados estatísticos, como observamos no capítulo anterior, o quantitativo de pessoas que sabiam os rudimentos da leitura e escrita no país. Neste período era entendido por muitos como uma necessidade a disseminação da educação para parcelas cada vez maiores da população. Este ideal estava atrelado a diversas discussões importantes do período como a civilidade, abolição da escravidão e o capitalismo.

Atribuía-se a educação a crença de transformar as crianças em futuros cidadãos, disciplinados e úteis para si e para o Brasil. Estava posto ao debate educacional o problema da transformação social proveniente das necessidades e expansão do capitalismo. As manufaturas, comércio e indústria demandavam capacitação de mão obra, logo, a instrução que deveria ser amplamente viabilizada, revelava seus limites restringindo-se aos sadios (sem moléstias contagiosas) e livres, excluindo os escravos (Reforma Couto Ferraz 1854 e Leôncio de Carvalho, 1879). Aqueles provenientes de boa posição social possuíam a possibilidade de alcançar graus superiores de instrução com maior facilidade, enquanto a população pobre estava geralmente atrelada à realidade do ensino elementar e do trabalho. Relacionada a estas problemáticas da época Imperial, que estavam estreitamente ligadas à própria constituição da nação, instituía-se uma educação necessária para a manutenção da ordem pública, das relações sociais hierárquicas de dependência e da própria monarquia (MARTINEZ, 1997; MATTOS, 2004).

Neste sentido, a afirmação da forma escolar, como o local adequado para a instrução do grande público, por meio das escolas públicas de primeiras letras foi se colocando como

cada vez mais necessária e legítima. Tanto por parte do governo imperial que a enxergava como solução redentora para os inúmeros problemas que se atrelavam a constituição do país, como por parte da população que demandava por ela, entendendo-a como fator necessário para a ascensão social, acesso ao mundo do trabalho e sobrevivência. E por isso o processo de escolarização no Brasil Império foi marcado por disputas de concepções e ações diversificadas, sustentadas por diversos setores da sociedade civil.

O processo de escolarização também não se resumiu á ação do Estado, na medida em que houve a participação das famílias e da população local, seja por meio da criação de escolas ou apoio aos mestres particulares, seja pelas demandas encaminhadas aos poderes públicos, contendo queixas e reclamações (GONDRA, SCHUELER, 2008, p.38)

Como afirma Gondra e Schueler (2008), a sociedade civil se envolveu de formas diversas ao processo de escolarização da nação, buscando interesses variados e empenhando-se na defesa de concepções distintas das finalidades e formas de educar. Destaca-se a ação estatal e de forças evidentes como a Igreja Católica e a iniciativa privada, mas é preciso sempre reforçar a ação das famílias, da população geral através, por exemplo, de abaixo-assinados e requisições, e de movimentos organizados como grêmios e associações.

Amparados nas experiências exteriores e cunhados conforme a realidade local, os modos de conceber o progresso no Brasil tomaram formas peculiares e únicas, constituindo um pêndulo entre a base econômica de exploração escravista, os remanescentes hábitos coloniais, estruturas arcaicas e as novidades e intervenções progressistas (NEVES, 2009). Sendo assim, a educação, como prática social e histórica, adquire múltiplos formatos, envolve diversos sujeitos, compreende em iniciativas plurais, formais e informais e aciona forças distintas.

O processo educativo se “processa no espaço, privado, no convívio íntimo, nas leituras comuns, nas conversas, músicas, danças, festas, procissões e jogos” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p.10), no interior das escolas públicas, nos colégios privados, escolas subvencionadas, internatos, nas igrejas por meio das irmandades e ordens religiosas, associações, agremiações, academias, sociedades, internatos, asilos, liceus, faculdades, academias, cursos superiores, cursos noturnos, iniciativas de sujeitos ligados à educação, discussões veiculadas nas páginas da imprensa, etc.

A escola como instância educativa vai se configurando em meio à heterogeneidade destas ações a fim de unificar o modo de educar o homem que se processava no vasto Império do Brasil. Mesmo assim, a educação escolar oitocentista não ocorreu de maneira uniforme, contínua ou indiferenciada, mas resultou na desigualdade de condições educativas entre as

províncias e na própria Corte Imperial, no que condiz as suas freguesias urbanas e rurais. (GONDRA, SCHUELER, 2008)

A compreensão do processo de escolarização significa que o movimento de afirmação da escola como uma política pública e demanda da sociedade se constitui no tempo por meio de iniciativas institucionalizadas ou formais, informais, privadas e públicas, que coexistiram, assemelharam, distanciaram, concorreram e associaram. Envolvendo o Estado, Igreja Católica, instituições religiosas e filantrópicas, intelectuais, a força social através de grêmios e academias, entre outros sujeitos que foram dando forma a complexidade do tecido escolar. Estudar este processo de escolarização é reconhecer a peculiaridade de uma sociedade singular na economia, na política, na cultura e também na educação. Que se constituiu entre o “sonho da civilização com a escravidão e exploração aguda, associadas a um regime de reprodução das desigualdades de longa duração.” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p.12).

Tal configuração abre um leque de possibilidades investigativas: analisar a institucionalização das escolas públicas e outras ações governamentais, a organização dos colégios particulares e outras formas de intervenção patrocinadas pela iniciativa privada, as associações entre a iniciativa pública e privada exemplificadas de forma especial pelas escolas subvencionadas, a composição de associações e entidades da sociedade civil apresentando concepções para a disputas dos projetos educacionais, os saberes que vão se constituindo necessários para educar (disciplinas, ensino religioso, métodos, livros), normas e legislações que vão tentando regularizar a educação (leis, decretos, punições, permissões, concessões, subvenções), os docentes (formação de professores, organização de categoria profissional, conferências, reuniões, escola normal), as definições que se impõem na materialidade (arquitetura, móveis), os alunos neste processo de educar (pobres, classe abastada, negros, livres, libertos), entre muitos outros temas que geram inúmeros questionamentos para diversas pesquisas a fim de enfrentar os desafios da história da educação brasileira no Império.

Diante disto, buscamos neste trabalho depreender à análise de duas frentes do processo de escolarização numa determinada localidade da capital do Império Brasileiro. São estas, as ações educativas do governo imperial na Freguesia da Candelária através da instituição das escolas públicas de ensino primário e os empreendimentos do setor privado, por meio da análise dos colégios e aulas mantidas pelos docentes, naquela região urbana.

Desta maneira, neste capítulo, de forma inicial tentamos traçar o cenário educacional na Corte dentro do recorte histórico das décadas de 1870 e 1880. Partindo das estratégias governamentais, consolidadas por meio dos decretos legais, e seus efeitos. No segundo momento, nos dedicamos a compreender como o poder monárquico estruturava as ações

educativas na Freguesia da Candelária e por meio delas indicava a importância da localidade na conjuntura geral da capital do Império. E por último, através dos indícios da iniciativa privada na Freguesia da Candelária, buscamos apreender os interesses e disputas do setor no projeto educativo instituído na região.

2.1 A escolarização na Corte Imperial

O cenário educacional da Capital do país nas décadas finais do Império Brasileiro poderia ser abordado de diferentes maneiras e optamos por analisá-lo através da lente dos decretos educacionais. Entretanto, a legislação deve ser analisada de modo que permita acompanhar os efeitos por ela produzidos, e para isso utilizamos requerimentos produzidos por escolas, Relatórios do Ministro dos Negócios do Império, relatos encontrados na imprensa pedagógica e reflexões já consolidadas por pesquisadores do campo da história da educação.

A letra dos decretos auxilia a compreender o modo pelo qual o governo buscava moralizar, disciplinar e higienizar a população da “cidade-capital⁴⁷” (GONDRA, 2018), elegendo a escola como a estratégia civilizatória por excelência para a formação de um padrão de povo, dentro do sistema de representações onde os mesmos deveriam ser a garantia da sintonia com o mundo civilizado (MOTTA, 2004). Os decretos também “ajudam a pensar o monopólio exercido pelo Estado no que se refere à matéria educacional, mas especialmente permite observar os termos em que este poder procura ser exercido no século XIX” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p. 47).

Ao mesmo tempo, as outras fontes documentais colaboram para perceber outra face deste cenário educacional. São expressões das contradições do cotidiano, do interior das escolas e das experiências vividas por professores, alunos e famílias; seja de modo a contrapor o discurso governamental ou alimentá-lo. Longe de esgotar o tema, apenas cogitamos que análise a partir desse contraste ampare a colocar luz em tópicos importantes do panorama educacional da Corte, assim, subsidiando compreender posteriormente as ações específicas desenvolvidas na Freguesia da Candelária.

A Constituição de 1824 garantia a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos no seu artigo nº 179, como já mencionado. Esta lei assumia a gratuidade do ensino de primeiras letras aos cidadãos e a intenção de organizar uma malha escolar, tanto na instrução primária e

⁴⁷ Expressão utilizada em Neves (2003a) quando analisa o papel de cidade vitrine exercido pelo Rio de Janeiro. Mas também encontrada em Motta (2004) amparada nos movimentos do “Rio-Capital” em 1922 que pedia o retorno da capital federal para a cidade do Rio de Janeiro.

secundária, quanto na superior (GONDRA, SCHUELER, 2008). Mas foi somente a partir da primeira lei educacional do Império Brasileiro, que questões como o público a ser atendido, modos de ensinar, saberes e condições de funcionamento passam a ser abordados de forma específica.

A lei Geral de Ensino promulgada em 15 de outubro de 1827, como o próprio nome salienta, era uma determinação a ser seguida por todo o país e com pretensão de tratar de assuntos gerais da instrução em todo o Império. Com seus 17 artigos configura-se uma das primeiras determinações para a ampliação da educação primária, deliberando pela criação de “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (BRASIL, 1827). Procurando, assim, essencialmente o poder imperial atingir a população que habitava nos lugares mais populosos.

A proposta da Lei Geral de 1827 era a uniformização e expansão do ensino elementar. Os presidentes das províncias marcariam o número e localidade das escolas, tendo autonomia para excluir as que existissem em lugares pouco populosos como também transferir professores. O ensino seria mútuo⁴⁸, pois colaboraria para insuficiência de professores, incluiria inicialmente o país na civilização através da disciplina, infundiria hábitos de ordem, regularidade e respeito (MATTOS, 2004). Os saberes giravam em torno do ler, escrever, contar e crer. O ordenado dos professores, selecionados por exames públicos, foi fixado de 200\$4000 a 500\$000 anuais. As escolas de meninas seriam criadas conforme escolha dos presidentes das províncias e seu currículo restringiria algumas noções matemáticas, acrescentando as prendas de economia doméstica.

Ao lado das ações do Estado, eram diversas as solicitações por parte da população pela implantação de escolas através de abaixo-assinados e requerimentos durante o século XIX, sejam encaminhadas por pais ou professores, que utilizam a Lei Geral de 1827, assim como o artigo constitucional de 1824 como referência para suas reivindicações.

Diz Miguel Marques da Rocha, Cidadão Brasileiro, morador no 6º Quarteirão do 2º Districto da Freguesia do Engenho Velho, que me por si, e por seos concidadãos

⁴⁸ Segundo o glossário HISTEDBR/Unicamp o método de ensino mútuo, também conhecido por método simultâneo ou método Lancaster tinha como principal característica o uso de monitores no ensino. “Em sua Didática Magna, Comenius ensina como um único professor pode ser suficiente para qualquer número de alunos fazendo uso de monitores. Os monitores eram alunos em estágios mais “avançados” de aprendizagem que ensinavam outros alunos mais novos ou em estágios menos “avançados”. Os monitores, escolhidos pelos mestres, recebiam instrução à parte. Na prática, os monitores eram responsáveis pela instrução de uma decúria, ou um grupo de 10 alunos. Em Comenius, a principal função do monitor era auxiliar o mestre no ensino, a fim de amparar seu ideal pedagógico, que estava centrado no interesse do aluno tendo a observação e o julgamento como base.” (Glossário HISTEDBR/Unicamp- Disponível em: www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ensino_mutuo.htm-Consultado em 24/03/2020). Para uma explicação sobre o tema consultar: NEVES (2003b).

constantes o requerimento incluso, e nelle assignados acolhido **a proteção do parágrafo* 32 do artigo 179 da Constituição do Império, e a Ley de 15 de outubro de 1827 que manda criar escolas de instrução primaria nos logares onde ha população vantajoza**, e vendo que neste sítio já se acha criada a escola de meninos, ficando todavia sem participarem por ora do mesmo indulto as meninas do referido sítio com todo o respeito supplica a V.V.S.S. a Graça de requisitarem de S.M.I. a criação da Cadeira de meninas de S. Christovão na forma da referida Ley, único manancial necessario a estas avultadas jovens que athe o presente lhes tem faltado este recurso. O supplicante deposita sua esperança na justiça de sua causa, que será protegida por V.V.S.S. abem da instrução de suas filhas e parentes; portanto; P. a V.V.S.S. se Digne assim o haver por bem. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1840. Miguel Marques da Rocha (AGCRJ: Instrução Pública: Códice 10-4-2: Escolas, 1832-1872, f.7. apud CAMPOS, 2010, p.147- grifo nosso-)

Como no requerimento do morador do 6º distrito da Freguesia do Engenho Velho, descrito acima, que solicitava a criação de uma escola pública para o sexo feminino salientando que no local não havia estabelecimento de ensino para as meninas, ficando este o público ali residente sem o recurso da instrução. As reivindicações da população utilizavam o dispositivo legal ancorado, sobretudo, pela relação da densidade demográfica, considerando ser a presença da população em idade escolar a justificativa para a necessidade de criação de escolas.

A Lei Geral de 1827 representa um avanço quanto à normatização do ensino. Após a sua promulgação, por meio das queixas como a exemplificada acima, datada de 1840, podemos compreender a face de aspectos da demanda e da falta de escolas na Corte Imperial. Após a Lei geral do Ensino em 1827 é preciso rememorar uma fato legal importante e fundamental para a organização educativa da Corte Imperial. A lei nº 16 de 1834, nomeada de Ato Adicional, atribuiu ao governo central a responsabilidade sobre a educação primária e secundária da Corte e superior de todo o Império, enquanto as províncias possuíam autonomia para legislar sobre o seu ensino primário e secundário. Tal medida descentralizadora no cunho educacional, somada as peculiaridades do vasto território brasileiro, fez surgir inúmeras diferenciadas experiências de ensino. Como também uma fase de reformas educativas, tanto as promulgadas na Corte que de alguma maneira tentavam ser “matriz geradora de valores capazes de delinear o perfil da jovem nação” (MOTTA, 2004, p.11), como as ocorridas no plano das demais municipalidades.

O decreto educacional seguinte, e talvez um dos mais importantes da Corte Imperial, com o intuito de normatizar a instrução pública foi promulgado em 1854 e, apesar de decretar mudanças apenas à capital do país, segundo Faria Filho (2000), acabou por ser referência para as demais províncias. A normatização legal era uma das principais formas de intervenção do poder do Estado Imperial na instrução.

O então Ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira Couto Ferraz⁴⁹, como homem de seu tempo, e tomando experiências educacionais por ele mesmo empreendidas no nível da Província do Espírito Santo em 1848 e do Rio de Janeiro em 1849, instituía a partir do decreto 1.331A de 1854 a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte (GONDRA, 2018). Segundo Gondra e Tavares (2004), tal decreto era um reflexo do esforço modernizador no Brasil. O ministro buscava forjar um modelo de escola moderna e concomitantemente com seus mecanismos de autorregulação instaurar um governo sobre a escola e os seus sujeitos próprios. O regulamento do Município da Corte pretendia criar um aparelho administrativo-policial para obter a eficiência e eficácia da racionalização moderna.

A reforma Couto Ferraz instituiu a obrigatoriedade do ensino primário e o público alvo da educação. Podiam frequentar as escolas os livres, vacinados, sem doenças contagiosas, entre 5 e 15 anos no ensino primário e de 15 aos 21 anos no ensino secundário. O ensino secundário não era obrigatório enquanto o ensino primário seria obrigatório a partir dos 7 anos sob pena de multa que variava de 20 a 100 réis aos responsáveis que não matriculassem os menores. Gondra (2018) demonstra que o princípio da obrigatoriedade escolar na Corte, como medida compulsória para civilizar a nação através da escola, estava certa para Couto Ferraz já em 1853 que tomava como exemplo os países ditos civilizado.

O decreto também garantia assistência às crianças pobres por meio de roupas e materiais para frequência escolar. O decreto, portanto, revelava a intenção de distinguir e separar as fases da vida através de ações próprias. Contudo a realidade da obrigatoriedade de ensino se concretizava de formas diferenciadas nas freguesias urbanas e rurais da Corte. Ao compararmos os dados do Censo de 1872, percebemos que enquanto havia cerca de 800 meninos na idade da obrigatoriedade escolar na freguesia rural de Campo Grande, apenas 147 estava matriculado nas escolas, isto sem considerarmos os alunos que efetivamente frequentavam as aulas.

A obrigatoriedade do ensino está estreitamente relacionada à quantidade de escolas. Na Reforma de 1854 ficou estabelecido o artigo 51 que determinava haver em cada freguesia o mínimo de uma instituição para cada sexo. Segundo Gondra (2018) o governo adota um critério baseado na demanda e no estatuto que determinava/diferenciava Freguesia, Paróquia

⁴⁹ Nascido no Rio de Janeiro em 1818 e falecido em 1886, Luiz Pedreira Couto Ferraz, mais referido na historiografia por Couto Ferraz, construiu carreira jurídica e política. Foi professor de direito em São Paulo, presidente do IHGB (1875-1886), vice-presidente da Associação Protetora da Infância Desvalida, presidente das Províncias do Espírito Santo (1846-1848) e Rio de Janeiro (1848-1853), além de Ministro dos Negócios do Império (1853-1855) e amigo do Imperador. Monarquista, “conservador” e defensor da escravidão buscava através de seus decretos de intervenção educacional levar o Brasil a modernidade tão almejada durante a segunda metade do oitocentos (SCHUELER, 2002; SANTOS, 2017a; GONDRA, 2018).

ou Curato, desta forma estabelecendo legalmente uma distribuição desigual do ensino. Princípio que já se encontrava na reforma proposta por Couto Ferraz em 1848 na Província do Espírito Santo. Onde colocava que nas regiões afastadas e com pouca condição de frequência não era necessário estabelecer escolas com a mesma categoria das existentes em outras regiões.

Limeira e Gondra (2021) ao trabalhar a temática da distribuição escolar a partir de dados estatísticos questionam a afirmativa que houve na década de 1870 prioridades para a escolarização da população urbana, visto a distribuição desigual da oferta de escolas públicas e privadas entre as freguesias urbanas e rurais.

Se pensarmos os dados de cada região (área urbana e área rural) comparativamente articulados aos dados da cidade notaremos que, em relação às freguesias urbanas (onde residem 85% da população da cidade) havia uma demanda de escolarização de cerca de 17% da população total da cidade, mais de 39 mil crianças, das quais menos de 25 mil eram atendidas naquele ano. Nas freguesias rurais (residência de 15% dos habitantes) os números indicam que cerca de 4% era composta pelos sujeitos escolarizáveis, sendo 8.450, dos quais pouco mais de 5 mil era atendido. (LIMEIRA, GONDRA, 2021 p.12-no prelo-).

Os autores demonstram que havia certa dispersão equânime do processo de escolarização através das instituições de ensino públicas e privadas. Nas freguesias urbanas residiam mais pessoas, e também mais crianças na idade para atendimento escolar. Entretanto se esses dados são comparados às freguesias rurais, considerando que nelas a população era menor e, conseqüentemente, o público *escolarizável* também, é possível perceber que tanto nas freguesias urbanas como nas rurais havia cerca de 60% do quantitativo frequentando a escola formal. (LIMEIRA, GONDRA, 2021). Limeira e Gondra (2021) com tal abordagem auxiliam a refletir de maneira diferente sobre a distribuição desigual do ensino. Talvez a diferenciação houvesse não entre as freguesias urbanas e rurais, e sim entre as categorias de Curato, Freguesias e Paróquias, como afirmou Gondra (2018).

Schueler (2002) ao analisar o Relatório do Ministro de Negócios do Império em 1855, um ano após o marco legal, enfatiza que a Corte possuía um total de 17 escolas para meninos (com 909 matrículas) e 9 estabelecimentos para meninas (possuindo 553 matrículas). No mesmo período, Campos (2010), com a análise de requerimentos e abaixo-assinados de pais e professores para a permanência e construção de escolas, justificados pela densidade demográfica da região, demonstra como a escola pública foi cada vez mais uma demanda social. Isto auxilia a perceber os limites da falta de escolas após a determinação do decreto Couto Ferraz.

Em 1875, duas décadas depois do decreto educacional, os moradores da Freguesia Rural de Jacarepaguá ainda lutavam pela continuidade da escola subvencionada da região.

Alegavam a necessidade, sobretudo, pelo atendimento das crianças pobres e por estarem esperando a lotação de um professor público para a freguesia.

Ilmo. Exmo. Sr. Tenho a honra de passar às mãos de V. S.^a o abaixo assignado dos moradores do Alto da Tijuca que pedem a subvenção e consignação para a escola do professor particular Francisco de Paula Fernandes Dias, que leciona [para] meninos pobres. O respectivo Delegado informa que é de grande necessidade a permanência de uma escola primaria n'essa localidade, e que o dito professor se dedica ao ensino é conhecido pelos mesmos moradores como professor zeloso que emprega bom methodo e se tem prestado gratuitamente à educação da mocidade. O Conselho Diretor conformando-se com a informação do Delegado e tendo em vista promover a diffusão do ensino n'essa localidade até então desassistida d'esse benefício, foi de parecer favorável á subvenção. Estando pendente da superior decisão de V. S.^a o provimento de uma cadeira publica n'aquella localidade em virtude de concurso a que se procedeu em 1 e 2 de março do corrente anno, V. Ex.^a dignar-se ah resolver como em sua sabedoria julgar de justiça. Deos Guarde a V. S.^a. Illmo. Exmo. Sr. Cons. João Alfredo de C. Oliveira, Ministro e Secretario de Estado dos negócios do Império. O Inspetor: Francisco José M. Homem de Mello. [sic] (AGCRJ: código 10-4-2, f. 7 e 8 apud CAMPOS, 2006, p.8)

O relato acima, além de evidenciar a participação ativa da população no processo de escolarização da Corte Imperial, funciona como demonstrativo de que em muitos locais o quantitativo de escolas públicas era insuficiente. Para ocupar esta lacuna eram usados recursos dos cofres públicos para financiar iniciativas de particulares, sendo esta prática conhecida por subvenção. “Ou seja, o dispositivo da subvenção se vê justificado como uma experiência alternativa às escolas públicas para preencher lacunas do governo na oferta de escolas na capital” (LIMEIRA, GONDRA, 2021, p.30 - no prelo-).

Corroborando com este pensamento relativo ao quantitativo de escolas e matrículas no cenário educacional do Império, Martinez (1997) observa que a multa da obrigatoriedade de ensino nunca foi executada devido ao diminuto número de escolas e afirma:

A “coerção” aos pais foi considerada uma “clamorosa violência”, sobretudo para as classes mais desprovidas de recursos. Antes de executar a lei, o governo precisava garantir os meios de viabilizar a educação, cumprindo o seu próprio dever, entendido pela criação de escolas públicas ou subvenção das particulares (MARTINEZ, 1997, p.37).

A matemática que não permitia a letra do decreto de 1854 ser cumprida, como afirma o trecho acima, era clara. Não havendo escolas públicas em número suficiente para atender toda a população enquadrada pelo mesmo decreto em idade escolar, não poderia haver punição aos responsáveis que não realizassem matrícula. Muitas vezes esse ato não era feito por omissão dos adultos, mas pela inexistência da instituição para atendimento na localidade.

Na trama das delegações da Reforma Couto Ferraz e da percepção de seus efeitos, atrelada ao quantitativo das escolas e obrigatoriedade do ensino estão às condições físicas dos estabelecimentos. O artigo Art. 55. Determinava “O Governo designará casas no centro dos

distritos, com as precisas acomodações para as escolas. Onde não houver edifícios públicos, os mandará construir, alugando provisoriamente edifícios particulares.” (BRASIL, 1854) Mas a realidade mais comum das escolas públicas foi o funcionamento em edifícios e casas residenciais alugados durante todo o século XIX e as primeiras décadas do período republicano.

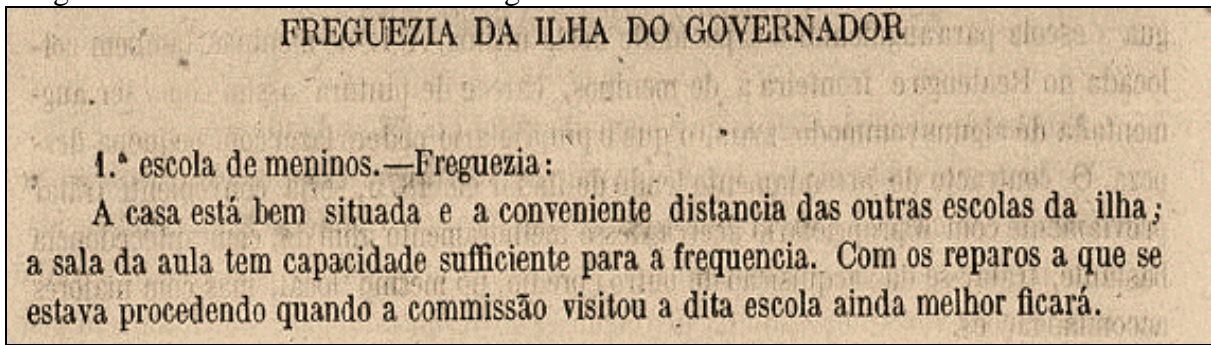
Apesar da reconhecida necessidade da construção de prédios para as escolas públicas desde a primeira metade do oitocentos, o governo imperial começou os primeiros investimentos a partir de parcerias com a sociedade civil, na construção dos prédios próprios destinados ao ensino somente na década de 1870, ou seja, quase 16 anos após a determinação legal. E mesmo assim foram construções pontuais nas freguesias mais populosas e urbanas, de modo a contribuir para a visibilidade política do discurso modernista e corroborar com o processo de urbanização da capital do país.

Tais estabelecimentos conviveram com a realidade das escolas alugadas que atendiam a maior parte da população. As escolas funcionavam em prédios e casas alugadas, que possuíam rotatividades dos endereços devidos aos custos do aluguel e das acomodações impróprias. Problemas de insalubridade, pouco espaço, barulho, má localização, entre outros se agravavam na complexidade do tecido social com o crescimento da população, a crise habitacional, ausência de saneamento em áreas populosas e epidemias como a febre amarela (SCHUELER, 2005).

A perspectiva na letra do decreto de delimitar um espaço específico para educar considerava dois grandes argumentos. O financeiro, pois com prédios próprios que atendessem maior número de meninos e meninas, havia economia nos aluguéis. E o caráter higiênico construído pelos saberes médicos. Era preciso construir espaços que considerassem a qualidade de saúde dos alunos, se afastando das descrições insalubres das casas escolas, que influiriam diretamente na aprendizagem (GONDRA, 2004). O progresso e a civilização estavam imbricados com higienizar a sociedade, a cidade e a infância (SILVEIRA, 2017). “As casas para as escolas deveriam ser salutareas e limpas, preferindo-se nas cidades e vilas comerciais os lugares menos frequentados e mais silenciosos”. (GONDRA, 2018, p.30)

Trechos do Relatório do Ministro dos Negócios do Império sobre o ano de 1873, 19 anos depois da promulgação da Reforma Couto Ferraz, mostra que a situação das escolas em casas e prédios alugados era dividida constantemente em dois grupos. O primeiro reunia os locais que atendiam as acomodações necessárias e, portanto, podiam continuar funcionando. Sobre isso, observemos a descrição da primeira escola de meninos da Freguesia Rural da Ilha do Governador.

Imagem 11 - Escola de meninos da Freguesia da Ilha do Governador em 1873⁵⁰

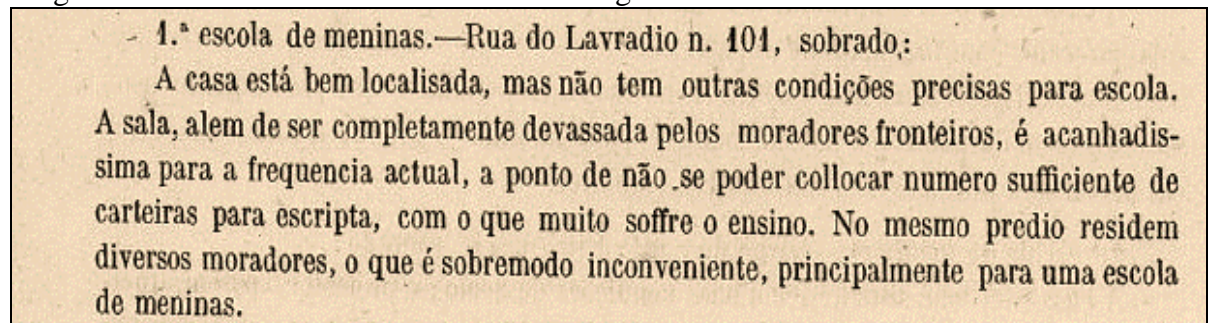


Fonte: Relatório do Ministro de Negócios do Império, 1873, p.12.

É possível observar na descrição acima que o prédio que abrigava a primeira escola de meninos da Freguesia da Ilha do Governador reunia requisitos de localização e capacidade que o tornavam eficiente para a função do ensino. Ainda é destacado que na ocasião o prédio recebia melhoramentos estruturais. Desta forma o local reunia as condições necessárias e a escola podia continuar em funcionamento.

Enquanto o segundo grupo era composto pelas escolas que deveriam ser transferidas assim que tivesse outro local conveniente. Como a escola de meninas da Freguesia Urbana de Santo Antônio.

Imagem 12 - Primeira escola de meninas da Freguesia Urbana de Santo Antônio em 1873⁵¹



Fonte: Relatório do Ministro de Negócios do Império, 1873, p.14.

A primeira escola de meninas da Freguesia de Santo Antônio era localizada em um sobrado da Rua do Lavradio. O edifício estava bem localizado, porém as estruturas não eram aptas para a função escolar. A sala de aula não tinha capacidade para acomodar todas as alunas. Além do mesmo prédio residir outros moradores o que favorecia uma circulação de

⁵⁰ Transcrição: “Freguesia da Ilha do Governador. 1º Escola de meninos-Freguezia: A casa está bem situada e a conveniente distância das outras escolas da ilha; a sala da aula tem capacidade suficiente para a frequência. Com os reparos a que se estava procedendo quando a comissão visitou a dita escola ainda melhor ficará.”

⁵¹ Transcrição: “1º escola de meninas-Rua do Lavradio nº 101, sobrado: A casa está bem localizada, mas não tem outras condições precisas para escola. A sala, além de ser completamente devassada pelos moradores fronteiros, é acanhadíssima para a frequência atual, a ponto de não se poder colocar número suficiente de carteiras para escrita, com o que muito sofre o ensino. No mesmo prédio residem diversos moradores, o que é sobremodo inconveniente, principalmente para uma escola de meninas.”

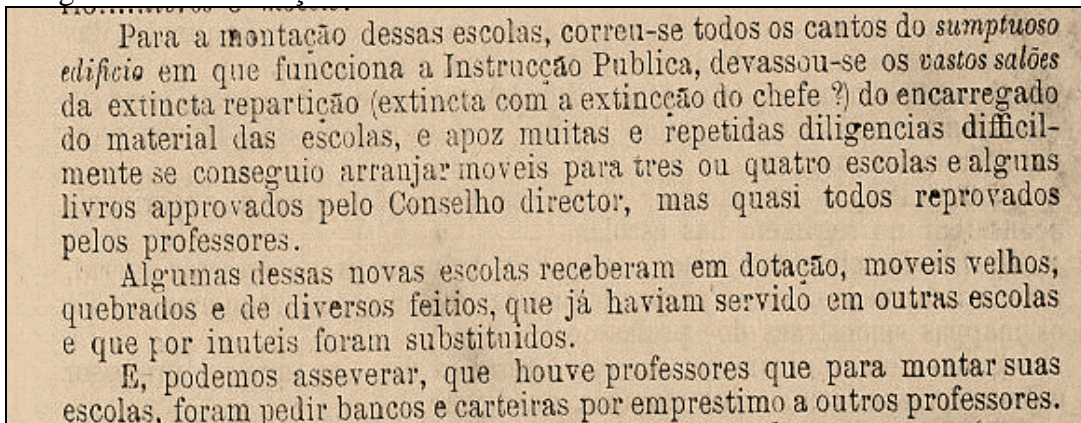
peçoas imprópria para uma escola do sexo feminino. Portanto, a escola deveria ser transferida assim que fosse encontrado um local conveniente.

Previsto no decreto de 1854 na porta de entrada das escolas públicas do Rio de Janeiro, seja nas casas alugadas ou nos prédios que deveriam ser construídos, era necessário haver uma tabuleta com as armas imperiais, para indicar o sexo a que se destinava e o nome da freguesia a que pertencia. Além de outros utensílios básicos como:

(...) imagens de Jesus Cristo Crucificado, simbolizando a vinculação do Estado com o catolicismo, o retrato de Sua Majestade o Imperador Pedro II, representando a autoridade paternalista do Estado monárquico, e também um relógio, um armário, entre outros objetos (SCHUELER, 2002, p.38).

Apesar das descrições do que convinha como modelo ideal de sala de aula no decreto de 1854, a revista pedagógica *A Escola*⁵² no ano de 1876 ainda denunciava a falta de móveis escolares. As novas escolas públicas da Corte foram providas de professores, porém faltavam livros e móveis, sendo enviado para alguns móveis velhos e inutilizados por outras unidades de ensino ou emprestados.

Imagem 13 - Reclamação sobre falta de móveis escolares em 1876⁵³



Fonte: Revista A Escola, ano 2, n. II, 12 de janeiro de 1876.

Pelo trecho extraído da revista pedagógica é possível observar que após muitas medidas e até mesmo com o uso de móveis do edifício da própria Inspeção de Instrução

⁵² A revista pedagógica *A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino* era publicada na Corte entre os anos de 1877 e 1878. Tinha como objetivo “ser um meio de ministrar a instrução para a classe menos favorecidas, reunir para o professorado notícias, informações e esclarecimentos necessários aos métodos de ensino e defender os interesses do magistério público e particular.” (SHUELER; TEIXEIRA, 2015, p.92) Sobre o periódico consultar GONDRA (2015), TEIXEIRA (2016) e SANTOS (2016).

⁵³ Transcrição: “Para a montagem dessas escolas, correu-se todos os cantos do suntuoso edificio em que funciona a Instrução Publica, devassou-se os vastos salões da extinta repartição (extinta com a extinção do chefe?) do encarregado do material das escolas, e após muitas e repetidas diligencias difficilmente se conseguiu arranjar móveis para três ou quatro escolas e alguns livros aprovados pelo Conselho diretor, mas quase todos reprovados pelos professores. Algumas dessas novas escolas receberam em dotação, móveis velhos, quebrados e de diversos feitios, que já haviam servido em outras escolas e que por inúteis foram substituidos. E, podemos asseverar, que houve professores que para montar suas escolas, foram pedir bancos e carteiras por empréstimo a outros professores.”

Pública conseguiram-se poucos móveis para algumas escolas e alguns livros que, embora aprovados pelo Conselho Diretor, foram reprovados pelos professores. Além disso, a maioria dos móveis eram velhos, inutilizadas e decorrentes de outros estabelecimentos de ensino. Ou ainda, alguns móveis foram emprestados por professores que suas escolas se encontravam em melhores condições. Desta forma é perceptível que a arquitetura escolar e os materiais de ensino ainda eram realidade distante de muitas escolas públicas primárias da Corte Imperial, sendo o ensino realizado nas condições possíveis.

Através da Reforma Couto Ferraz deveria ser exercido um governo dos saberes (GONDRA, 2018). Esse era empreendido através da determinação das disciplinas a serem ensinadas, inspiradas na reforma de Victor Cousin na França Monárquica, na determinação e aprovação dos compêndios utilizados e da seleção dos materiais pedagógicos⁵⁴ (SCHUELER, 2002). Em relação ao ensino primário⁵⁵, nosso objeto de estudo, se priorizava aquilo que deveria ser convertido no saber comum da população (GONDRA, 2018). Os saberes elementares, indispensáveis para a formação do cidadão.

O ensino versava sobre a leitura, escrita, noções básicas de gramática, princípios de aritméticas, pesos e medidas. Entretanto nas escolas femininas se limitava o ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátria. Priorizando a aprendizagem de leitura e escrita elementar, cálculo e ensino religioso, acrescido das disciplinas próprias, como bordado, costura e agulha. Neste sentido a escola primária pretendia uma divisão por gêneros e a reprodução desigual dos futuros homens e mulheres na sociedade. Enquanto eles aprendiam disciplinas voltadas para a ação no mundo do trabalho, elas eram destinadas as atividades domésticas como ideal. (SCHUELER, 2002)

Ao lado dos saberes definidos deveria haver também a padronização dos procedimentos de ensino. Essa normalização ocorreu através da determinação do ensino mútuo pelo artigo 73 da Reforma Couto Ferraz. Apesar do mesmo artigo determinar também que “poderá, todavia o Inspector Geral, ouvindo o Conselho Diretor, determinar, quando o

⁵⁴ Segundo o artigo 56 só poderiam ser adotados livros/compêndios autorizados pelo Conselho Diretor dirigido pelo Inspetor Geral da Instrução Pública. E no caso dos livros religiosos ainda era necessária a aprovação do Bispo da cidade. O mesmo artigo ainda dizia que os professores ou qualquer pessoa que melhor traduzissem obras estrangeiras ou compusessem compêndios seriam premiados. Para além da letra da reforma, numa compreensão dos professores como intelectuais que participaram na produção de saberes, textos, livros escolares, desta forma disputando os projetos de representação da escola na capital do país. Ou ainda para a compreensão dos processos de aprovação dos livros didáticos ver: TEIXEIRA (2005), TEIXEIRA (2008), TEIXEIRA e SCHUELER (2009).

⁵⁵ “No ensino secundário seriam ensinados a gramática da língua nacional, aritmética, noções de álgebra, geometria elementar, história sagrada, elementos de geografia e história nacionais, desenho linear, música e exercícios de canto” (SCHUELER, 2002, p.36).

julgue conveniente, que se adopte outro em qualquer paróquia, conforme os seus recursos e necessidades.” (BRASIL, 1854). Conforme Gondra (2018) afirma, não havia neutralidade ou universalidade na escolha. A dotação do método de ensino mútuo previa também uma hierarquização dos saberes, iria criar outras exigências quanto à formação docente, influir sobre a divisão do tempo e organização do espaço. “É como um dispositivo que concorre para legitimar discursos e medidas relativas” (GONDRA, 2018, p.24) aos outros aspectos do decreto. Além de permitir a estruturação de classes mais homogêneas e a utilização racional do tempo. E, sobretudo, buscava diminuir ou acabar as diversas práticas de ensino, afirmando a escola como o local próprio do aprendizado.

Porém, nenhum decreto anula a prática inventiva que os atores podem fazer de suas determinações. Além disso, os saberes e disciplinas, como afirma Schueler (2002), também é resultado das ações cotidianas vividas pelos docentes e alunos. Observamos na historiografia da educação estudos que relatam sobre as experiências escolares, atuação das mulheres na sociedade e ocupação de diversas atividades, apesar do currículo limitador da educação primária. A própria “feminização” do magistério e as Escolas Normais destinadas para ambos os sexos, mesmo considerando as permissões paternas ou matrimoniais nas seleções para a atuação das docentes, são exemplos de que as hierarquias e diferenças sociais que a escola tentava criar, impostas no decreto, não eram determinantes ou limitadoras por completo.⁵⁶ (SCHUELER, 2002).

Arelado à determinação dos saberes, a dotação do método de ensino e a organização dos espaços (considerando a prescrição minuciosa dos materiais e móveis pedagógicos) estava subentendida a conformação do tempo escolar. A proposta da reforma de 1854 era instaurar uma escola organizada e racionalizada, e para isso os estabelecimentos de ensino amparados no decreto legal, estabeleceriam um regimento interno determinando os exercícios escolares. Mas tal ato se materializa através da ação do governo imperial em 20 de outubro 1855 decretando o Regimento Interno para as Escolas Públicas de Instrução Primárias da Corte.

As escolas primárias urbanas deveriam funcionar diariamente, pela manhã e a tarde, sendo que no verão as aulas seriam de 8 às 11 horas da manhã, com o retorno às 3 horas e finalizando às 5:30. No inverno, as aulas começariam mais tarde, às 8:30, prosseguindo até às 11:30. Aos sábados, as lições apreendidas na semana deveriam ser recordadas. (Regimento Interno das Escolas, 1855 apud SANTOS, 2017a)

⁵⁶ Neste quesito Schueler (2002) indica como leituras: DIAS, (1984); ENGEL, (1988); PRIORE, (1993); FIGUEIREDO, (1993); ALMEIDA, (1998). Para uma revisão bibliográfica sobre o tema da feminização do magistério indicamos SÁ e ROSA (2004)

Desta maneira, o tempo das aulas e rotinas escolares, definidos e controlados pelo Regimento Interno influía no tempo para o convívio social⁵⁷. As crianças estariam em torno de 5 horas e meia na rotina escolar diária com um intervalo entre o período da manhã e da tarde. Os futuros cidadãos do Brasil moderno passariam um período de tempo sobre a ação do Estado Imperial, a partir de um controle, para a aquisição da naturalização da ordem, da hierarquização social, patriotismo e amor à própria figura do imperador (MATTOS, 2004; SCHUELER, 2002).

O modelo escolar proposto pela Reforma de 1854, como afirma Gondra (2018), previa um mecanismo de autorregulação. Os dispositivos de controle além de estarem atrelados a todos os pontos abordados no decreto, como verificamos acima, através da obrigatoriedade escolar, determinação do público alvo, saberes, método de ensino, espaço, tempo, materiais e instituição das unidades escolares; aparece de forma explícita e organizada pela criação da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte. Era a associação dos poderes executivo, legislativo e da própria figura do poder do Imperador, materializada num corpo de inspeção. Era uma estrutura organizada e hierarquizada, que ramificava o poder, para fazer a letra de o decreto ser cumprida com eficácia e eficiência.

Este mecanismo administrativo era considerado fundamental para a estruturação do sistema escolar da Corte Imperial representando uma centralização do poder. Composto pelo Ministro dos Negócios do Império, seguido do Inspetor Geral que era nomeado por decreto imperial, um Conselho Diretor e os Delegados de Distrito. Os 11 artigos com diversos desdobramentos do primeiro capítulo do decreto de 1854 descreve as atribuições deste órgão. A principal função era a inspeção de todos os estabelecimentos de ensino de instrução primária e secundária, públicos e privados. Cabia também autorizar a abertura dos estabelecimentos de ensino privados⁵⁸, rever e autorizar sobre os livros utilizados, fiscalizar os exames, a produção de dados estatísticos a fim de dar a conhecer a condição da instrução na capital do país e de grande maneira a atuação sobre os docentes. A inspetoria atuava no processo de seleção para o magistério autorizando aqueles que poderiam ensinar, fiscalizava a atuação e punia infrações dos professores.

⁵⁷ O artigo 24 do regimento decreta: “Nas escolas públicas serão feriados, além dos domingos e dias santos de guarda, os de festa nacional marcados por lei, os de luto nacional marcados pelo governo, os de entrudo desde a 2º até a 4º feira de cinzas, os da semana santa, os da semana da páscoa e do espírito santo e os que decorrerem desde 20 de dezembro até 6 de janeiro.” Marcando assim os poderes da Igreja Católica e do Estado sobre a educação na Corte.

⁵⁸ Abordaremos sobre o ensino privado no item 3 deste capítulo.

O papel principal da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária, na figura do Inspetor Geral, era o controle das práticas ordinárias da escola e isso incidia diretamente na figura do professor. Era a produção estatística, por meio das matrículas, frequências e desempenho dos alunos que os docentes eram obrigados a apurar, que garantiam o controle do andamento do progresso escolar na Corte. Por meio dos dados obtidos eram criados mecanismos para justificar as ações do governo imperial como reformas e delimitação de prioridades. Eram funções fiscalizadoras, disciplinares e judiciárias exercidas sobre os professores que buscavam corrigir e criar novas práticas no magistério (SCHUELER, 2002).

Apesar das intenções do Decreto Couto Ferraz, concretizadas, sobretudo na figura da Inspeção Geral, de criar um poder normativo sobre os professores não se pode esquecer que as determinações não apresentam as experiências escolares vividas. A prática cotidiana tentava driblar e reinventar as imposições, tornando a vivência escolar da Corte diversa. (SCHUELER, 2002,)

Em contrapartida, diante dos atos de fiscalizar e as ações reguladoras, os docentes se organizavam coletivamente para refletir sobre suas práticas e reivindicar questões importantes quanto às experiências do cotidiano. O Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária de 1871⁵⁹ é um rico e emblemático documento histórico onde os professores demonstravam sua crença numa educação transformadora, mas alegavam a situação em que eram tratados pelo governo imperial salientando os baixos salários e as condições de trabalho. Tal documento é composto por 21 abaixo-assinados de caráter reivindicatório, endereçados a pessoas importantes da sociedade imperial como o próprio Imperador e o Inspetor Geral. O Manifesto caracteriza o aparato da Inspeção Geral como uma afronta que humilha o magistério, contestando que tal hierarquia de poder deveria invés da vigilância atuar em defesa do professorado. (SANTOS, 2017a; LEMOS, 2006)

Ainda em relação aos docentes a Reforma Couto Ferraz dedica um capítulo quanto a normalização dos professores. Aparato visto como necessário para a época, já que a Escola Normal da Corte surgiria posteriormente pelo decreto 7684 de 6 de março de 1880. Acreditava-se que a boa educação dependia da boa atuação docente e essa por sua vez estava atrelada a formação do profissional. Couto Ferraz, a fim de justificar a reforma no ensino e a intervenção sobre a classe docente, apresentava em seus relatórios o quadro negativo em que a docência se encontrava detectando-a como problema educacional da Corte (GONDRA, 2018).

⁵⁹ Uma análise sobre este documento pode ser encontrada em LEMOS (2006)

Ao tratar “Condições para o magistério público; nomeação, demissão e vantagens dos professores” a Reforma de 1854 estabelecia que poderiam ser professores públicos os brasileiros que comprovassem maioria legal (21 anos), moralidade e capacidade profissional. Não podendo passar pelo crivo de exames pessoas que tivessem praticado homicídio, furto, roubo, falso juramento e demitido por maus costumes em suas funções (GONDRA, 2018). A capacidade moral deveria ser atestada pelo pároco da freguesia em que o candidato residia ou por alguma autoridade policial. No caso das mulheres ainda era exigida certidão de casamento e autorização do marido, se fosse viúva a certidão de óbito do marido e no caso das solteiras a autorização paternal. Já a capacidade profissional era verificada por exame oral e exame escrito sobre as matérias e sistemas de ensino definidos no mesmo decreto.

Em relação ao salário do docente, foi estabelecido para as escolas primárias 800\$000 de ordenado e 200\$000 de gratificação. Foram também determinados alguns direitos aos professores e as condições que levam a jubilação. Além de conter na Reforma um capítulo específico sobre os professores adjuntos e sua substituição nas escolas. É interessante notar que esta primeira intenção de normalização do governo imperial sobre a classe docente, mantendo um traço centralizador de poder, reafirmava em linhas gerais através dos vários artigos que “qual, seja, o professor deve ser, antes, um modelo de virtude, com um domínio mínimo de saberes equivalentes aos que efetivamente iria professar.” (GONDRA, 2018, p.27)

Mas, o rigor da letra do decreto cedia brechas nas relações do cotidiano. Não são raros os documentos com pedidos de dispensas de prova de capacidade ou moralidade por professores justificados por já exercerem o serviço do magistério, sobretudo, particular e/ou possuir uma boa conduta moral. Estes pedidos documentados também demonstram as redes de sociabilidade exercidas por estes professores. Muitos dos candidatos em seus requerimentos eram apresentados por pessoas influentes na Corte e anexavam diversos documentos comprobatórios para atestarem as falas da solicitação. Eram tentativas de diminuir as exigências postas pelo decreto criando uma exceção.

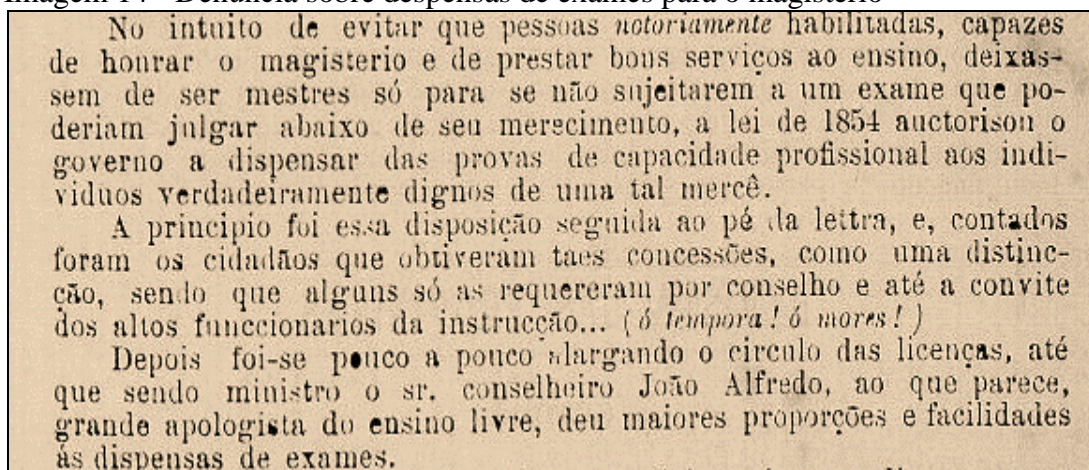
Pinto (2005) afirma que, esses candidatos ao magistério mesmo não aderindo ao enquadramento dos requisitos da Reforma Couto Ferraz ao justificarem seus pedidos de isenção, se pondo como exceção, alegando estarem de acordo com as exigências da Inspeção Geral, também afirma a norma quando são atendidos. Além de exercerem uma ação sobre o governo abrindo outros meios de definição do “ser professor” além dos colocados no decreto. Observemos um exemplo de requerimento datado de 3 de junho de 1865.

A S. Ex. Dr Joaquim Caetano da Silva cumprimenta respeitosamente o abaixo-assinado e submetendo ao illustrado juizo de S. Ex. Aos inclusos requerimentos em que Francisco Guedes de Araujo Magalhães e Clara Paulina Kruster pedem dispensa das provas de capacidade para ensinar algumas materias, invoca para a pretensão de benevolencia de S. Ex. José Vicente Jorge. (CÓDICE AGCRJ 11.2.12, p. 116, apud SANTOS, 2017a, p.124).

No requerimento acima os professores Francisco Guedes de Araujo Magalhães e a professora Clara Paulina Kruster são apresentados possivelmente por uma pessoa influente na vida política e social da Corte Imperial, e anexado ao pedido constam os documentos comprobatórios da sua eficiência no magistério. Ambos os requisitos acionam o instrumento de solicitação de dispensa para as provas de capacidade e moralidade necessárias para ingresso no magistério da capital do país.

As concessões de dispensas para os exames do magistério foram tema polêmico durante a segunda metade do período Imperial. Aqueles que conseguiam o “privilégio” obtinham a publicação da isenção pelo Ministério de Negócios do Império e divulgação na imprensa. Mas tais “exceções” concedidas foram muitas vezes debatidas e denunciadas nas páginas das revistas e jornais, alegando que estes abonos eram feitos à revelia e considerando uma rede de favorecimentos.

Imagem 14 - Denúncia sobre dispensas de exames para o magistério⁶⁰



Fonte: Revista A Escola, v.2, n 51, 1878.

⁶⁰ Transcrição: “No intuito de evitar que pessoas notoriamente habilitadas, capazes de honrar o magistério e de prestar bons serviços ao ensino, deixassem de ser mestres só para se não sujeitarem a um exame que poderiam julgar abaixo de seu merecimento, a lei 1854 autorizou o governo a dispensar das provas de capacidade profissional aos indivíduos verdadeiramente dignos de um tal mercê. A princípio foi essa disposição seguida ao pé da letra, e, contados foram os cidadãos que obtiveram tais concessões, como uma distinção, sendo que alguns só requereram por conselho e até a convite dos altos funcionários da instrução...(Ó tempora! Ó mores”) Depois foi-se pouco a pouco alargando o círculo das licenças, até que sendo ministro o sr. Conselheiro João Alfredo, ao que parece, grande apologista do ensino livre, deu maiores proporções e facilidades ás dispensas de exames.”

A denúncia publicada na revista *A Escola* em 1878 relata que o dispositivo de dispensa dos exames para o magistério, proposto pela Reforma Couto Ferraz, foi uma concessão benéfica. No princípio eram poucas isenções que evitavam as pessoas que notoriamente habilitadas deixassem de exercer o magistério por não se sujeitarem a exames. Entretanto tempo depois e, sobretudo, no ministério de João Alfredo, afirma o impresso, ocorreram maior facilidade e proporção nas dispensas para exames do magistério.

O Regulamento de Instrução Primária e Secundária da Corte, decretado por Couto Ferraz em 1854, é parte das normativas empreendidas pelo governo imperial na figura deste Ministro de Negócios do Império e “pode ser interpretado como um dos instrumentos de produção do processo de escolarização ao longo do XIX” (SCHUELER, 2002, p.33). As legislações educacionais são um aparato técnico e burocrático que visam o controle, a inspeção de serviços e recrutamento para a produção de dados estáticos fundamentais para a lógica moderna de governamentalidade (SCHUELER, 2002). Após a Reforma de 1854 a intenção de tornar a educação via de realização dos projetos nacionais produziu novos espaços, valores e incentivou a projeção de outras leis e decretos na perspectiva da construção do Estado Nacional (NASCIMENTO, 2016).

Podemos dizer que havia uma cultura da reforma “que orientava a organização de ideais, a princípio postos em forma de projetos a serem aprovados” (NASCIMENTO, 2016, p.157). Sobre isso, Sily (2012) relata que:

No Brasil, nas duas últimas décadas do Império, a necessidade de organização de um sistema nacional de ensino sob a responsabilidade do Estado foi uma das principais questões presentes nos debates sobre educação, resultando na apresentação de sete projetos de reforma da educação pública à Câmara dos Deputados, com o objetivo de criar o ensino primário destinado às classes populares no Município da Corte e servir de exemplo às demais províncias (SILY, 2012, p.226).

Após a Reforma Couto Ferraz em 1854 os projetos apresentados à câmara dos deputados, com a finalidade de reformar o ensino, foram elaborados por: Paulino José Soares de Souza (1870); Antônio Cândido Cunha Leitão (1873); João Alfredo Corrêa de Oliveira (1874)⁶¹; Leôncio de Carvalho (1879); o Parecer/Projeto de Rui Barbosa (1882 -1883); Almeida de Oliveira (1882) e Barão de Mamoré (1886). (MACHADO, 2004, apud SILY, 2012, p.226). Todos estes planos educacionais reconheciam a necessidade da escola primária, gratuita e obrigatória; de um sistema de ensino nacional e o aumento do número de escolas.

⁶¹ Sobre o projeto de João Alfredo Corrêa de Oliveira e outras medidas do seu Ministério (1870 -1875) consultar NASCIMENTO (2016)

Estes projetos podem ser compreendidos pela importância que a educação nacional ganhava num cenário onde havia o término iminente da mão de obra escrava, precisando ser substituída pela mão de obra livre; o crescente número de pobres, livres e imigrantes na população e a intensificação dos processos de urbanização e capitalismo (SILY, 2012). Apesar destes projetos apresentados nas duas últimas décadas do Império a reforma educacional da Corte que sucedeu a promulgada por Couto Ferraz em 1854, foi a idealizada pelo então Ministro de Negócios do Império Leôncio de Carvalho⁶² no ano de 1879⁶³.

O Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879 reformou o ensino primário e secundário do Município da Corte e o superior em todo o Império. O decreto educacional promulgado por Leôncio de Carvalho ficou conhecida pelos traços liberais e as conseqüentes polêmicas causadas em especial nos setores mais “conservadores” da sociedade. Mas apesar das acusações de “liberalismo extremo” (MARTINEZ, 1997) as ações do ministro estavam em consonância com as mudanças do país nas décadas finais do Império, buscando solução por via da crença na educação redentora e transformadora, para o processo de efetivação da modernização e das relações capitalistas, da transição do trabalho escravo para o livre, do acirramento das leis abolicionistas, o aumento da imigração e da população negra, pobre, livre e mestiça, “a colonização das terras, o aumento do meio circulante, a organização de um sistema de créditos à grande lavoura, o casamento civil, a liberdade religiosa, entre outros” (MELO, MACHADO, 2009, p.295)

Pensando na caracterização de liberal posta para esse decreto, sobretudo, pelos traços de liberdade religiosa e de ensino que afetou de certa forma os setores que discordavam de tais medidas como necessárias para o progresso da instrução e conseqüentemente do país, estes por sua vez, por muitos adjetivados de conservadores. Não podemos polarizar o Segundo Reinado brasileiro e nem mesmo dividir os decretos educacionais em transição na década de 1870 como conservador (Couto Ferraz) x liberal (Leôncio de Carvalho). Cada

⁶² Carlos Leôncio de Carvalho nasceu em 18 de junho de 1847 na cidade de Iguazu na então Província do Rio de Janeiro. Em sua carreira entre outros fatos constam a formação na Faculdade de Direito de São Paulo onde também lecionou e a presidência da Associação Propagadora dos Cursos Noturnos. No ano de 1878 foi convidado a assumir a pasta de Negócios do Império, responsável pela educação, e concomitantemente eleito deputado da Província de São Paulo onde permaneceu até 1881. No período republicano foi diretor da Faculdade de Direito de São Paulo e senador estadual quando Américo Brasiliense era governador do Estado de São Paulo. Antes de seu falecimento, em 1912, ainda exerceu a função de lente e diretor da Faculdade Livre de Direito no Rio de Janeiro. Conferir informações em Glossário HISTEDBR/Unicamp: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_carlos_leoncio_de_carvalho.htm. Consultado em 30/03/2020.

⁶³ Martinez (1997) relata que o decreto foi promulgado na Corte Imperial no que condizem as ações independentes da aprovação da Assembleia Geral. Entretanto sofreu duras críticas quanto ao caráter liberal e acusação de ameaçar os direitos constitucionais ao propor reformar o ensino sem os debates parlamentares.

grupo político tinha divisões internas e seus membros, por sua vez, ocupavam posições que podiam ser caracterizadas ora como liberais, ora como conservadoras.

Segundo Lima (2015) pode-se delinear traços importantes do pensamento conservador como a valorização as formas de vida do passado, apreço as hierarquias, apego aos ideais religiosos, defesa de um Estado centralizador e regulador de onde partem todas as transformações necessárias à sociedade. Enquanto o pensamento liberal estava relacionado a defesa da liberdade individual e do comércio, a figura do Estado como elaborador das leis, além da valorização da laicidade. Contudo ambos os setores políticos, de certa maneira, defendiam aquilo que era indispensável para a manutenção da nação como o trabalho escravo, por exemplo. Ao mesmo tempo concordavam com a necessidade de se retirar do poder os senhores de escravos, já que no Império do Brasil a organização política sempre estava atrelada a alguma maneira aqueles que possuíam grande parte da produção econômica. Era consenso a utilidade de instaurar no Brasil uma burguesia tendo como exemplo alguns países da Europa e da América.

Um exemplo da impossibilidade da sedutora polarização conservador x liberal está no acontecimento de 6 de setembro de 1856 quando assume o poder no Segundo Reinado o 12º gabinete conhecido como o Gabinete da Reconciliação. Que embora o nome sugerisse certa união tratava-se apenas de um modo necessário à época para conferir apoio ao Ministério. O Gabinete no primeiro momento (1853-1856) foi dirigido pelo Marquês do Paraná e no período de setembro de 1856 até maio de 1857 por Duque de Caxias. O Gabinete da Reconciliação teve a sua importância política, pois foi de grande duração. Contudo a partir de tal arranjo político a organização partidária se tornou cada vez mais ambígua ou se mudaram de forma mais profunda as suas configurações (FERRAZ, 2010). Interessante notar que o Decreto Couto Ferraz promulgado em 1854 foi expedido no âmbito do Gabinete da Reconciliação. Portanto, pertencendo à configuração política formada por liberais e conservadores.

O que vale destacar aqui é que apesar de por vezes Couto Ferraz apresentar tendências conservadoras e Leôncio de Carvalho defender a laicidade e a liberdade de ensino, não podemos polarizar os decretos promulgados por estes homens de governo. Foram ações políticas que reformaram a instrução na capital do Império com a finalidade de resolver questões do seu tempo, apoiados em suas convicções, amparados pelas redes políticas e os objetivos a serem alcançados em um Brasil independente, concomitantemente, monárquico e regido por um descendente do colonizador.

Leôncio de Carvalho apoiava suas decisões nas experiências desenvolvidas no exterior transformando-as as circunstâncias da Corte Imperial. A base da reforma por onde aconteceria o progresso da nação seria a difusão da educação popular. Como ocorrido nos Estados Unidos por meio do estabelecimento de escolas mistas, jardins infância, o método de ensino embasado em Froebel, escolas normais, bibliotecas, caixa econômicas escolares e a liberdade do ensino religioso. Era o princípio americano *self-government* onde a instrução fazia o povo livre e conhecedor de seus direitos e deveres. A instrução difundida para todos ampliaria os benefícios da indústria e do comércio e diminuiria os crimes. (MARTINEZ, 1997)

A reforma Leôncio de Carvalho possuía 29 artigos⁶⁴ dos quais 8 tratavam da instrução primária (liberdade de ensino, obrigatoriedade escolar, disciplinas, jardins de infância, bibliotecas e museus escolares, as competências do governo), 10 artigos sobre a organização do ensino (a organização e o ensino nas escolas normais, inspetores de ensino, conselho diretor, inspeção dos estabelecimentos de ensino, gratificação dos docentes, demais funcionários das instituições de ensino, aluguel das casas escolas) e 8 artigos que versavam sobre o ensino superior. Tratava, portanto, da Reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império. Anunciava a regulamentação:

(...) da Instrução primaria e secundaria do município da Corte, os dos exames de preparatórios nas províncias, e os estatutos das Faculdades de Direito e de Medicina e da Escola Politécnica se observem de acordo com as seguintes disposições, das quais não serão executadas antes de aprovação do Poder Legislativo as que trouxerem aumento de despesa ou dependerem de autorização do mesmo Poder (BRASIL, DECRETO Nº 7.247, DE 19 DE ABRIL DE 1879)

O artigo primeiro do decreto dizia: “É completamente livre o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império, salva a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene.” (BRASIL, 1879). O desdobramento desta determinação em 4 incisos e algumas alíneas trouxe grande transformação para a organização educacional da capital do país. A liberdade de ensino consistia em cada pessoa poder ensinar as doutrinas que acreditasse e através dos métodos que melhor servisse. Cabendo ao Estado não o monopólio da instrução, mas o seu controle.

O mesmo artigo determinava que as escolas fossem inspecionadas pelo governo. Mantendo ainda a figura do Inspetor Geral, sendo agora nomeado entre as pessoas que exerceram o magistério, tendo ao seu lado seis inspetores de ensino (no lugar dos antigos delegados da instrução) e o conselho diretor que passava a ter a participação de representantes

⁶⁴ Os três últimos artigos da referida lei tratavam das disposições gerais.

da iniciativa privada. Os professores e/ou diretores eram obrigados a comunicar ao Inspetor Geral o local das aulas, programa de ensino, as condições de admissão de alunos e os professores encarregados. Aos infratores eram aplicadas multas e por reincidência havia a possibilidade da perda do direito de ensino. A liberdade de ensino visava o incentivo a iniciativa particular a fim de estimular o ampliação da oferta e conseqüentemente da instrução a população. (MARTINEZ, 1997)

A liberdade de ensino, segundo o Ministro do Império, estimularia a abertura de muitas escolas, às expensas dos particulares, que ensinariam com método próprio, apenas sob a inspeção do governo imperial. Àqueles que criticavam tal princípio, argumentando que muitos “incompetentes” e “despreparados” poderiam se tornar professores primários sem dificuldades, Leôncio de Carvalho respondia que a qualidade das escolas seria julgada pelos pais de famílias, no processo da competição e da concorrência, que produziria uma “seleção natural” de professores, das escolas e métodos pedagógicos. (MARTINEZ, 1997, p.68)

A partir da reflexão de Martinez (1997) podemos perceber fortemente os princípios do nascente capitalismo, na defesa do ministro Leôncio de Carvalho, como o processo de competição e a livre concorrência. Alicerçada nesses pontos a qualidade da instituição escolar seria provocada pela busca de uma melhora constante da iniciativa privada com o objetivo de ter o maior número de alunos.

A liberdade de ensino também se aplicava a questão do ensino religioso. “Os alunos acatólicos não são obrigados a frequentar a aula de instrução religiosa, que por isso devera efetuar-se em dias determinados da semana e sempre antes ou depois das horas destinadas ao ensino das outras disciplinas.” (BRASIL, 1879). Além disso, os professores públicos e particulares foram desobrigados a prestar juramento à religião católica. Tal medida foi criticada e causou polêmica entre os membros da religião oficial do Estado e os seus defensores⁶⁵. Liberdade de ensino, de opiniões e discussões era defendida pelo Ministro

⁶⁵ A Igreja Católica na história da educação brasileira foi grande força atuante criaram e mantiveram colégios, sociedades, aulas gratuitas, cursos, associações. Além de o Clero atuar no magistério público em todo o território imperial. Associação do credo católico e o Estado Imperial foi legitimada através do ensino religioso para atender a finalidade da integridade da nação que era construída. Entretanto esta realidade não foi livre de conflitos. A contestação da doutrina cristã dentro dos estabelecimentos de ensino público, já a muito defendida no discurso do ensino laico pelos liberais, ganha institucionalidade somente com o decreto de 1879. Limeira (2013) demonstra que o debate por legitimidade dos conhecimentos doutrinários no currículo escolar transcorreu diversos marcos legais e ainda está posto no que condiz a oferta, frequência, contratação e remuneração dos professores, conteúdos, materiais didáticos e o público atendido. Em 1890 o Decreto nº119-A instituía que o ensino público deveria ser laico. No ano de 1927 a ementa constitucional definia que o ensino religioso seria facultativo. O decreto 19.941 de 1931 regula como facultativo a oferta e frequência do ensino religioso nas escolas públicas, reafirmado pela Constituição de 1937. Os decretos da década de 1940 também regulamentam o ensino religioso como possibilidade. Na Constituição de 1988 apesar de facultativo constituía disciplina nos horários normais. A Lei de diretrizes e Bases da Educação no ano de 1996 incluiu que a oferta do ensino religioso não acarretaria ônus para os cofres públicos e seria ministrado de acordo com as preferências dos alunos e responsáveis. Em 1997 a lei nº 9475 põem ao ensino religioso o caráter interconfessional. No ano 2000 a lei 3459 amplia a oferta do ensino religioso para o nível

Leôncio de Carvalho, ou seja, um Estado Imperial pouco interventor. (MARTINEZ, 1997; PASCHE, 2014)

Além de causar a concorrência benéfica, a liberdade de ensino decretando a tolerância religiosa e a possibilidade de métodos diversos de educar, incentivava a imigração. Foi aberto espaço para outras culturas com licença para usar suas formas de viver e educar. A primazia da Igreja Católica estava sendo contestada pela liberdade de culto, a contestação do monopólio sobre os enterros e casamentos e, a partir do decreto de Leôncio de Carvalho, pela facultação do ensino religioso nas escolas. (MARTINEZ, 1997).

Apesar disto Pasche (2014) afirma que mesmo o ensino religioso ganhando no currículo oficial a posição de facultativo e extracurricular, a estrutura das disciplinas em muitos colégios particulares não se alterou oferecendo a religião atrelada às disciplinas obrigatórias para serem cursadas. Vejamos o anúncio abaixo, elucidado por Pasche (2014), onde a instrução moral do colégio particular de meninos Fluminense, era baseada nas interpretações religiosas. Isto mesmo a instituição não sendo religiosa e após a reforma de 1879.

Imagem 15 - Anúncio do Collegio Fluminense em 1879

596	COLLEGIOS DE MENINOS.	
COLLEGIO FLUMINENSE. [425]		
Instituição á americana.		
DIRECTOR		
AFFONSO HERCULANO DE LIMA.		
ANTIGO PROFESSOR, ORGANIZADOR E EX-BIBLIOTHECARIO DA BIBLIOTHECA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO.		
INSTITUIÇÃO PARA ENSINO PRIMARIO, SECUNDARIO E SUPERIOR.		
Applicações das sciencias naturaes á agricultura e ás artes industriaes. Para inscripção no curso devem os alumnos ser maiores de 8 annos e lèr com facilidade impressos em portuguez.		
Fóra do curso admite-se alumnos livres com destino aos estudos officiaes, uma vez que a pessoa apresentante assim o declare no acto da matricula.		
COMPREHENDE O CURSO 10 ANNOS, A SABER :		
1º gráo (primario) 2 annos.—2º gráo (secundario) 4 annos.—3º gráo (superior) 3 annos. Anno adicional.—Applicações. Poupa cerca de 6 annos, segundo o systema actual.		
EDUCAÇÃO MORAL.		
Instrução religiosa com interpretações.		

Fonte: PASCHE, 2014, p.292. Grifo nosso

Pasche (2014) ainda salienta que nos anúncios de colégios particulares não declarados religiosos o ensino da doutrina cristã, com o passar dos anos após o decreto de Leôncio de

de ensino médio. E em 2012 a prefeitura do Rio de Janeiro realizou concurso público para ministrar o ensino religioso. (LIMEIRA, 2013). Em 2017 o Superior Tribunal Federal discutia sobre o ensino religioso colocando em pauta o teor confessional. Ou seja, o ensino religioso no Brasil é um debate ainda posto e que envolve forças, interesses e projetos diversos.

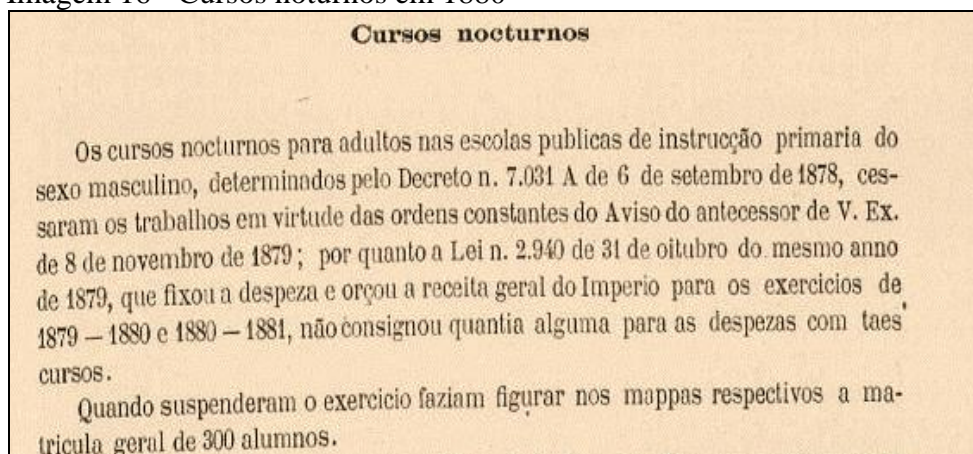
Carvalho, deixa de aparecer com tanta frequência sendo sustentado de forma mais evidente nos estabelecimentos dirigidos por religiosos.

O incentivo à iniciativa privada também se deu pelas medidas de subvenção. Como trataremos mais adiante deste quesito, ao abordar a iniciativa privada presente na Freguesia da Candelária, basta frisar que, assim como estabelecido na Reforma Couto Ferraz em 1854, o decreto promulgado por Leôncio de Carvalho reafirma o financiamento das escolas privadas que atendessem os requisitos estabelecidos. A subvenção era formalizada, oficializada e legalizada pelo Estado Imperial (PASCHE, 2014).

A obrigatoriedade do ensino primário continuava posta para a faixa etária dos 7 anos. Podiam frequentar, segundo o artigo 2º, os indivíduos até aos 14 anos, entretanto os alunos eram obrigados a frequentar as escolas até possuírem a habilitação em todas as disciplinas o que podia ocorrer antes desta idade. Além disso, eram exceção da obrigatoriedade as crianças que residissem a mais de um quilômetro das escolas⁶⁶, cenário que muito possivelmente se desenrolava nas freguesias rurais da cidade. As famílias podiam escolher o estabelecimento para matricular os filhos ou comprovar que recebiam instrução em suas próprias casas, mas eram obrigados a fazê-lo sujeito a multa de 20\$ a 100\$000 caso a criança não recebesse a instrução ou possuísse baixa frequência. Às crianças cujos pais comprovassem a impossibilidade de as manterem na escola, seriam fornecidos vestuário e os materiais para ensino.

Não somente a obrigatoriedade do ensino primário e o auxílio permanência para a criança pobre se mantinha assemelhado ao decreto Couto Ferraz, a questão da difusão da instrução primária dos adultos também. O artigo 8º no inciso 4º dizia: “criar ou auxiliar nas províncias cursos para o ensino primário dos adultos analfabetos”. (BRASIL, 1879). O diferencial estava que pela primeira vez o texto legal mencionava os ex-escravos, ou seja, os libertos, como público alvo da intervenção do Estado. E ainda como estímulo a frequência dos adultos analfabetos o decreto promulgava que os cargos públicos inferiores, por exemplo, porteiro e serventes, eram reservados para os brasileiros que adquirissem a instrução nos cursos noturnos. Apesar de a resolução ser inovadora o relatório do Ministro dos Negócios do Império no ano de 1880 descreve uma situação orçamentária difícil para os cursos noturnos, embora tivessem uma boa frequência.

⁶⁶ O artigo 2º do decreto de Leôncio de Carvalho estabelecia a desobrigação da frequência escolar quanto à distância da residência dos alunos para a escola fosse maior de um quilômetro e meio para os meninos e um quilômetro para as meninas.

Imagem 16 - Cursos noturnos em 1880⁶⁷

Fonte: Relatório do Ministro de Negócios do Império, 1880, p.531.

A notícia dos cursos noturnos de instrução primária que atendiam o sexo masculino, e eram oferecidos nas escolas públicas, não era animadora. Apesar dos cursos noturnos serem regulamentados desde 1854, e reafirmados por Leôncio de Carvalho, no mesmo ano de 1879 não constavam no orçamento de despesas gerais do Império para os exercícios dos anos de 1879, 1880 e 1881. Mesmo possuindo em média 300 alunos matriculados o aviso de 8 de novembro de 1879 encerrou as atividades do curso noturno. Ainda que o decreto de Leôncio de Carvalho incentivasse os cursos noturnos para adultos a realidade era distante da letra da Reforma, visto que 7 meses depois da promulgação do decreto, cursos noturnos foram fechados.

A questão da difusão do ensino primário para as classes mais pobres também estava atrelado ao pensamento que investir na educação era, em longo prazo, uma economia financeira, pois diminuiria os crimes, os vícios, a mendicância, os indigentes, gastos com hospitais e na manutenção de asilos para a infância desvalida, a pobreza e sujeira recorrente das ruas da Corte na época. Afastaria os hábitos ainda coloniais, como a falta de higiene, costumes de convivência, casas amontoadas e sem asseio, as pragas e doenças decorrentes que impediam a sociedade de alcançar o progresso e determinavam, sobretudo, o futuro das crianças pobres. A instrução dada a população era o remédio para a miséria e a criminalidade na Capital do Império. O meio mais eficaz de educar aqueles que seriam o futuro da nação, prevenir a criminalidade, acabar com a miséria, definir um local adequado na sociedade aos

⁶⁷ Transcrição: “Cursos noturnos. Os cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primária do sexo masculino, determinados pelo Decreto nº7. 031A de 6 de setembro de 1878, cessaram os trabalhos em virtude das ordens constantes do Aviso do antecessor de V.Ex. de 8 de novembro de 1879; por quanto a Lei nº.2.940 de 31 de outubro do mesmo ano de 1879, que fixou a despesa e orçou a receita geral do Império para o exercícios de 1879-1880 e 1880-1881, não consignou quantia alguma para as despesas com tais cursos. Quando suspenderam o exercício faziam figurar nos mapas respectivos a matrícula geral 300 alunos.”

pobres e ainda atender as demandas de trabalho decorrentes da transição da mão de obra escrava para a livre; era educar para o trabalho. (MARTINEZ, 1997)

A aprendizagem de ofícios estava desenvolvida junto ao ensino⁶⁸ expresso na determinação de novas disciplinas como noções de agricultura, horticultura, economia social e ofícios relacionados à indústria, já postas por Couto Ferraz em 1854, mas não criados. A aprendizagem sobre agricultura era vista como essencial para atender as necessidades de um Brasil essencialmente agrícola e com falta de mão de obra na lavoura. Segundo o artigo 4º o ensino nas escolas primárias consistiria em instrução moral, instrução religiosa (facultativamente), leitura, escrita, noção de coisas, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética, sistema legal de pesos e medidas, noções de história e geografia do Brasil, elementos de desenho linear, rudimentos de música com exercícios de solfejo e canto, ginástica⁶⁹ e costura simples (para meninas).

Esses conhecimentos eram vistos pelo Ministro como suficientes para a instrução das crianças pobres, livre e libertas. Não sendo tão diferentes das disciplinas promulgadas por Couto Ferraz.

[...] na escola elementar deveria ser introduzida a “cultura física” (ginástica e higiene), a “cultura científica” (noções de química e física) e, finalmente a “cultura artística” (ensino de desenhos aplicados às artes e ofícios). O desenho e o ornato eram considerados fundamentais para impulsionar o desenvolvimento das indústrias nacionais. O ideal de ensino integral, contendo tanto a educação do corpo, através dos exercícios ginásticos e dos preceitos higiênicos, quanto a educação intelectual e manual, com a aprendizagem de ofícios, era inspirado nas escolas norte-americanas. (MARTINEZ, 1997, p.95)

Segundo Martinez (1997), Leôncio de Carvalho buscava solucionar o problema posto pela lei abolicionista de 1871 e manter uma sociedade hierarquizada com as distinções sociais necessárias para o Império. Com o currículo proposto pela reforma educacional a escola primária formaria a mão de obra eficaz para as necessidades econômicas do Império, além de manter a hierarquização, visto que as pessoas com condições financeiras continuariam a cursar os outros níveis de ensino e conseqüentemente a ocupar melhores posições no âmbito do trabalho na sociedade.

⁶⁸ As disciplinas, segundo o artigo 4º do decreto Leôncio de Carvalho, para as escolas primárias de 2º grau, que na realidade não chegaram a funcionar, consistiam em: princípios elementares de álgebra e geometria, noções de física, química e história natural com suas aplicações à indústria e aos usos da vida. Noções gerais dos deveres do homem e cidadão com explicação sucinta da organização do Império, noções de lavoura e horticultura, noções de economia social e prática manual de ofícios para os meninos, economia doméstica e prática de agulha pra meninas.

⁶⁹ A ginástica também se constituiu uma novidade no currículo das escolas primárias introduzida pelo decreto de Leôncio de Carvalho. As discussões a respeito do tema são anteriores ao decreto e relacionava a educação física, onde a ginástica era o elemento principal, à saúde e medidas médicas. Em 1873 o relatório do Ministro do Império João Alfredo Corrêa de Oliveira trata do tema assim como é discutido nas conhecidas Conferências Populares da Glória no ano de 1878. Sobre o assunto verificar SANTOS (2017b).

Na estrutura organizacional da instrução primária de Leôncio de Carvalho o método de ensino intuitivo, a exemplo do que era desenvolvido no exterior, é considerado eficaz ao ser proposto na formação dos docentes na escola normal e aparecendo através da disciplina noção de coisas nas escolas primárias. O método Intuitivo, ou conhecido como lições/noções de coisas⁷⁰, ganhou popularidade na segunda metade do século XIX e muitos adeptos na realidade do Brasil Império. Como o intelectual Rui Barbosa que traduziu e publicou a primeira versão, em 1886, do livro *Primary Object Lesson* do americano Alison Calkins. Posteriormente tal obra se tornou um manual para a aprendizagem docente adotado pelo governo imperial. O método intuitivo era um dos elementos vistos como necessário para uma renovação educacional por proporcionar a formação integral dos indivíduos (MELO, MACHADO, 2009).

No decreto de 1879 o professorado aparece como profissão incompatível com qualquer outra. A figura da escola normal aparece no artigo 9º com a descrição das disciplinas e a forma de organização dos estabelecimentos do Estado no que tange os horários, exames, professores e vencimentos. O inciso 12º estabelecia: “Aos indivíduos aprovados nas disciplinas do § 1º ou nas do §§ 1º e 2º, serão conferidos diplomas de habilitação que, em igualdade de circunstâncias, lhes dão preferência, quanto aqueles, para os lugares do professorado primário, e quanto a estes para o magistério primário e secundário” (BRASIL, 1879). Formalizando assim a preferência da formação do professor via escolas normais⁷¹. Também são estipuladas as gratificações para os docentes por anos de serviço, a limitação de 250\$000 para o aluguel da casa escola onde reside o professor, além de ter como benefício aos docentes depois de 10 anos de serviço poder ter admitidos seus filhos nas escolas públicas ou subvencionadas do ensino secundário. Interessante notar que a respeito dos valores de ordenados, já muito antes reclamados pelos professores, nada é promulgado.

A ideia da instituição das escolas mistas, a exemplo do que ocorria nos Estados Unidos, foi redesenhada a realidade brasileira e implementada pelo decreto de Leôncio de Carvalho. O artigo 4º §4º estabelecia que nas escolas primárias femininas, ou seja, mantidas por professoras mulheres, poderiam ser matriculados meninos até 10 anos. Desta maneira, a

⁷⁰ Segundo o glossário HISTEDBR/Unicamp “O método intuitivo, conhecido como lições de coisas, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX. [...] adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo”. Consultar http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.html. Segundo Barbosa (1956, apud MELO, MACHADO, 2009, p.305) “o princípio fundamental do método intuitivo era a prática de se estudar os objetos, passando dos objetos às palavras, para o ensino dos símbolos representativos, ou os sinais, das coisas, assim, a aprendizagem ocorreria pela experiência por meio da intuição dos sentidos.”

⁷¹ Sobre a formação dos professores na Corte Imperial entre 1854 e 1888, ou seja, no recorte histórico dos decretos educacionais de Couto Ferraz e Leôncio de Carvalho, conferir UEKANE (2005).

ideia moderna convivida com as tradições do Império e as escolas mistas seriam permitidas apenas na primeira infância (MARTINEZ, 1997).

Mas mesmo assim, contestações aconteceram, a coeducação dos sexos foi um tema polêmico tratado por homens do poder, como nos pareceres de Rui Barbosa na década de 1880, na imprensa, nos congressos de instrução e conferências pedagógicas. Tal questão colocava outras à tona como a igualdade da educação entre homem e mulher, o perigo da “excitação moral”, uma propensão natural de a mulher educar as crianças menores, as condições dos estabelecimentos, economia na redução de custos e facilitaria e para as famílias que teriam os filhos estudando no mesmo local, etc. (SILY, FONSECA, 2015).

Apesar da determinação legal na 7ª Conferência Pedagógica do Município da Corte (1883) os professores ainda estavam incertos dos benefícios da adoção da medida.

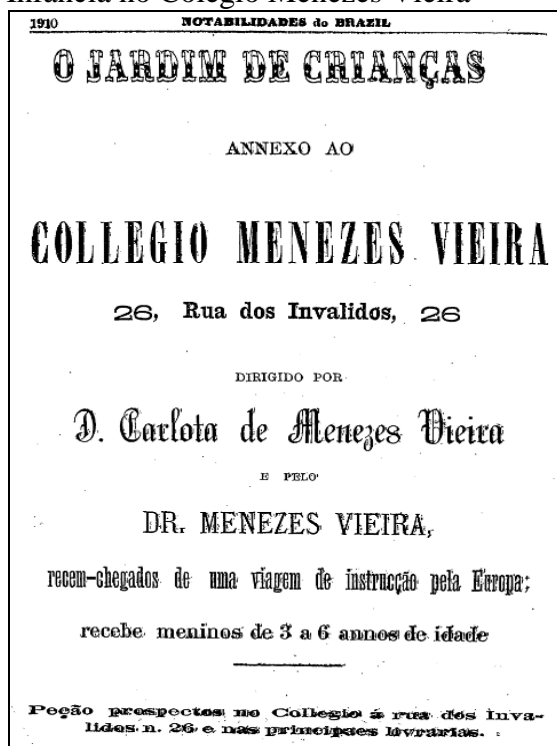
Apesar das considerações favoráveis apresentadas, em seus pareceres professores e professoras justificaram suas incertezas quanto à co-educação dos sexos considerando de forma mais contundente a má educação/orientação dada pelas famílias, principalmente aos meninos; a inadequação dos estabelecimentos de ensino para receberem alunos de ambos os sexos e o despreparo de grande parte dos professores para lidar com tal situação nas escolas. (SILY, FONSECA, 2015, p.10)

Mesmo com os benefícios apresentados pela adoção da educação primária conjunta para meninos e meninas, como a redução dos gastos públicos, alguns professores públicos demonstravam suas incertezas. As dúvidas estavam amparadas na necessidade de mudança da arquitetura escolar, na necessária preparação dos docentes para lidar com a nova situação e nos ideais que apontavam os “perigos” relacionados a sexualidade em manter meninos e meninas no mesmo ambiente.

Ainda como pontos que merecem destaque na Reforma de Leôncio de Carvalho e que aparecem como “inovadores”, comparados a promulgação de 1854, estão a fundação de jardins de infância⁷² em cada distrito do Município da Corte sob a responsabilidade de professoras para educar meninos e meninas de 3 a 7 anos de idade. Esse tipo de instituição teve sua primeira experiência no Colégio Menezes Vieira na Corte em 1875 propagando a metodologia de Pestalozzi e as atividades sugeridas por Froebel e Mme. Pape-Carpentier (BASTOS, 2010).

⁷² Sobre os Jardins de Infância conferir: BASTOS (2002), BALDAN (2006), BASTOS (2008), BASTOS (2010), MONÇÃO (2015) e FONSECA (2016).

Imagem 17 - Propaganda do Jardim de Infância no Colégio Menezes Vieira



Fonte: Almanak Laemmert, 1876, Notabilidades do Brasil p.1910.

Menezes Vieira em pioneirismo alertava que “os Jardins de Crianças ideal para a transição racional da família à escola, no qual a criança estava rodeada de objetos de diversas naturezas para o desenvolvimento integral e harmonioso (físico, moral e intelectual)” (BALDAN, 2006, p.210), além de salientar o papel da mulher que agora deslocava a sua maternidade do aspecto privado da casa para o papel de educadora no âmbito escolar. A questão dos jardins de infância também tomou lugar no Congresso de Instrução de 1884, constituindo a 4ª questão a ser debatida: “Organização dos Jardins da Infância” (FONSECA, 2016).

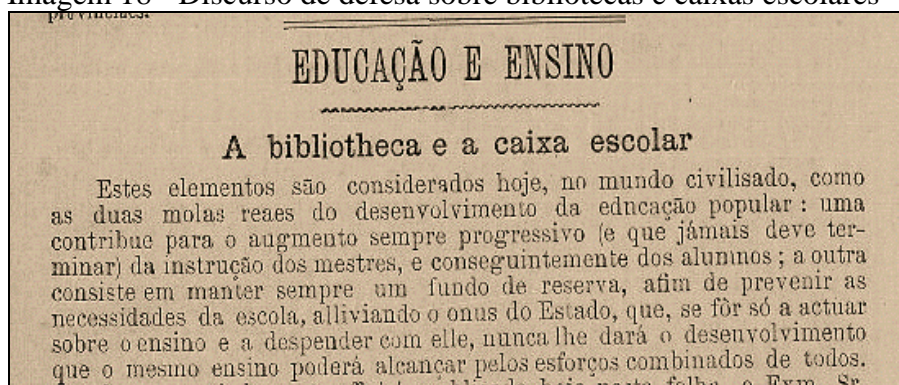
A este respeito, vale destacar as ações de Maria Guilhermina Loureiro que no final da década de 1880, após retornar dos Estados Unidos, fundou a instituição *Kindergarten Modelo* e a primeira escola para formação de professoras com esta finalidade educativa (MONÇÃO, 2015). Ainda neste contexto de 1882, Menezes Vieira publica o livro *Primeiro Livro para Educação Infantil* onde discorre recomendações sobre os jardins de infância (BALDAN, 2006). É importante destacar que depois da promulgação oficial do decreto foram fundados, entre 1879 e 1909, 10 jardins de infância no Rio de Janeiro nas freguesias de Santo Antônio e Engenho Velho (MONÇÃO, 2015).

Outro tema a respeito da escolarização que aparece no decreto de 1879 são as caixas econômicas escolares,⁷³ instituídas e destinadas no artigo 4º inciso 4º do decreto de Leôncio de Carvalho.

Haverá em cada escola, tanto do 1º como do 2º grau, sob administração do respectivo professor, uma caixa econômica escolar, onde poderão os alunos depositar as pequenas quantias que lhes derem seus pais ou protetores. Estas quantias recolhidas a caixa econômica geral, serão restituídas com o prêmio vencido, ao deixar o aluno a escola ou no tempo que for convencionado. (BRASIL, 1879)

A discussão sobre as caixas econômicas escolares possuíam muitos adeptos como o professor público da Corte Costa e Cunha⁷⁴, que escreve inúmeras vezes na revista *A Escola* durante o ano de 1877 e 1878, defendendo o artifício como meio de manutenção escolar já utilizado nos países ditos civilizado. Na coluna “Educação e Ensino” em 1878 o professor adverte sobre a biblioteca e caixa escolar:

Imagem 18 - Discurso de defesa sobre bibliotecas e caixas escolares⁷⁵



Fonte: Revista A Escola, 1878, p.7.

Como posto no decreto a caixa econômica escolar consistiria num fundo financeiro onde os alunos depositavam pequenas quantias. O valor seria usado como investimento na própria educação, o que incluía prêmios aos alunos ao terminarem seus estudos. Segundo o professor Costa e Cunha esta reserva financeira também servia para prevenir as necessidades da escola diminuindo os gastos públicos. Seria a caixa econômica escolar o produto concreto da combinação de esforços entre o Estado Imperial e a sociedade civil pelo desenvolvimento da educação.

⁷³ No Relatório do Ministro de Negócios do Império, sobre o ano de 1881, o “Anexo D” trata do Regulamento das Caixas Econômicas Escolares. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720968/16467>. Consultado em: 02/04/2020

⁷⁴ Sobre a trajetória na Corte do professor Antônio Estevão da Costa e Cunha ver CUNHA (2008)

⁷⁵ Transcrição: “Educação e Ensino. A bibliotheca e a caixa escolar. Estes elementos são considerados hoje, no mundo civilizado, como as duas molas reaes do desenvolvimento da educação popular: uma contribuiu para o argumento sempre progressivo (e que jámais deve terminar) da instrução dos mestres, e consequentemente dos alumnos; a outra consiste em manter sempre um fundo de reserva, a fim de prevenir as necessidades da escolas, alliviando o ônus do Estado, que, se for só a atuar sobre o ensino e a despender com ele, nunca lhe dará o desenvolvimento que o mesmo ensino poderá alcançar pelos esforços combinados de todos.

Estava também estabelecida pela Reforma de Leôncio de Carvalho a criação de bibliotecas e museus pedagógicos nos lugares onde existissem escolas normais como também a criação ou auxílio de bibliotecas populares nas províncias. Apesar da Escola Normal da Corte ser colocada como modelo a primeira biblioteca pedagógica foi inaugurada na Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo no ano de 1880 (VÁLIO, 1990). O decreto 10.060 de 1888 que regulamentou novamente a Escola Normal da Corte estabeleceu uma biblioteca e o museu pedagógico na instituição

Este ato baseado na pedagogia moderna do ensino intuitivo visava um aprendizado empírico. Até que a biblioteca e o museu pedagógico da Escola Normal da Corte fossem construídos, os alunos deveriam frequentar o Museu Nacional e a sua biblioteca. Sobre a nova modelação que os museus adquirem nas últimas décadas do século XIX, a fim de incentivar a ampliação do seu público, e a relação que este tipo de instituição estabelece com a escola Sily (2012) relata:

Na América Latina, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, a afirmação das idéias pedagógicas referentes ao ensino objetivo, com a utilização de recursos didáticos concretos, ao que se convencionou chamar “lição de coisas”, suscitou uma maior aproximação entre museu e escola, na medida em que, ao mesmo tempo, em que foram estimuladas as visitas escolares aos museus, também as escolas procederam à organização de coleções de objetos em seus ambientes, em geral com auxílio dos museus, formando gabinetes de diferentes disciplinas e museus pedagógicos, utilizados por professores e alunos na intenção de um estudo prático. (SILY, 2012, p.71)

Após a regulamentação legal de 1879 e no movimento de um ensino prático ocorreu uma aproximação entre escola e museu. Conforme assinala Sily (2012) o museu tornou-se parte integrante da instituição escolar com espaços destinados a coleções e gabinetes específicos de disciplinas. O museu auxiliava na formação empírica tanto de professores através dos museus pedagógicos, por exemplo, como de alunos através das visitas escolares.

O decreto de Leôncio de Carvalho vigorou até os primeiros anos da República quando, em 1890, Benjamin Constant pelo decreto 981 aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. A análise aqui estendida sobre os dois regulamentos educacionais do Império, a Reforma 1.331A de Couto Ferraz e o decreto de Leôncio de Carvalho, identificou que estes regulamentos buscaram modificar a estrutura da instrução primária da Corte. O Ministro da década de 1854 decretou as primeiras medidas para organização e controle da difusão da instrução na Corte. Já o Ministro de 1879 traçou alterações para a educação na capital do Império apoiado nas suas convicções, sobretudo, pela influência das trocas de conhecimento com países da Europa e América.

Apesar das diferenças e semelhanças nas duas promulgações foi possível observar por meio de outras entradas, como os relatórios do Ministro de Negócios do Império, notícias da

imprensa, requerimentos encontrados no AGCRJ e etc., que o cenário educacional da Corte se desenhava não apenas pela letra do decreto. Os atores sociais do processo educacional demonstravam as fragilidades legais (por exemplo, obrigatoriedade de ensino X falta de escolas), as usavam de modo inventivo, burlando os “protocolos de leitura”⁷⁶, (por exemplo, os pedidos de isenção dos exames docente) e também sofriam as suas sanções (por exemplo, a repressão da Inspeção Geral de Instrução sobre os docentes).

De qualquer maneira, tais decretos legais são importantes documentos para a História da Educação. Na realidade de sua época, aqueles homens do governo considerando aquilo que os assolava, como o processo de urbanização e capitalismo, acirramento das leis abolicionistas e forças republicanas, acreditaram na educação como potencial transformador da nação e trataram de tecer um novo ordenamento a fim de afirmar um novo sistema de ensino e o próprio Brasil Império.

A partir da observação da letra dos decretos e de alguns efeitos apresentados de uma maneira geral, provisória, inacabada, foi possível perceber sinais de como a educação na Corte se encontrava organizada nas décadas finais da monarquia. Agora, com alteração de foco e acionando um olhar micro, mas sem perder a conexão com essa realidade maior que se processava na Corte, analisaremos as ações do poder público numa localidade específica, a Freguesia Urbana da Candelária. Afinal, o que a pequena freguesia situada no interior de uma região comercial da Corte, recebia de investimentos educativos? Entre os badalares do sino da Igreja da Candelária e as transações comerciais, como a educação dos sujeitos era viabilizada?

2.2 Ações do governo imperial na escolarização da Freguesia da Candelária

Como observamos anteriormente, a lei de 1827 mandava criar escolas de primeiras letras em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos do Império, sendo as escolas femininas estabelecidas somente onde os presidentes de Conselho julgassem necessário, estando, assim, instituída a quantidade de escolas necessárias. Já pela Reforma Couto Ferraz, em 1854, ficou estabelecido no artigo 51 que em cada paróquia, ou seja, freguesia deveria haver no mínimo uma escola primária (de primeiro grau) para cada sexo. E no decreto de Leôncio de Carvalho, em 1879, o artigo 8º permitia o governo alterar, de acordo com as necessidades do ensino, a distribuição das escolas pelos seis distritos da Corte. A partir das legislações educacionais e dos estudos da historiografia da educação, é possível concluir que

⁷⁶ Verificar o conceito em CHARTIER (1996), CHARTIER (1998) entre outros títulos do autor.

as escolas públicas durante o Império nunca foram distribuídas de maneira uniforme por toda a divisão territorial da Corte (BORGES; VIDAL, 2016; SCHUELER; RIZZINI, 2019).

Em termos administrativos, que implicavam em circunstâncias jurídicas, eleitorais, distribuição de recursos, delimitação de membros de governo, extensão da malha burocrática e etc., o Império do Brasil era dividido em províncias que possuíam seus distritos. Cada cidade era subdividida em freguesias (LIMEIRA, 2010). Por sua vez, as freguesias, que eram a unidade da base administrativa, podiam se fragmentar em distritos. Ao retomarmos a página 48 do primeiro capítulo veremos que, por exemplo, a Freguesia da Candelária foi dividida por muito tempo em seis distritos, cada qual possuindo um guarda municipal responsável.

Entretanto, ao tratarmos especificamente da questão educacional é preciso compreender que outra divisão organizacional se aplicava. Como observamos nos Relatórios do Ministro do Império e em outros códigos relativos à educação encontrados no AGCRJ, as freguesias eram redistribuídas em **distritos escolares** elencadas por numeral ordinal. Cada freguesia compunha um distrito escolar, ou ainda, havia a junção de mais freguesias para a formação de um único distrito escolar em razão da sua extensão e população.

Conforme a Reforma Couto Ferraz de 1854, a Inspetoria de Instrução Primária e Secundária da Corte estaria presente em cada distrito na função de um delegado de distrito⁷⁷. Eram pessoas nomeadas pelo governo por indicação do Inspetor Geral, não podiam ser professores, mas eram geralmente bacharéis, médicos, religiosos e militares, e também não recebiam ordenados. Constituíam a figura de governo mais próxima das escolas e dos professores, pois tinham a função de:

(...) inspecionar, pelo menos uma vez mensalmente, as escolas públicas de seus distritos, averiguando se cumpriam os Regulamentos e as ordens superiores, dando conta ao inspetor geral do que observavam e propondo-lhe as medidas que julgavam convenientes; de impedir abertura de escola ou colégio sem autorização; de visitar, ao menos uma vez em cada trimestre, todos os estabelecimentos particulares autorizados, observando se “são guardados os preceitos da moral e as regras higienicas”; se o ensino dado não contrariava a “Constituição, a moral e as Leis”; receber e transmitir aos Inspectores Gerais todas participações e reclamações dos professores e, trimensalmente, o mapa dos alunos das diversas casas de educação públicas e particulares; de preparar, sobre propostas dos professores públicos, e enviar ao inspetor geral, o orçamento anual das despesas das escolas, bem como remeter-lhe depois de verificadas, uma prestação de contas; e inventariar os utensílios de cada escola pública (BORGES, 2008, p.146).

É possível compreender, através do estudo de Borges (2008), que os delegados de distrito faziam cumprir, através da inspeção dos estabelecimentos, as ordens postas pela Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária nas escolas da Corte. Eram também essas figuras os responsáveis por averiguar e enviar ao Inspetor Geral duas estatísticas importantes

⁷⁷ Mais informações sobre os delegados de distrito verificar BORGES (2008)

do ambiente educacional, os mapas de matrículas e o orçamento de despesas anuais. Os delegados de distrito eram engrenagem importante do desenvolvimento educacional da capital do Império visto que, acompanhavam o cotidiano escolar.

Depois na reforma de Leôncio de Carvalho, observamos que a figura dos delegados de distrito é substituída por seis inspetores de ensino. Isto nos auxilia a interpretar a redução dos distritos da Corte em apenas seis, a que se refere o artigo 8º, eram justamente os distritos escolares⁷⁸. Os inspetores de ensino passariam a receber o ordenado 2:400\$ mais a gratificação de 1:200\$ e seriam escolhidos entre os professores do ensino público ou particular com mais de 5 anos de exercício e quanto as suas atribuições nada é dito, permitindo a compreensão de que continuavam as mesmas dos antigos delegados de distrito instituídos pela reforma Couto Ferraz em 1854.

Sobre a divisão dos distritos escolares, conforme demonstrado na pesquisa de Borges (2008), no período de 1854 a 1865, ou seja, da promulgação da reforma Couto Ferraz e uma década de sua execução, a Corte Imperial possuía as suas freguesias urbanas e rurais distribuídas em 16 distritos escolares. No ano de 1870⁷⁹ segundo publicação do Almanak Laemmert, o 1º distrito escolar compreenderia a Freguesia da Glória, o 2º distrito escolar as Freguesias de São José e Candelária, o 3º distrito escolar a Freguesia de Santa Rita, o 4º distrito escolar a Freguesia do Sacramento e o 5º distrito escolar as Freguesias de Santo Antônio e Santana.

No início do período Republicano, no ano de 1892⁸⁰, a estatística de frequência e matrícula das escolas do Distrito Federal⁸¹, revela que havia 7 distritos escolares que comportavam todas as freguesias da capital. No ano de 1893, Schueler e Rizzini (2019), relatam que o Decreto nº38 dividiu a cidade em 12 distritos escolares nomeando também 12 delegados para a fiscalização das escolas. Sendo as áreas suburbanas, ou rurais, concentradas do 8º ao 12º distrito enquanto as áreas urbanas e centrais estavam divididas do 1º ao 7º distrito escolar. Observemos o quadro 9.

⁷⁸ Realizamos uma pesquisa nos relatórios do Ministro do Império e não encontramos após a promulgação do decreto de Leôncio de Carvalho a divisão dos seis distritos escolares da Corte. Portanto não podemos afirmar se essa divisão escolar proposta no decreto 7.247 realmente ocorreu. Carecendo de maiores pesquisas em outras fontes documentais que por hora não foram possíveis realizar.

⁷⁹ Almanak Laemmert, 1870, p. 80-81. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Consultado em 15/04/2020

⁸⁰ Segundo do Códice 11.4.23 (Estatísticas, matrículas e frequências 1874-1897) do AGCRJ e também observado em SCHUELER, RIZZINI, MARQUES (2015).

⁸¹ O Município Neutro/Corte Imperial com a constituição republicana de 1891 tornou-se Distrito Federal.

Quadro 9 - Distritos Escolares Corte Imperial/Distrito Federal 1854-1892

Distritos escolares Corte Imperial/Distrito Federal			
	Período: 1854-1865	Período: 1870	Período: 1892
Distritos Escolares			
1º Distrito	Freguesia da Glória	Freguesia da Glória	Freguesias da Gávea, Lagoa e Glória.
2º Distrito	Freguesias da Candelária e São José	Freguesias de São José e Candelária	Freguesias de São José, Candelária, Sacramento, Santa Rita, Santo Antônio e Santana.
3º Distrito	Freguesia de Santa Rita	Freguesia de Santa Rita	Freguesias de Santana, Espírito Santo e Santo Antônio.
4º Distrito	Freguesia do Sacramento	Freguesia do Sacramento	Freguesias de Engenho Novo e São Cristóvão
5º Distrito	Freguesias de Santana e Santo Antônio	Freguesia de Santo Antônio e Santana	Freguesias de Engenho Novo, Inhaúma e Jacarepaguá.
6º Distrito	Freguesia da Lagoa		Freguesias de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz.
7º Distrito	Freguesia do Engenho Velho		Freguesias Irajá, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá.
8º Distrito	Freguesia de São Cristóvão		
9º Distrito	Freguesia de Inhaúma		
10º Distrito	Freguesia de Irajá		
11º Distrito	Freguesia de Jacarepaguá		
12º Distrito	Freguesia de Campo Grande		
13º Distrito	Freguesia de Santa Cruz		
14º Distrito	Freguesia de Guaratiba		
15º Distrito	Freguesia da Ilha do Governador		
16º Distrito	Freguesia da Ilha de Paquetá		

Fonte: BORGES (2008); Almanak Laemmert (1870); AGCRJ Códice 11.4.23; SCHUELER, RIZZINI, MARQUES (2015). Quadro elaborado pela autora.

Interessante notar como o critério educacional redesejava as fronteiras das freguesias da Corte Imperial, sendo algumas freguesias até mesmo divididas em mais de um distrito escolar. Nos três períodos exemplificados, a Freguesia da Candelária sempre ocupou o segundo distrito escolar, entretanto, jamais sozinha. Entre 1854 e 1862, assim como no ano de 1870, as Freguesias da Candelária e São José ocupavam o segundo distrito escolar. Já na República o segundo distrito escolar era composto além das freguesias de São José e Candelária, pelas Freguesias adjacentes de Sacramento, Santa Rita, Santo Antônio e Santana.

Isto possivelmente ocorria pela posição geográfica e a densidade populacional da Freguesia da Candelária. Era uma das primeiras divisões do espaço físico da Capital do Império, ocupando a região central e abrangendo grande parte da área comercial. Mas, depois

com a redistribuição das limitações geográficas, a partir da criação de outras freguesias, a Candelária passou a ter menor tamanho e conseqüentemente ser habitada por um número menor de pessoas, sobretudo, a partir da década de 1870 conforme analisado no capítulo 1. Desta forma, a Candelária na questão educacional sempre estava acompanhada de alguma freguesia vizinha.

Compreender essa divisão dos distritos escolares é importante para a análise da distribuição da malha escolar que, somado a esse fator, também se processava a partir da densidade populacional. Como analisado no primeiro item deste capítulo, a oferta de escolas era amparada legalmente na estatística, e, a partir das informações obtidas no Censo de 1872, sabemos que a Freguesia da Candelária não possuía grande número de habitantes. Comparada ao conjunto das freguesias urbanas, era a menor, abrigando 8.102 indivíduos livres. Contudo, mesmo que em menor escala, se compararmos a populosa Freguesia de Santana (com 33.746 habitantes livres), a Candelária também possuía um quantitativo dentro da faixa etária que poderia frequentar a escolas, ou seja, dos 6 aos 15 anos.

Era um total de 1.074 crianças, e deste quantitativo estavam fora dos bancos escolares quase 964 indivíduos. Se tomarmos apenas estas informações do censo de 1872, já podemos concluir que era necessária uma ação do governo no que condiz a instituição de escolas públicas para atender a demanda dessa localidade. Mas, quantas escolas públicas de instrução primária existiam ali? Onde estavam estabelecidas? Quais as suas condições de funcionamento? Qual quantitativo de alunos atendia? Quais eram os professores que ali lecionavam?

A complexidade, heterogeneidade e desigualdade do tecido escolar da Corte Imperial foi sendo fiada junto da própria cultura urbana que estava posta aos projetos de modernidade. Ações que buscavam soluções às formas tradicionais de vida, ao crescimento populacional de uma camada livre, mestiça, imigrante, pobre, e os problemas estruturais da sociedade como o acirramento das forças abolicionistas e republicanas, além das questões de saneamento, febre amarela, a crise habitacional e etc., que assolava as últimas décadas da monarquia. A população para qual legalmente a escola era destinada, ou seja, livres e libertos somavam, segundo o Censo de 1872, um total de 226.033 habitantes na Corte, enquanto a população escrava estava num total de 48.989. (SCHUELER, 2002)

Apesar de, no início da década de 1870, só terem sido criadas quase 11 escolas públicas, verificamos também na década de 1870 um forte movimento onde políticos, médicos, advogados, professores, intelectuais discutiam a necessidade de criar escolas primárias para educar a população. Famílias reivindicavam o aumento do número de

instituições, sociedades e organizações empreendiam sua parcela de contribuição criando escolas, cursos e promovendo o amparo para que as crianças pobres pudessem frequentar as escolas, entidades religiosas também criavam asilos, aulas, escolas e promoviam ações educativas diversas. A escola era posta como o lugar apropriado do aprendizado e para as classes mais pobres expectativa de mobilidade social, onde essa crescente população pobre, livre e mestiça aprenderia ler, escrever e contar para ocupar os desejosos ramos do trabalho no comércio (SCHUELER, 2002; GONDRA, SCHUELER, 2008).

A política de instrução pública na década de 1870 buscava soluções para a complexidade social e acompanhava os debates importantes da época. A necessidade da ampliação da malha educacional se justificava nos relatórios do Ministro do Império no ano de 1870 por meio de censos e dados que consolidaram o aumento do orçamento educacional e a criação de 11 escolas públicas primárias. Com estes estabelecimentos, a Capital do país contava com 58 escolas públicas primárias sendo 30 para meninos e 28 para as meninas. Entre 1875 e 1876 o Ministério do Império autorizava a criação de mais 7 escolas para meninos e 10 para meninas. Estas, por falta de professores efetivos não funcionaram de imediato e depois foram estabelecidas sob a responsabilidade de professores adjuntos pela falta dos efetivos (SCHUELER, 2002).

Em 1877 já existiam 95 escolas primárias na Corte divididas entre 49 destinadas ao sexo masculino e 46 ao feminino. A década de 1880 foi marcada pelo acirramento das forças republicanas, a instabilidade política, a necessidade da formação e unificação do povo para conter as revoltas que assolavam o país e tentar manter a monarquia na figura de um imperador renovado, e a redefinição do que era entendido por cidadania e liberdade a partir do acirramento da abolição da escravidão. (SCHUELER, 2002)

Tal conjuntura resultou num pessimismo nas ações educativas exemplificado na estagnação do processo de ampliação da malha escolar. Das 95 escolas existentes somente 75 funcionavam. Em 1883, havia 94 escolas públicas na Corte, sendo 68 nas freguesias urbanas e 26 nas rurais. Destas escolas, 13 funcionavam nos prédios próprios nacionais enquanto as 81 restantes nas situações das casas alugadas. (SCHUELER, 2002). Observemos o quadro 10 com a distribuição do quantitativo de escolas públicas primárias pelas freguesias da Corte entre 1870 e 1879.

Quadro 10 - Distribuição das escolas públicas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1879

Distribuição das escolas públicas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1879										
Anos⁸²:	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879
Freguesias Urbanas:										
Glória	4	4	4	4	4		6	6		
Candelária	2	2	2	2	2		2	2		
São José	2	4	4	4	4		5	5		
Santa Rita	5	5	5	5	5		6	6		
Sacramento	4	4	4	3	4		6	6		
Santana	6	6	6	5	6		8	8		
Santo Antônio	2	3	3	3	4		5	5		
Lagoa	3	4	4	5	5		5	5		
Engenho Velho	4	5	5	4	5		6	6		
Espírito Santo	2	4	4	4	4		5	5		
São Cristóvão	5	5	5	4	6		7	7		
Engenho ⁸³ Novo				3	3		5	5		
Gávea ⁸⁴							2	2		
Freguesias Rurais:										
Inhaúma	2	2	2	2	2		2	2		
Irajá	2	2	2	2	2		2	2		
Jacarepaguá	3	4	4	6	5		6	6		
Campo Grande	2	3	3	3	3		4	4		
Santa Cruz	2	2	2	2	2		2	2		
Guaratiba	3	3	3	4	3		5	5		
Ilha do Governador	3	3	3	3	3		4	4		
Ilha de Paquetá	2	2	2	2	3					
Total:⁸⁵	58	67	67	76	75		95	95	95	90

Fonte: Relatórios do Ministério de Negócios do Império dos anos de 1870 a 1879. Quadro elaborado pela autora.

Como é possível averiguar que entre o ano de 1870 e 1879 foram estabelecidas quase 37 escolas públicas primárias, mesmo considerando que nem todos os estabelecimentos estavam em funcionamento imediato após a sua criação devido à falta de professores, móveis e materiais de ensino. Também é interessante notar a permanência durante toda a década do quantitativo de escolas em algumas freguesias como a Candelária, Inhaúma, Irajá, Santa Cruz

⁸² No ano de 1875 não existe registro do Relatório do Ministro de Negócios do Império. Nos anos de 1878 e 1879 o Relatório do Ministério de Negócios do Império não contém como anexo o Relatório da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte onde é possível extrair a distribuição dos estabelecimentos por freguesias. Entretanto no ano de 1878 o documento notifica que o número de escolas e frequência permanecia igual ao ano anterior. Para o ano de 1879 o relatório informa que existiam na Corte 94 escolas públicas de instrução primária. Desta quantia 4 escolas não foram estabelecidas, existindo em funcionamento 44 estabelecimentos de meninos e 46 de meninas.

⁸³ Freguesia criada em 1873

⁸⁴ Freguesia criada em 1873

⁸⁵ Segundo o Relatório do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte anexo ao Relatório do Ministro de Negócios do Império apesar da criação de novas escolas no ano de 1876 ainda não estavam em funcionamento às escolas de meninos: 3º da Lagoa, 3º da Glória, 3º do Sacramento, 3º de Santa Rita, 3º de Campo Grande, 3º da Ilha do Governador, 4º de Santana e 4º de São Cristóvão. De meninas: 3º do Santo Antônio, 3º de São José, 3º do Sacramento, 3º do Espírito Santo, 3º da Glória, 4º de Santana, 2º de Guaratiba, 2º e 3º do Engenho Novo. Além disso, estavam sem funcionar por falta de professores as de meninos: 2º do Sacramento, 2º de São Cristóvão, 3º de Santana, 2º de Jacarepaguá, e a única de meninas de Santa Cruz.

e Paquetá. Enquanto outras apresentavam uma mudança crescente como as freguesias da Glória, Santa Rita, Santo Antônio, Lagoa, Espírito Santo, Engenho Novo, Gávea e Campo Grande. E outras freguesias mostravam crescimento com uma relativa queda, sobretudo no ano de 1873, e após retomam o crescimento do número de escolas. É o caso das freguesias de Sacramento, Santana, Engenho Velho, São Cristóvão e Jacarepaguá. Apesar do ano de 1879 ter terminado com uma queda, comparado ao crescimento alcançado com 95 escolas nos anos de 1876, 1877 e 1878, é inegável o desenvolvimento educacional na Corte na década de 1870.

Na década de 1880, os relatórios do Ministro de negócios do Império são mais sucintos ao trazer as informações sobre os estabelecimentos das escolas públicas primárias. Em alguns documentos nem mesmo existe anexado o relatório da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária onde na década anterior havia as informações de forma detalhada. Neste decurso dos 10 últimos anos da monarquia encontramos uma variação no quantitativo de 93 a 95 escolas públicas primárias, sendo o número das destinadas a cada sexo muito semelhante, e a maior parte destes estabelecimentos instituídos nas freguesias urbanas.

Somente no ano de 1883 é possível encontrar a informação precisa do quantitativo de escolas por freguesias. O resultado da soma era 94 sendo: Freguesia da Glória 6 escolas, Freguesia da Candelária 1 escola, Freguesia de São José 4 escolas, Freguesias de Santa Rita 6 escolas, Freguesia do Sacramento 6 escolas, Freguesia de Santana 8 escolas, Freguesia de Santo Antônio 5 escolas, Freguesia da Lagoa 5 escolas, Freguesia do Engenho Velho 8 escolas, Freguesia do Espírito Santos 5 escolas, Freguesia de São Cristóvão 7 escolas, Freguesia do Engenho Novo 5 escolas, Freguesia da Gávea 2 escolas, Freguesia de Inhaúma 2 escolas, Freguesia de Irajá 2 escolas, Freguesia de Jacarepaguá 5 escolas, Freguesia de Campo Grande 4 escolas, Freguesia de Santa Cruz 2 escolas, Freguesia de Guaratiba 5 escolas, Freguesia da Ilha do Governador 4 escolas e Freguesia da Ilha de Paquetá 2 escolas.

Em meio à ampliação da malha escolar primária pública temos a criação dos primeiros prédios com destinação específica para a instrução. Os oito⁸⁶ prédios construídos com a finalidade de serem escolas, chamadas pela historiografia *por Escolas do Imperador*⁸⁷

⁸⁶ O Centro de Referência da Educação Pública do Rio de Janeiro elenca sob o título de Escolas do Imperador 8 estabelecimentos de ensino nas Freguesias de: Nossa Senhora da Gávea, Nossa Senhora da Glória, Santa Rita, Santana (Escola Normal e Escola São Sebastião), São Francisco Xavier do Engenho Velho, São Cristóvão e São José. SISSON (1990) e SILVEIRA (2017) afirmam os mesmos locais para os prédios próprios da educação. Schueler (2005) elenca estabelecimentos nas Freguesias: de Santana, Santa Rita, São José, Glória, Santo Antônio, São Cristóvão, Gávea, Engenho Velho e Engenho Novo. E Campos (2010) informa que as freguesias de São José, Santana (Escola São Sebastião e a Escola Normal), Santa Rita, Glória, Engenho Velho e São Cristóvão como os locais onde foram estabelecidos os palacetes escolares, além de somar o Asylo de Meninos Desvalidos. Preferimos adotar a classificação de locais e datas estabelecidas por SISSON (1990).

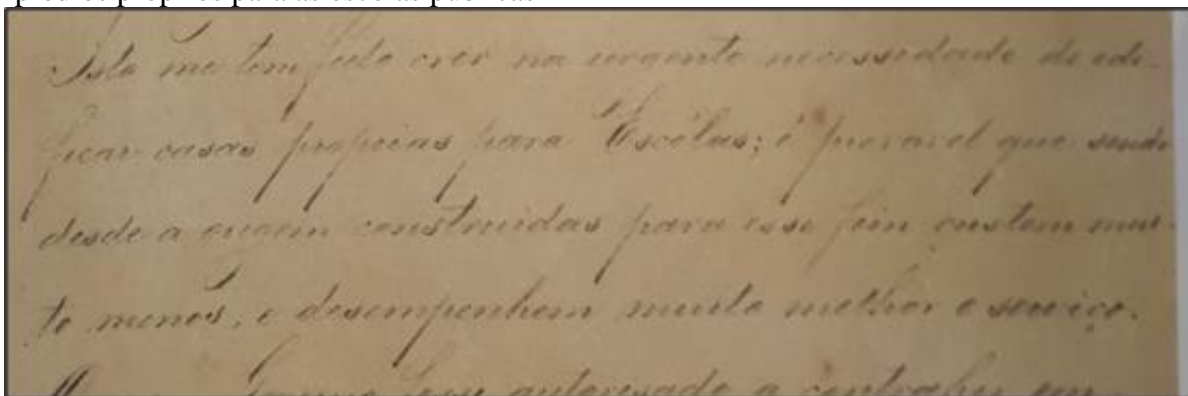
⁸⁷ A construção destes estabelecimentos públicos está relacionada a vitória na Guerra do Paraguai em 1870. Dizem que os moradores da cidade arrecadaram donativos para erguer uma estátua equestre em homenagem

(SISSON, 1990), ou ainda denominadas pelos documentos históricos de *próprios nacionais* ou *palacetes próprios nacionais* (GARCIA, SILY, 2015) foram erguidos nas freguesias mais populosas.

Na década de 1870, o Ministro dos Negócios do Império, João Alfredo, (1870 -1875) alerta com maior veemência sobre a importância dos prédios escolares. Mas a questão já era preocupação bem anterior. Em 1840, o então Ministro Araújo Viana, salientava que além de uma reforma para regularizar o ensino era necessário construir prédios próprios para as escolas e em 1843 o mesmo membro do governo apresenta as plantas para os prédios que seriam erguidos em quatro freguesias centrais. Ainda na primeira metade do XIX, em 1846, o Ministro Almeida Torres solicita verbas para a construção de prédios para as escolas públicas. (MOACYR, 1938 apud CARDOSO, 2003).

O senador Eusébio de Queirós Coutinho em 1856 se reporta ao Ministro de Negócios do Império, Couto Ferraz, salientando que uma das maiores dificuldades da instrução pública primária na Corte era a falta de edifícios apropriados para as escolas.

Imagem 19 - Ofício de Eusébio de Queirós a Couto Ferraz, em 1856, sobre a necessidade de prédios próprios para as escolas públicas⁸⁸



Fonte: Arquivo Nacional Códice I E 4-4, p.562. Foto elaborada pela autora.

Como é possível observar no trecho do ofício o senador Eusébio de Queirós Coutinho justificado não somente pelas más condições físicas das casas-escolas, que impossibilitavam a frequência regular dos alunos e o exercício do ensino mútuo, mas também das altas despesas com os preços dos aluguéis que cada vez estavam mais elevados, sugere que o governo

ao Imperador. Este rejeitando a demonstração de admiração solicitou que destinassem o valor para a construção de escolas públicas (SCHWARCZ, 2003). Mas tais estabelecimentos, acima de tudo, foram resultado de uma parceria entre o governo imperial e a sociedade civil. A abertura de subscrição pública, associações como a Protetora da Infância Desvalida e a Associação Comercial, o corpo do comércio, as instituições religiosas, somadas aos fundos dos cofres públicos foram as promotoras das construções dos edifícios.

⁸⁸ Transcrição: “Isto me tem feito crer na urgente necessidade de edificar casas próprias para escolas; é provável que sendo desde a agora construídas para esse fim custem muito menos, e desempenhem muito melhor serviço.”

contraísse um empréstimo para a construção de edifícios próprios para as escolas, assim como encarregasse um engenheiro habilitado para fazer as plantas.

A instituição destes estabelecimentos só ocorreu nas últimas décadas do século XIX, sobretudo, por estarem relacionados às transformações estruturais /arquiteturais que tornavam a Corte polo cultural do Império, compondo o cenário dos Estados-nações capitalistas (CAMPOS, 2010). A escola como instância importante para a formação das sociedades modernas terá grande relação com o processo de urbanização e transformação da cidade (FARIA FILHO, 2003).

A arquitetura dos primeiros prédios destinados à educação é também um discurso de controle sobre o tempo e espaço escolar. Intervenção necessária para a moderna pedagogia (métodos de ensino, mobiliário, formação docente, inspeção escolar, materiais didático, etc.) que estreitava os laços entre a escolarização popular, o processo de industrialização crescente e o cenário capitalista (CAMPOS, 2010).

“O cenário da modernidade é a cidade onde a escola assume papel preponderante na construção da nova ordem social.” (SILVEIRA, 2017, p.1318) e o prédio escolar concretiza tal pretensão. É na cidade que as escolas ocupam o lugar de ordenação do social, deixam de ser uma extensão do campo familiar e privado, impondo novos valores, comportamentos, uma nova maneira de perceber o mundo vinculado à cultura urbana. “Nesta perspectiva, a organização do aparelho escolar estatal estava diretamente ligada à construção física e simbólica da cidade imperial na busca da civilização moderna.” (SILVEIRA, 2017, p.1330)

A instituição destes primeiros prédios públicos escolares, considerada por alguns historiadores a nascente rede de educação pública da cidade (SISSON, 1990), se estabelece de forma desigual quantitativamente e qualitativamente. Em relação à localização destes estabelecimentos Schueler (2005) afirma que:

[...] demonstrando a tendência clara em se privilegiar uma política de escolarização da população urbana, próxima ao centro do poder, garantindo maior visibilidade política à ação educativa promovida pelo governo. O que, uma vez mais, reafirmava as imbricações entre a constituição da escola com os processos de urbanização. Além disso, a construção e a localização destes novos prédios escolares conferiam visibilidades distintas às escolas, contribuindo para acentuar a percepção das casas alugadas para as escolas isoladas – as escolas domésticas – como símbolos do “atraso colonial,” da sujeira, dos “pardieiros,” da pedagogia e da educação tradicionais, em oposição à modernidade da arquitetura e às práticas pedagógicas que se pretendia inaugurar (SCHUELER, 2005, p.167).

A escolha das freguesias que abrigariam os primeiros prédios da Corte destinados à educação não foi arbitrária. As freguesias urbanas onde as escolas foram estabelecidas, além de populosas e, portanto, com quantitativo de crianças em idade escolar elevado, garantiam visibilidade a esta nova política de governo. Acentuando ainda mais a necessidade do

investimento em uma arquitetura escolar, ao serem comparadas com as escolas em casas alugadas sempre qualificadas de forma pejorativa.

O primeiro edifício foi a Escola São Sebastião na populosa Freguesia de Santana, especificamente na Praça Onze entre as Ruas do Senador Eusébio e do Sabão, no ano de 1872. No mesmo ano a Escola São Cristóvão na freguesia de mesmo nome também foi instituída. A Escola Municipal de São José foi inaugurada em 7 de setembro de 1874 na Rua da Ajuda, ao lado do Convento de Nossa Senhora da Ajuda, na esquina formada pelo Largo da Mãe do Bispo e a Rua dos Barbonos, pertencente à freguesia de mesmo nome. Em 13 de dezembro de 1874 foi a Freguesia de Nossa Senhora da Gávea que recebeu um prédio próprio para a instrução pública construído na Rua da Boa Vista. Na Freguesia de Nossa Senhora da Glória foi erguido o prédio destinado a educação em 1875 na Praça Duque de Caxias. (CREPRJ, 2004; SCHUELER, 2005; CAMPOS, 2010; SILVEIRA, 2017).

Em 1871 foi lançada a pedra fundamental do edifício destinado à escola pública na Freguesia de Santa Rita, localizado na Praça da Harmonia nº 80 onde antes funcionava o Mercado Público, sendo inaugurada somente seis anos mais tarde. Na Praça de São Francisco Xavier na Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, ao lado da Paróquia do mesmo nome, foi iniciada a obra para o edifício escolar em 1873 sendo inaugurada no ano de 1877. A Freguesia de Santana ainda abrigou mais uma escola em prédio próprio, ou melhor, a última a ser construída. Foi em 1877, três anos depois de lançada a pedra fundamental, que a escola destinada ao ensino primário foi inaugurada. Entre os anos de 1888 e 1914 o edifício abrigou a Escola Normal da Corte. (CREPRJ, 2004; SCHUELER, 2005; CAMPOS, 2010; SILVEIRA, 2017).

A criação destes edifícios destinados à educação apesar de concretizar um avanço da atuação governamental foi também uma política pontual. E assim como a distribuição das outras escolas públicas primárias ocorreu de forma desigual entre as freguesias da Corte. Como podemos verificar através do quadro 10 a Freguesia da Candelária durante todo o período de 1870 a 1889 teve apenas o mínimo do quantitativo de escolas instituído pelos decretos educacionais, ou seja, uma destinada para cada sexo. Ou melhor, a partir, de 1883 nos Relatórios do Ministro de Negócios do Império consta apenas 1 escola pública primária para a região. Tal fato se deu devido à remoção da escola de meninos da Freguesia da Candelária em 17 de agosto de 1880. Como consistia no decreto de Leôncio de Carvalho, promulgado no ano anterior, o governo podia alterar de acordo com as necessidades do ensino a distribuição das escolas pelas freguesias da capital. O teor do decreto de remoção dizia:

DECRETO N. 7792 - DE 17 DE AGOSTO DE 1880⁸⁹

Determina a remoção da escola de meninos da freguesia da Candelária para o centro dos bairros denominados Pedregulho, Benfica e S. Francisco Xavier, na freguesia do Engenho Novo. Atendendo ao que representaram alguns moradores dos bairros denominados Pedregulho, Benfica e S. Francisco Xavier, na freguesia do Engenho Novo, e Conformando-me com a informação do Inspector Geral interino da Instrução primaria e secundaria do município da Corte, Hei por bem que seja removida para o centro dos referidos bairros a escola de meninos da freguesia da Candelária, a qual deixou de funcionar por falta de alunos. O Barão Homem de Mello, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 17 de Agosto de 1880, 59º da Independência e do Império Barão Homem de Mello.

O ato de remoção da escola de meninos da Freguesia da Candelária estava justificado pela falta de frequência de alunos estando o estabelecimento fechado, enquanto havia uma petição justa por escolas encaminhada pelos moradores dos bairros de Pedregulho, Benfica e São Francisco Xavier, na Freguesia do Engenho Novo, e a isto ainda se somava a falta de verbas para a criação de novas escolas naquele período.

A Freguesia da Candelária também ocupava uma área urbana, isto é localizada, próximo ao poder central. Ainda constituía junto às freguesias vizinhas Sacramento, São José e Santa Rita a importante área comercial da Corte. Ou seja, possuía requisitos que a habilitariam ser local de visibilidade para a política de ação educativa promovida pelo governo, mas nenhum palácio escolar foi erguido nas suas delimitações, o que ocorreu nas freguesias adjacentes São José, Santa Rita e Santana. Possivelmente, a razão dessa ausência se justificasse pela pouca população escolarizável (em idade de obrigatoriedade escolar) para ser atendida pelas escolas, se comparado os índices das demais freguesias urbanas e também pela diminuição territorial que ocorreu a partir de 1870.

Como afirma Campos (2010), esses empreendimentos de ensino eram como parceria pública e privado onde se teciam concessões, direitos e vantagens para os projetos aprovados. Por exemplo, a Associação Comercial financiadora da construção da Escola de São Cristóvão ficou isenta do imposto da décima urbana durante 20 anos a partir de 1873 quando entregou o estabelecimento de ensino ao governo imperial. Ou seja, relações de interesses e redes de favorecimentos influenciavam a construção dos prédios escolares.

Comparando ainda a Freguesia da Candelária com as demais, sobretudo, as que compunham o grupo de freguesias urbanas, observamos que além de ter pouco número de escolas, não ter sido privilegiada pela ação da construção dos prédios próprios nacionais, ainda tinha condições de estabelecimentos de ensino consideradas muito ruins, de acordo com as fontes. As duas escolas existentes na Freguesia da Candelária, como a maior parte das escolas instituídas na Corte, tanto nas freguesias urbanas como rurais, funcionavam em casas alugadas, apesar do artigo 55 da Reforma Couto Ferraz em 1854 já decretar que as escolas.

⁸⁹ Conforme Arquivo Nacional Códice BR RJANRIO 22.0.0.3403

(...) seriam estabelecidas em edifícios próprios no centro dos distritos com as devidas acomodações, e, no caso de não se realizar esta determinação com rapidez, as crianças seriam atendidas provisoriamente em edifícios alugados com as precisas acomodações para as escolas (BRASIL, 1854).

As instruções de 19 de outubro de 1855 determinavam que o professor que residisse na escola deveria ter descontado de seu salário a quarta parte do aluguel da casa. Um episódio⁹⁰ interessante em relação a essa questão ocorreu com o professor público da Candelária Luiz Thomaz de Oliveira. No ano de 1856 o docente informava que tinha declarado não residir na escola e por isso solicitava que não fosse descontado o aluguel da casa de seu ordenado. O desconto deveria ocorrer, assim que a escola passasse a funcionar na Rua da Alfândega nº 103, do professor substituto Marcos Bernardino da Costa Passos, que residiria no local.

As escolas da Corte eram estabelecidas de acordo com a freguesia que pertenciam. As freguesias urbanas possuíam o maior número de estabelecimentos, sobretudo públicos, comparados às rurais, mas também possuíam maior densidade populacional. Nestas últimas, encontramos maior contingente de requerimentos por escolas (justificando a quantidade de alunos em idade escolar sem atendimento) maior concentração do fenômeno da subvenção e maior envolvimento de grupos locais que tentavam contribuir para a resolução da vulnerabilidade das escolas da região, diante de um avultado crescimento demográfico e comercial, sobretudo, decorrentes das intervenções nos transportes e reformas urbanas das décadas finais do século XIX (SCHUELER, RIZZINI, 2019).

A demanda pela instituição de escolas envolvendo a sua dimensão espacial, é expressão das relações entre o Estado e a população. A resposta do Estado à demanda da população por educação se deu a partir de diferentes formas, enquanto “privilegiava” as escolas públicas nas áreas urbanas, incentivava a parceria com o ensino particular através das subvenções nas áreas rurais (SCHUELER, RIZZINI, 2019). Outra diferença interessante que podemos notar, é que, enquanto as escolas das freguesias urbanas eram, em sua maioria, estabelecidas em sobrados ou casas assobradadas, nas freguesias rurais havia casas térreas como locais de ensino.

Em 1873, no relatório da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, agregado ao relatório do Ministro de Negócios do Império, encontramos o Anexo 3. Consiste em um relatório apresentado a Inspeção Geral pela Comissão Visitadora das Escolas Públicas e Privadas de Instrução Primária e Secundária da Corte. Segundo Schueler (2002), esta Comissão foi nomeada pelo próprio Ministério de Negócios do Império formada

⁹⁰ Ofício encontrado no Arquivo Nacional Códice 94 I E4-Série Educação.

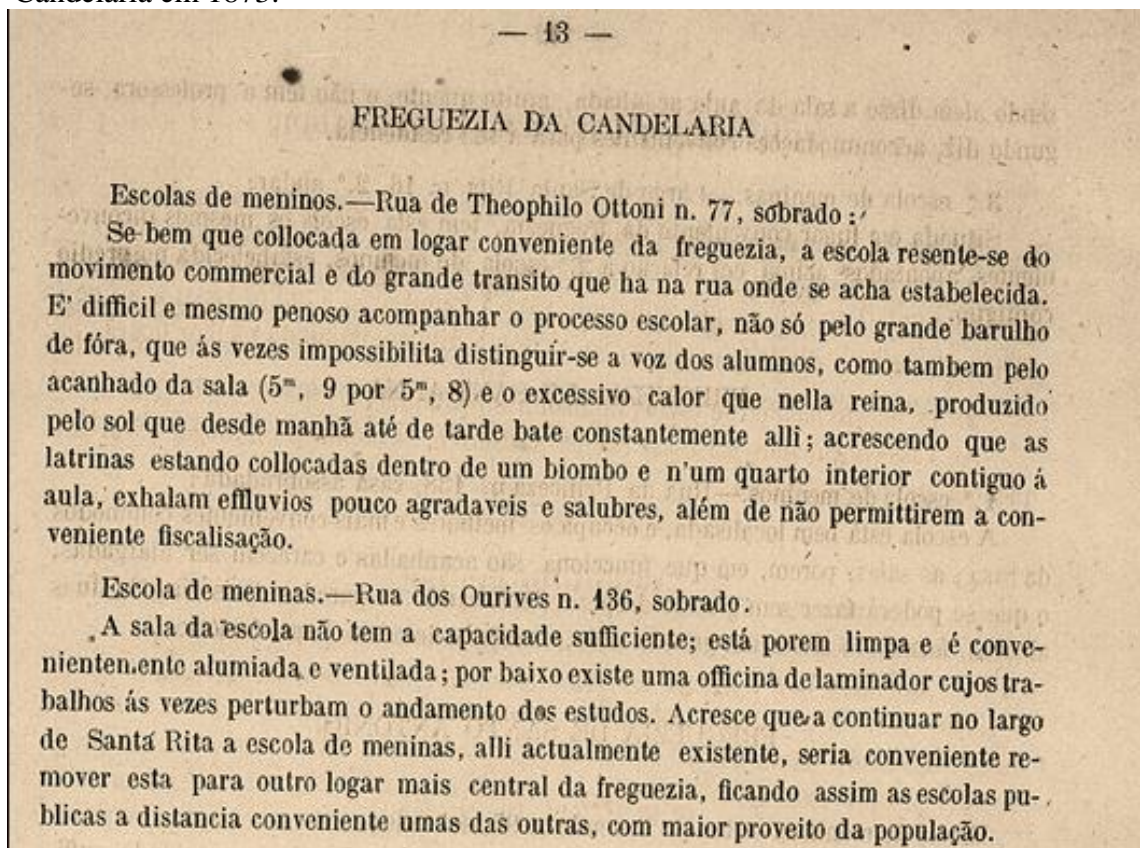
pelos delegados de instrução e também professores públicos Philippe da Motta Correa de Azevedo, João Rodrigues da Fonseca Jordão e José Manuel Garcia.

O objetivo era avaliar os edifícios, materiais, métodos pedagógicos, matrícula e frequência dos alunos, e a atuação dos mestres, desta maneira, traçando um diagnóstico das escolas em todas as freguesias da capital. Ao elaborar tal diagnóstico os professores imprimiam suas perspectivas sobre o ensino e as possíveis soluções para os problemas encontrados. Afinados com uma concepção higienista da época, sobre os edifícios escolares, relatavam que a maioria, por funcionar em casas alugadas, não possuía as condições físicas e higiênicas necessárias para o bom ensino, sendo caracterizadas pela falta de espaço⁹¹, umidade, sujeira, má ventilação e etc.

A Comissão Visitadora entendia que o edifício onde funcionava a primeira escola de meninos e de meninas da Freguesia de São Cristóvão, considerado exemplo de modernos prédios constituídos com a finalidade do ensino, ainda era incompleto, pois era preciso construir a casa para a moradia do professor. As demais escolas visitadas são divididas em três grupos apresentados. 1º as que mesmo com as acomodações simples podem continuar funcionando, 2º aquelas que quando se obtiver locais convenientes devem ser transferidas, e 3º aquelas que não devem continuar servir, pois não reuniam condições precisas para o ensino. As duas escolas da Freguesia da Candelária compunham o grupo dos estabelecimentos que precisavam ser transferidos assim que tivesse outro local conveniente, dizia a comissão:

⁹¹ A Comissão dos professores também defendia que a residência do mestre ser junto à escola. Entre as vantagens para essa determinação arquitetônica estava a economia do Estado com a limpeza, organização e manutenção do ambiente, dispensando o pagamento em cada escola de um funcionário para este encargo, e o cuidado dos alunos enfermos que seria realizado pelo próprio professor e sua família. Além disso, o professor residindo no mesmo ambiente da escola manteria a disciplina e não possuiria motivos para faltar o trabalho mesmo que ocorra algum inconveniente com sua família. Para Schueler (2002), a Comissão ao retratar isso alegava que as funções da escola e do professor “não se limitavam à instrução, mas organização e administração do mesmo, mantendo a disciplina e o asseio, o trato das enfermidades, a proteção e educação dos alunos.” (SCHUELER, 2002, p. 69)

Imagem 20 - Condições físicas das escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária em 1873.⁹²



Fonte: Relatório do Ministro de Negócios do Império, ano 1873, Anexo 3, p. 13.

Como podemos perceber as duas únicas escolas públicas da Candelária funcionavam em sobrados alugados e tinham o movimento comercial típico da freguesia como um grande problema para o funcionamento das aulas e da aprendizagem dos alunos. No caso da escola de meninos (localizada na Rua Theophilo Ottoni nº 77), o barulho dificultava acompanhar o “processo escolar” sendo penoso distinguir o som da rua e dos alunos. O problema nesta escola ainda era acrescido pelo pequeno tamanho da sala, pelo calor produzido pela posição geográfica que causava o sol constante da manhã à tarde, e as latrinas contíguas à sala de aula causando mau cheiro insuportável.

⁹² Transcrição: “Freguesia da Candelária. Escola de meninos-Rua Theophilo Ottoni nº77, sobrado. Se bem que colocada em lugar conveniente da freguesia, a escola resente-se do movimento comercial e do grande trânsito que há na rua onde se acha estabelecida. É difícil e mesmo penoso acompanhar o processo escolar, não só pelo grande barulho de fora, que as vezes impossibilita distinguir-se a voz dos alunos, como também pelo acanhado da sala (5m, 9 por 5m, 8) e o excessivo calor que nela reina, produzido pelo sol que desde manhã até de tarde bate constantemente ali; acrescendo que as latrinas estando colocadas dentro de um biombo e num quarto interior contínuo à aula, exalam eflúvios pouco agradáveis e salubres, além de não permitirem a conveniente fiscalização. Escola de meninas-Rua dos Ourives nº136, sobrado. A sala da escola não tem a capacidade suficiente; está, porém, limpa e é convenientemente iluminada e ventilada; por baixo existe uma officina de laminador cujos trabalhos às vezes perturbam o andamento dos estudos. Acresce que a continuar no largo de Santa Rita a escola de meninas, ali atualmente existente, seria conveniente remover esta para outro lugar mais central da freguesia, ficando assim as escolas públicas a distância conveniente umas das outras, com proveito da população.”

Para a escola de meninas, que ficava a Rua Ourives nº 136, a falta de espaço para comportar o número de alunos é frisada junto ao barulho de uma oficina que funcionava ao andar de baixo atrapalhando os trabalhos escolares. Mas a principal questão estava na localização que a deixava próxima da escola do mesmo sexo da Freguesia de Santa Rita. Diagnosticaram, assim, que seria melhor removê-la para um local mais central da freguesia, trazendo mais proveito para a população.

A realidade das duas escolas existentes na Freguesia da Candelária estava bem distante do proposto como ideal pela Comissão Visitadora. Para aqueles homens, as escolas deveriam ter uma sala de espera para os alunos guardarem as capas e chapéus, servindo também de recepção para as pessoas que fossem falar com o professor ou buscar os alunos. Uma sala de aula era primordial a existência de espaço suficiente para que cada aluno ocupasse 1 metrô quadrado de superfície e 4 metros cúbicos de ar, além de pias para a serventia dos mesmos. Uma sala menor para os trabalhos de escrita e costura devidamente mobilhada; um salão para os recreios, refeições e os exercícios ginásticos; um quarto com as latrinas de forma afastada para não exalar o mau cheiro as salas e se possível um jardim para descanso do professor e dos alunos. Sendo possível para este esboço adaptações de acordo com as condições de cada freguesia (Relatório do Ministro de Negócios do Império, ano 1873, Anexo 3)

A Corte Imperial era vista pelo discurso interventor médico higienista, como um local insalubre, mal construído, mal ventilado e quente (GONDRA, 2004). A parte urbana da Corte, e incluímos na expressão aquelas freguesias mais próximas ao centro, como a Freguesia da Candelária, era inadequada à vida sadia e “não poderia e não deveria abrigar os colégios, pois a influência geográfica e climática, tida como perniciosa e desaconselhável” (GONDRA, 2004, p.165 apud LIMEIRA, 2010, p.111). As escolas situadas neste espaço também eram por esses problemas acarretados e, como colocado pela Comissão Visitadora de 1873, precisavam realizar intervenções quanto à localização e acomodações internas e externas. “O edifício escolar, nesta perspectiva, deveria ser emblemático: sua arquitetura externa deveria ser identificada por todos como um espaço de educação, e o interior, por sua vez, capaz de traduzir os princípios de asseio, controle, fiscalização, higiene” (LIMEIRA, 2010, p.110).

As demais escolas visitadas pela Comissão são listadas nos três grupos conforme o quadro 11, que também nos permite apreender os endereços onde essas escolas eram estabelecidas.

Quadro 11 - Escolas públicas primárias segundo a Comissão Visitadora de 1873

Situação dos edifícios das escolas públicas primárias segundo a Comissão Visitadora de 1873			
Categorias de classificação:	Escolas que podem continuar a funcionar nos prédios que atualmente ocupam.	Escolas que devem ser transferidas logo que se tiver prédios convenientes.	Escolas que não devem continuar a funcionar nos prédios que atualmente se acham.
Freguesias Urbanas			
Glória	1º de meninos (Rua do Cattete nº 2CC, sobrado), 1º de meninas (Rua do Cattete, nº 3, sobrado).	2º de meninas (Rua do Cattete nº 200, casa assobradada).	2º de meninos (Rua das Laranjeiras nº 47C, casa assobradada).
Candelária		Escola de meninos (Rua Theophilo Ottoni nº 77, sobrado), Escola de meninas (Rua dos Ourives, nº 136, sobrado)	
São José	1º de meninos (Rua do Passeio nº 9, sobrado), 2º de meninas (Rua de D. Manuel nº 22, sobrado).	1º de meninas (Rua das Marrecas, nº 38, sobrado).	2º de meninos (Rua de D. Manuel, nº 52, sobrado - Depois transferida para o nº 60 da mesma rua).
Santa Rita	2º de meninas (Rua do Livramento nº 122, sobrado).	1º de meninos (Rua Nova do Príncipe, nº 80, sobrado), 2º de meninos (Largo de Santa Rita, nº 14, sobrado), 1º de meninas (Praça Municipal nº 1D, sobrado), 3º de meninas (Largo de Santa Rita, nº 16, 2º andar)	
Sacramento	2º de meninas (Rua do Sacramento, nº4 sobrado).	2º de meninos (Rua da Alfândega, nº 143, sobrado).	1º de meninos e 1º de meninas (Rua do Hospício nº 268, sobrado).
Santana	2º de meninos (Rua da Gamboá, nº 131, sobrado), 1º de meninas (Rua do Areal nº C, sobrado), 3º de meninas (Rua do Alcantara nº 12, sobrado).	1º de meninos (Rua da Princeza, nº 138, casa assobradada).	3º de meninos (Rua Formosa, nº 83, sobrado), 2º de meninas (Rua da Princeza dos Cajueiros nº 123 A, sobrado)
Santo Antônio		Escola de meninos (Rua do Resende, nº 97, sobrado), 1º de meninas (Rua do Lavradio, nº101, sobrado)	2º de meninas (Rua do Monte- Alegre nº 3CC, casa térrea).
Lagoa	1º de meninos (Rua de São Clemente nº 69, sobrado), Escola de meninas (Rua São Clemente nº 66, sobrado).		2º de meninos (Rua da Passagem nº 7ª, casa assobradada)
Engenho Velho	1º escola de meninas (Rua do Haddock Lobo nº 90 E, casa assobradada).		1º de meninos (Rua Haddock Lobo, nº110, casa térrea), 2º de meninos (Rua do Desembargador Izidro nº 1ª, cada térrea), 2º de meninas (Rua Conde de Bonfim nº10 B, casa térrea), 3º de meninos (Rua do Leite, nº C, casa assobradada)

Quadro 11 - Escolas públicas primárias segundo a Comissão Visitadora de 1873

Situação dos edifícios das escolas públicas primárias segundo a Comissão Visitadora de 1873			
Categorias de classificação:	Escolas que podem continuar a funcionar nos prédios que atualmente ocupam.	Escolas que devem ser transferidas logo que se tiver prédios convenientes.	Escolas que não devem continuar a funcionar nos prédios que atualmente se acham.
Espírito Santo	1º de meninas (Rua Conde d'Eu nº197, nos fundos do sobrado) 2º de meninas (Rua de S. Christovam nº18 C, assobradada).	1º de meninos (Rua de Estacio de Sá, nº 78, sobrado).	2º de meninos (Rua Conde d'Eu, nº 177 A, casa assobradada).
São Cristóvão	1º de meninos e 1º de meninas (Praça de D. Pedro I-edifício nacional) 2º de meninos (Praia do Cajú, nº 11), 3º e meninas (Largo do Pedregulho, casa térrea).	2º de meninas (Rua do Retiro Saudoso, nº 9 A, casa térrea).	
Freguesias Rurais			
Inhaúma	Escolas de meninas (Rua Imperial nº 12, -Todos os Santos- casa assobradada)		Escola de meninos (Pilares)
Irajá	Escola de meninos (Estrada da Pavuna-, casa térrea), Escolas de meninas (Povoação da Penha).		
Jacarepaguá	1º de meninos (proximidades da Matriz) 2º de meninos (Varzea), 3º de meninos (Rio Grande)		Escola de meninas (Varzea da Tijuca)
Campo Grande	1º de meninos (Sede da Freguesia (2º de meninos (Realengo) 1º de meninas (Realengo).		
Santa Cruz	Escola de meninos (Fazenda de Santa Cruz) Escola de meninas (Sepetiba)		
Guaratiba	2º de meninos (Pedra), Escola de meninas (Pedra).		1º Escola de meninos (Porto da Ilha)
Ilha do Governador	1º de meninos (Freguesia), 2º de meninos e Escola de meninas (Juquiá).		
Ilha de Paquetá	As duas escolas públicas uma para cada sexo		

Fonte: Relatório do Ministro de Negócios do Império, ano 1873, Anexo 3. Quadro elaborado pela autora.

Desta maneira, é possível verificar que a maior parte das escolas urbanas funcionava em casas alugadas onde os professores também residiam. Mesmo por estarem em local perto do centro do poder algumas compunham o grupo que necessitava de transferência logo que obtivesse prédios convenientes, como a 1º escola de meninos da Freguesia de Santana localizada na Rua Princeza nº138, ou que não poderiam continuar a funcionar devido às péssimas condições estruturais, por exemplo, a 2º de meninos da Freguesia da Lagoa localizada na Rua da Passagem nº 7. Como também algumas escolas das freguesias rurais, que mesmo em edifícios alugados, estavam no grupo, que segundo a Comissão, poderiam continuar a funcionar por terem as acomodações necessárias, por exemplo, a 1º de meninos da Freguesia de Campo Grande.

Concluindo sua percepção sobre os edifícios escolares, o relatório da Comissão Visitadora alertava que “Uma das necessidades mais palpitantes e urgentes que tem o município neutro é de casas de escolas dotadas das competentes acomodações, e que a par de devida capacidade contenham todos os predicados higiênicos e pedagógicos.” (p.20). E ainda, ao se referir à política da construção dos palacetes escolares, pela arquitetura monumental e o alto custo, afirmavam que não seria ainda no século XIX que todas as escolas públicas funcionariam em prédios próprios. Frisando o posicionamento de serem construídas casas escolares modestas e de menor custo em todas as freguesias da Corte Imperial.

A questão dos edifícios escolares não envolvia somente as concepções higiênicas e da cultura pedagógica moderna que se pretendia instalar, o custo dos aluguéis para os cofres do poder imperial era elemento presente nos discursos daqueles que apontavam a ineficiência das escolas alugadas e a necessidade de ampliação do movimento de construção dos prédios próprios nacionais, por exemplo, como vimos no posicionamento, em 1856, do senador Eusébio de Queirós Coutinho.

Deste modo, a Comissão Visitadora de 1873, após classificar os três grupos de escolas públicas primárias existentes na Corte, ressalta que “O governo deve quanto antes tratar de estabelecer as escolas em prédios apropriados e libertar-se do pesadíssimo ônus do aluguel de casas que não têm nenhuma das condições indispensáveis para o fim destinado” (p.20).

Analise o quadro 12 com os valores dos aluguéis pagos nas casas que serviam de escolas na Freguesia da Candelária durante alguns anos na segunda metade do oitocentos.

Quadro 12 - Valores dos aluguéis e proprietários das casas escolas da Freguesia da Candelária 1857, 1862, 1865 e 1879.

Valores dos aluguéis das casas-escolas e proprietários na Freguesia da Candelária					
ANOS:	1857	1862	1865	1879	
Escola de meninas	122.000 réis-Proprietário Santa Casa da Misericórdia.	122.000 réis-Proprietário Santa Casa da Misericórdia.	122.000 réis-Proprietário Santa Casa da Misericórdia.	200.000-Proprietário Serafim José Alves.	
Escola de meninos	91.666 réis Proprietário José Marques de Carvalho (em janeiro de 1857) 50.000 réis-Proprietário Manoel Antunes (de abril a dezembro de 1857)	70.000 réis-Proprietário João Alves dos Reis	1000\$333 réis-Proprietário- Antônio Leopoldo da S. Campista.	160.000 réis-Proprietário Luciano Augusto Lopes (Companhia?)	

Fonte: AGCRJ – Códice 13.2.5 e Códice 11. 2.1; Arquivo Nacional-Códice I E 4-25- Série Educação. Quadro elaborado pela autora.

A política de aluguel de casas-escolas era dispendiosa para o governo. Em 1857 o aluguel mais elevado de casa-escola era da Freguesia da Candelária, pago a Santa Casa de Misericórdia. A passagem para um trabalhador português que vinha para o Brasil em busca de uma ocupação ou como diz na fala popular “ganhar a vida”, pagava em 1859 o valor 80.000 réis, no ano de 1861 o preço era de 121.000 réis e em 1862, o custo era de 125.000 réis. (LOBO et. al., 1971). Se compararmos, de maneira muito rudimentar, chegamos à conclusão que com o aluguel para o funcionamento da escola feminina da Freguesia da Candelária em 1862 durante um ano ($122.000 \times 12 = 1.464.000$) poderia trazer ao Brasil cerca 11 trabalhadores portugueses ($1.464.000 \div 125.000 = 11.712$). Nisto, podemos cogitar que o aluguel não era barato.

Campos (2010) relata que essa organização de casas escolas alugadas funcionou durante o Império brasileiro, foi ampliada e continuou também durante alguns anos da República. A questão dos aluguéis muito possivelmente possuía uma relação de interesses entre os representantes governamentais e os proprietários de imóveis, o que faziam esta prática possuir grande fôlego.

Por exemplo, em 1909 a 7ª escola feminina do 3º distrito escolar foi fechada, pois a pouca frequência não justificava o valor gasto com o aluguel do imóvel. Realidade que na atualidade ainda pode ser encontrada. Em 2013 creches e escolas em Campos, região norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro era denunciada porque funcionavam em prédios alugados com más condições estruturais⁹³. A prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro informava neste ano de 2020, que aumentou o número de creches conveniadas para atender maior demanda de crianças. Nesta situação o imóvel também não pertence ao poder público, assim como os professores não são funcionários do governo. A instituição privada recebe um valor pago pela prefeitura por cada criança atendida⁹⁴.

Num contexto onde não havia moradia para todos possuir um imóvel, ainda mais nas freguesias urbanas onde o mercado imobiliário taxava valores elevados, era significado de lucro e um investimento previdenciário. Este foi o segundo maior tipo de investimento mercantil na Corte, em especial a partir da segunda metade do século XIX. Os suplicantes que designavam seus imóveis para o funcionamento das escolas o faziam alegando penúria financeira. Contudo, documentos demonstram que havia entre os proprietários pessoas nobres, donos de estabelecimento e grandes instituições. (CAMPOS, 2010). Por exemplo, como em

⁹³ <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2013/12/creches-e-escolas-de-campos-rj-funcionam-de-forma-irregular.html>. Consultado em 13/10/2020

⁹⁴ <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-aumenta-numero-de-vagas-em-creches-conveniadas-e-mais-do-que-dobra-o-valor-por-crianca-atendida/>. Consultado em 13/10/2020

1879 a escola de meninas da Freguesia da Candelária funcionava em propriedade de Serafim José Alves, editor da revista pedagógica *A Escola*.

Outro aspecto a considerar no interior dessa problemática, era que o valor dos aluguéis implicava na constante mudança de endereço das escolas:

As escolas, na medida em que ocupavam casas alugadas, muitas das vezes, não permaneciam todo o tempo num mesmo endereço. Dessa forma, o aluguel de escolas também tinha como decorrência a mudança de escola para outro prédio, por diversos motivos (interesses do proprietário, valor de aluguel, precariedade de instalações) [...]. Portanto, além das despesas com os aluguéis, havia também recorrentemente a despesa com mudanças e a transferência de docentes e alunos para outro prédio particular alugado como escola pública (CAMPOS, 2010, p.239).

Como podemos observar além dos valores de aluguéis ser um grande ônus para os cofres públicos, diversas vezes, alertado nas falas dos homens do poder político. Muitos prédios alugados possuem inúmeros problemas de localização e estruturais que dificultavam o ensino. O valor dos aluguéis influía na constante mudança das escolas, seja por interesses dos proprietários que não desejavam continuar alugando o imóvel para o governo imperial, ou mesmo desistência do próprio poder público pelas condições estruturais dos estabelecimentos ou o valor elevado do aluguel.

A questão que pode ser observada⁹⁵ no ofício do delegado de instrução do segundo distrito em 1856 para o Inspetor Geral de Instrução, que informava a dificuldade do professor da escola de meninos da Freguesia da Candelária em achar casa para escola na região, e por isso foi autorizada a permanência da mesma nos limites da Freguesia do Sacramento, pagando o aluguel de 64\$000 réis. Ao mesmo tempo, informava que era urgente encontrar uma nova casa onde o aluguel se enquadrasse nas instruções aprovadas pelo aviso de 19 de fevereiro. A resolução da questão ocorre num ofício do dia 19 de março de 1856, quando o Inspetor Geral escreve para o Ministro de Negócios do Império informando que a escola de meninos da Candelária mudou-se para a casa nº 103 da Rua da Alfândega, cujo aluguel era de 50\$000 mensais e pedia que o tesouro nacional abonasse, a contar do dia 15 corrente, as mensalidades vencidas ao proprietário Manoel Antônio Antunes.

Essas constantes mudanças de endereços das escolas, por vezes causava problemas de logística no que tange ao atendimento do quantitativo de alunos. Em 1879,⁹⁶ o delegado de instrução da Freguesia da Candelária e interino da Freguesia de Santa Rita, enviava ao Inspetor Geral um ofício alertando sobre a transferência da 2ª escola masculina de Santa Rita e a escola feminina da Candelária. Para o delegado, com a transferência da 2ª escola

⁹⁵ Ambos os ofícios encontrados no Arquivo Nacional Códice 94 I E 4 - Série Educação.

⁹⁶ AGCRJ- Códice 10.4.19

masculina para o Largo de Santa Rita ficariam sem atendimento educacional as crianças pobres residentes nas zonas que iam da Rua da Saúde à Gamboa e Sacco de Alferes.

Já a transferência da escola feminina da Freguesia da Candelária para o Largo de Santa Rita faria com que não existisse escola para o atendimento de meninas dentro dos limites da Freguesia da Candelária. A sugestão do delegado de instrução era o estabelecimento de uma segunda escola feminina na Candelária situada ao centro do distrito⁹⁷. Como observado no quadro 10 à intenção do delegado não foi atendida, visto que até o final do Império a Freguesia da Candelária só possuía uma escola feminina.

Durante o período analisado, por motivos que poderiam ser atendimento a interesses governamentais, redes de sociabilidade, preço do aluguel, matrícula e frequência escolar, foram possíveis averiguar nos relatórios do Ministro de Negócios do Império, em informações levantadas por Borges (2014) e em códigos do AGCRJ locais diferentes ocupados pelas escolas feminina e masculina da Candelária. Observemos o quadro 13.

Quadro 13 Endereço das escolas da Freguesia da Candelária 1870-1889

Endereço das escolas da Freguesia da Candelária 1870-1889		
Escolas/endereços	Masculina	Feminina
Anos ⁹⁸		
1870	Ourives nº 233	Assembleia nº 88
1873	Rua Theophilo Ottoni nº77	Rua dos Ourives nº136
1874	Rua Theophilo Ottoni nº77	Não obtemos informação
1875	Rua Theophilo Ottoni nº71	Rua do Hospício nº137
1876	Não obtemos informação	Rua do Hospício nº138
1879	Não obtemos informação	Rua dos Ourives (não há informação de numeração)
1880	Extinta	Rua Sete de Setembro nº81
1881	Extinta	Rua do Hospício nº100
1883	Extinta	Rua do General Camara nº13
1884	Extinta	Rua do General Camara nº13
1886	Extinta	Rua do General Camara nº 71
1887	Extinta	Rua do General Camara nº 74 e depois foi transferida para a Rua Theophilo Ottoni nº 1B

Fonte: Relatório de Ministro de Negócios do Império 1870,1873, 1883 e 1884, AGCRJ Códice 10.4.19, Borges (2014). Quadro elaborado pela autora

Com as informações coletadas, nos anos que foi possível averiguar, observamos que enquanto a escola masculina possui certa estabilidade ocupando endereços, sobretudo, na Rua Theophilo Ottoni, a escola feminina obteve maior mobilidade. Temos de considerar que a

⁹⁷ No AGCRJ-Códice 12.3.34-O delegado de instrução da Candelária, Dr. João Carlos da Silva Maya, também apontava em ofício datado de 21 de outubro de 1873 a necessidade da criação de mais duas escolas públicas na freguesia sendo uma para cada sexo. Requisição que notavelmente não se concretizou, mas auxilia a pensar que, apesar de pequena, existia uma demanda educacional na região.

⁹⁸ Nos anos omitidos não foram encontradas informações podendo a escola permanecer no mesmo lugar ou ter sido transferida.

escola feminina funcionou por um período maior de tempo e possivelmente por ter um número maior de alunos necessitava de prédios com salas mais amplas. A escola do sexo feminino ocupou seis endereços em ruas distintas da Freguesia da Candelária.

Tal configuração, situada numa conjuntura de modernização escolar na Corte, com circulação e apropriação de materiais pedagógicos nas escolas públicas⁹⁹ é ponto que ganha relevância nos relatórios da Inspetoria Geral de Instrução Pública Primária e Secundária da Corte¹⁰⁰ e na imprensa pedagógica¹⁰¹. “Os congressos, as conferências e as exposições pedagógicas foram importantes locais de circulação, prescrição e avaliação desses materiais.” (PINTO, SANTOS, 2014, p.8).

Em 1872, por exemplo, o então Ministro de Negócios do Império, João Alfredo Correa de Oliveira, sinaliza que, com o crescimento do número de escolas, a demanda pelo provimento das mobílias e utensílios escolares havia aumentado. Como providência, o ministro criou no mesmo ano o cargo de Encarregado dos Materiais Escolares, que deveria buscar propostas e negociações vantajosas para prover as escolas públicas da Capital.

Pinto e Santos (2014) demonstram que a circulação destes materiais pedagógicos criou um campo de disputas e negociações entre comércio local e internacional envolvendo uma rede com sujeitos sociais distintos.

(...) a presença de empresas distribuidoras de materiais educativos nacionais e importados concorrendo com marceneiros locais contratados para fabricar, restaurar ou modificar as mobílias e demais objetos escolares à pedido de professores primários com autorização da Inspetoria de Instrução. (PINTO, SANTOS, 2014, p.4)

Havia a concorrência dos materiais educativos e móveis escolares entre o comércio local e estrangeiro na Corte Imperial. Eram distribuidoras nacionais e de importados que disputavam as compras pela Inspetoria de Geral de Instrução Primária e Secundária, além de marceneiros que fabricavam, concertavam e adaptavam mobílias para as escolas.

O material¹⁰² escolar era enviado pelo governo a pedido dos professores de cada escola que justificassem por ofício os motivos da aquisição, ou ainda os professores solicitavam serviços de marcenaria para reforma e adaptação de mobílias. Em 23 de abril de

⁹⁹ Para aprofundamento sobre esse assunto consultar VIDAL (2009)

¹⁰⁰ Diversos relatórios da Inspetoria Geral de Instrução Pública Primária e Secundária da Corte durante o período analisado traz o item Fornecimento de Livros e moveis ás escolas onde explicitam as últimas medidas tomadas para abastecimento das escolas públicas da Corte.

¹⁰¹ Por exemplo, a Revista A Escola em seus dois anos de funcionamento (1877-1878) traz inúmeras notícias sobre a aquisição em diversas regiões do Brasil de mobílias escolares norte americanas. Ver SANTOS (2016) e NASCIMENTO (2016)

¹⁰² PINTO e SANTOS (2014) apresentam uma listagem de materiais encontrados em diversos pedidos feitos por professores para suas respectivas escolas. Tal trabalho abre um panorama geral dos tipos de materiais que abasteciam as escolas públicas da Corte.

1866¹⁰³ a professora pública da Freguesia da Candelária, Catharina Lopes Coruja, enviava ofício ao delegado de instrução do 2º distrito escolar pondo a necessidade para continuidade e boa execução de suas aulas de 12 catecismos de autoria de Pinheiro e 12 gramáticas escritas por Cerillo.

A política de construção dos prédios próprios nacionais estimulou uma uniformidade da distribuição dos materiais às escolas públicas, mas a Comissão Visitadora de 1873, expunha que nenhuma das escolas públicas inspecionadas possuía todos os objetos descritos como necessário pelo Regimento de 2 de maio de 1855. Segundo o Regimento de 1855 toda escola deveria ter:

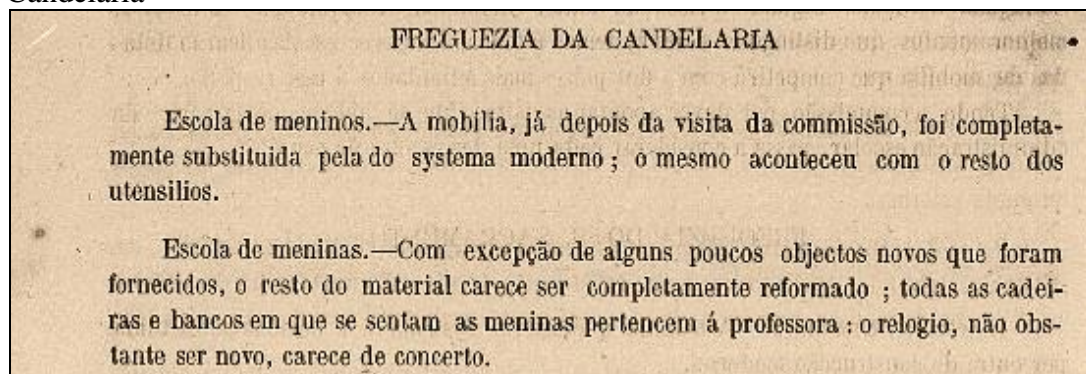
(...) a imagem de Cristo Crucificado, o retrato do Imperador, um relógio, um armário, uma mesa com estrado e cadeira de braços para o professor, cadeiras para as pessoas que forem visitar as escolas, bancos e mesas inclinadas com tinteiros fixos, uma ampulheta, um mapa do Brasil, um mapa da província do Rio de Janeiro, um quadro grande de madeira pintado de preto, esponjas e giz para os exercícios de aritmética e ortografia, um quadro ou mapa com o sistema geral de pesos e medidas e os valores das moedas do Império, quadros para leituras, ditos com modelo de escrita, ardósias, papel, compêndios para os meninos pobres, ponteiros, cabides pra chapéus, réguas com guarnição de metal, talha para água e vasilhas menores. (Relatório do Ministro de Negócios do Império, ano 1873, Anexo 3, p. 23).

Os materiais e móveis escolares descritos como precisos pelo Regimento Interno de 1855, e elucidados pela Comissão Visitadora em 1873, dão a perceber a interferência da Igreja Católica e da figura do Imperador na formação das crianças. Uma imagem de Cristo crucificado e um retrato do Imperador eram materiais pedagógicos obrigatórios, a fim de recordar cotidianamente o poder do trono e do altar no Império do Brasil. Além disso, percebemos materiais para garantir a higiene do local como talha para água e vasilhas menores. E utensílios para o ensino das disciplinas de leitura, matemática e geografia e os valores monetários.

Além disso, a Comissão Visitadora frisa que o estado dos móveis e utensílios existentes nas escolas era lamentável. Especificamente sobre as escolas da Freguesia da Candelária, o relatório descreve que depois da visita, a escola de meninos teve todos os móveis substituídos por novos. Enquanto a escola feminina relatava que todos os bancos e cadeiras eram da professora, que poucos móveis foram fornecidos pelo governo e que a maioria se encontrava com necessidade de reforma.

¹⁰³ AGCRJ- Códice 11.2.19

Imagem 21 - Condição dos móveis nas escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária¹⁰⁴



Fonte: Relatório do Ministro de Negócios do Império, ano 1873, Anexo 3, p. 28

Pela descrição da Comissão Visitadora é possível perceber que materialmente a situação da escola masculina da Freguesia da Candelária, naquele ano de 1873, era aparentemente melhor que a escola feminina da região. É informado no Relatório do Ministro de Negócios do Império, que após as recomendações da Comissão visitadora, que ambas as escolas foram fornecidas com materiais de ensino. A escola de meninos recebeu: 1 imagem do Senhor Crucificado, 1 nicho, 1 Imagem do Imperador em quadro, 1 cadeira de jacarandá (medalhão puro), 6 cadeiras austríacas, 1 mesa para professor, 1 mesa para professor adjunto, 1 mesa pequena, 1 tabua de escrita com cavalete, 1 caixa com pesos e medidas de Carpentier, 1 estrado, 48 hastes de cabides, 12 carteiras para escrita, 2 bancos. E a escolas de meninas recebeu: 1 imagem do Senhor Crucificado, 1 nicho, 1 cadeira de jacarandá (medalhão puro), 6 cadeiras austríacas, 1 mesa para professora, 2 mesas para professoras adjuntas, 1 mesa pequena, 1 caixa com pesos e medidas de Carpentier, 32 hastes de cabides, 1 relógio americano, 6 carteiras para escrita, 2 bancos, 1 armário, 1 contador mecânico e 1 estrado.

Os professores recebiam valores de consignações para as chamadas despesas miúdas das escolas. Sobre isso, em setembro de 1879¹⁰⁵ a escola masculina da Candelária recebia o valor de 30.000 réis, enquanto a feminina recebia 68.000 réis. Esses valores eram calculados por meio de inventários produzidos pelos próprios docentes e o número de alunos que frequentavam as aulas.

Em 22 de janeiro de 1872, o delegado de instrução pública enviava um ofício para as escolas de seu distrito pedindo o inventário dos móveis e um orçamento. Na ocasião, o

¹⁰⁴ Transcrição: “Freguesia da Candelária. Escola de meninos - A mobília, já depois da vista da comissão, foi completamente substituída pela do sistema moderno; o mesmo aconteceu com o resto dos utensilios. Escola de meninas-Com excepção de alguns poucos objetos novos que foram fornecidos, o resto do material carece ser completamente reformado; todas as cadeiras e bancos em que se sentam as meninas pertencem à professora: o relógio, não obstante ser novo, carece de concerto.”

¹⁰⁵ Arquivo Nacional Códice I E 4.25 - Série Educação.

professor da escola masculina da Candelária, Antônio José Marques, responde¹⁰⁶ que, devido às mudanças constantes para edifícios ora maiores e outros menores, e também a baixa frequência escolar, era impossível prever um orçamento exato. Desta forma enviava um orçamento incluindo os valores do seu ordenado e gratificação, aluguel do imóvel, preço das consignações para despesas miúdas e eventuais. Além disso, o professor listava os móveis, utensílios e compêndios existentes na escola e informava o estado de alguns. Dando a perceber que assim como descrito pela Comissão Visitadora de 1873, havia muitos utensílios em péssimo estado. A descrição do professor era a seguinte:

1 imagem do Cristo crucificado, 1 retrato do Imperador (antigo), mesa para o professor, 1 mapa topográfico do Rio de Janeiro (estragado), 3 tábuas pretas para exercício de aritmética, 3 cadeiras usadas, 1 armário, 1 dito, 8 cadeiras, 9 bancos, 8 réguas de cabides, 2 livros de matrícula sendo 1 escriturado, 1 dito de notas, 1 dito de termos de exames, 1 soletaria, 1 coleção de pesos e medidas de sistema métrico, 1 tabuleta, 3 mapas para leitura (completamente estragado), 21 exemplares de tabuadas, 3 mesas e duas carteiras (completamente inutilizadas), 23 volumes da História Universal de Pedro Puley sendo 2 velhos, 25 volumes de História Pátria de Xavier Pinheiro sendo 9 velhos, 8 de Histórias do Delbaldo, 11 Catecismos da Doutrina Cristã do Cônego Pinheiro sendo 3 velhos, 13 volumes da Aritmética de Frazão sendo 3 velhos, 10 volumes da História da Criação usados, 12 compêndios de gramática sendo 6 usados, 10 compêndios do Episódios do C. Pinheiro (7 usados). (AGCRJ Códice 10.4.2, p.42).

Pela descrição do professor Antônio José Marques a escola de meninos da Freguesia da Candelária, em 1872, possuía utensílios dos descritos como obrigatórios pelo Regimento Interno de 1855, como a imagem do Cristo Crucificado, o retrato do Imperador e o mapa topográfico da Província do Rio de Janeiro. Como também possuía a mobília escolar precisa, por exemplo, armários e cadeiras. Além dos materiais necessários para o ensino das diversas disciplinas como mapas de leitura, coleção de pesos e medidas do sistema métrico, catecismos, compêndios e livros. Entretanto o professor detalha a situação de cada material e mobília alegando em sua maioria que estavam estragados, inutilizados e velhos, ou seja, impróprios para o uso.

Em resposta ao mesmo ofício do delegado¹⁰⁷, a professora pública da escola feminina da Candelária, Catharina Lopes Coruja, inventariava os móveis e utensílios que tinha recebido da Repartição de Instrução Pública para uso da escola e seu estado. Consistiam em.

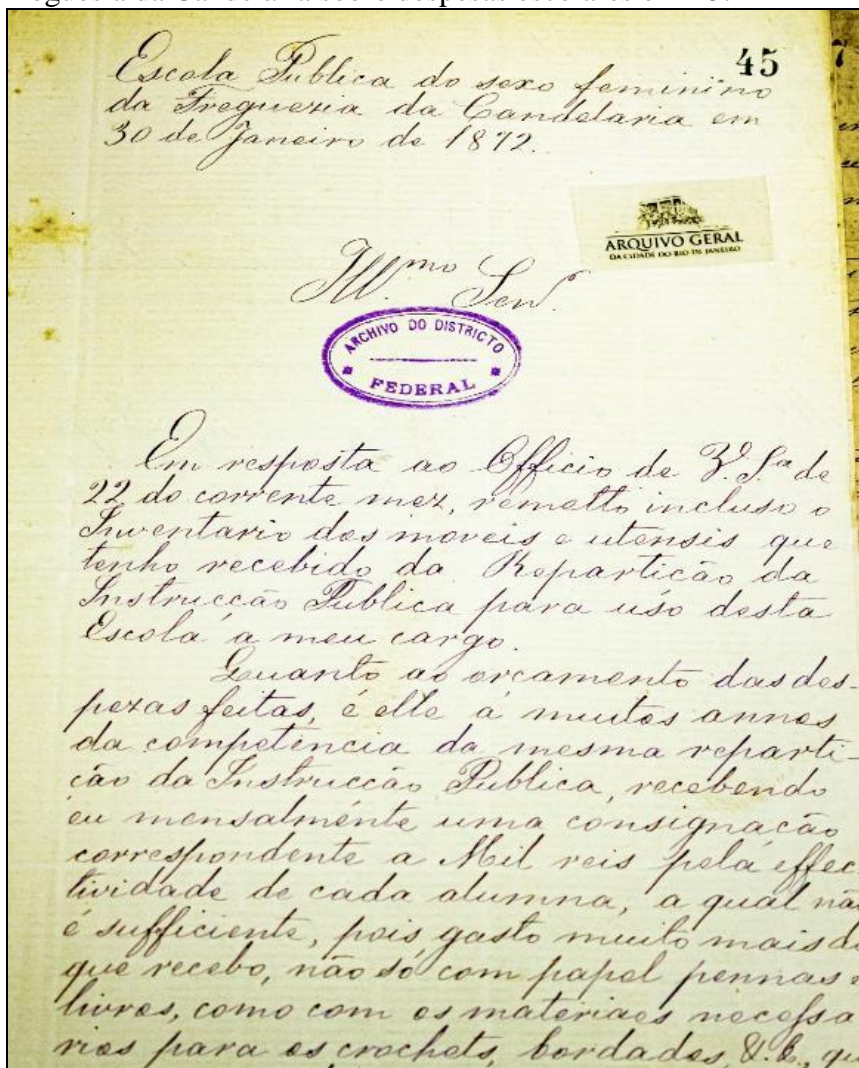
6 mesas para escrita com os presos, 1 armário para livros, 1 mesa maior em mau estado, 1 mesa menor, 3 cadeiras sendo 1 de braços, 1 relógio americano que tem sofrido muitos concertos, 1 estrado em mau estado, 2 mapas de letras grandes, 1 pedra de cálculo sem estante, 1 termo de medidas decimais. (AGCRJ, Códice 10.4.2, p.46).

¹⁰⁶ AGCRJ Códice 10.4.2

¹⁰⁷ AGCRJ Códice 10.4.2

A descrição da professora da a ver que a escola feminina tinha menos materiais e móveis que a escola masculina, enquanto outros estavam em mau estado, justificando assim a reclamação do baixo valor de consignação que recebia (mil réis por aluna) não sendo suficientes para prover os gastos, sobretudo, os materiais necessários para as aulas específicas do sexo feminino, como bordados.

Imagem 22 - Ofício da professora da escola pública primária da Freguesia da Candelária sobre despesas escolares em 1872¹⁰⁸



Fonte: AGCRJ Códice 10.4.2. Foto elaborada pela autora.

Interessante notar que 7 anos depois desta reivindicação feita pela professora, ou seja, no ano de 1879 como já observado, o valor que a escola feminina da Candelária recebia para

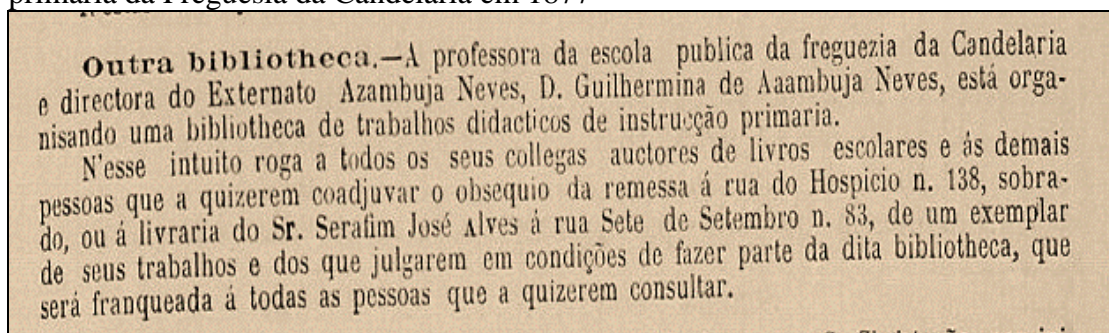
¹⁰⁸ Transcrição: “Escola Pública do sexo feminino da Freguesia da Candelária em 30 de janeiro de 1872. Ilustríssimo Senhor. Em resposta ao ofício de vossa senhoria de 22 do corrente mês, remeto incluso o inventário dos móveis e utensílios que tenho recebido da Repartição da Instrução Pública para uso desta escola a meu cargo. Quanto ao orçamento das despesas feitas, é ele à muitos anos da competência da mesma repartição da Instrução Publica, recebendo eu mensalmente uma consignação correspondente a mil réis pela efetividade de cada alumna, a qual não é suficiente, pois gasto muito mais do que recebo, não só com papel, penhas e livros, como com os materiais necessários para os colchetes, bordados.”

as despesas miúdas era de 68.000 réis, quantia superior a recebida pela escola masculina (30.000 réis). Esta constatação leva a hipótese que a reclamação da professora para a falta de materiais necessários ao ensino foi atendida através da disponibilidade de uma verba com valor superior. Ou, existe a possibilidade, da escola feminina receber uma quantia superior à de meninos pelo quantitativo de alunas também ser maior. Visto que a frequência na escola feminina sempre foi superior da escola masculina, sendo o motivo de encerramento das atividades na escola de meninos, no ano 1880, o baixo quantitativo de alunos.

De alguma maneira a situação de ambas as escolas da Candelária parecem ter mudado, pois em 1879 o delegado de instrução descrevia¹⁰⁹ que as duas escolas estavam suficiente mobilizadas salientando que tendo a de meninas 1 contador mecânico e mobília com 21 assentos, e a de meninos com baixa frequência 4 carteiras com assentos.

No ano de 1877 a professora pública da Freguesia da Candelária era Guilhermina de Azambuja Neves. Na busca de modernas práticas educativas a professora, em 1877, publica na revista *A Escola* um pedido de doação de livros para compor a biblioteca de trabalhos didáticos de instrução primária que estava organizando.

Imagem 23 - Anúncio da biblioteca escolar promovida pela professora pública primária da Freguesia da Candelária em 1877¹¹⁰



Fonte: Revista *A Escola*, ano 1877, v.34, n.2, p.67

Guilhermina de Azambuja Neves desempenhou diversas ações no campo educacional defendendo as novas metodologias com a introdução do ensino intuitivo. Dentre a produção de materiais didáticos e diversos livros publicados estava a organização de uma biblioteca escolar (SOARES, FERREIRA, 2019). No ano de 1878 outras notícias sobre a biblioteca escolar são publicadas “A professora Guilhermina de Azambuja Neves tem recebido mais,

¹⁰⁹ AGCRJ Códice 11.4.34

¹¹⁰ Transcrição: “Outra biblioteca. A professora da escola pública da freguesia da Candelária e directora do Externato Azambuja Neves, D. Guilhermina de Azambuja Neves, está organizando uma biblioteca de trabalhos didáticos de instrução primária. Nesse intuito roga a todos os seus colegas autores de livros escolares e as demais pessoa que a quiserem coadjuvar o obsequio da remessa à rua do Hospício nº138, sobrado, ou a livraria do Sr. Serafim José Alves à rua Sete de Setembro nº83, de um exemplar de seus trabalhos e dos que julgarem em condições de fazer parte da dita biblioteca, que será franqueada á todas as pessoas que a quiserem consultar.”

para a biblioteca que está organizando na escola pública sob seu magistério¹¹¹”. Ou ainda “[...] oferecer a senhora professora pública da freguesia da Candelária, D. Guilhermina de Azambuja Neves, para a biblioteca que está organizando nessa escola, um importante donativo [...]”¹¹². Tais informações levam a conclusão que a biblioteca estava localizada na escola pública feminina da freguesia da Candelária.

A aceitação da biblioteca de Guilhermina, o reconhecimento de sua atuação docente na Corte e a rede de sujeitos por ela acionados pode ser compreendida quando em 1878 a professora recebe 66 livros de diversas pessoas da Corte como 22 exemplares doados pelo Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo¹¹³. Naquele ano a biblioteca possuía um acervo de 600 livros e era elogiada como uma “ideia excelente que tem merecido, e esperamos continuar a merecer a coadjuvação do público.”¹¹⁴ No mesmo ano o diretor do Colégio Abílio¹¹⁵, Dr. Epiphânio José dos reis, doava 813 livros de 30 obras diferentes. Destes exemplares a professora trocou as obras repetidas com o editor e comerciante de livros Serafim José Alves¹¹⁶, desta maneira aumentando o acervo da sua biblioteca escolar.

Percebemos a partir destes indícios que apesar da Freguesia da Candelária ser diminuta e possuir um quantitativo tímido de demanda escolar, comparado a outras freguesias da Corte, o processo de escolarização desenvolvido naquela região foi profícuo. Além de suas 2 escolas públicas, uma para cada sexo, observamos ações importantes para difusão do ensino como a biblioteca de trabalhos didáticos de instrução primária. Podemos também perceber a atuação dos professores que ocupavam as cadeiras públicas da freguesia da candelária como Guilhermina de Azambuja Neves, Antônio José Marques e Catharina Lopes Coruja, aqui mencionados.

Em uma busca no relatório do Ministro de Negócios do Império dentro do recorte estudado, tendo como fonte dados levantados no estudo de Borges (2014) e códices do

¹¹¹ Jornal A Reforma (RJ), ano X, n.160,17/7/1880 <http://memoria.bn.br/DocReader/226440/10551>. Consultado em: 14/10/2020

¹¹² Jornal A Reforma (RJ), ano X, n.121,19/5/1880 <http://memoria.bn.br/DocReader/226440/10889>. Consultado em: 14/10/2020

¹¹³ José Bento da Cunha Figueiredo (1808-1891), pernambucano formado em direito que ocupou a presidência de diversas províncias do Império como Alagoas, Pernambuco, Minas Gerais e Pará. Além de ser Ministro de Negócios do Império em 1875. Conferir: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura. 4, p. 336, 1970

¹¹⁴ Idem a nota 112

¹¹⁵ O colégio Abílio Borges foi fundado na Corte em 1873 a partir de uma sociedade entre Abílio César Borges e Epifânio Reis. Era um dos mais importantes colégios particulares da Corte. Conferir: GONDRA, J.G. Abilio César Borges. In: FÁVERO, M.L.A.; BRITTO, J. M. (Org.). Dicionário de educadores no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MECInep,1999, p.29-38;

¹¹⁶ Idem a nota 112

Arquivo Nacional conseguimos localizar os nomes de alguns professores que lecionaram nas escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária. Observemos o quadro 14.

Quadro 14 - Professores públicos primários da Freguesia da Candelária 1870-1889

Professores públicos primários da Freguesia da Candelária 1870-1889		
Anos¹¹⁷	Escola masculina	Escola feminina
1870	João da Matta Araújo	Catharina Lopes Coruja
1871	Antônio José Marques	Catharina Lopes Coruja
1872	Antônio José Marques	Catharina Lopes Coruja
1873	Antônio José Marques	Guilhermina Azambuja Neves
1874	Antônio José Marques	Guilhermina Azambuja Neves
1875	Não obtivemos informação	Guilhermina Azambuja Neves
1876	José Antônio de Campos Lima	Guilhermina Azambuja Neves
1877	Não obtivemos informação	Guilhermina Azambuja Neves
1879	José Antônio de Campos Lima	Guilhermina Azambuja Neves
1881	Escola extinta	Guilhermina Azambuja Neves
1882	Escola extinta	Adelaide Augusta da Costa (depois Adelaide Augusta da Costa e Silva)
1883	Escola extinta	Adelaide Augusta da Costa
1884	Escola extinta	Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa
1886	Escola extinta	Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa
1887	Escola extinta	Theresa Carolina de Mirandella
1888	Escola extinta	Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa até 6 de junho
1889	Escola extinta	Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa

Fonte: Relatórios do Ministério de Negócios do Império dos anos de 1870 a 1889, Arquivo Nacional, Códice: IE 4 25; Borges (2014) - Série Educação. Quadro elaborado pela autora

No intuito de conhecer melhor estes docentes fizemos uma busca nos relatórios do Ministro de Negócios do Império usando seus nomes como termo de busca, além de dados levantados por pesquisas já consolidadas no campo da história da educação. Os indícios nos levaram a concluir que os professores da escola masculina, Antônio José Marques e José Antônio de Campos Lima, construíram sua carreira no magistério iniciando como professores adjuntos.

Antônio José Marques foi o que regeu a cadeira pública da escola masculina da Candelária por mais tempo, lecionando durante 6 anos (considerando o recorte estudado). Era bacharel e sua primeira aparição nos registros oficiais em 1862 quando nomeado professor interino da 1ª escola masculina da Freguesia de Santana. No ano de 1866 consta como professor adjunto com 3 anos de exercício. Em 1871 por ter cumprido os requisitos é

¹¹⁷ Para os anos omitidos não foi encontrada informações podendo ou não o professor permanecer na mesma escola.

nomeado professor efetivo da escola masculina da Candelária. Já em 1875 rege a cadeira de aritmética da Escola Normal da Corte. No ano seguinte é removido da escola da Candelária e provido para a escola masculina da Lagoa. Em 1880 e 1881 consta como professor da 1ª escola masculina de Santa Rita, onde também consta como professor em 1887.

Em 1873, na Conferência Pedagógica, Antônio José Marques faz a exposição final do seu trabalho sobre sistema métrico decimal. Sobre a carreira deste docente Borges (2014) informa que este professor estava engajado em questões do desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Enquanto atuava na escola da Freguesia da Lagoa fez funcionar um curso noturno de ofícios mesmo sem receber remuneração, pois não tinha conseguido autorização oficial para as aulas. Antônio José Marques foi professor do Liceu Artístico e Industrial e secretário da Associação Protetora do Liceu Artístico e Industrial. Além disso, ofereceu serviço a Associação promotora da Instrução. Em 14 de janeiro de 1888 é jubilado do magistério público.

O professor José Antônio de Campos Lima lecionou durante 2 anos na Freguesia da Candelária (considerando o recorte estudado). Foi adjunto do professor Candido Matheus de Faria Pardal. (BORGES, 2014). Nomeado professor adjunto da 1ª escola masculina da Freguesia de Santa Rita em 1860 onde permaneceu até 1865 quando passou a lecionar em São José interinamente. Em 1867 é nomeado professor adjunto da escola masculina da Freguesia da Ilha de Paquetá. Nos anos de 1869, 1871, 1873 e 1875 consta como professor efetivo da 2ª escola para o sexo masculino da Freguesia da Lagoa. No ano de 1879 recebe gratificação por 10 anos de exercício docente. Por fim em 1880 é removido da Freguesia da Candelária, devido a extinção da escola, e ocupa a docência na 1ª escola masculina da Freguesia do Sacramento onde ainda consta como professor no ano de 1886. Além disso. Segundo Borges (2014), foi membro do júri da Corte e jubilado do magistério público em 18 de maio de 1886.

O outro professor da Freguesia da Candelária é João da Matta Araújo. Ele era membro da Sociedade Bahiana de Beneficência, espécie de sociedade de socorros mútuos. (BORGES, 2014) É habilitado para o ensino particular primário no ano de 1858 quando também consta a sua nomeação para a 1ª escola masculina da Freguesia de Santa Cruz. Em 1860 obteve licença para lecionar latim. E dois anos depois foi removido da cadeira pública de Santa Cruz e nomeado para a primeira escola da Freguesia da Ilha do Governador, onde lecionou apenas um ano. Nos relatórios de 1864, 1869 e 1870 aparece como professor da Freguesia da Candelária. Já em 1871 começa a lecionar em outro município. Em 1872 retorna a Corte e leciona na segunda escola masculina da Freguesia da Glória. Em 1875 assume a cadeira de história sagrada da Escola Normal, junto ao Monsenhor Jose Joaquim Pereira da Silva. No

mesmo ano seu nome aparece na listagem para recebimento da gratificação por 20 anos de magistério.

Mas o professor João da Matta Araújo também exerceu outras ações. Como em 1873, junto com os professores Antônio Cypriano e Fonseca Jordão elaboram um trabalho para melhorar o plano e programa do exame dos adjuntos do 3º ano (BORGES, 2014). Segundo Teixeira (2008) em 1887 o professor publica o livro, *Lições Práticas de Ortografia ou Livro para Dictado nas Escolas Primárias*, e segundas informações do Relatório do Ministro de Negócios do Império foi adotado como compêndio para as escolas primárias da Corte. Além disso, Teixeira (2008) cita a autoria do professor João da Matta Araújo no livro destinado a leitura, escrita e gramática intitulada *Collecção de Cartas para o Estudo da Leitura*. Segundo Borges (2014) João da Matta Araújo foi membro fundador em 1874 de uma Escola Normal Particular na Corte, membro do júri da Corte em 1885 e jubilado do magistério público em 19 de junho de 1886.

No quadro do magistério público feminino da Candelária, encontramos cinco docentes. A professora Catharina Lopes Coruja foi casada com o professor Antônio Pereira Coruja (professor público e particular, deputado provincial do Rio Grande do Sul, fundador e diretor do Lyceu de Minerva, tesoureiro do IHGB, presidente da Sociedade Imperial Amante da Instrução, autor de diversos livros para o ensino) de quem era anteriormente aluna. (LIMEIRA, 2010). Segundo Bastos (2006) fundou uma escola para meninas na Rua da Assembléia, nº88 que encerrou as atividades em 1849. Foi nomeada professora pública da cidade de Rio Grande em 1834, três anos depois fez concurso para a cadeira da Freguesia de São José e somente em 1843 tem sua nomeação como professora proprietária da cadeira. Nos anos de 1844, 1856, 1857, 1858, 1860, 1862, 1869 já aparece como professora pública da Freguesia da Candelária.

A professora Catharina Lopes Coruja teve outras atuações no campo da educação, por exemplo, em 1857 como uma das avaliadoras do concurso para professoras públicas; em 1859 junto de outras professoras, compõem um trabalho sobre o regimento interno das escolas femininas, e no ano seguinte faz parte da comissão que avalia uma gramática para as escolas públicas em substituição da gramática de Cyrillo Dilermano da Silveira. Aposentou-se em 1874 do magistério público, tendo falecido nos primeiros anos de 1880. (BASTOS, 2006)

A professora Guilhermina Azambuja Neves, era uma docente atuante no contexto educacional e político da época. Era natural do Rio de Janeiro e iniciou sua carreira docente na Freguesia da Candelária em 1866. Foi casada com o amanuense da Inspeção de Instrução Primária e Secundária da Corte, Arthur Frnaklin de Azambuja Neves. Era defensora das

metodologias do ensino intuitivo tendo publicado os seguintes livros, com autorização de uso nas escolas, nas décadas de 1870 e 1880: *Methodo brasileiro para o ensino da escripta: collecção de cadernos, contendo regras e exercícos* (1881); *Methodo intuitivo para ensinar a contar, contendo modelos, tabellas, taboadas, regras, explicações, exercícos e problemas sobre as quatro operações* (1882) e *Entretenimento sobre os deveres de civilidade, collecionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos* (1875, segunda edição em 1883). (SCHUELER, TEIXEIRA, 2008; TEXEIRA, 2008).

Também nas décadas de 1870 e 1880 Guilhermina Azambuja Neves fundou e dirigiu o Collegio Azambuja Neves para meninas na Freguesia do Engenho Velho, situação que não era incomum a época, como demonstra Borges (2008), diversos docentes que atuavam no ensino público também eram professores, diretores e proprietários do ensino particular. Em 1882, permuta a cadeira da escola feminina da Candelária com Adelaide Augusta da Costa que lecionava na 4ª escola feminina da Freguesia de São Cristóvão. No ano seguinte, há a informação do seu falecimento em 18 de junho de 1883.

A professora Adelaide Augusta da Costa e Silva (antes de 1884, Adelaide Augusta da Costa) aparece como adjunta em 1873 foi nomeada professora em 1877. Sucedeu a professora Guilhermina de Azambuja Neves em 1882 na Freguesia da Candelária, como mencionado, trocaram entre si as cadeiras que lecionavam. A Portaria de 7 de julho de 1883 declara de serventia vitalícia o provimento da professora na Freguesia da Candelária, por ter exercido o magistério por mais de cinco anos. Segundo Borges (2014) faleceu provavelmente entre 1884 e 1885.

Amélia Augusta Fernandes ou Amélia Fernandes da Costa¹¹⁸ consta como professora adjunta no relatório do Ministro de Negócios do Império em 1873. Em 1883 regia interinamente a primeira escola de meninas da Freguesia do Sacramento. Pelo falecimento da professora regente, no mesmo ano por decreto de 20 de dezembro, é nomeada professora da primeira escola de meninas de Guaratiba. Em 1884 rege provisoriamente a primeira escola de meninas de Santo Antônio, sendo depois transferida para a primeira escola feminina de São Cristóvão e removida para a Candelária.

A docente no ano de 1888, em virtude do decreto 8.985 de 1883, tinha sido exonerada da cadeira da Freguesia da Candelária ao mesmo tempo em que recebeu a titulação de adjunto efetivo. O ocorrido foi resolvido quando a professora conseguiu aprovação nos exames da

¹¹⁸ Borges (2014) informa que era a mesma pessoa.

Escola Normal da Corte, recebendo a habilitação necessária e o provimento efetivo na escola pública primária feminina da Candelária em 1889.

A professora Theresa Carolina de Mirandella, segundo Borges (2014) com levantamento realizado no Almanak Laemmert, ocupou a cadeira da Freguesia da Candelária no ano de 1887. No relatório do Ministro dos Negócios do Império não encontramos informação sobre a docente.

A partir dessas informações obtidas sobre esses docentes podemos compreender que os mesmos não apenas lecionavam nas escolas públicas, mas também atuavam em diversos outros espaços, seja na iniciativa particular, na Escola Normal da Corte, escrevendo na imprensa pedagógica e, integravam, às vezes, redes familiares inscritas no campo da Educação a partir de distintas funções (delegado, inspetor, escritor, professor, conselheiro). Da mesma forma, desempenharam outras funções no campo educativo como membros de comissões avaliativas e proponentes de planos de melhoramentos na instrução. Outros foram presentes nas discussões promovidas pelas Conferências pedagógicas, sobretudo, o professor Antônio José Marques com suas atuações relativas ao campo matemático. Também participaram da produção e disputa dos saberes que envolviam a escola oitocentista escrevendo e tendo aprovados livros e obras para o ensino. Além de estarem atentos aos novos aparatos de ensino como a instituição de bibliotecas escolares.

Podemos constatar também a mobilidade que os professores tinham entre as escolas das freguesias ficando em algumas num curto tempo, como o professor José Antônio de Campos Lima que lecionou na escola masculina da Candelária (a partir das informações obtidas) por 2 anos (1876 e 1879). Ou terem grande permanência como as professoras Catharina Lopes Coruja que permaneceu em sua cadeira na Freguesia da Candelária (a partir das informações obtidas) por 9 anos, sendo 3 consecutivos (1856, 1857, 1858, 1860, 1862, 1869, 1870, 1871 e 1872) e Guilhermina Azambuja Neves que lecionou por 7 anos (1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1879 e 1881).

Apropriando-nos das reflexões de Teixeira e Schueler (2009) podemos afirmar que os professores da Freguesia da Candelária assim como outros da Corte:

(...) ao produzirem obras, livros, compêndios, artigos para revistas especializadas ou trabalhos para as Conferências Pedagógicas, e ao participarem de atividades políticas e funções públicas, contribuíam para a conformação de uma ideologia da nação, enfatizando o ser brasileiro e a construção da nacionalidade por meio da escola, dos saberes e dos compêndios e, é claro, de sua própria responsabilidade intelectual como educadores. (SCHUELER, TEIXEIRA 2009, p.159).

Portanto, os professores não somente cumpriam a função de educar, ou ainda através do próprio encargo do ensino, eram intelectuais do Brasil Império. Por meio das diversas atuações no contexto político e educacional disputavam e conformavam saberes para a construção da nação.

Para falarmos sobre a atuação do governo imperial no processo de escolarização na Freguesia da Candelária, no que condizem as escolas primárias, um fator importante ainda necessita ser analisado, é a demanda por escolas. Voltemos a nossa questão inicial. Como a população da Candelária era atendida, no ramo educativo, pelo poder público? Como vimos durante o período estudado existiam apenas duas escolas, sendo uma para cada sexo, e após 1880 passa a funcionar na região somente a escola feminina. Eram escolas que tiveram o mesmo quadro docente por muito tempo, formado por professores ativos no processo de elaboração da escola moderna, seja através das discussões do campo (conferências, comissões) ou formulando compêndios para o ensino primário. Escolas que ocuparam diversos locais dentro da freguesia e até mesmo fora de seus limites territoriais. E mesmo sem condições físicas ideais custavam aluguéis nada modestos. Além disso, eram escolas cujos docentes reclamavam por melhores materiais pedagógicos para dar continuidade ao seu trabalho.

De acordo com o censo de 1872, havia no Município Neutro 274.972 habitantes, sendo 226.033 indivíduos livres, para os quais as escolas eram legalmente permitidas a frequência, e 48.939 escravos. Deste quantitativo a maioria residia nas freguesias urbanas (quase que 85%) e conseqüentemente era a região que concentrava o maior percentual de escolas públicas e privadas. Não é preciso fazer grandes cálculos para compreender a matemática dos políticos da época ao discursarem da necessidade da construção de mais escolas para “avançar” o projetor modernizador da nação. O número de escolas era insuficiente para atender a população da capital do país.

No relatório do Ministro de Negócios do Império em 1871, João Alfredo Correia de Oliveira, descreve que enquanto na Inglaterra, Itália, Holanda, Bélgica, Suíça, tinham em média 1 escola para o atendimento de 500 habitantes, e outras nações como Alemanha e Estados Unidos a proporção era de 1 escola para 300 a 100 habitantes; no Império Brasileiro havia 1 escola para 963 indivíduos.

Apesar de um impulso nos investimentos e ações em prol da educação a partir da segunda metade do século XIX, e de maneira particular nas décadas finais do Império, eram justificativas para a lentidão do processo de escolarização não só na Corte, mas em todo o Brasil: a vastidão do território; falta de vias de comunicação suficientes; maiores

investimentos nas políticas de melhoramento urbanístico como ferrovias, frequência irregular apesar da obrigatoriedade do ensino, etc.(SCHUELER, 1999).

Os relatórios do Ministro de Negócios do Império dão a perceber de forma mais detalhada o quantitativo de meninos e meninas que estavam pelos decretos educacionais obrigados a frequentar a escola primária, ou seja, a população a partir dos 7 anos e menor de 14 anos, os números de matrículas, assim como a frequência “efetiva” nos estabelecimentos de ensino. Resolvemos tomar para análise da demanda escolar na Freguesia da Candelária os dados relativos à matrícula, de forma que tais números nos auxiliem a pensar o quantitativo de pessoas que eram atendidas nas 2 escolas públicas existentes na região nesse período das décadas de 1870 e 1880.

Esses números relativos à matrícula estão reunidos em mapas de estatística consolidados nos Relatórios do Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte a partir de informações enviadas pelos professores das escolas. Os próprios homens de governo sabiam das falhas destas estatísticas, pois nem todos os professores atendiam ao pedido de preenchimento desses documentos (SCHUELER, RIZZINI, 2019). Além disso, a população que ali constava nem sempre refletia a frequência real. Os dados poderiam incluir registros repetidos de crianças que se mudavam e por isso, se matriculavam em mais de uma escola simultaneamente (SCHUELER, 2005).

Outra questão que deve ser ponderada na análise dos quantitativos das matrículas era a relação do trabalho e a presença dos alunos pobres nas aulas. Geralmente, os alunos pobres eram empregados em diversos ofícios e serviços domésticos para o auxílio no sustento da família e desta maneira não se dedicavam tanto aos estudos, por vezes aprendendo o necessário para usar nas atividades diárias e saindo da escola antes dos exames finais, ou seja, possuíam frequência irregular (SCHUELER, 1999). Como pondera Faria Filho (2000) ainda existe a relação dos salários dos professores com a frequência dos alunos, o que supõem muitas vezes fraude nos números.

No final do século XIX a estatística foi um instrumento importante e amplamente utilizado para dar visibilidade à construção do campo educacional, a educação escolar. Utilizada como estratégia para o desenvolvimento da escolarização, entretanto por detrás das informações numéricas recolhidas existe um modo pelo qual a realidade é filtrada e as categorias definidas, a fim de atender interesses políticos imediatos (controle das escolas, decisões orçamentárias, fechamento/ manutenção/ criação de escolas) (FARIA FILHO, 2000). A imagem da escola expressa nos dados estatísticos não é uma apreensão da realidade, mas

permite ver as disputas e representações sobre a instituição travadas nos diferentes segmentos sociais. (GIL, 2009)

A fim de compreendermos a demanda escolar da Freguesia da Candelária de maneira singular, deteremos a comparação apenas com as freguesias que compunham o grupo urbano da Corte. Schueler (2005) confronta os quantitativos da população em idade escolar com as matrículas nas escolas primárias em cada freguesia da Corte em suas análises no relatório do Ministro de Negócios do Império do ano de 1871. Segundo ela:

As freguesias urbanas eram as mais populosas da cidade contando com 18.693 menores de 14 anos. Dentre estas, a maior concentração de menores registrada encontrava-se nas freguesias de Santana (3.337), São José (2.041), Glória (1.953), Santa Rita (1.875) e Santo Antonio (1.793), situadas nas áreas centrais da cidade (SCHUELER, 2005, p.169).

Portanto, Schueler (2005), pondera que respectivamente, no ano de 1871, as freguesias urbanas de Santana, São José, Glória, Santa Rita e Santo Antônio, possuíam os maiores quantitativos de um potencial público escolar, ou seja, crianças menores de 14 anos de acordo com a Reforma Couto Ferraz de 1854.

Em relação às matrículas Schueler (2005) afirma os seguintes quantitativos em cada freguesia urbana da Corte.

Quadro 15 - População menor de 14 anos e matrículas nas escolas primárias em 1871 nas freguesias urbanas da Corte

População de menores de 14 anos e quantitativo de matrículas nas escolas primárias nas freguesias urbanas da Corte em 1871				
Freguesias	Menores de 14 anos	Matrículas	Escolas públicas	Escolas particulares
Santana	3.337	1.838	555	1.238
São José	2.041	717	245	472
Glória	1.953	935	292	643
Santa Rita	1.875	1.192	543	649
Santo Antônio	1.793	832	238	462
Sacramento	2.118	1.433	600	833
Lagoa	1.321	719	329	390
Espírito Santo	1.195	552	180	372
São Cristóvão	1.098	585	290	295
Engenho Velho	1.362	369	153	216
Candelária	564	310	237	73

Fonte: Fonte: SCHUELER, 2005.

Com base nas informações disponibilizadas pela pesquisa de Schueler (2005) podemos considerar que em 1871 as freguesias urbanas que possuíam um quantitativo próximo de atendimento da demanda educacional pelo sistema público e privado eram a Freguesia da Lagoa com 329 alunos das escolas públicas e 390 nos estabelecimentos privados, a Freguesia de Santa Rita com 543 matrículas nas escolas públicas e 649 nas escolas particulares, a

Freguesia de São Cristóvão com 290 alunos nas escolas públicas e 295 nos estabelecimentos particulares. Todas as demais a iniciativa privada comportava maior quantidade de matrículas (SCHUELER, 2005).

Diferentemente das demais freguesias urbanas, a Freguesia da Candelária tinha o maior quantitativo de matrículas nas escolas públicas. Cerca de 80% (ou 237) da população de menores de 14 anos frequentavam as escolas públicas e somente 20% (73) ocupavam os bancos dos estabelecimentos de ensino privado (SCHUELER, 2005).

Precisamos considerar que havia apenas 2 escolas públicas (durante todo o período analisado), uma para cada sexo, e a partir de 1880, apenas a escola feminina (sendo a falta de alunos a justificativa para o fechamento da escola masculina), e que a população da Candelária era menor se comparada a outras freguesias, conseqüentemente, possuía um número reduzido de população potencial para frequentar as escolas de acordo com os decretos educacionais (entre 7 e 14 anos).

Prosseguindo as buscas nos Relatórios do Ministério de Negócios do Império nos anos seguintes da década de 1870¹¹⁹, obtivemos informações das matrículas nas escolas públicas primárias da freguesia da Candelária nos anos¹²⁰ de 1872, 1873, 1874 e 1877. Nos demais anos da década de 1870 como também os anos da década de 1880 não encontramos quantitativos de matrículas detalhados por freguesias. Observemos o quadro 16 com o quantitativo de matrículas das escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária.

Quadro 16 - Matrículas nas escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária 1870-1889

Quantitativo de matrículas nas escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária 1870-1889			
Escolas	Masculina	Feminina	Total
Anos			
1872	108	168	276
1873	97	127	224
1874	65	99	164
1877	28	64	112

Fonte: Relatórios do Ministério de Negócios do Império dos anos de 1870 a 1889. Quadro elaborado pela autora

Podemos concluir que a demanda escolar da Freguesia da Candelária era bem atendida, se manteve estável ao longo de alguns anos da década de 1870, o que não

¹¹⁹Para o ano de 1870 encontramos nos Relatórios do Ministério de Negócios do Império o total de 237 matrículas sendo 56 na escola masculina e 181 na escola feminina

¹²⁰Os pesquisadores Limeira e Gondra (2021) ao tratarem as informações contidas nos Relatórios do Ministério de Negócios do Império e no Censo de 1872 obtiveram dados distintos para as matrículas nas escolas públicas e privadas da Candelária. Para as escolas públicas as matrículas são respectivamente: 237 (ano 1870), 258 (ano 1871), 270 (ano 1872) e 221 (ano 1873). Para as escolas privadas os dados foram os seguintes: 73 (ano 1870), 35 (ano 1871), 235 (ano 1872), 507 (ano 1873). Estas informações corroboram com a necessidade da problematização das estatísticas ao serem utilizadas como fonte de pesquisa. É preciso questionar e considerar o modo que são produzidas, publicadas, utilizadas e a intencionalidade de tal processo.

impossibilitou a significativa expansão da iniciativa privada como verificaremos adiante. No entanto, precisamos considerar a hipótese de que alguns residentes na Candelária poderiam frequentar aulas em outras freguesias, como por exemplo, em Santa Rita (que como verificamos tinha a escola feminina muito próxima da escola para meninas da Candelária), e desta forma estariam no total de público em idade escolar e não entrariam no quantitativo de matrícula das duas escolas públicas da Candelária, também não apareceriam nos registros e muito menos seria público incentivador para os estabelecimentos privados. Com base nesta suposição, entendemos que não necessariamente a população menor de 14 anos da Candelária era atendida em suas 2 escolas públicas ou nos estabelecimentos particulares.

Os números de matrículas registradas nos relatórios do Ministro de Negócios do Império de onde retiramos as informações apresentadas. Não é um retrato dos alunos que realmente frequentavam as aulas, esta questão sempre será uma incógnita, mesmo se tivéssemos em tais documentos o quantitativo de frequência escolar. Não podemos esquecer que os documentos históricos são apenas vestígios do passado, como fontes são artefatos repletos de intencionalidade por aqueles que a produziram e não uma representação da verdade absoluta (BLOCH, 2004). Qual a intencionalidade daqueles homens de governo dar a conhecer quantitativamente os alunos matriculados e frequentes nas escolas de cada freguesia? Qual a intencionalidade de classificar tais regiões da capital do país?

Além disso, é preciso ressaltar que matrícula nas escolas não significa o número real de alunos que tinham acesso ao aprendizado, ainda existiam os estabelecimentos particulares e outras formas de aprendizagem como nas casas, igrejas, no trabalho, nas associações, na convivência cotidiana e etc. (GONDRA, SCHUELER, 2008).

Mesmo com tal advertência é interessante notar que, dentro do recorte histórico, a matrícula de meninas se manteve em número superior à de meninos, fato que influenciou na década de 1880 o término da escola masculina como verificamos anteriormente. Tal disparidade entre os sexos, no conceito matrícula, se dava pela frequência dos meninos em escolas de outras regiões, ou em colégios privados, ou em aulas informais, ou até mesmo dos ditos *palácios escolares* que ficavam nas adjacências? Esses meninos existiam enquanto demanda escolar situada na Candelária, apontam os números, inclusive do censo de 1872, mas não frequentavam as aulas lá. Talvez estivessem dedicados às atividades comerciais típicas da região como caixeiros, entregadores, engraxates e etc.?

Essas são algumas questões que a análise aqui empreendida, no recorte escolhido, e privilegiando o uso de algumas fontes, em detrimento de outras, faz suscitar. Sobre isso, concordamos com Prost quando o mesmo observa que, “o historiador nunca consegue exaurir

completamente seus documentos; pode sempre questioná-los, de novo, com outras questões ou leva-los a se exprimir com outros métodos” (PROST, 2012, p.77).

Entretanto, ao falar de matrícula escolar uma indagação sempre é recorrente, difícil e muitas vezes quase que impossível de responder. Quem eram esses alunos? Tentamos traçar uma resposta para tal questão e avançar numa história do processo de escolarização que buscasse dar visibilidade aos seus atores¹²¹. Na análise das notificações do cumprimento de exames, encontradas no relatório do Ministro de Negócios do Império¹²² de 1871, foi possível identificar os nomes dos professores a cargo das escolas onde os alunos tinham sido examinados. Cruzando a informação de onde aqueles professores lecionavam no referido ano, conseguimos saber quem eram alguns dos alunos das escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária.

A educação no Império brasileiro não estava organizada na forma de fases dependentes como nos dias atuais onde o nível fundamental é requisito para cursar o nível médio e a conclusão deste para ingressar no nível superior. O ensino secundário não tinha articulação direta com o ensino primário. Gondra e Schueler (2008) esclarecem que o ensino secundário funcionava como uma ponte de passagem, preparação para a realização dos exames de ingresso no nível superior. Desta forma os exames finais da escola primária não constituíam requisito para o ingresso no ensino secundário. Entretanto aqueles que realizassem os exames e fossem bem avaliados através do certificado de exame, como afirma Martinez (1997), garantia de alguma maneira o ingresso no Imperial Colégio de Pedro II¹²³ (provavelmente no quadro de alunos desprovidos de recursos). Como também era condição, segundo o artigo 35 da Reforma Couto Ferraz, para aqueles que desejassem ingressar no magistério como professores adjuntos.

¹²¹ Abordagem referenciada em Thompson a partir da leitura de VAINFAS (2002)

¹²² No AGCRJ encontramos um mapa de matrículas das escolas masculina e feminina da Candelária datado do ano de 1872. Considerado a estrutura de tal documentação certamente ali constavam nomes dos alunos, grau de escolaridade, nomes dos responsáveis e endereços. No entanto tal documentação estava em estado crítico de conservação. Foram necessários inúmeros pedidos para conseguir a solicitação de consulta. E esta foi obtida sem a possibilidade de reprodução fotográfica. Contudo quando agendada a consulta um problema maior foi posto, o fechamento das instituições devido à pandemia do Covid-19. Acreditamos por bem frisar a existência de tal documento e as inúmeras tentativas de conseguir sua consulta. Muito provavelmente esse mapa escolar iria levar a outros questionamentos e ponderações. Pretendemos assim que possível investigar o material.

¹²³ Fundado em 1837 o Imperial Colégio Pedro Segundo era a instituição modelar mantida pelo governo destinada ao ensino secundário, sobretudo para a formação dos quadros da elite nacional, onde os concluintes obtinham o diploma de bacharel em letras e a aptidão para o ingresso no ensino superior. Ao lado desta forma de ensino secundário regular existiram liceus, ateneus, aulas isoladas e cursos preparatórios que se diferenciavam no nível social da clientela, preparação dos docentes e a finalidade social. Verificar GONDRA e SCHUELER (2008). Sobre o Colégio Pedro Segundo ver DORIA (1997).

Os exames públicos anuais eram realizados pelos alunos cujos docentes julgassem prontos nas matérias do ensino primário. Eram aplicados pelas autoridades da Instrução pública e através das suas aprovações ou reprovações, que muitas vezes eram influenciadas por “apadrinhamentos”, conformavam hierarquias. Os exames públicos eram considerados na narrativa de homens da época um cenário de constrangimento e vexame público. Por estes e outros motivos, como a influência do trabalho na infância, muitas crianças se recusavam a realizar os exames ou saíam da escola antes mesmo do período de realização dos mesmos. (MARTINEZ, 1997)

Em 1871 a escola de menino da Candelária, cujo professor era Antônio José Marques, tinha submetido ao exame público do ensino primário 5 alunos. Os nomes desses meninos são: Carlos Augusto Moreira da Silva (matriculado com 11 anos em 23 de fevereiro de 1869), Vicente Corrêa de Azevedo (com 10 anos de idade, matriculado em 10 de agosto de 1870), Eduardo Teixeira Leite (matriculado em 2 de março de 1869, com 6 anos de idade¹²⁴, completamente analfabeto), Alfredo Manoel de Oliveira (matriculado em 8 de janeiro de 1866 com 7 anos de idade) e José Antônio da Rocha (matriculado em 14 de janeiro de 1870, com 10 anos de idade.).

Na classe feminina, dirigida pela professora Catharina Lopes Coruja, foram examinadas no mesmo ano 3 meninas, a saber: Idalina Vieira Lima (matriculada em 12 de abril de 1865, com 7 anos), Glyceria Bibiana de Gouvêa (matriculada em 12 de janeiro de 1863, aos 7 anos e completamente analfabeta) e Marcolina Rosa Baptista (matriculada em 4 de fevereiro de 1867).

Os nomes de tais alunos e alunas são vestígios muito frágeis para ser possível levantar maiores informações a respeito deles, de suas famílias e experiências escolares. Seria necessário o cruzamento de muitas outras fontes que o tempo não nos permite fazer. Contudo um levantamento nos relatórios do Ministro de Negócios do Império e a partir de dados levantados por pesquisas consolidadas no campo da história da educação foi possível averiguar fatos importantes envolvendo alguns destes alunos das escolas públicas da Freguesia da Candelária.

Carlos Augusto Moreira da Silva em 13 de junho de 1872, no ano seguinte ao prestar os exames públicos do ensino primário, foi nomeado professor adjunto. Este o requereu sem prestar novo exame nas condições do artigo 35 da Reforma Couto Ferraz. Em 1875 permanece no segundo ano de exercício como professor adjunto, por não realizar as provas

¹²⁴ Apesar de a obrigatoriedade escolar ser a partir de 7 anos, a frequência com menos de 7 anos acontecia muitas vezes, em colégio público, como vimos aqui, ou em colégios particulares.

necessárias para mudança de graduação. Foi nomeado professor adjunto interino em 1879. No ano de 1883 regeu interinamente a 3ª escola de meninos da Freguesia de Santa Rita e no ano seguinte a 2ª escola masculina da Glória.

Imagem 24 - Alunos das escolas públicas primárias da Freguesia da Candelária em 1871.¹²⁵

Cinco foram os alumnos examinados na escola a cargo do professor Antonio José Marques.

1.º Carlos Augusto Moreira da Silva, matriculado com 11 annos de idade, em 23 de fevereiro de 1869, na 6.ª classe de leitura, 7.ª de escripta, 5.ª de arithmetica e 5.ª de religião. Foi approved com distincção nos exames, de dezembro ultimo, tendo frequentado as aulas com pouca assiduidade durante 2 annos e 9 mezes;

2.º Vicente Corrêa de Azevedo, matriculado em 10 de agosto de 1870, tendo 10 annos de idade, nas seguintes classes : 5.ª de leitura, 5.ª de escripta, 5.ª de arithmetica e 3.ª de religião. Foi approved plenamente n'aquelles exames, contando 1 anno e 5 mezes de frequencia não muito regular ;

3.º Eduardo Teixeira Leite, matriculado com 6 annos annos de idade, completamente analphabeto em 2 de março de 1869. Foi plenamente approved após a frequencia de 2 annos e 1 mez.

4.º Alfredo Manoel de Oliveira, matriculado em 8 de janeiro de 1866, contando 7 annos de idade, na 2.ª classe de leitura, na 1.ª de escripta, na 1.ª de arithmetica e na 1.ª de religião. Foi plenamente approved, apresentando uma frequencia muito interrompida em 6 annos.

5.º José Antonio da Rocha, matriculado côm a idade de 10 annos, em 14 de janeiro de 1870, na 5.ª classe de leitura, na 2.ª de escripta, 3.ª de arithmetica e 2.ª de religião. Foi plenamente approved, após a frequencia de 2 annos.

Tres foram as alumnas examinadas em dezembro de 1871 na escola dirigida pela professora D. Catharina Lopes Coruja :

1.ª Idalina Vieira Lima, matriculada com 7 annos de idade, em 12 de abril de 1865, na 1.ª classe de todas as materias. Foi approveda com distincção, apresentando uma frequencia regular de 7 annos.

2.ª Glyceria Bibiana de Gouvêa, matriculada com 7 annos de idade, em 12 de janeiro de 1863, completamente analpbabeta. Foi approveda com distincção.

3.ª Marcolina Rosa Baptista frequentou a escola desde 4 de fevereiro de 1867 em que teve matricula na 3.ª classe. Foi approveda plenamente.

Fonte: Relatório da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, 1871, p.12, anexo ao Relatório do Ministério de Negócios do Império.

A ex-aluna da Candelária Idalina Vieira Lima, assim como Carlos Augusto, seguiu a carreira do magistério sendo nomeada em 1872 nas mesmas circunstâncias. Em 1873 consta

¹²⁵ Transcrição: “Cinco foram os alumnos examinados na escola a cargo do professor Antônio José Marques. 1º Carlos Augusto Moreira da Silva, matriculado com 11 anos de idade, em 23 de fevereiro de 1869, na 6ª classe de leitura, 7ª de escrita, 5ª de aritmética e 5ª de religião. Foi aprovado com distinção nos exames, de dezembro último, tendo frequentado as aulas com pouca assiduidade durante 2 anos e 9 meses. 2º Vicente Corrêa de Azevedo, matriculado em 10 de agosto de 1870, tendo 10 anos de idade, nas seguintes classes: 5ª de leitura, 5ª de escrita, 5ª de aritmética e 3ª de religião. Foi aprovado plenamente naqueles exames, contando 1 ano e 5 meses de frequência não muito regular. 3º Eduardo Teixeira Leite, matriculado com 6 anos, completamente analfabeto em 2 de março de 1869. Foi plenamente aprovado após a frequência de 2 anos e 1 mês. 4º Alfredo Manoel de Oliveira, matriculado em 8 de janeiro de 1866, contando 7 anos de idade, na 2ª classe de leitura, na 1ª de escrita, na 1ª de aritmética e na 1ª de religião. Foi plenamente aprovado, apresentado uma frequência muito interrompida em 6 anos. 5º José Antônio da Rocha, matriculado com a idade de 10 anos, em 14 de janeiro de 1870, na 5ª na classe de leitura, na 2ª classe de escrita, 3ª de aritmética e 2ª de religião. Foi plenamente aprovado, após a frequência de 2 anos. Três foram as alunas examinadas em dezembro de 1871 na escola dirigida pela professora D. Catharina Lopes Coruja: 1ª Idalina Vieira Lima, matriculada com 7 anos de idade, em 12 de abril de 1865, na 1ª classe de todas as matérias. Foi aprovada com distinção, apresentando uma frequência regular de 7 anos. 2ª Glyceria Bibiana de Gouvêa, matriculada com 7 anos, em 12 de janeiro de 1863, completamente analfabeto. Foi aprovada com distinção. 3ª Marcolina Rosa Baptista frequentou a escola desde 4 de fevereiro de 1867 em que teve matrícula na 3ª classe. Foi aprovada plenamente.”

como adjunta supranumerária com vencimentos. No ano seguinte permanece como adjunta por não ter sido considerada habilitada para promoção.

Glyceria Bibiana de Gouvêa também foi docente sendo, em 1872, nomeada professora adjunta interina e sem vencimento até que surgisse vaga em alguma escola da Corte. Em 1874 é nomeada adjunta efetiva do 1º ano de exercício. No ano de 1879 ainda consta como adjunta efetiva.

Para os nomes de Vicente Correia de Azevedo, Eduardo Teixeira Leite, Alfredo Manoel de Oliveira, José Antônio da Rocha e Marcolina Rosa Baptista não foram encontradas ocorrências nos relatórios do Ministro de Negócios do Império. Borges (2014) ao analisar o magistério público primário na Corte de 1830 até a última década do Império não traz informações sobre os respectivos nomes. Esta situação leva a concluir que os mesmos não seguiram a carreira do magistério, necessitando assim de pesquisas em outras fontes para inquirir sobre tais sujeitos.

A categoria de professor adjunto era regulamentada pela Reforma Couto Ferraz de 1854. Seria formada dos alunos maiores de 12 anos provenientes das escolas primárias que realizassem com êxito os exames anuais e tivessem demonstrado propensão para o magistério, além disso, havia preferência aos filhos de professores públicos. Consistia em uma espécie de professores ajudantes com o objetivo de aperfeiçoamento nas matérias de ensino. Segundo Garcia (2005):

Esta política de formação de professores incorpora o princípio de “formação pela prática”, constituindo a classe dos chamados “professores adjuntos”, nas escolas primárias de primeiro e segundo graus. Com a adoção desta nova lógica, os professores seriam formados ao longo de três anos, exercendo a condição de auxiliar dos professores públicos, tempo no qual se aperfeiçoariam nas matérias e práticas de ensino. Ao final de cada um desses anos, os “adjuntos” seriam examinados em seus conhecimentos, moralidade e aptidão. Caso fossem reprovados em qualquer desses anos, permaneceriam na classe que atuavam por mais um ano até o próximo concurso, ao qual deveriam se submeter. Os aprovados ao final do 3º ano de prática como alunos-mestres, obteriam o título de capacidade por meio de concurso, podendo ser nomeados pelo governo para substituir professores públicos ou preencher as cadeiras vagas, desde que fossem maiores de 18 anos. (GARCIA, 2005, p.41)

A partir da descrição feita por Garcia (2005) podemos compreender as informações sobre os ex-alunos da Candelária que se tornaram professores adjuntos. Esses egressos do ensino público aprovados nos exames finais, o qual se submetiam, podiam ingressar no magistério em uma experiência remunerada e classificada em níveis de 3 anos. Após este período um novo exame os habilitava como professores públicos primários da Corte. No caso dos adjuntos aqui identificados observamos que, em 1875, Carlos Augusto Moreira alcançava o segundo ano de exercício, enquanto em 1873 Idalina Vieira Lima não consegue aprovação

nos exames e permanece na mesma categoria de adjunto. Seria preciso uma pesquisa mais detalhada por esses indícios a fim de saber se os mesmos chegaram definitivamente como professores públicos primários e as suas trajetórias pela Corte.

Este sistema de formação pela prática foi debatido por professores, os homens de governo, imprensa etc. Era considerado pelo próprio Couto Ferraz como eficaz e de baixo custo. A formação pela prática, através da figura dos professores adjuntos, reafirmava práticas tradicionais da reprodução do ofício docente, conservando sobre um grupo profissional, e muitas vezes familiar, o monopólio dos saberes daquele ofício. (BORGES, 2008)

De modo geral, com esses vestígios que puderam ser apreendidos e interrogados sobre o processo de escolarização na Freguesia da Candelária, no que condiz a atuação do governo imperial através das escolas públicas primárias nas décadas de 1870 e 1880, verificamos, em termos quantitativos que a Candelária comparada às demais freguesias urbanas da Corte possuía uma demanda escolar pequena, visto que a sua população também era menor. Entretanto considerando o número de crianças que de acordo com os decretos legais poderiam frequentar a escola primária a Freguesia da Candelária possuía um potencial atendimento, por exemplo, em 1871 cerca de 60% do número total de crianças menores de 14 anos frequentavam a escola.

Outro fato era que a Freguesia da Candelária possuía o número mínimo de escolas públicas primárias, uma para cada sexo, com taxas de matrículas que se mantiveram em crescimento até 1873 e depois tiveram pequena redução, mas mantendo os números totais maiores que 100, significando ainda um expressivo atendimento escolar. Interessante notar que, diferente da maioria das freguesias urbanas da Corte, na Candelária o maior quantitativo de matrículas ocorria nas escolas públicas em detrimento das instituições privadas de ensino. Apesar de algumas freguesias como Lagoa, Santa Rita e São Cristóvão, possuírem taxas de atendimento nas escolas públicas e privadas muito semelhantes o maior quantitativo das matrículas ainda estava nos estabelecimentos privados. Na Candelária em 1871 cerca de 80% do quantitativo de crianças que frequentavam as escolas eram atendidos pelas instituições públicas, enquanto somente 20% estavam nas escolas e colégios mantidos pela iniciativa particular.

Somada a análise dos números, que nos sinalizam para um possível cenário de distribuição, atendimento e demandas por escolarização na Corte Imperial e na Freguesia da Candelária foi possível perceber também, com a análise de outros documentos, que suas escolas obtiveram certa permanência e pouca mobilidade no quadro docente. Na escola masculina o professor Antônio José Marques permaneceu por 4 anos consecutivos (1871-1874). Na cadeira feminina as professoras Guilhermina Azambuja Neves esteve durante 7

anos (1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1879 e 1881), Catharina Lopes Coruja permaneceu por 3 anos consecutivos (1870-1872) e Amélia Augusta Fernandes (ou Amélia Fernandes da Costa) lecionou por 4 anos (1884, 1886, 1888, 1889). Situação distinta de outras freguesias, como sinaliza Borges (2014), possuíam frequência de mobilidade de professores.

Da mesma forma, notamos que tal quadro docente formava-se por professores atuantes em diferentes frentes no campo educacional, que requeriam melhores condições para o ensino e foram atuantes no processo de construção da escola moderna, que escreveram livros, atuaram na imprensa pedagógica e eram ativos nos espaços de discussão como as Conferências pedagógicas, por exemplo, o professor Antônio José Marques que em 1873 faz a exposição final do seu trabalho sobre sistema métrico decimal.

O cenário específico do sistema público de ensino primário na Candelária foi o de manutenção de duas escolas, o que não custava pouco, mas possuía altos valores de aluguéis, mesmo que as condições dos edifícios fossem classificadas pelos próprios homens de governo como inconvenientes. Logisticamente, a freguesia apresentava certo problema com a localização de suas escolas, possivelmente pelo pequeno território geográfico e das características comerciais com seus sobrados, ocupados por lojas e oficinas no primeiro piso que geravam grande movimentação de pessoas e muitos ruídos ao longo do dia. Tal fato, provavelmente, foi a razão de grande alteração de endereços das instituições, chegando a ocupar ruas de freguesias próximas, como a de Santa Rita e Sacramento.

Uma análise histórica sempre será inacabada, incompleta, atravessada pelas questões do historiador, recortes e fontes utilizadas. Tais considerações não dizem respeito ao conjunto mais amplo de experiências de escolarização formal no ensino primário na Freguesia da Candelária, visto que, além destas duas escolas públicas, havia ações educativas promovidas pela iniciativa privada que precisam ser consideradas. Veremos a seguir que a atuação da malha particular de ensino na Corte Imperial, bem como naquela localidade, era permitida e incentivada pelo próprio governo imperial, que sempre dividiu o ônus da educação, frisando como positivas as relações público e privado.

2.3 A iniciativa privada na escolarização da Freguesia da Candelária

As relações entre as esferas do poder público e da malha privada no campo educacional, durante o Império, constituíram-se uma marca constante/frequente diante de leis, ações, projetos, experiências e discursos. Governo imperial e iniciativa privada teceram vínculos que ora eram concorrentes, outras dependentes “num processo dinâmico, onde

estavam em jogo tanto bens materiais quanto valores simbólicos e culturais” (MARTINEZ, 1997, p.47) que foi essencial para a difusão da educação no país.

Por exemplo, em 1855 havia na Corte 26 escolas públicas, enquanto o ensino privado era responsável por 97 estabelecimentos de ensino¹²⁶, ou seja, responsável por atender a maior parte da demanda por educação (LIMEIRA, SCHUELER, 2008). “Os alunos matriculados nesses estabelecimentos superavam, em valores absolutos, aqueles registrados nas escolas públicas: 2.864 meninos e 1.626 meninas.” (MARTINEZ, 1997, p.21). Diagnosticar esse cenário não significa afirmar que tal associação (público e privado) acontecia de forma desordenada, mas regulada e controlada pelos decretos educacionais.

A Reforma Couto Ferraz em 1854 estabeleceu um conjunto de exigências para abertura e funcionamento dos estabelecimentos franqueados por particulares. O governo abriu mão da exclusividade em criar e manter escolas, contando com a parceria da iniciativa privada e traçando o controle sobre todas as suas instituições educativas. Era preciso submeter à iniciativa privada a uma gerência para se alcançar uma forma escolar mais homogênea, justificado pela necessidade do alcance do progresso num projeto político mais amplo. (GONDRA, TAVARES, 2004).

O capítulo 4º do referido decreto, continha 15 Artigos (artigos do 99º ao 114º) que tratavam apenas do ensino particular, primário e secundário. No artigo 99º constava que “Ninguém poderá abrir escola ou outro qualquer estabelecimento de instrução primaria e secundaria sem previa autorização do Inspector Geral.” (BRASIL, 1854). Para tal autorização, era necessário ter mais de 21 anos, moralidade e capacidade profissional atestada pelo Inspetor Geral e declarar a profissão exercida nos últimos 5 anos.

A moralidade e a comprovação de residência (dos 3 últimos anos) seriam concedidas pelos respectivos párocos das freguesias, que também observavam se o candidato possuía ou não “acusação judicial de furto, roubo, estelionato, banca rota, rapto, incesto e adultério, ou de outro qualquer crime que ofenda a moral pública ou a Religião do Estado.” (BRASIL, 1854).

Além disso, era preciso que o proprietário do colégio particular apresentar o programa de estudos e o projeto do regulamento interno do estabelecimento, o endereço e descrição do

¹²⁶ Schueler e Rizzini (2017a) informam, a partir de suas pesquisas no parecer do Conselho de Instrução Pública da Corte de 1861, que havia diferenças entre aulas (isoladas), escolas e colégios. As aulas eram definidas como estabelecimentos onde lecionavam somente um professor, por exemplo, as aulas de latim. As escolas eram estabelecimentos com um professor onde ocorria o ensino de várias matérias ou nível de escolaridade, por exemplo, as escolas primárias. Os colégios eram os estabelecimentos onde haviam vários professores integrados na direção, em sua maioria ofereciam o ensino primário e secundário de forma conjunta.

espaço físico, nomes e habilitações dos professores contratados. Cabia ao Inspetor Geral julgar a capacidade profissional dos diretores e a importância dos estabelecimentos de ensino.

O domínio também se estendia as práticas cotidianas. Do controle da sexualidade a partir das questões de gênero a disseminação dos saberes e leituras autorizadas nas práticas educativas, a Reforma Couto Ferraz lança suas intervenções, cuja pretensão é estabelecer regras de funcionamento e organização das instituições privadas, tornando-as submissas ao olhar esmiuçante do Estado Imperial. (LIMEIRA, SCHUELER, 2008, p.43).

Desta maneira o controle do Estado não estava somente nas exigências para abertura das instituições de ensino privadas, era necessário controlar as práticas cotidianas, os saberes ensinados e os professores que lecionavam. Os diretores e professores das instituições particulares eram obrigados a enviar ao delegado de instrução, mapas trimestrais constando o número de alunos e as disciplinas lecionadas. Sobre os métodos e compêndios havia uma liberdade vigiada, poderia ser utilizado qualquer um que não fosse chancelado como proibido pelo crivo do governo imperial. E para o controle trimestral do governo, essa informação deveria estar no relatório enviado à autoridade competente. Era necessária, antes de qualquer alteração no programa de ensino, mudança de endereço, ou dependências físicas do local, informar à autoridade que concederia, ou não, permissão para o ato. E como a religião católica era a crença oficial do Império e o ensino religioso disciplina obrigatória no ensino primário, quando os diretores de estabelecimento declarassem outra crença deveriam contratar professor para as aulas de doutrina e catecismo.

A censura se infiltrava até na vida íntima ao ponto que os diretores não poderiam “receber em sua casa com domicilio fixo outras pessoas, além dos mestres, discípulos e empregados regulares dos mesmos estabelecimentos.” (BRASIL, 1854) e nos colégios femininos não era permitido morar pessoa do sexo masculino maior de 10 anos. Enquanto isso, as ações sobre o exercício do magistério eram as mesmas no que tange a formação, recrutamento (por meio de concursos) e mecanismos de controle (que vão do início ao fim da carreira), que eram aplicadas aos docentes públicos.

Ainda no tocante ao magistério particular, o artigo 100º do regulamento sublinha que a “tarefa de ensinar particularmente”, observando que “maioridade de 21 anos, bom procedimento civil e moral, e capacidade profissional”, são os critérios necessários para ser “admittido” como professor particular (LIMEIRA, SCHUELER, 2008, p.43).

Nas palavras de Martinez (1997) o governo;

(...) propugnava um controle mais eficaz do Estado na Instrução Pública, não apenas inspecionando os estabelecimentos, mas determinando os horários, os compêndios, os métodos e programas de ensino. Além disso, os poderes públicos reservariam a

função de conceder títulos de capacidade e de moralidade aos particulares que desejassem lecionar, garantindo desse modo o monopólio da direção do ensino público (MARTINEZ, 1997, p.71)

O controle imposto sobre o ensino particular, através da Reforma Couto Ferraz, não consistia somente na organização da estrutura física, organização dos saberes e rotina do cotidiano. O governo imperial garantia o monopólio do ensino também através da concessão dos títulos que habilitavam os docentes a lecionar. Títulos reservados para aqueles que cumprissem as exigências de moralidade e dos conhecimentos específicos do ofício.

Para manter a iniciativa privada sobre seu controle, o governo, através da Reforma Couto Ferraz, não apenas lançou dispositivos de permissões e coerções, como também determinou um mecanismo de fiscalização na figura da Inspetoria Geral do Município da Corte, ordenando que as dependências das instituições de ensino privado estivessem sempre abertas para inspeção. Assim, “As escolas particulares ficam sujeitas á inspecção dos Conselhos Municipaes e Inspectores Parochiaes. Os inspectores representarão ao inspector geral sobre qualquer facto que possa desconceituar o colégio ou o professor” (LIMEIRA, SCHUELER, 2008, p. 43).

O delegado de instrução visitaria, ao menos uma vez, a cada trimestre, os estabelecimentos de ensino particular observando se eram guardadas a moral e as regras de higiene, assim como o cumprimento da Constituição e das regras impostas pelo próprio Regulamento Couto Ferraz. Em caso de infração, o Conselho diretor julgaria a pena que poderia variar de admoestação, repressão e multa aos professores e diretores. Com as informações obtidas nas inspeções também era possível e previsto no decreto que o Inspector Geral comparasse anualmente o desenvolvimento das escolas públicas e particulares da Corte.

Além destes dispositivos reguladores para a abertura e funcionamento dos colégios e escolas particulares, outra normativa é posta pela Reforma. Trata-se da subvenção, prática que irá perdurar e ser amplamente utilizada para a propagação do ensino, sobretudo, nas freguesias rurais da Capital.

Os artigos 57º e 58º esclareciam a questão, além da educação dos menores desvalidos no artigo 62º abrir a possibilidade para a ação do ensino privado mediante remuneração do governo imperial.

Art. 57. Não obstante as disposições do Art. 51, quando em uma paróquia, por sua pequena população, falta de recursos, ou qualquer outra circunstância, não se reunir número suficiente de alunos que justifique a criação de escola ou sua continuação, e houver no lugar escola particular bem conceituada, poderá o Inspector Geral, ouvido o Delegado do distrito, e com aprovação do Governo, **contratar com o professor dessa escola a admissão de alunos pobres, mediante uma gratificação razoável.**
 Art. 58. Não havendo escola particular na paróquia, e querendo o pároco ou seu coadjutor encarregar-se do ensino, poderá o Governo, sobre proposta do Inspector

Geral, **conceder-lhe a gratificação a que se refere o Artigo antecedente**. Art. 62. Se em qualquer dos distritos vagarem menores de 12 anos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivão em mendicidade, o Governo os fará recolher a uma das casas de asilo que devem ser criadas para este fim com um Regulamento especial. Em quanto não forem estabelecidas estas casas, os meninos poderão ser entregues aos párocos ou coadjutores, ou mesmo aos professores dos distritos, com os quais o Inspector Geral contratará, precedendo aprovação do Governo, **o pagamento mensal da soma precisa parar o suprimento dos mesmos meninos**. (BRASIL, 1854, grifo nosso).

Assim posto à subvenção era uma prática regulamentada pelo poder imperial a fim de cobrir as lacunas do ensino, deixadas por ele mesmo, através do auxílio da iniciativa privada. O governo pagava a iniciativa privada (professores e instituições) para lecionar para aqueles sujeitos, sobretudo os pobres, que o ensino público com suas escolas (em menor número) não conseguia atingir.

Limeira (2010) ressalta que, segundo o artigo 115º da Reforma Couto Ferraz além dos estabelecimentos particulares os professores também poderiam se beneficiar da prática da subvenção. Estava posto que “Nos logares onde não haja escola publica, o governo provincial abonará aos professores particulares uma gratificação annual por cada alumno pobre dos que tiverem frequentado com proveito suas escolas, sobre informação do concelho municipal respectivo”. (LIMEIRA, 2010, p.196)

As subvenções consistiam na garantia financeira, por parte do governo imperial, da permanência das crianças pobres nas escolas particulares, ou aulas avulsas do ensino primário mantidas por professores particulares. Podia ocorrer pelo pagamento da mensalidade destes menores nas instituições ou gratificação paga ao docente por instruir essas crianças. Concessão de espaço/pagamento de aluguel, doação de materiais para os estabelecimentos de ensino ou fornecimento de livros e vestuário e etc. Para que as crianças tivessem condições de assistir as aulas eram também:

(...) procedimentos a partir dos quais o Estado Imperial concedia auxílios financeiros a professores e colégios particulares, no intuito de subsidiar o ensino primário gratuito a meninos e meninas pobres, moradores de localidades em que se encontram distantes as escolas públicas (LIMEIRA, 2010, p.196).

Prover a iniciativa privada era pagar as mensalidades de alunos pobres em instituições de ensino particular, era fornecer gratificações aos docentes por aceitarem lecionar a esses sujeitos, como também poderia consistir nos mecanismos de concessão/pagamento de aluguel e fornecimento de materiais a fim de subsidiar a permanência das crianças atendidas.

Os procedimentos para serem concedidas as subvenções constavam no encaminhamento que professores ou proprietários de colégios faziam para o delegado de instrução do distrito, anexando os comprovantes da solicitação. As justificativas recorrentes:

era a grande distância da escola pública da localidade e/ou a grande quantidade de menores pobres que não eram atendidos pelas escolas públicas por estas já possuírem muitas matrículas. O atendimento dos menores pobres deveria ser de no mínimo 10 frequentes. Com a averiguação das informações, o parecer do delegado era encaminhado ao Inspetor Geral que, com seu veredito, encaminhava o ofício para o Conselho Diretor para conceder ou não a subvenção (LIMEIRA, 2010).

A necessidade das subvenções era alegada pelos moradores da localidade e reconhecida pelas próprias autoridades. Em 1871, o membro do Conselho Diretor, José Azambuja, relata que:

(...) havia número insuficientes de escolas primárias, por isso, justificava conveniente e vantajoso promover a iniciativa particular. Para ele, na impossibilidade de “estabelecer outras por falta de crédito” (criar escolas públicas), uma saída era “acudir a necessidade do ensino onde faltam escolas públicas por meio da subvenção a escolas particulares” (LIMEIRA, 2010, p.201.).

Assim sendo a subvenção era requisitada pelas famílias e moradores de regiões onde o ensino público não conseguia prestar atendimento; posta como necessária e, portanto, regulamentada e incentivada pelo governo imperial com a finalidade de preencher as lacunas do ensino, e benéfica para a iniciativa privada (professores e instituições) que recebia garantias financeiras diversas.

No decreto de Leôncio de Carvalho, em 1879, a prática da subvenção foi ratificada no artigo 8º assim como as suas justificativas. O governo poderia continuar a auxiliar tanto as escolas e colégios particulares como os professores que oferecessem aulas.

Subvencionar nas localidades afastadas das escolas públicas ou em que o número destas for insuficiente tanto na Corte como nas províncias, as **escolas particulares** que inspirem a necessária confiança e mediante condições razoáveis se prestem a receber e ensinar gratuitamente os meninos pobres da freguesia. **Contratar** nas províncias, por intermédio dos respectivos Presidentes, **professores particulares** que percorram anualmente um certo número de localidades e demorando-se em cada uma delas o tempo preciso, reúnam os meninos e meninas da vizinhança e lhes deem os rudimentos do ensino primário. (BRASIL, 1879, grifo nosso).

Como podemos observar nos últimos anos da monarquia a subvenção continuava relacionada ao atendimento da demanda escolar de crianças pobres onde houvesse falta das escolas públicas para essa população. Segundo Limeira (2010), as práticas de subvenção foram capilarizadas por todo o Império, pois tiveram seu estatuto oficializado a partir dos decretos educacionais¹²⁷ e foram legitimadas pela sociedade que demandava a instalação e defendiam a permanência. Mesmo que tais medidas obrigatoriamente devessem prover a

¹²⁷ Muitas estatísticas dos relatórios da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte consideravam as escolas subvencionadas no bojo das dependentes do governo junto das instituições públicas.

educação aos mais pobres não é possível afirmar se existiam outras crianças que possuíam recursos financeiros e eram beneficiadas.

É necessário observar, contudo, que a iniciativa particular também se concretizava pelas ações de sociedades, filantropos, agremiações, instituições religiosas, e etc., que criavam e/ou mantinham estabelecimentos de ensino e/ou auxiliavam por meio de donativos a manutenção de menores pobres nos colégios particulares e escolas públicas. Algumas destas entidades recebiam também subvenções ou eram apadrinhadas por membros da família real ou pessoas reconhecidas da sociedade.

No regulamento educacional de 1879, a iniciativa privada é privilegiada através da promulgação da liberdade de ensino. Com o objetivo de incentivar a iniciativa particular, que poderia ensinar as doutrinas que acreditasse através de qualquer método e sem a necessidade do juramento a fé católica, esta medida consequentemente aumentava a oferta da educação. A liberdade de ensino não representava somente maior autonomia para a abertura dos estabelecimentos, mas também autogoverno nos métodos e programas de ensino, e independência religiosa. Além disso, desta forma, as famílias teriam liberdade para escolher os estabelecimentos para educar seus filhos da maneira que lhes aprouvesse.

Entretanto o controle do governo pelos métodos fiscalizadores permanecia. Os delegados de instrução continuavam responsáveis pela inspeção das escolas e colégios mantidos pela iniciativa privada. No primeiro artigo do decreto de 1879 constava que os donos de estabelecimentos de ensino particular deveriam comunicar ao Inspetor Geral dentro de 1 mês a abertura das aulas, juntamente com o endereço, condições de admissão e matrícula, o programa de ensino e os professores contratados, além de demais informações que fossem solicitadas. As escolas ou colégios particulares deveriam sempre estar à disposição para receber as inspeções e, no caso de não serem cumpridas as exigências, os professores e diretores seriam proibidos de ensinar, receberiam multa na variável de 20\$ a 100\$000 e os estabelecimentos seriam fechados.

Na malha escolar da Corte Imperial, a iniciativa privada sempre foi detentora da maior parte das instituições e, portanto, comportava um número elevado de matrículas sendo responsável por atender grande parte da demanda por educação. Em 1873, mesmo com a iniciativa da ampliação da malha escolar pública, como observamos no item anterior deste capítulo constando com 77 instituições, existiam 99 estabelecimentos de instrução primária privados, sendo 45 masculinos 54 femininos. Uma década depois, a iniciativa privada constava com 10.064 matrículas, enquanto as escolas públicas com 8.740 meninas e meninos matriculados (MARTINEZ, 1997).

Observemos no quadro 17 o comparativo do número de instituições primárias públicas e privadas durante o período estudado.

Quadro 17 - Comparativo de estabelecimentos de ensino primário públicos e privados na Corte 1870-1889

Comparativo de estabelecimentos de ensino primário público e particular¹²⁸ na Corte 1870-1889		
	Estabelecimentos públicos	Estabelecimentos privados
Anos¹²⁹		
1870	58	109
1871	67	110
1872	67	99
1873	76	99
1874	75	110
1876	95	91
1877	95	121

Fonte: Relatórios do Ministro de Negócios do Império dos anos de 1870 a 1889. Quadro elaborado pela autora.

Conforme os dados, mesmo que em alguns anos tenha ocorrido um pequeno decréscimo do número de instituições privadas, o quantitativo ainda era superior ao de escolas públicas. Mesmo no ano de 1876, quando encontramos 95 escolas mantidas pelo governo e 91 pela iniciativa privada é preciso lembrar que do número total das escolas públicas, 20 unidades não estavam funcionando, ou seja, o número real era de 75 estabelecimentos.

Podemos perceber que, apesar das medidas de controle e coerção impostas nos decretos imperiais, a malha privada de ensino crescia, e ainda rapidamente, se comparada às ações de expansão das escolas públicas. Um dos fatores explicativos deste acontecimento estava na própria política pública de incentivo do governo imperial. A realidade era de liberdade, porque, ao mesmo tempo em que a malha particular representava uma economia, atendendo grande parcela da população e abonando o poder público de instituir mais escolas, também era uma fonte de arrecadação com os valores de impostos pagos pela abertura e licença para funcionamento das instituições. (LIMEIRA, 2010).

Além disso, considerando as práticas de subvenção, certamente para o governo o financiamento privado era mais barato que a manutenção de uma escola pública. As escolas e colégios mantidos por particulares faziam aquilo que o próprio governo não era capaz no momento de realizar: o atendimento a cada vez maiores parcelas da população. Por isso era

¹²⁸ Foram considerados na soma os estabelecimentos privados que forneciam para ambos os sexos instrução primária e as instituições que ofertavam conjuntamente instrução primária e secundária. Essas informações foram retiradas dos mapas de distribuição dos estabelecimentos particulares de instrução primária e secundária anexos aos relatórios da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, ou por vezes do conteúdo do próprio relatório do Ministro de Negócios do Império.

¹²⁹ Foram considerados somente os anos que possuíam informações sobre os estabelecimentos de ensino públicos e privados. De forma que os anos excluídos não existiam o documento histórico ou as informações eram somente sobre as instituições públicas. Sem o quantitativo das escolas privadas não era possível fazer a comparação. Em alguns anos como 1885, 1887 e 1888 há somente a referência de 22 escolas particulares subvencionadas pelos cofres públicos. É preciso ressaltar que no ano de 1883 os estabelecimentos privados de instrução primária e secundária aparecem de forma conjunta com um total de 184 instituições de ensino.

preciso sempre manter o controle sobre a malha privada de ensino para que a sua força não oprimisse o próprio poder público (LIMEIRA, 2010).

Ainda que o governo tivesse de conceder esta liberdade (mesmo que restrita em razão do sistema de fiscalização), o que o sistema privado oferecia ao governo era vantajoso e lucrativo¹³⁰. Em 1864, por exemplo, a criação de um colégio poderia custar entre 25\$600 (vinte cinco mil e duzentos réis) e 51\$200 (cinquenta e um mil e duzentos réis), já a licença anual para continuidade do funcionamento era de 12\$800 (doze mil e duzentos réis) a 25\$600 (vinte cinco mil e seiscentos réis), as autorizações para as aulas particulares variavam de 10\$000 (dez mil réis) a 20\$000 (vinte mil réis). Tais valores, que representavam os custos para criar ou manter o comércio da instrução, eram compensados pelas mensalidades pagas pelas famílias às escolas privadas (LIMEIRA, 2010).

Ponderando que a procura pelas instituições educacionais mantidas pela iniciativa privada era grande, justificando sua expansão apesar das sanções estabelecidas e valores necessários para a manutenção, temos um verdadeiro “comércio da instrução”¹³¹ estabelecido na Corte. Através dos anúncios de jornais, que se tornaram cada vez mais comuns e frequentes na segunda metade do Oitocentos, é possível perceber que as instituições de ensino privadas se apresentavam à população. Nos anúncios e na sua publicidade, elas davam a ver aspectos que compunham discussões importantes da época e que encontravam apoio nas determinações legais, como espaço físico das instituições, planos de estudos e suas defesas sobre a escolarização. Num jogo comercial de convencimento, privilegiavam e expunham alguns ângulos das instituições e profissionais, por vezes utilizando de ilustrações que as beneficiariam na concorrência (LIMEIRA, 2010).

Em 1848 no *Jornal do Commercio* encontramos o anúncio do Colégio de Meninas na Rua da Candelária nº59 que, como diferencial, informava que ensinava também escravas.

A diretora do collegio de meninas da Rua da Candelaria n.59, participa ao respeitável público e aos Srs. Pais de família, que a mesma abre o seu estabelecimento no dia 10 de janeiro do corrente anno, onde continua a receber meninas externas e internas, e a ensinar a ler, escrever, contar, grammatica nacional e franceza, doutrina christãa, etc., desenho musica, dansa, coser, bordar de todas as qualidades e de ouro, marcar de todas as qualidades, tapeçarias, fróco, etc. Também recebem-se escravas para todos os ensinios, sendo estas internas (JORNAL DO COMMERCIO, Ano XXIII, nº4, 4 de janeiro de 1848)

Ou seja, mesmo contrariando a legislação educacional, que proibia a frequência escolar de escravizados, o colégio fazia propaganda num impresso de grande circulação deste tipo de atendimento formal. Provavelmente, tratava-se de educação para determinados

¹³⁰ Para uma comparação de valores no mesmo ano de 1864 no *Jornal do Commercio* encontramos a oferta para quem capturasse/achasse o escravo Paulo, com cerca de 30 a 40 anos de idade, o valor de 20\$000. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_05/6325. Consultado em 20/10/2020.

¹³¹ Expressão usada por LIMEIRA (2010)

interesses dos proprietários de escravos e, como consta, a prática era para “todos os ensinos” e não somente a instrução primária oferecida no estabelecimento. Este tipo de ação não se restringia as freguesias urbanas da capital do Império. Em outro documento, também vemos experiência semelhante, onde escravos compunham o quadro de alunos de um colégio particular no interior da província do Rio de Janeiro, cujo professor era também um escravo da fazenda dos Breves:

Imagem 25 - Escola com professor escravo¹³²

Em uma das fazendas do commendador Joaquim José de Souza Breves foi por elle estabelecida uma escola, na qual ensina-se a lêr, escrever, contar (as quatro operações) e doutrina. É regida por um escravo do commendador, e frequentada por 30 alumnos (termo médio) de ambos os sexos, ingenuos, libertos, poucos escravos e alguns livres.

Fonte: Relatório do presidente da Província do RJ, 1879, p. 10.

Como vimos acima, era 30 o número de alunos que estava sendo registrado por um documento do governo imperial, o Relatório do Presidente da Província em 1879. Neste sentido, a malha privada demonstrava uma diversificação também do seu público escolar, considerando que também foram privados os primeiros estabelecimentos para atendimento de meninos e meninas cegas, surdas e mudas no Império, bem como os primeiros jardins de infância, que atendiam meninos e meninas abaixo da idade de obrigatoriedade escolar do ensino primário.

Assim como as escolas públicas eram estabelecidas de maneira diversificada entre as freguesias urbanas e rurais, privilegiando as regiões centrais do primeiro conjunto, a iniciativa privada também se distribuía da mesma forma, sendo a densidade populacional a justificativa. Nas áreas urbanas, onde residiam mais pessoas, era onde se encontravam maiores números de colégios mantidos pelo setor privado. Consideremos também que as áreas próximas ao centro eram aquelas de maior visibilidade para qualquer iniciativa, podendo esse também ser fator explicativo da diferença quantitativa de instituições privadas entre áreas urbanas e rurais.

Contudo, não podemos concluir que nas freguesias de dentro havia pessoas com melhores condições financeiras e, portanto, que poderiam pagar a instrução, enquanto nas

¹³² Transcrição: “Em uma das fazendas do comendador Joaquim José de Sousa Breves foi por ele estabelecida uma escola, na qual ensina-se ler, escrever, contar (as quatro operações) e doutrina. É regida por um escravo do comendador, e frequentada por 30 alunos (termo médio) de ambos os sexos, ingênuos, libertos, poucos escravos e alguns livres.”

freguesias de fora o contrário se apresentava. Essa ponderação é muito rasa, pois existiam instituições de ensino privado de variados tipos, com condições diversas e, portanto, preços diferentes. Além disso, mesmo que em número menor, existiam variados colégios particulares nas freguesias rurais da Corte Imperial, bem como no interior da província do Rio de Janeiro.

Existiam os colégios particulares com suas modalidades de atendimento de meio pensionista (onde os alunos retornavam ao lar a cada fim de mês), os pensionistas (que residiam na escola), e o regimes de externato (quando ao fim das lições diárias o aluno retornava para a casa). Havia os colégios particulares destinados a quem possuía poderes aquisitivos cobrando taxas que variavam de 30 mil a 50 mil réis por mês¹³³, ou aqueles que ensinavam apenas ler, escrever e contar, cobrando 2\$00¹³⁴ por mensalidade. Desta forma, em relação a valores ponderamos que nas áreas urbanas existia maior variedade destes colégios de forma a atender o grande quantitativo da população que ali residia por sua vez formada por grupos diversos.

Observemos no quadro 18 a distribuição de escolas privadas de atendimento primário nas freguesias da Corte durante o período estudado.

Quadro 18 - Distribuição de instituições de ensino privadas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1889.

Distribuição de instituições de ensino privadas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1889¹³⁵					
Anos:¹³⁶	1870	1871	1872	1873	1877
Freguesias urbanas:					
Glória	14	17	18	18	18
Candelária	3	1	6	7	1
São José	9	9	10	10	9
Santa Rita	13	9	11	11	10
Sacramento	10	14	1	1	11
Santana	23	19	12	12	10
Santo Antônio	10	9	0	0	10
Lagoa	6	8	14	14	14
Engenho Velho	5	4	1	1	7
Espírito Santo	8	8	9	9	7

¹³³ Limeira (2010) ao pesquisar diversos anúncios de colégios particulares da Corte veiculados no Almanak Laemmert no período de 1860 a 1875 chega a esses valores como média, considerando os preços anunciados para alunos pensionistas. Salienta que esse valor poderia ser acrescido por taxas extras pagas para ensinamentos como desenho e canto ou por serviços domésticos como lavagem de roupa.

¹³⁴ Schueler e Rizzini (2017a) iniciam seu estudo, sobre cartografias da escolarização e práticas educativas na Corte entre 1870 e 1890, com o anúncio do Ginásio João da Fonseca que se encontrava no Morro do Castelo. Elas caracterizam o estabelecimento como um colégio simples, de baixo custo, que apenas ensinava as primeiras letras e cobrava a mensalidade de 2\$00. Esse tipo de instituição de ensino ficou conhecida pelas mãos do cronista Luiz Edmundo como Colégios Tico-Tico. Tomamos este indício como exemplo de colégio particular de baixo custo.

¹³⁵ Foram considerados na soma os estabelecimentos privados que forneciam para ambos os sexos instrução primária e as instituições que ofertavam conjuntamente instrução primária e secundária. Essas informações foram retiradas dos mapas de distribuição dos estabelecimentos particulares de instrução primária e secundária anexos aos relatórios da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte.

¹³⁶ Foram considerados os anos que possuíam as informações identificáveis por freguesias.

Quadro 18 - Distribuição de instituições de ensino privadas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1889.

Distribuição de instituições de ensino privadas primárias por freguesias da Corte Imperial 1870-1889¹³⁵					
Anos: ¹³⁶	1870	1871	1872	1873	1877
São Cristóvão	5	9	12	12	5
Engenho Novo ¹³⁷					9
Gávea ¹³⁸					0
Freguesias rurais					
Inhaúma	0	0	1	1	2
Irajá	1	1	2	2	1
Jacarepaguá	0	0	0	0	0
Campo Grande	1	1	1	1	2
Santa Cruz	0	0	1	1	2
Guaratiba	1	1	0	0	2
Ilha do Governador	0	0	0	0	1
Ilha de Paquetá	0	0	0	0	0
Total	109	110	99	99	121

Fonte: Relatórios do Ministério de Negócios do Império dos anos de 1870 a 1889. Quadro elaborado pela autora

A partir dessa distribuição percebemos que mesmo nas freguesias urbanas, onde existia maior quantitativo de estabelecimentos, havia certa instabilidade da permanência das instituições. Ainda em freguesias populosas como Santana, percebemos que nos 5 anos, onde foi possível verificar a informação, a sequência do quantitativo de estabelecimentos privados é decrescente com 23 em 1870 e terminando com 10 instituições em 1877. A Freguesia de Santo Antônio, que também possuía grande quantitativo de habitantes, em 1870 possuiu 10 estabelecimentos, enquanto que nos anos de 1872 e 1873 nenhuma instituição privada de ensino é encontrada.

A Freguesia da Candelária, em 1870, apresentava 3 instituições, decrescendo no ano seguinte para 1, tendo o seu pico nos anos de 1872 e 1873, com 7 estabelecimentos e terminando em 1877 com apenas 1. Mesmo nesta região, tendo maior número de instituições de ensino privado do que públicas, a Candelária possuía poucas escolas privadas comparadas a algumas freguesias urbanas da Corte como Glória e Santa Rita. Tendo quantitativo de estabelecimentos mais próximo da Freguesia do Engenho Velho, até mesmo superando-a, como nos anos de 1872 e 1873 cogitamos que os mesmos motivos relatados como problemas para manutenção das escolas públicas, baixa densidade populacional, falta de espaço, influência do comércio, mobilidade das pessoas e etc., eram os que afetavam as escolas privadas e a sua permanência na região.

Conquanto o relatório da Inspeção Geral de 1883 também pondera outras questões em relação ao ensino privado. “A falta de meios para se tornar efetiva a inspeção do ensino

¹³⁷ Freguesia criada em 1873

¹³⁸ Freguesia criada em 1873

nos estabelecimentos particulares não só priva a autoridade de poder fornecer excelentes dados para a estatística da instrução” (Relatório da Inspetoria Geral da Instrução, 1883, p.59). O Inspetor Geral expõem a situação de fiscalização das escolas e colégios de instrução particular onde os delegados não se preocupavam em visitar as escolas e os diretores dos estabelecimentos tão pouco de enviar os dados estatísticos. Para reverter tal situação o Inspetor geral solicitou por meio de uma circular que os delegados junto dos diretores lhes informassem a situação dos estabelecimentos de ensino, data de fundação e permissão de funcionamento pelo governo, número de professores, programa de ensino, frequência atual e dos quatro anos anteriores. Com as informações advindas desta ação uma estatística sobre os estabelecimentos de ensino privado estava sendo desenvolvida.

Além disso, comissões para visitar os locais de ensino foram formadas. O inspetor esperava que por meio do trabalho destas comissões visitadoras pudesse preencher a lacuna das informações sobre os colégios e escolas particulares. Alertava também para o valor gasto com as subvenções, sendo necessária inspeção a fim de saber se os estabelecimentos cumpriam os requisitos para dispor dita remuneração. O relato do Inspetor Geral, além de nos dar a conhecer um pouco sobre as condições que se encontravam a instrução privada, auxilia a concluir que o quantitativo de estabelecimentos encontrado nos relatórios anteriores está longe de ser retrato fiel da realidade. Desta maneira, para mais informações sobre os estabelecimentos de ensino mantidos pela iniciativa privada na Freguesia da Candelária foi necessário seguir outros rastros, a partir do cruzamento com distintas fontes.

Uma circular datada de 8 de janeiro de 1872¹³⁹, solicitava aos delegados de instrução que informassem quantos eram os estabelecimentos de ensino privados, a frequência, métodos adotados, e quanto ao conceito de moralidade e capacidade dos diretores. Em 31 de janeiro do mesmo ano o delegado de instrução da Freguesia da Candelária, Dr. João Carlos da Silva Maya, inicia sua resposta justificando as poucas informações obtidas apesar do grande esforço empenhado. As informações contidas eram de referência ao ano anterior. Seu relato identifica 3 estabelecimentos de ensino de “bom conceito” na freguesia, onde frequentavam cerca de 64 meninos e meninas no ano de 1871, alertando que, apenas aquele localizado na rua do Rosário, constava no documento da inspetoria, pois tinha sido o único que enviou os mapas estatísticos. Essa é, portanto, mais uma questão ao se considerar a fragilidade dos números, afinal, constava ali a informação de que o número de estabelecimentos particulares num documento oficial não era o real já que os mesmos estavam descumprindo uma norma legal.

¹³⁹ AGCRJ-Código-12.4.15, p.13,14 e 15.

Em relação aos diretores, a resposta foi unânime. Todos tinham bom conceito tanto em relação à sua moralidade, quanto da capacidade de ensino, cumprindo seus deveres. No tocante a localização, frequência e método de ensino/livros adotados pelas instituições privadas, elaboramos o quadro a seguir para melhor visualização das informações.

Quadro 19 - Instituições privadas de ensino na Freguesia da Candelária em 1871

Instituições privadas de ensino na Freguesia da Candelária em 1871					
Ensino	Sexo	Localização	Direção	Frequência	Método de ensino/livros adotados
Escola Primária	Masculina	Rua do Hospício nº 36	Jeronymo José de Oliveira Cunha	8 meninos	Syllabario de Baker (1º classe), Esopo e Simão de Natuno (2º classe), Grammatica de Caldas Aulete, arithmetica de Ottoni e doutrina Chistã do Conego Pinheiro (3º classe), Caligrafia quadros de Ventura (4º classe)
Colégio primário	Masculino	Rua do Rosário nº 46	Antônio Pedro Martins Guerra	35 meninos	Expositor portuguez Midosi e thesouro de meninos (1º classe), Simão de Natura e D.João de Castro (2º classe), Luziadas e Synonimos de S.Luiz (3º classe), grammatica, resumo da orthografia e arithmetica de Baker, catecismo de Montpellier, calligraphia os modelos de Ventura (4º classe)
Colégio primário e Secundário	Feminino	Rua Theophilo Ottoni nº 59	Emilia Cabral	21 meninas	Expositor portuguez de Midosi (1º classe), História pátria do conego Pinheiro (2º classe), os Luziadas, o catecismo da Associação Catholica, a grammatica do Professor Pardal, arithmetica de Baker (4º classe). Além disso, são empregados a grammatica franceza de Chapal (encarregado do ensino professor Burgain Filho). O ensino de Calligraphia pelos cadernos de Addlers, música pelo methodo do maestro Francisco Manoel (sendo professora Adelaide Silva).

Fonte: AGCRJ-Código-12.4.15 p. 13,14 e 15. Quadro elaborado pela autora

Fato interessante a partir das informações do delegado, Dr. João Carlos da Silva Maya, é que o ensino secundário oferecido na freguesia da Candelária atendia apenas as meninas. Em relação às idades dos alunos, nacionalidade e religião é informado que os 8 meninos da escola primária um era menor de 7 anos e os demais menores de 14 anos. Seis alunos eram brasileiros, dois estrangeiros e todos afirmavam ser católicos. Dos 35 meninos que frequentavam o colégio da Rua do Rosário, trinta e três eram maiores de 14 anos e dois menores de 7 anos. Todos declarados católicos, em relação a nacionalidades apenas 2 estrangeiros. O colégio que atendia meninas a nível primário e secundário, das 21 alunas,

quinze eram menores de 7 anos e seis menores de 14 anos. Em relação às nacionalidades somente duas eram estrangeiras. E dezenove eram declaradas católicas e duas acatólicas.

Esses dados levam a pensar que parte da demanda educacional masculina da freguesia era atendida pela iniciativa privada, visto que a falta de alunos na escola pública foi justificativa para o fechamento da instituição. Como também existia o dobro de instituições privadas para meninos na região. Já a presença de estrangeiros em todas as classes corrobora com a característica da freguesia onde havia número considerável de pessoas provenientes de outros países. Enquanto as idades é interessante observar que apesar da obrigatoriedade escolar ser a partir dos 7 anos, é possível encontrar alunos menores de 7 anos nos bancos escolares.

No ofício o delegado ainda salienta que o bom desempenho dos deveres dos professores é o que mais exige o ensino público e particular. Para que os professores exerçam bem suas funções no ensino público era preciso, segundo o Dr. João Carlos da Silva Maya, maiores remunerações, vigilância nas escolas pelos encarregados competentes, substituição de alguns livros que tem se considerado menos úteis e a necessidade dos edifícios apropriados às escolas. Em relação ao ensino particular apenas ressaltava a necessidade da vigilância da autoridade competente.

No ano seguinte das informações enviadas pelo delegado da freguesia da Candelária, ou seja, 1873, consta no relatório do Ministro do Império o total de 7 instituições privadas na região, considerando na soma o atendimento primário e secundário, feminino e masculino, ou seja, mais que o dobro de instituições apresentadas em 1871.

O Colégio de Meninos dirigido por Antônio Pedro Martins na Rua do Rosário nº46 e a escola de meninos sob a direção de Jeronymo José de Oliveira Cunha, reaparecem em pedidos de renovação de licença¹⁴⁰ para manutenção dos seus respectivos estabelecimentos no ano de 1873, figurando assim a continuidade das atividades na Freguesia da Candelária. Outro estabelecimento de ensino particular que consta para funcionamento no ano de 1873 é o Colégio de Meninas dirigido pela Madame Medlaine Gross, onde estavam matriculadas 60 alunas, divididas entre instrução primária e secundária em sua maioria declarada brasileira e católica.

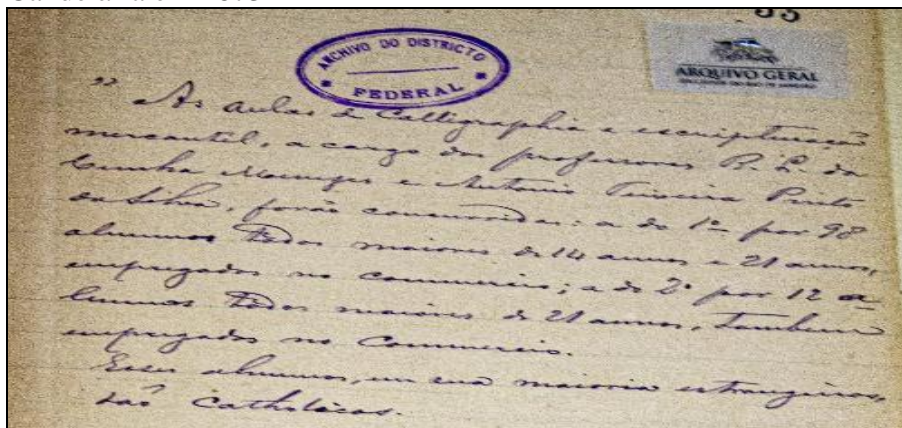
No mesmo ano ainda é informado em ofício¹⁴¹ que ocorriam na freguesia as Aulas Avulsas de caligrafia e escrituração mercantil, a cargo dos professores particulares R.L da Cunha Menezes e Antônio Teixeira Pinto da Silva. As aulas do professor Cunha Menezes, no ano de 1873, foram frequentadas por 98 alunos, todos maiores de 14 e 21 anos e empregados do comércio. Enquanto as aulas do professor Antônio Teixeira foram concorridas por 12

¹⁴⁰ AGCRJ-Código 12.4.19

¹⁴¹ AGCRJ-Código 12.4.19

alunos, maiores de 21 anos e empregados do comércio. Ainda é frisada a informação que esses estudantes eram todos católicos e estrangeiros. Observemos a imagem:

Imagem 26 - Aulas de escrituração mercantil na Freguesia da Candelária em 1873¹⁴²



Fonte: AGRJ-Código 12.4.19, p.33. Foto elaborada pela autora.

Este vestígio da ação da iniciativa privada permite perceber quem eram os particulares responsáveis por preencher as diversas demandas educacionais para além do ensino primário, como a de trabalhadores. Na Freguesia vizinha, Santana, existia, por exemplo, o curso noturno para trabalhadores na Escola São Sebastião criada em 1872. Na Freguesia da Lagoa constava o curso noturno do Colégio São Clemente em Botafogo, também criado em 1872 pela iniciativa da Sociedade Propagadora da Instrução das Classes Operárias da Lagoa. Tais iniciativas estavam em consonância com a busca do progresso para o Brasil, onde constavam como necessidades as ações educativas para jovens e trabalhadores: “O acesso à instrução elementar e profissional por meio do curso noturno possivelmente foi almejado por operários e trabalhadores dedicados aos mais diversos ofícios” (RIZZINI, SCHUELER, 2017, p.95).

As aulas dedicadas à escrituração mercantil e procuradas por trabalhadores do comércio podem estar relacionadas além desta busca pela colocação no mercado, em expansão nas décadas finais do oitocentos, a oportunidade, sobretudo para a classe pobre e trabalhadora, de vida melhor. Ou ainda necessária distinção para a classe livre em tempos que o fim da escravidão era anunciado. De modo particular, as aulas relacionadas ao ofício do comércio poderiam ser uma demanda da Freguesia da Candelária, relacionado ao fato da região ser local comercial, e muito possivelmente residência de muitos trabalhadores dos mesmos estabelecimentos comerciais ali encontrados. A vida comercial da Freguesia da

¹⁴² Transcrição: “As aulas de caligrafia e escrituração mercantil, a cargo dos professores R. L. da Cunha Menezes e Antônio Teixeira Pinto da Silva, foram concorridos: a do 1º por 98 alunos todos maiores de 14 anos e 21 anos, empregados do comércio; a do 2º por 12 alunos todos maiores de 21 anos, também empregados do comércio. Esses alunos, em sua maioria estrangeiros e católicos.”

Candelária, que por vezes parecia tumultuar e atrapalhar o funcionamento das escolas públicas, também parece ter sido motivo para a iniciativa particular investir na região.

No ano de 1873, o delegado de instrução da Candelária expõe a sua opinião sobre como a mocidade era educada nos colégios mantidos por particulares na Freguesia¹⁴³. O Dr. João Carlos da Silva Maya corroborava com a máxima de que as crianças/jovens eram o futuro da pátria e por isso a sua instrução deveria ser a grande preocupação dos governos modernos. Para isto, era preciso ter uma atenção maior sobre os professores que são “as colunas da ordem, prosperidade e civilização social” (p.30), concedendo carta de capacidade para franquear o ensino somente àqueles que seriam realmente habilitados.

Com tom forte o delegado comparava o crescimento da malha privada permitida e incentivada pelo governo com a promoção de hotéis. “Tem promovido o estabelecimento em larga escala de hotéis de meninos e meninas, onde o alimento espiritual distribui-se com deplorável e permissível mesquinhos” (p.30). Outro ponto negativo da instrução privada, segundo o Dr. João Carlos da Silva Maya, era a liberdade de ensino que os diretores dos estabelecimentos possuíam.

O delegado tinha a gerência dos estabelecimentos de sua região administrativa, mas, segundo ele, isto de nada valia, pois os diretores não dispensavam os mapas de ensino. Além disso, existiam professores que estabeleciam aulas sem a coordenação de um diretor que respondesse de acordo com a lei, sendo esses tipos de aulas anunciadas até mesmo em jornais. O delegado de instrução terminava sua fala sublinhando a necessidade de uma subordinação legal e imediata dos diretores dos estabelecimentos privados, como também sugeria o fim das dispensas das provas de capacidade, afim de realmente os professores provassem suas habilidades de ensino.

O posicionamento crítico desse encarregado do governo, enfático na necessidade de subordinação dos estabelecimentos de ensino privado, maior controle sobre a expansão da malha privada e o fim das dispensas de exames para professores; possivelmente foi motivado por intercorrências do ano anterior. Em 1872, ele enfrentou um quadro de denúncias sobre professores que lecionavam sem a habilitação exigida na lei¹⁴⁴. Em 8 de maio, o delegado escrevia ao Inspetor Geral informando que recebeu no dia anterior uma denúncia que o professor Antônio Teixeira Pinto da Silva¹⁴⁵ ministrava aulas de caligrafia, francês e inglês na Rua do Rosário nº 94 sem a habilitação precisa. O delegado tinha intimado o dito professor a

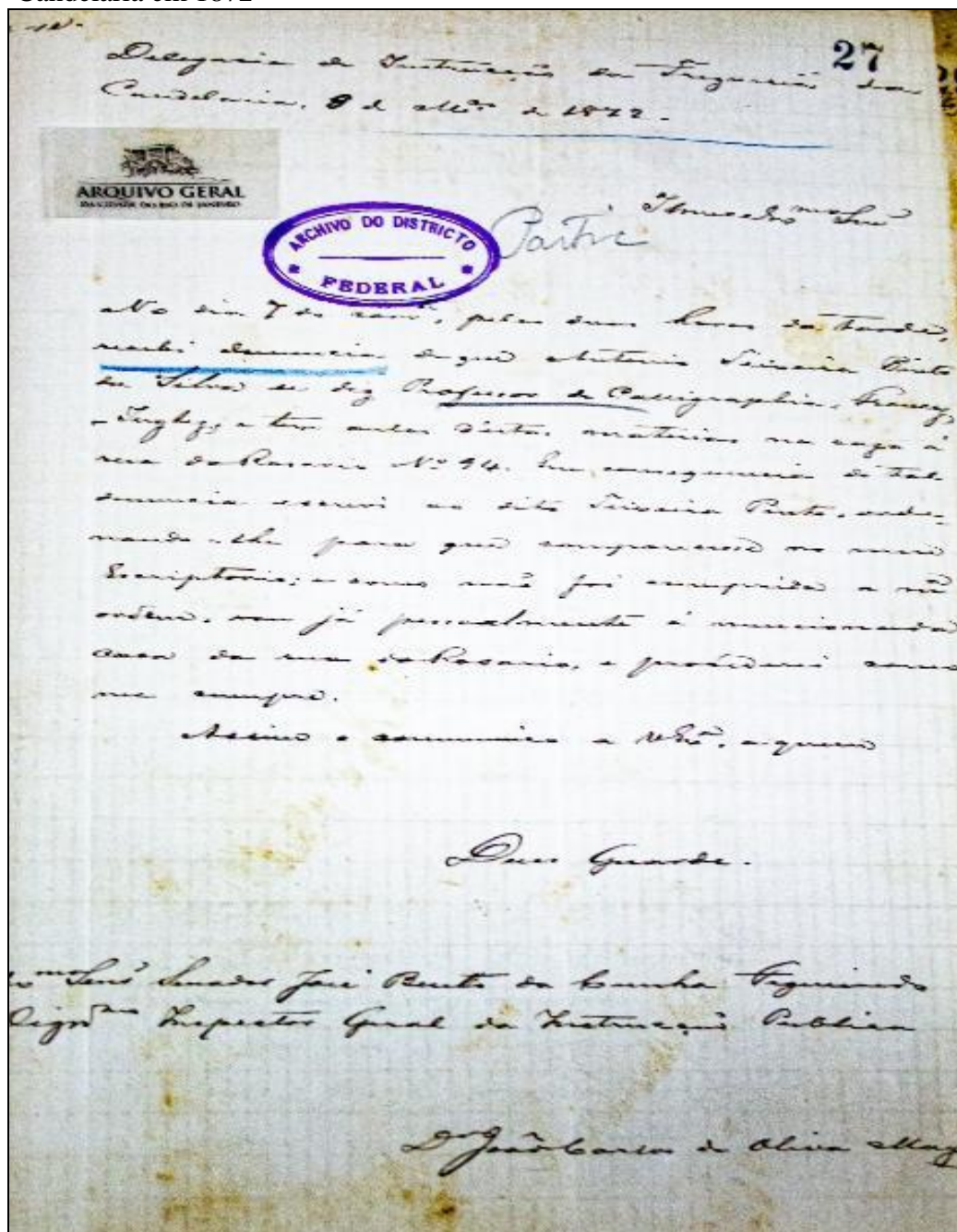
¹⁴³ AGCRJ- Código 12.4.19, p.30 e 31.

¹⁴⁴ AGCRJ-Código-12.4.15.p, 27 e 28.

¹⁴⁵ Apesar do mesmo nome não conseguimos levantar informações se é o mesmo professor que figura com aulas para adultos comerciantes em 3 de abril do mesmo ano, conforme AGRJ-Código 12.4.19, p.33.

comparecer no seu escritório, visto que tal ordem não foi cumprida o próprio delegado informava que iria ao endereço das aulas.

Imagem 27 - Denúncia de aulas por professor não habilitado na Freguesia da Candelária em 1872¹⁴⁶



Fonte: AGCRJ-Código 12.4.15, p.27. Foto elaborada pela autora.

¹⁴⁶ Transcrição: “No dia 7 do corrente pelas duas horas da tarde recebi denúncia de que Antônio Teixeira Pinto da Silva se diz professor de caligrafia, francês e inglês e tem aulas destas matérias na casa da Rua do Rosário nº 94. Em consequência de tal denúncia escrevi ao dito Teixeira Pinto, onde manda-lhe para que compareça no meu escritório e como não foi cumprida a minha ordem, vou já pessoalmente a mencionada casa na Rua do Rosário, e procederei como me cumpre.”

O desenrolar da situação prossegue em ofício datado do dia 9 de março¹⁴⁷, onde o mesmo informa averiguar que o professor Antônio não tinha carta de habilitação e seu curso possuía frequentadores, mas alegava que as aulas de inglês e francês eram a cargo do professor Carlos Ezequiel de Barros que possuía a devida licença. O professor Antônio Teixeira Pinto da Silva foi intimado a fechar as aulas e imediatamente se apresentar ao Inspetor Geral para os devidos efeitos. Infelizmente não encontramos ofícios posteriores com o desdobrar dos fatos.

Ao lado dos estabelecimentos de ensino privado mantidos por particulares, encontramos alguns indícios sobre a prática de subvenção na Freguesia da Candelária no ano de 1878. No quadro a seguir, elaborado por Pasche (2014), é possível identificar os vencimentos dos professores que recebiam subvenção pública para aceitar em seus colégios particulares meninos e meninas pobres. Os valores eram calculados pelo número de alunos subvencionados que frequentavam aqueles colégios.

Quadro 20 - Subvenção na Freguesia da Candelária em 1878

- Freguesia do Sacramento	
Polycarpo José Dias da Cruz	60\$500
D. Anna Joaquim d'Oliveira e Silva	71\$500
- São Jose	
Joaquim Fernandes da Silva	43\$000
D. Thereza Fortunata da Silva	23\$500
- Candelaria	
Luiz Thomaz de Oliveira	32\$500
D. Catharina Lopes Coruja	30\$500
- Santa Rita	
Candido Matheus Faria Pardal	64\$500
D. Francisca de Paula Moraes Lima	34\$000
-Santa Anna	
João Jose Moreira	57\$500
D. Elisa Jannes	31\$500
-Santo Antonio	
Francisco Antonio Augusto Sa	56\$500
D. Amalia Justa dos Passos Colcha	39\$500
-Gloria	
Francisco Joaquim Noronha Neves	34\$500
D. Francisca Albina Ferreira	25\$500

Fonte: Pasche, 2014, p.173-Grifo nosso.

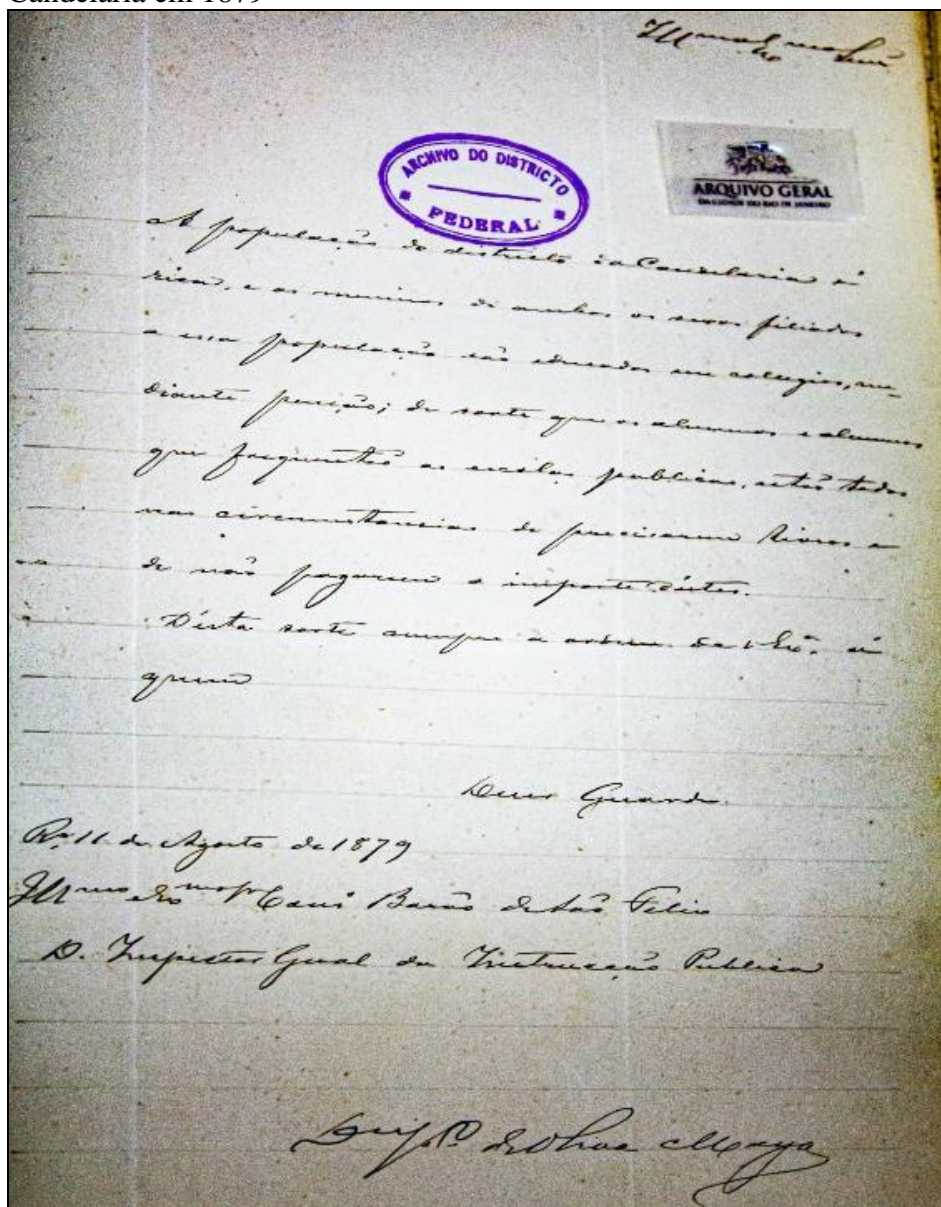
Conforme os dados os valores de subvenção variavam entre 25 a 70 mil réis. O menor valor de subvenção recebido era de 23\$500 pela professora Thereza Fortunata da Silva da Freguesia de São José. Enquanto o valor mais alto era de 71\$500 recebido pela professora Anna Joaquim d' Oliveira e Silva da Freguesia do Sacramento. Na Freguesia da Candelária o professor Luiz Thomas de Oliveira recebia do governo 32\$500 e a professora Catharina Lopes

¹⁴⁷ AGCRJ-Código-12.4.15.p. 28

Coruja 30\$500 para receberem em suas instituições particulares meninos e meninas pobres, aparentemente quantia dentro da faixa média de 30 mil réis recebidos pela maioria dos docentes da Corte.

Em 11 de agosto de 1879 um ofício¹⁴⁸ é enviado ao Inspetor Geral informando que a Freguesia da Candelária era rica, apontando que os meninos e meninas eram educados nos colégios particulares.

Imagem 28 - Ofício sobre a condição dos alunos na Freguesia da Candelária em 1879¹⁴⁹



Fonte: AGCRJ-Código 11.4.34., p.105. Foto elaborada pela autora.

¹⁴⁸ AGCRJ-Código 11.4.34, p.105

¹⁴⁹ Transcrição: “A população do distrito da Candelária é rica, e os meninos de ambos os sexos filiados a essa população são educados em colégios, mediante pensão, de sorte que os alunos e alunas que frequentam as escolas públicas estão todos nas circunstancias de (permanecerem?) livres de não pagarem a importância.”.

O delegado da Freguesia da Candelária informava que os meninos eram educados mediante pensão, enquanto os que frequentavam as escolas públicas estavam isentos de pagarem a importância. Sobre isso, observa Martinez:

Muitos contemporâneos, incluindo os Ministros e Inspetores da Instrução Pública da Corte, afirmava que as escolas públicas da cidade recebiam, em sua maioria, “filhos de pobres”, preferindo os “mais privilegiados da fortuna” as escolas e colégios particulares, em franco desenvolvimento entre as décadas de 1860 e 1890 (MARTINEZ, 1997, p.158).

Segundo a análise de Martinez (1997) aqueles com condições financeiras frequentariam as instituições particulares, enquanto nas escolas públicas os alunos eram em sua maioria de famílias desprovidas. Para o ano de 1879 não localizamos o quantitativo de matrículas nas escolas públicas e colégios particulares da Freguesia da Candelária, a ponto de corroborar com a descrição do delegado de instrução. Entretanto este indício auxilia a compreender a importância da iniciativa privada no desenvolvimento da instrução nas últimas décadas do Império do Brasil. Assim como a sua permanência na Freguesia da Candelária atendendo uma demanda educacional.

A Freguesia da Candelária, como observado no item anterior, possuía no ano de 1871, um quantitativo atendido pelas escolas públicas superior dos estabelecimentos privados, se diferenciando das demais regiões urbanas da Corte (SCHUELER, 2005). A mesma situação se repete, durante o período analisado, nos anos que foi possível averiguar o quantitativo de matrículas nos estabelecimentos primários privados.

Quadro 21 - Matrículas das instituições primárias privadas na Freguesia da Candelária 1870-1889

Matrículas das instituições primárias privadas na Freguesia da Candelária 1870-1889					
Anos: ¹⁵⁰	1871	1872	1873	1874	1877
Matrículas	73	235	110	126	17

Fonte: Relatórios do Ministério de Negócios do Império dos anos de 1870 a 1889. Quadro elaborado pela autora.

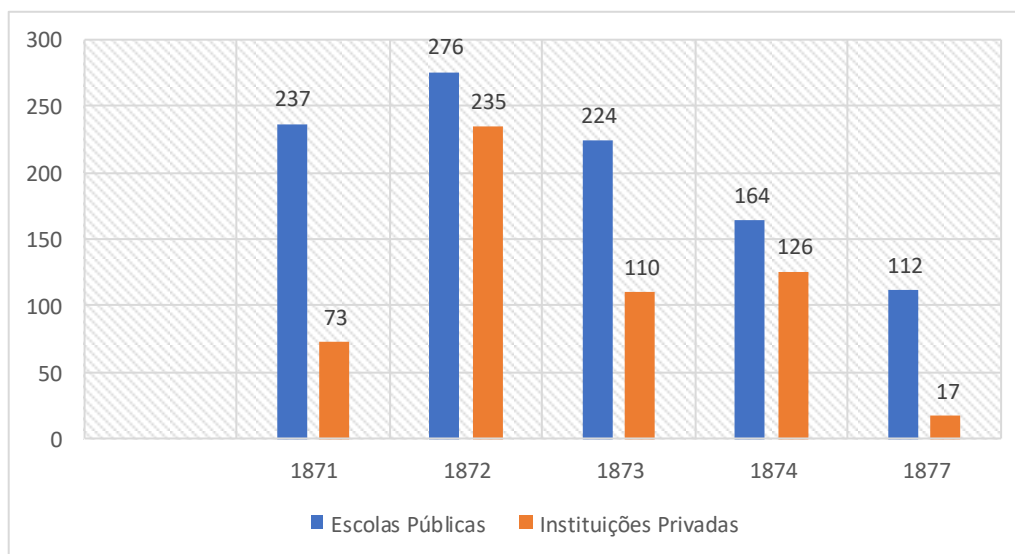
Observando o número de matrículas nas instituições privadas que ofereciam o ensino primário na Freguesia da Candelária percebemos que existe um pequeno quantitativo nos anos de 1871, e 1877 com um número maior que cem somente nos anos de 1872, 1873 e 1874, quando também existia maior número de estabelecimentos de ensino, sendo o ano de 1872 o grande quantitativo de matrículas apresentando o valor de 235 alunos.

Os anos de 1872 e 1874 são quando as matrículas das instituições públicas e privadas se assemelham, como mostra o gráfico 5. Mesmo assim, as escolas mantidas pelo governo imperial possuíam em 1872, 41 matrículas a mais que as instituições privadas. E em 1874, 38

¹⁵⁰ Foram considerados somente os anos onde existiam informações de matrículas divididas por freguesias.

matrículas públicas superiores às privadas. Apesar disto, o ano de 1872 foi o período em que a freguesia alcançou o maior número de matrículas na iniciativa privada e o ano de 1873 o maior número de estabelecimentos. Podemos perceber também que as maiores disparidades entre matrículas públicas e privadas ocorreram em 1871, quando as escolas públicas somavam 237 e as privadas 73, e em 1877 com 112 alunos nas escolas públicas e 17 nas instituições privadas.

Gráfico 5 - Comparativo de matrículas nas instituições de ensino primárias públicas e privadas na Freguesia da Candelária



Fonte: Relatórios do Ministério de Negócios do Império dos anos de 1870-1889. Gráfico elaborado pela autora

No final da década de 1870, em outros ofícios,¹⁵¹ o delegado da instrução da Freguesia da Candelária comunicava ao Inspetor geral razões que auxiliam a compreender a queda do número de estabelecimentos e matrículas por parte da iniciativa privada.

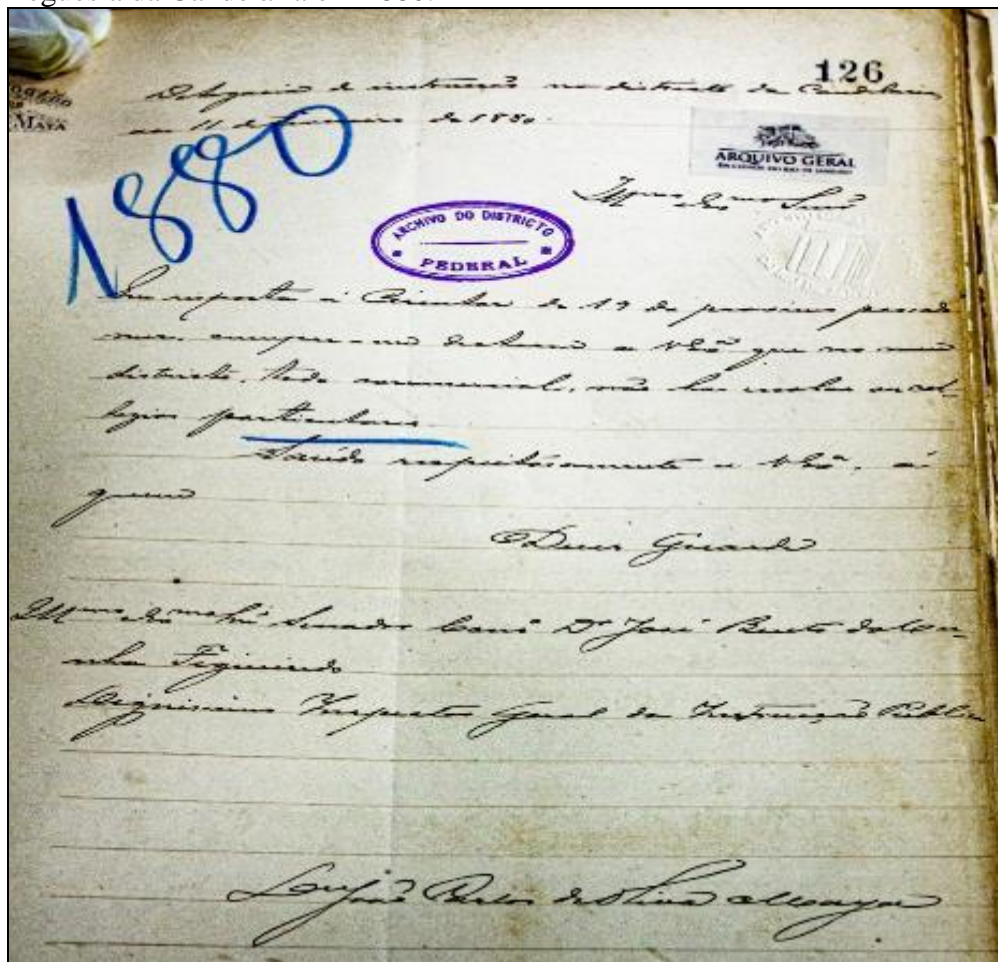
Em 17 de dezembro de 1877 o delegado de instrução informava que o professor Sampaio que tinha estabelecimento particular para meninos na Rua do Hospício nº 36 faleceu, e que o professor Braga, responsável pela instituição na Rua do Rosário, tinha mudado de residência, e que a única escola feminina, sob a direção de Madame Gross, estava fora dos limites da freguesia localizada na Rua dos Ourives. Talvez esta conjuntura seja a responsável para que no ano de 1877 encontrássemos nos relatórios do Ministro de Negócios do Império apenas 1 estabelecimento de ensino privado com 17 matrículas.

No ano de 1879, ao cumprir uma circular, o delegado informava que não havia na região instituições de ensino mantidas por irmãs ou associações religiosas. Por fim, em 11 de

¹⁵¹AGCRJ-Código 12.4.21

fevereiro de 1880, o delegado de instrução foi sucinto na sua declaração: “no meu distrito, todo comercial, não há escolas ou colégios particulares.” (p.126).

Imagem 29 - Informe da inexistência de escolas e colégios particulares na Freguesia da Candelária em 1880.¹⁵²



Fonte: AGCRJ-Códice 12.4.21, p.126. Foto elaborada pela autora.

Portanto a Freguesia da Candelária termina a década de 1870 sem nenhuma instituição de ensino mantida pela malha privada. Ainda é preciso destacar, mesmo não sendo nosso objeto de pesquisa, sobre o ensino secundário na Freguesia da Candelária, pois este também compõe o processo de escolarização ali desenvolvido nas últimas décadas do século XIX. O ensino secundário durante o Império não era obrigatório e não possuía vínculo de dependência vertical com a educação primária. Ou seja, não era preciso um “diploma” de nível primário para cursar o ensino secundário.

Com o ato adicional de 1834 o ensino secundário se dividia no oferecido na instituição oficial do governo, o Colégio Pedro, II que como vimos funcionava nos limites da Freguesia de Santa Rita e depois tem a modalidade internato transferida para São Cristóvão em 1888; os

¹⁵² Transcrição: “Em resposta à circular de 19 do próximo passado mês cumpri-me declarar a vossa senhoria que no meu distrito, todo comercial, não há escola ou colégios particulares.”.

liceus provinciais e o ensino secundário privado. O Colégio Pedro II era a instituição modelar, impondo as províncias o currículo a ser seguido. Os Liceus eram espécies de reunião de aulas isoladas, sobretudo, das disciplinas exigidas nos exames para ingresso no ensino superior. Ainda existiam aulas isoladas e cursos preparatórios com a finalidade de fornecerem os conhecimentos necessários para os alunos realizarem os exames de ingresso nos cursos superiores. Desta maneira, o ensino secundário no Império do Brasil tinha prestígios sociais, organização curricular, objetivos e atendiam a públicos diversos. (ZOTTI, 2005; GONDRA, SCHUELER, 2008).

Durante o recorte estudado foi possível verificar, em 1871, na Freguesia da Candelária a instrução secundária particular, oferecida no mesmo estabelecimento que a primária e destinada ao sexo feminino. O relatório do Ministro de Negócios do Império no ano de 1877 sinaliza a distribuição dos estabelecimentos de instrução secundária públicos e privados da Corte e o quantitativo de alunos frequentes.

Imagem 30 - Distribuição dos estabelecimentos de instrução secundária públicos e privados da Corte e o quantitativo de alunos frequentes em 1877

— 46 —

MAPPA N. 10

Mapa demonstrativo dos estabelecimentos públicos e particulares de instrução secundária em cada freguesia do Município da Corte e dos alunos que os frequentam.

FREGUESIAS	COLEGIOS E ESCOLAS PUBLICAS		COLEGIOS E ESCOLAS PARTICULARES		TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS PUBLICOS E PARTICULARES		ALUNOS QUE FREQUENTAM COLEGIOS E ESCOLAS PUBLICAS		ALUNOS QUE FREQUENTAM COLEGIOS E ESCOLAS PARTICULARES		TOTAL DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM COLEGIOS E ESCOLAS PUBLICAS E PARTICULARES	
	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino
Sacramento.....
S. José.....
Candelária.....
Santa Rita.....
Sant'Anna.....
Santo Antonio.....
Glória.....
Lagoa.....
Engenho Velho.....
S. Christóvão.....
Repilho Santo.....
Engenho Novo.....
Total	97	68	61	61	122	1.757	910	2.706	3.151			

Fonte: Relatório do Ministro de Negócios do Império, 1877.

De acordo com o documento na Freguesia da Candelária não havia em 1877 instituições de ensino secundário, assim como nas freguesias rurais que nem mesmo constam na relação do governo. Entretanto a Freguesia da Glória possuía 12 estabelecimentos somando um total de 315 alunos (21 meninos e 294 meninas) sendo em sua maioria meninas. A Freguesia do Engenho Novo consta com 2 estabelecimentos atendendo 8 meninas. Esta disposição auxilia a entender que o ensino secundário, mesmo na capital do país, ainda era constituído de ações rarefeitas, concentradas em algumas freguesias urbanas e oferecido, sobretudo, pela malha privada de ensino.

Os poucos registros históricos, encontrados em sua maioria nos ofícios dos delegados de instrução, sobre os estabelecimentos de ensino privado que ofertavam a instrução primária, cruzado com as informações obtidas nos Relatórios de Ministro de Negócios do Império, deram a perceber que a Freguesia da Candelária, tinha poucos estabelecimentos mantidos pela iniciativa privada e conseqüentemente baixa matrícula neste setor. A ação de subvencionar acontecia com força nas freguesias de fora e também acontecia de forma a auxiliar o ensino público nas freguesias urbanas. Na Candelária encontramos indícios de subvenção para escola destinada a meninos e outra que atendia meninas no ano de 1878.

Será que realmente só a baixa densidade populacional foi motivo para a pouca expansão da malha privada de ensino na Freguesia da Candelária nas últimas décadas do Império, se comparada outras freguesias urbanas próximas ao centro do poder como Santana, São José e Santa Rita? Se na própria análise dos homens de governo ela era uma região rica não deveria ter maior atendimento da malha privada em detrimento da frequência das escolas públicas e não o contrário ocorrer? Seria os altos valores de aluguéis o motivo? Falta de espaço para estabelecer as instituições privadas? Empecilhos ocasionados pelos representantes do poder naquela região, considerando aqui não somente o governo imperial, mas também a Irmandade do Santíssimo Sacramento? No momento permanecem as inquietações impulsionadoras para seguir em frente!

Com essas informações a respeito da ação da iniciativa privada no campo educacional na Freguesia da Candelária uma pergunta ainda inquieta com insistência. Qual foi o papel da religiosidade católica na região? Qual impacto educacional da presença da Irmandade do Santíssimo Sacramento na escolarização da freguesia? Foi atestado por ofício do delegado de instrução que instituições religiosas não mantinham escolas ou colégios na localidade em 1879. Entretanto, uma instituição religiosa com tamanha importância na freguesia passaria de maneira tímida ou silenciosa pelas relevantes discussões e ações educacionais daquele tempo? Desta maneira entenderemos, no próximo capítulo, um pouco sobre a Irmandade da Candelária, assim como, seus esforços empreendidos no processo de escolarização da Corte no fim do Império.

3 RELIGIOSIDADES E ESCOLARIZAÇÃO: A IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA

Neste terceiro capítulo pretendemos realizar uma breve análise sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, compreendendo que esta instituição produziu significativos impactos na conformação da própria localidade. Portanto, entender seu funcionamento e ações é também adentrar um pouco mais na própria região, e ignorar sua presença seria deixar passar despercebido um expoente significativo na divisão territorial, ordenação social, disseminação de saberes, práticas escolares e controle ideológico da Corte Imperial.

A Irmandade da Candelária contribuiu de modo ímpar para a configuração do espaço urbano e das sociabilidades locais. Era ela a responsável pelo fervor do sino que, segundo os escritos de Luís Edmundo, mais bateu e regeu as horas de Deus e dos homens na pitoresca cidade de badalos que era o Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis: “De todos sou o sino rei. Nenhum soou, jamais, nenhum, como eu soei. O sino rei de todos sou” (EDMUNDO, 2000). Sino que, sutilmente num verso popular da época, revelava a importância da associação leiga e a sua influência na cidade. Assim, ao lado dos jornais era o sino da Candelária que noticiava acontecimentos.

Para tanto, num primeiro momento fizemos uma revisão historiográfica sobre irmandades, a fim de compreender o que eram essas instituições e suas principais características. No segundo, analisamos a Irmandade da Candelária enquanto força política, financeira e ideológica da freguesia através da análise de seus registros e documentos. No terceiro momento, nos debruçamos sobre a atuação da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária no processo de escolarização da freguesia.

Acolhendo o discurso modernizante e progressista da época, em meio aos debates de mudanças no país, a Irmandade voltou suas ações para o campo educativo assumindo para si também a responsabilidade da difusão da instrução. Na década de 1880 empenhou esforços para a constituição do **Asylo da Infância Desvalida da Candelária** (inaugurado no principiar da República, em 1900). Analisaremos, portanto, o projeto de criação e o período de organização da instituição educativa. Por esse motivo, atentamos para as discussões, justificativas, negociações e posturas de constituição do Asylo tendo como fontes principais os relatórios dos provedores da Irmandade, as atas promulgadas pela Mesa Administrativa e o primeiro estatuto da instituição educativa.

Entendemos que, percorrer a conformação do Asylo da Irmandade contribui para o estudo do processo de escolarização da Corte imperial no que diz respeito a trazer para o

conhecimento ações e projetos da sociedade em prol da educação, como também auxiliam a compreender a força que a associação leiga dispunha ao ponto de propor a criação de estabelecimento para educar e instruir a infância desvalida. Transcorrer na análise sobre o processo de planejamento do Asylo da Candelária é contribuir para o estudo das instituições educativas na Corte Imperial, ainda pouco exploradas.

3.1 Irmandades religiosas: associativismo, devoção e caridade.

As irmandades possuem suas origens nas associações medievais onde a necessidade de defesa dos perigos da cidade, a escassez de alimento e a segurança em ter uma boa morte levavam os homens a se unirem em torno de um auxílio mútuo. Foram então as necessidades da classe pobre e trabalhadora no contexto de instabilidades da vida urbana que fez este tipo de associação proliferar nos anos de 1250 e 1500 (PEREIRA, 2015).

Este movimento não foi exclusivo da cidade, mas foram nas urbes europeias que tiveram importância significativa e foram definindo suas bases de acordo com a complexidade das relações sociais. Desta maneira, não se detiveram às organizações de pessoas de origem humilde e logo foram se tornando confrarias regidas pela identificação. As associações passaram a ser uma espécie de regra, e as pessoas se reuniam em torno de um ofício comum, pela posição social ou mesmo considerando a territorialidade. (PEREIRA, 2015). Essa característica da diferenciação ou o sentido de congregar com o semelhante se intensifica ao longo do tempo quando nos séculos marcados pela escravidão irão surgir confrarias apenas de negros e outras denominadas de Confrarias de pretos ou pardos, enquanto algumas se restringiam aos brancos de boa posição econômica¹⁵³.

Assim sendo, a exemplo das uniões clericais os fiéis comuns, reconhecidos pela igreja como leigos¹⁵⁴, passaram a se organizar em associações e a promover ações caritativas, socorrer os irmãos enfermos e organizar seus sepultamentos. Como também elegerem um santo de devoção como padroeiro, a fim de obterem a proteção divina. (PEREIRA, 2015).

¹⁵³ Para citar alguns exemplos recentes temos as dissertações de mestrado de Márcia Souza (2017) que reflete sobre uma irmandade de pardos na Bahia imperial, de Siéllysson da Silva (2009) que analisa sobre as diferenças étnicas nas irmandades durante o século XIX, de Auricléa Pereira (2015) sobre uma irmandade de pretos em Fortaleza entre 1840 e 2012, e a tese de Monalisa Oliveira (2016) sobre as irmandades do Santíssimo Sacramento de Pilar do Ouro Preto setecentista. E não podemos esquecer os clássicos trabalhos de Julita Scarano (1976) e Marcelo Marc Cord (2005).

¹⁵⁴ Segundo o Catecismo da Igreja Católica §897 “Sob o nome de leigos entendem-se aqui todos os cristãos, exceto os membros das Sagradas Ordens ou do estado religioso reconhecido na Igreja, isto é, os fiéis que, incorporados a Cristo pelo Batismo, constituídos em Povo de Deus e a seu modo feitos participantes da função sacerdotal, profética e régia de Cristo, exercem, em seu âmbito, a missão de todo o Povo cristão na Igreja e no mundo”. (CIC, 2000, p.257.)

Dito isto, podemos observar que as irmandades passaram a possuir três características gerais: o associativismo (uma organização de pessoas comungando de mesmos valores e obedecendo a regras impostas em prol de uma fraternidade), a caridade com o próximo e a devoção a um santo padroeiro.

Em Portugal, apesar de existirem, juntamente com as ordens terceiras, desde o século X e XI tiveram seu apogeu no século XIV. Segundo Boschi (1986), a complexidade da vida lusitana impulsionou as associações a se vincularem com o exercício de algumas profissões. As chamadas Irmandades de Ofícios foram as responsáveis pelos primeiros hospitais do país. O governo português entendeu que deveria criar mecanismos para controlar a ação das irmandades submetendo-as a gerência do Credo Católico e ao poder civil, desta forma estas associações passaram a necessitar da aprovação da Mesa de Consciência e Ordens¹⁵⁵ para existir. A criação das Irmandades da Misericórdia em 1498 e posteriormente seus serviços hospitalares através das Santas Casas de Misericórdia são exemplos de como Portugal buscou intervir no poder das irmandades e remodelar a rede de serviços assistências oferecidos à população.

Com essa política do governo português as irmandades passaram a ser entendidas como auxiliares para a edificação do país (BOSCHI, 1986). E se multiplicaram seja como resultado da ação do governo e da Igreja que as incentivava, mas controlava, ou concomitantemente por ser entendida como um local privilegiado onde a classe popular podia se expressar socialmente, apesar da gerencia exercida sobre elas.

A relação da Coroa Portuguesa com o Papado foi regida por muito tempo pelo instituto do Padroado e o Beneplácito Régio. Consistia em uma forma de compromisso entre a Igreja Católica e o governo exercido e ratificado por volta de 1740 por bula papal, promulgada por Benedito XIV. A Coroa nomeava os bispos da metrópole e das colônias, assim como os preladados, selecionando aqueles que receberiam os benefícios eclesiásticos, também autorizava todos os documentos papais para que fossem ou não válidos no país. Em contrapartida, a Igreja Católica tinha como religião oficial uma suposta garantia da redução dos infiéis, além da autenticação e não contestação de todos os textos por ela expedidos. Em meio a essas negociações estava também o direito do Estado a tributar os dízimos eclesiásticos e providenciar destinação, por meio da Bula Inter Coetera de 1456 (BOSCHI, 1986).

¹⁵⁵ Instituída por João III em 1532 consistia num suporte governamental para a resolução de questões jurídicas e administrativas. Em 1608 foi dado a esse órgão a competência e jurisdição a todos os serviços espirituais e temporais dentro do reino e nas colônias conquistadas. Desta maneira passou também a gerir, aprovar e impedir as ações das irmandades. No Brasil a Mesa de Consciência e Ordens funcionou até 1828 quando a administração das irmandades passou a cargo do Ministério da Justiça e por fim em 1861 a competência sobre as associações leigas passou para Ministério dos Negócios do Império (SOUZA, 2017).

Desta maneira, o Estado e Igreja eram aliados. Enquanto o primeiro, para compor a unidade política, se beneficiava da proteção do clero e da unidade religiosa, a segunda instituição se beneficiava de ser agregada à conjuntura administrativa do governo e subvencionada por ele (BOSCHI, 1986). O instituto do Padroado orientou a vida religiosa e de certa forma política nas colônias portuguesas, tendo sido praticado no Brasil até o fim o Império.

A obra de conversão da Igreja Católica utilizava não somente da oratória dos sermões ou músicas, mas como demonstra Neves (1978), a cristandade, desde o início da ação jesuítica “laicizava” seus ritos provocando maior envolvimento do povo. Utilizava da dramatização teatral, apropriava-se de eventos de origem pagã e valorizava festas e cortejos que atraíam multidões. O ideal era “transportar as pessoas pelas rotas da representação à Cena Sagrada” (NEVES, 1978, p.39).

As irmandades que se constituíram no Brasil foram grandes propagadoras da fé católica entre os mais pobres e no interior do país. Podendo, estas associações, serem consideradas agentes complementares da ação dos clérigos. No momento em que disseminavam a devoção católica, a unidade política e cultural essenciais para a colonização, também eram fortalecidas (BOSCHI, 1986).

A preocupação do catolicismo propagado pelas associações leigas estava no materialismo, seja garantindo financeiramente o culto ou a materialidade expressa nos ritos devocionais que constavam na preocupação das vestimentas, ornamentação dos altares e condução das procissões. A vida religiosa, e em grande parte social da Colônia e em anos do Império, se resumia pelos atos devocionais das irmandades (AMORIM, 2016). As práticas de devoção não tinham muita diferenciação da vida social que acontecia em torno dos templos. Havia uma linha tênue que dividia o sagrado do profano. Em uma sociedade de aparência onde a ostentação e as pompas eram os pilares da vida social da municipalidade, ter o status de irmão, mesmo que não fosse tão religioso, era uma marca social, significava atender os preceitos divinos e ser benevolente (SILVA, 2009).

A forma de catolicismo marcado pelos cultos extravagantes também era fundamental no sentido de agregação. A complexidade da exteriorização também era uma maneira de organização coletiva. As pessoas se reuniam para se apropriar daquilo que era imposto: a devoção por um santo, os cultos e sacramentos. E unia ao que era de costume como a caridade e a rituais específicos relacionados, sobretudo, a sua experiência cultural (AMORIM, 2016). Neste sentido, compreendemos que as irmandades se constituíam em espaços de socialização e trocas culturais, funcionando como agentes de integração social (SILVA, 2009). No ambiente das irmandades acontecia uma ligação entre as pessoas que, seguindo os

compromissos e estatutos, zelavam por essa união fraternal. “Na confraria, o compromisso com o “irmão” era uma missão para a vida inteira e para depois dela.” (SILVA, 2009, p.28).

A igreja propunha algumas associações relacionadas a ordens religiosas já existentes. Em particular irmandades referentes aos dominicanos, franciscanos e carmelitas. As classes abastadas, elite política e/ou social, geralmente branca, se organizavam em torno do culto do Santíssimo Sacramento¹⁵⁶, enquanto as associações de negros¹⁵⁷ possuíam também seus santos representativos. Pereira (2015) relata que geralmente:

(...) os brancos se congregavam nas confrarias do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição e Almas; os comerciantes ricos e funcionários da Coroa estavam inseridos nas Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo; os pardos, por sua vez, estavam quase sempre congregados na Irmandade de São Gonçalo Garcia; já os pretos forros e cativos congregavam as irmandades de Santa Ifigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, sendo esta a mais numerosa entre aquelas compostas por negros em todo o Brasil nos espaços urbanos. (PEREIRA, 2015, p. 36)

Desta forma podemos notar que as pessoas congregavam em associações considerando as semelhanças da posição social ocupada, logo, fazendo a devoção a um santo a representatividade da distinção. Dificilmente encontraríamos um branco na irmandade dedicada a São Bendito, como os negros por muitos anos não eram permitidos nas irmandades devotas ao Santíssimo Sacramento.

As irmandades no Brasil colônia e ao longo do Império, exerceram importante função social e política, pois tinham a assistência como sua função principal. Ao mesmo tempo, para a Igreja era vantajosa à existência das mesmas, visto que obtinha o financiamento do culto, construções dos templos e a promoção da devoção e do credo católico entre a sociedade. Boschi (1986) salienta que o Estado foi favorecido por não precisar investir o dízimo eclesiástico em função da Igreja, já que as confrarias financiavam a propagação da fé.

Ao longo da história do Brasil, as irmandades se difundiram pelas vilas, arraiais e depois municipalidades da coroa. Os lugares onde suas presenças foram mais expressivas são justamente os lugares onde hoje se concentram as maiores investigações do tema como Minas Gerais, estados do Nordeste, especialmente, Recife e Bahia, como também na região norte

¹⁵⁶ As irmandades do Santíssimo Sacramento surgiram entre os séculos XII e XIV, sobretudo, após o Concílio de Trento que ratificou a importância da Eucaristia, por meio das exposições do Santíssimo para adoração feita pelos fiéis, da festa de Corpus Christi e procissão do Viático. As irmandades do Santíssimo Sacramento ganharam maior projeção sendo responsáveis pela defesa da fé católica por meio da devoção ao sacramento mais importante da religião. (NOGUEIRA, 2006)

¹⁵⁷ Para a Igreja e o Estado, que disputavam o controle e a gerência sobre as irmandades, permitir e estimular a criação de confrarias de pessoas de cor era a maneira mais eficaz de enquadrar aquelas pessoas nos padrões culturais que deviam ser seguidos, o do homem branco cristão. Por outro lado, as irmandades configuravam uma força social tão grande, para os negros, por exemplo, que além de representarem uma maneira aceita socialmente de lembrar seus costumes e expressar suas manifestações culturais, significava mobilidade e inserção social (AMORIM, 2016).

principalmente em Belém¹⁵⁸. Mas o Rio de Janeiro também possui a sua história costurada por muitas dessas associações. A maioria das igrejas, hoje históricas, localizadas no eixo central da cidade é resultado do empenho de alguma irmandade ou abrigaram em seus altares laterais muitas outras. E, inscrita no conjunto dessa ampla história, está a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que abordaremos a seguir.

3.2 Devoção e poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária

A história dessa irmandade está entrelaçada à fundação da Igreja de Nossa Senhora da Candelária e à configuração da freguesia urbana onde as mesmas se localizam. Considerando a perda ocasionada pela destruição de alguns documentos em razão do tempo e de problemas de conservação, o primeiro registro histórico da Irmandade da Candelária tem datação entre os anos de 1756 e 1757. O próprio próêmio dá indícios que existiu compromisso anterior, sendo o do ano setecentos resultado de novas resoluções.

Um dos grandes inimigos que as humanas coisas tem é o tempo, consumidor e tragador delas, pois as que perdoa deixa tão desfiguradas que é preciso talvez reformarem-se de novo para se conhecerem; isto se verifica nas leis, estatutos e resoluções, que parecendo ajustadas e conforme à boa razão, o tempo as transforma de sorte que é necessário fazer novas leis, reformando as antigas, já alterando, já acrescentando, já finalmente revogando; pois o que no tempo passado parecia conveniente, vem a ser no presente nocivo e como tal digno de remédio [...] a respeito das suas leis se vê nesta Irmandade verificada, pois estabelecendo -as ela em um **Compromisso feito no ano de 1699**, foi preciso que houvesse novas resoluções, que a Mesa com as juntas fizeram e se acham algumas lançadas no livro dos Acórdãos, e outras que se achavam lançadas em outro livro que serviu desde a criação do mesmo Compromisso até o dito ano de 1744, em que desapareceu, que por serem tão dispersas, como em diferentes tempos tomadas e não se saber delas, se acham por ocultas desprezadas, que apenas por estilo se observam algumas: vendo-se, pois, em Mesa do presente ano que o tempo como vencedor ia já abusando destas disposições de leis, pelo esquecimento quase sepultadas, e a obrigação que havia de se proverem de remédios, se determinou se ajuntasse em um só volume, o que se acha disperso em muitos e que por estilo se observa, para que o publicando-o pela

¹⁵⁸ Boschi (1986), com a sua referencial investigação sobre as irmandades leigas em Minas Gerais, relata que entender esses organismos durante o século XVIII é compreender o processo histórico de construção da região, já que essas confrarias extrapolaram as suas funções espirituais e foram responsáveis pelas próprias diretrizes sociais da vida mineira. Precederam cronologicamente a ação do poder administrativo e da própria Igreja. Eram fundadas sem quase nenhuma limitação partindo da devoção e da vontade do povo de congregar. A coroa portuguesa tinha proibido o estabelecimento do clero nas áreas de mineração, então, eram as irmandades responsáveis por todas as práticas religiosas inclusive a construção de templos. Logo também foram incentivadas pelo governo, até mesmo financeiramente, devido à assistência social que prestavam a população, além de edificarem padrões de comportamento e ordem (Silva, 2009). Já em relação à Bahia, conforme demonstra Amorim (2016) e Souza (2017), a religiosidade foi expressiva durante o período colonial e imperial deixando como rastro as inúmeras construções arquitetônicas dedicadas a diversos santos, as quais entrelaçam suas histórias com as irmandades de negros e pardos da região que tiveram, sobretudo, grande atuação política. Em Recife, conforme nos relata Marcelo Mac Cord (2005), a concentração de irmandades foi tão intensa que estas lutavam por espaço físico.

Mesa tenham os irmãos dela aqui em diante notícia de tudo o que até agora a Irmandade tem determinado por Acórdãos em observância da declaração, reformação, ou acrescentamento do Compromisso para poderem votar nas matérias que ocorrerem, conformando-se com ele; e além do que já tem vigor de Compromisso pelos Acórdãos da Irmandade, e estilo, pareceu conveniente acrescentar algumas coisas que as experiências tem mostrado úteis e necessárias para bom governo da Irmandade; o que se comunicou com muitos irmão antigos assim no zelo, como no serviço dela, e ultimamente no da Mesa e Junta determinada para este efeito, foi ordenado, se reduzisse tudo a este volume, que seja para maior honra e serviço de Deus. (Compromisso da ISSSC, 1756-1757, sem paginação-grifo nosso-).

Desta maneira o Compromisso datado entre os anos de 1756 e 1757 era uma maneira de registrar e atualizar normas firmadas na associação. O Compromisso é o regulamento *mor* de uma irmandade, onde ela propõe seus objetivos e modo de funcionamento, além de ser por meio de sua aprovação que a confraria recebia a legalidade para exercer suas atividades. Neste documento estava a descrição dos cargos, as atribuições e as medidas necessárias para a admissão dos irmãos, o modo de eleição da Mesa administrativa, os valores das contribuições, cronograma e organização das festividades, a realização dos ofícios divinos, as normas de ajuda mútua, as obrigações com os irmãos associados e etc. Em suma era um ritual de regras (PONTES, 2008; AMORIM, 2016).

Estes documentos normatizavam as ações tanto em nível coletivo como no individual dentro da confraria. Ao mesmo tempo, descreviam os limites e objetivos do grupo definindo as relações de interdependência, delineava os comportamentos de cada indivíduo em particular (BOSCHI, 1986). A análise dos compromissos das irmandades pode se revelar um rico exame não somente dessas organizações religiosas em si, mas de toda a conjuntura da localidade onde estavam inseridas apresentando, por exemplo, traços da organização social e econômica (OLIVEIRA, 2016).

Os compromissos das irmandades seguiam uma espécie de padrão muitas vezes com inspiração das confrarias europeias, assim como os desenhos e caligrafias sofriam influência de impressos e manuais estrangeiros (COSTA, 2016). O compromisso da ISSSC, segundo Pinheiro (1930), foi modelado a exemplo do mesmo documento da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência¹⁵⁹. Antes de adentrar ao seu conteúdo é importante, como nos alerta Chartier (1996), considerar a materialidade do impresso que está impregnada pelo modo de sua produção.

Consultamos a versão original deste Compromisso de 1756-1757, preservado no arquivo da Irmandade, cuja restauração mais recente ocorreu entre os anos de 2015 e 2016. Os regimentos das Irmandades em sua estrutura física guardavam certa semelhança, por exemplo,

¹⁵⁹ Não podemos afirmar com bases históricas se a referência é a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência instituída na cidade do Rio de Janeiro em 1619 e hoje sediada no bairro da Tijuca com obras sociais de assistência à saúde e na área educacional.

o uso das iniciais dos parágrafos desenhadas era algo comum. Entretanto, o tipo e quantidade dos desenhos e os materiais utilizados diferenciavam o poder financeiro e habilidade técnica das irmandades ao comporem seus regimentos (COSTA, 2016).

O documento da Irmandade da Candelária contém cerca de trinta e sete páginas, numeradas na parte frontal superior, excetuando-se algumas como o proêmio e a folha de rosto, que não possuem paginação. Observemos na imagem a seguir, a primeira página do Compromisso, que possuiu uma ilustração detalhada:

Imagem 31 - Página inicial do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária 1756-1757



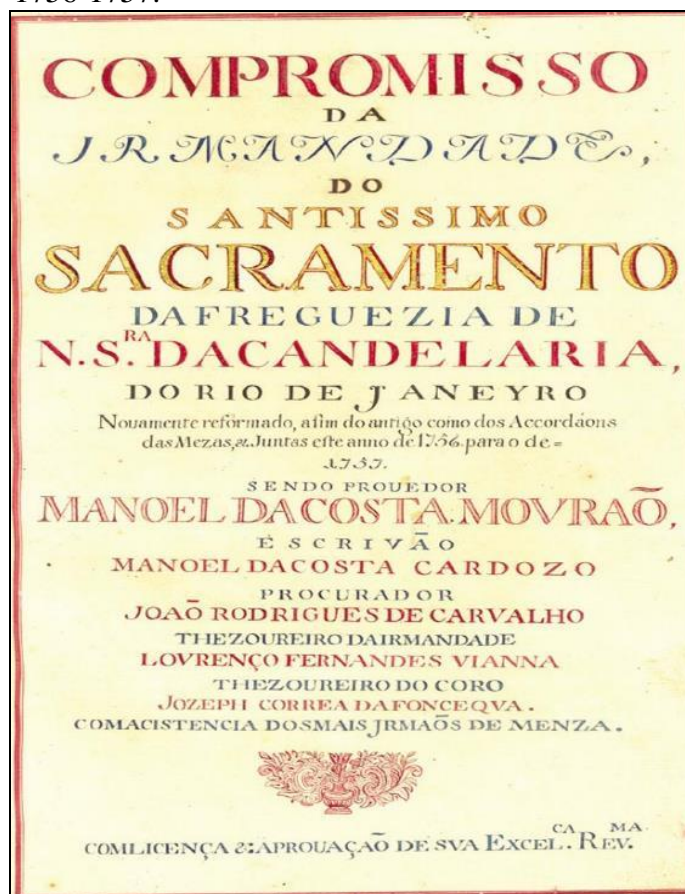
Fonte: Site Irmandade da Candelária

Os detalhes do desenho fazem referência a símbolos cristãos como o trigo, a uva, o cálice, a hóstia e as pombas ardentes em chamas. Entretanto, o que chama atenção é a maneira que os adornos são feitos e as cores utilizadas. É um desenho que ocupa toda a folha, recorrendo basicamente à pigmentação vermelha, azul e dourado. Segundo Costa (2016), desde a alta idade média até os setecentos, as ilustrações que utilizavam a pigmentação

vermelha eram sinônimos de decorações de alta qualidade e alto custo também. A pigmentação vermelha era obtida através do mínio ou almagre que possuía, por volta de 1756, a casa arroba no valor de 300 réis nos registros da Casa da Índia. Mas também podia ser obtida através do pau-brasil ou carmim. A cor dourada era resultante geralmente do ouro seja em pó, folha ou tinta, ou possuía o brilho do latão decorrente de aplicação de técnicas específicas, portanto, era empregada somente em manuscritos de valor. Já o azul era tecnicamente uma cor mais fria, contudo acompanhado do dourado possuía uma simbologia profunda, significavam o caminho para o céu.

A segunda página do Compromisso da ISSSC utilizava a cor vermelha, azul e dourado, e também maneiras distintas de produção da escrita:

Imagem 32 - Segunda página do Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária 1756-1757.



Fonte: Site da Irmandade da Candelária

Podemos perceber que esta segunda página do compromisso da Irmandade da Candelária era composta por técnicas diferentes de escrita de forma a destacar informações importantes. As letras de tamanho maior e cor vermelha nomeavam o documento e destacavam o nome da irmandade, enquanto as letras douradas e em segundo plano elucidavam o valor do sacramento eucarístico, em letras menores e em tons mais fracos

estavam os nomes dos que ocupavam os cargos da Mesa administrativa e a informação da aprovação real. Diferentes eram as técnicas de caligrafia e diversos os materiais utilizados pelas pessoas que possuíam o conhecimento do desenho. Havia, naquela época, toda uma organização requerida para se obter a caligrafia perfeita.¹⁶⁰ (COSTA, 2016).

Visto isso, as cores bases utilizadas nos desenhos do Compromisso da Irmandade da Candelária representavam uma qualidade técnica, carestia para se obtê-las e se alinhavam simbolicamente com aquilo que a confraria tentava ser, isto é, uma via segura para a vida celestial após a morte. Presumimos que não poderiam ser pessoas comuns a compor artisticamente o Compromisso da ISSSC e que a mesma precisou dispensar altos custos para pagar os habilidosos artistas. Sem desconsiderar a possibilidade de terem recebido gratuitamente a confecção desses materiais.

Fato é que decorar 20 capítulos e um desenho com proporção de uma folha inteira utilizando diversas técnicas e cores não consistia na realidade de todas as irmandades. Essa materialidade pode indicar como a ISSSC pretendia ser uma confraria diferenciada e que a mesma possuía um poder aquisitivo significativo.

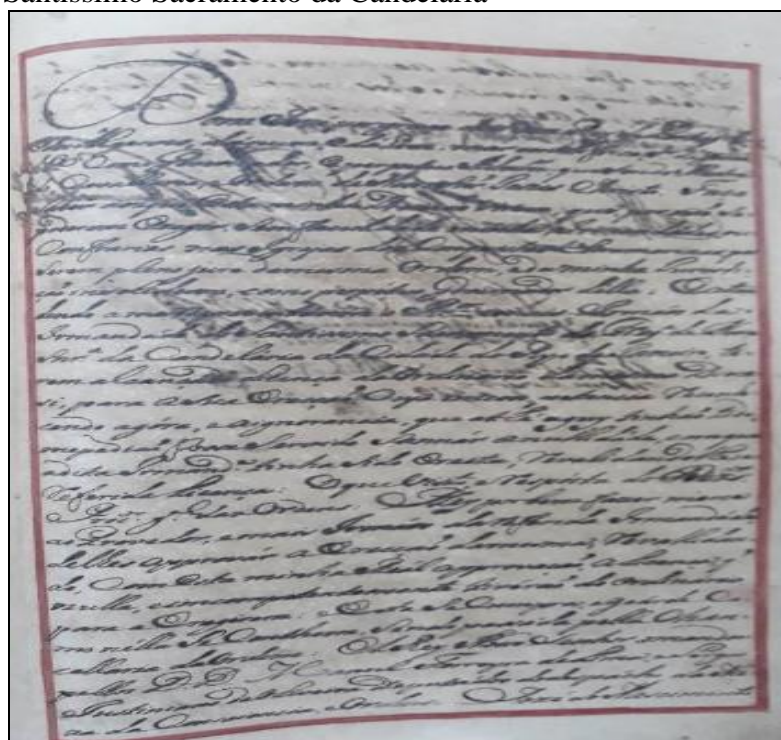
Como podemos observar este não foi o primeiro compromisso da ISSSC, mas sim o primeiro cronologicamente que pode ser analisado. Segundo Pinheiro (1930) a Irmandade da Candelária foi instituída em 1634, mas somente gozou de licença para atuação em 1699, data que, provavelmente, um dos primeiros compromissos foi formulado. A aprovação régia ocorreu somente em 1766, com a revalidação deste compromisso aqui exposto (datado de 1756-1757). O termo de aceitação e o preenchimento de todas as formalidades legais para a instituição da Irmandade foi lavrado em 4 de junho de 1768. Os sessenta e cinco anos de existência na ilegalidade era algo comum à época. Segundo Boschi (1986), a elaboração do Compromisso não guardava a mesma data de organização ou surgimento da irmandade. A data do compromisso corresponde aquela na qual a confraria tem sua existência confirmada¹⁶¹ pelo poder real.

¹⁶⁰ Os miniaturistas ou iluminadores seguiam recomendações expressas por letra fina nas margens das folhas, para que com seus aparatos, traçassem as ilustrações e as colorissem. O lápis de chumbo era muito utilizado, sobretudo, para fazer os traçados antes da decoração e possuía nos setecentos um valor aproximado de 100 réis segundo a Casa da Índia. A carestia dos materiais importados e muitas vezes a sua escassez fez circular no Brasil Colônia livros de receitas para obter as pigmentações necessárias e a preparação dos materiais. Contudo as receitas geralmente não eram fáceis de preparar e os materiais, quando não comprados, eram resultado de expedições minuciosas de coleta e exame de produtos naturais (COSTA, 2016).

¹⁶¹ Vale ressaltar que o Compromisso somente chancelava o fato de já existir a irmandade e, portanto, sua inexistência ou reprovação não interfere na essência dos indivíduos se associarem. Boschi (1986) utilizando estas prerrogativas distingue as irmandades de devoção das irmandades de obrigação. As irmandades de devoção eram as uniões de fiéis fundamentalmente pela devoção a um santo, sem normas e regulamentos, consequentemente desapareciam com facilidade e não deixavam muitas das vezes vestígios históricos de sua existência. As irmandades de obrigação, onde se enquadra a ISSSC, eram associações regidas por estatutos, deliberadas por um conjunto de membros, organizadas e desenvolvidas, e com isso necessitavam seguir as normas governamentais.

O Rio de Janeiro Colonial só foi transformado em Sé em 1686, antes disso ainda havia certa dependência em relação à autoridade diocesana, com sede na Bahia (NOGUEIRA, 2006). Desta maneira, a Irmandade da Candelária foi fundada apenas com a licença do prelado que, neste quesito, era inválida, já que as leis portuguesas não permitiam instituir irmandades nas terras ultramarinas sem aprovação régia (PINHEIRO, 1930). No compromisso da ISSSC de 1756-1757 encontramos anexado às últimas páginas a confirmação real, conforme imagem 33, que faz menção a nulidade com que a irmandade tinha sido fundada anteriormente.

Imagem 33 - Aprovação real de instituição da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária¹⁶²



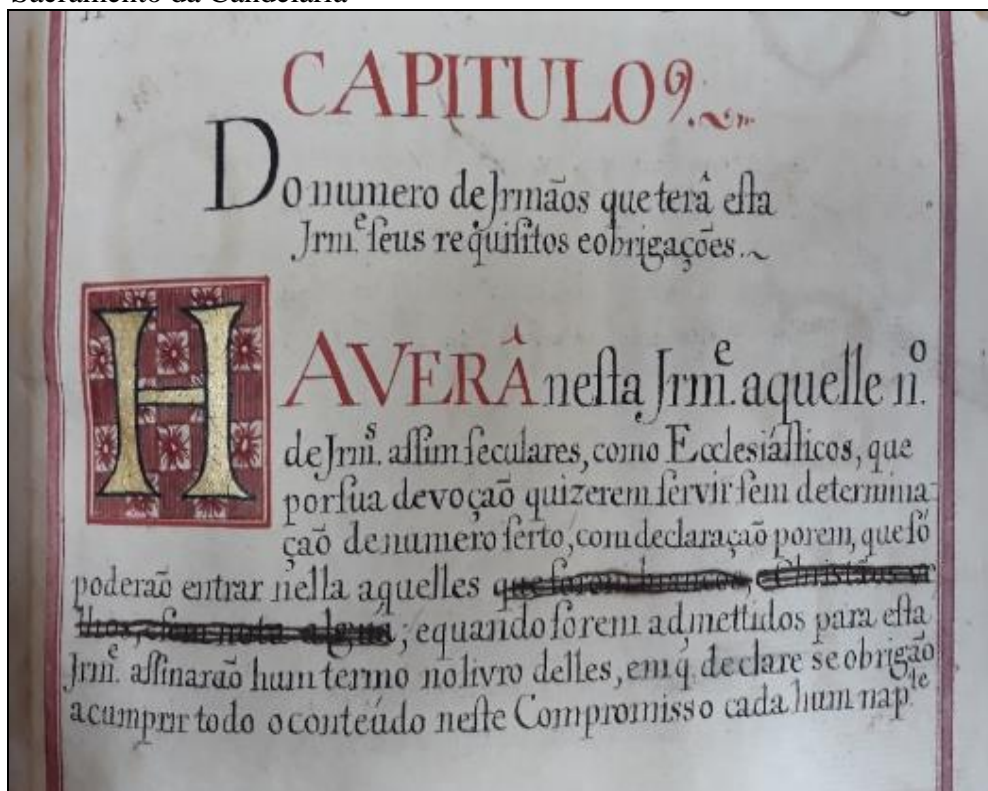
Fonte: Arquivo F.B. Marques Pinheiro da ISSSC. Compromisso da Irmandade da Candelária, 1756-1757, sem paginação. Foto elaborada pela autora.

¹⁶² Transcrição: “Dom José, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, da quem e além mar, em África e Senhor de Guiné. E como governador e perpetuo administrador do Alastrado, Cavalaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, faço saber aos que vivem esta minha provisão de não se poderem erigir sem facultades minha, irmandade ou confrarias nas igrejas das conquistas ultramarinas por ser pleno júri da mesma ordem e da minha jurisdição insolúvel como perpétuo governador dela. Entendendo ao se prestarem o provedor e mais irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária da Cidade do Rio de Janeiro terem alcançado licença do ordinário da mesma diocese para a sua ereção cuja incompetência reconhecendo agora a ignorância que até aqui tinham tido impedido fosse servido sanar a nulidade com que dita irmandade tinha sido ereta revalidando a referida licença. O que o visto a resposta do senhor provedor das Ordens ei por bem fazer a mercê do provedor e mais irmãos da referida irmandade deles aprovar a ereção da mesma revalidando com esta minha real aprovação a licença que nula e incompetentemente livrão do ordinário a regerem. Esta se cumpra agora e o que tudo nela se contem sendo passada pela chancelaria das Ordens. El rei de nosso senhor a mando pelos Dom Manuel Ferraz de Lima Sérgio, Justiniano de Oliveira Furtado, do despacho da Mesa de Consciência e Ordens José de Pereira Alves de Lisboa. Ao 15 de novembro de mil setecentos e sessenta e seis.” (Compromisso da ISSSC, 1756-1757, sem paginação)

Como é possível verificar era o próprio rei que autorizava a fundação e funcionamento das irmandades e a chancelaria ocorria pela Mesa de Consciência e Ordens, representando assim, o controle que a figura de governo tinha sobre este tipo de associação religiosa.

O compromisso, geralmente depois de avaliado, era devolvido para sofrer alterações que o órgão julgasse necessário para a adequação aos padrões. (BOSCHI, 1986). No documento da Irmandade da Candelária é possível ver algumas rasuras que podem indicar censuras provenientes da avaliação da Mesa de Consciência e Ordens. Por exemplo, como se observa na imagem 34, o tachado acima da frase que estabelece como uns dos critérios de admissão dos irmãos na Irmandade da Candelária ser brancos, cristãos velhos, seguida de alguma outra atribuição que se torna ilegível a leitura.

Imagem 34 - Rasuras no Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária



Fonte: Arquivo F.B. Marques Pinheiro da ISSSC. Compromisso da Irmandade da Candelária, 1756-1757, página 20. Foto elaborada pela autora.

Não podemos afirmar que estas emendas ocorreram após a aprovação real e/ou foram identificadas pela Mesa de Consciência e Ordens, mas é interessante notar que tais modificações tornavam a Irmandade da Candelária mais acessível.

Entre os atributos para a admissão dos irmãos à Irmandade da Candelária, constava uma joia ou esmola, que era a espécie de pagamento realizado no ato de assinatura do livro de admissão. Segundo o Compromisso do ano de 1756-1757, tinha o custo de 1\$280 e um valor

assemelhado pago anualmente, garantindo a permanência nos quadros da confraria. Este valor foi sendo atualizado conforme as reformas sofridas nos Compromissos posteriores¹⁶³. No documento seguinte, datado de 1881, não há valor informado, somente o friso da necessidade imprescindível do pagamento da entrada e das taxas anuais para permanência na congregação. O Compromisso para o ano de 1923 firmava a taxa de admissão para maiores de 12 anos no valor de 300\$000 e, para os abaixo dessa idade, 200\$000.

Já quando os irmãos queriam alcançar alguma graduação ou titularidade¹⁶⁴, deviam contribuir com outras taxas estipuladas. No que se refere ao ano de 1881, Pinheiro (1930) assinala que:

Os donativos estão taxados pela resolução da Mesa Administrativa aprovada na sessão de 12 de julho de 1881 e sancionada pelo Capítulo, em 16 de março do mesmo mês, determinando que seja de 2:000\$000, para o título de benfeitor, e de 4:000\$000 para o de benemérito (PINHEIRO, 1930, p.57) .

Ou seja, para se obter uma diferenciação entre os demais irmãos da associação, e quem sabe acarretar algum prestígio social na vida da Corte, era preciso dispensar volumosas quantias.

A contribuição monetária diferenciava também a ocupação dos irmãos na Mesa administrativa. A Irmandade da Candelária como outras confrarias possuía uma organização hierárquica bem estruturada. Pinheiro (1930) relata que, segundo fragmentos do livro de eleições de 1686, a administração era composta por provedor, escrivão, tesoureiro e doze ou dezesseis definidores, também chamados de irmãos de Mesa ou mesários.

Em 1877 foi criado o cargo de vice-provedor, enquanto em 1881 foi extinto o cargo de escrivão e criado o de secretário. Além disto, “instituíram-se também dignidades para as irmãs, de provedora, vice-provedora, esmoler e zeladora, equiparando-as, pelo art.163 dos mesmos estatutos, aos cargos de provedor, vice-provedor, tesoureiro e definidor” (PINHEIRO, 1930, p.37). Apesar delas não conduzirem propriamente as resoluções administrativas, as mulheres possuíam importante papel na manutenção da espiritualidade,

¹⁶³ O primeiro Compromisso da ISSSC que se possui registro histórico é datado entre os anos de 1756 e 1757. Ao longo dos anos o dito compromisso sofreu alterações, correções e emendas, as quais não alteravam os objetivos espirituais da instituição, mas alinhavam as suas ações com as demandas e leis em vigor. Pinheiro (1930) informa que nos anos de 1877, 1884 e 1892 foram firmados outros compromissos, os quais não há mais registro histórico. Ainda se encontram disponíveis para consulta no acervo da Irmandade da Candelária os Compromissos de 1881, 1923 e as diversas reformulações seguintes. A última atualização do documento ocorreu em 2016.

¹⁶⁴ Graduações consistiam na mudança do lugar ocupado dentro do quadro de irmãos. Tal reposicionamento ocorria depois de 3 anos de bons serviços onde, por exemplo, um irmão comum poderia ocupar o cargo de definidor, ou ainda o provedor se tornar provedor jubilado. Esta demonstração de reconhecimento também poderia ser ofertada de forma gratuita e acima de tudo conferia regalias para os beneficiados. Os títulos de benfeitores e beneméritos eram concedidos a pessoas, não necessariamente irmãos, que concorressem com os donativos estipulados ou serviços importantes. (PINHEIRO, 1930)

das ações sociais e das redes de sociabilidades da Irmandade. Observemos no quadro 22 os valores de contribuição dos membros oficiais da Irmandade, conforme estipulado nos Compromissos.

Quadro 22 - Valor de contribuição para os cargos oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária de acordo com o estipulado nos compromissos.

Valor de contribuição para os cargos oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária			
	Compromisso 1756-1757	Compromisso 1881	Compromisso 1923
Provedor	200\$000	300\$000	400\$000
Vice Provedor	Cargo inexistente	250\$000	300\$000
Escrivão	100\$000	Cargo extinto	Cargo extinto
Secretário	Cargo inexistente	200\$000	250\$000
Tesoureiro	Isto de contribuição	150\$000	250\$000
Procurador	50\$000	150\$000	250\$000
Irmãos de Mesa/Definidores	25\$000	300\$00	200\$000

Fonte: Compromissos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária anos 1756-1757, 1881 e 1923. Quadro elaborado pela autora.

Podemos notar a existência de 7 diferentes cargos ou posições possíveis de serem ocupadas no interior da associação e que valores correspondentes aos mesmos foram sempre reajustados para mais, ao longo do tempo. Em uma tentativa de compreender o que significavam esses valores podemos observar o custo de alguns itens na Corte durante o período dos compromissos da Irmandade. Segundo Limeira (2010), a família em 1870 que desejasse matricular sua filha no modo de internato no Collegio de Botafogo para meninas teria um custo anual de 540\$000, fora as despesas adicionais de aulas e serviços extras. Segundo o decreto 6.479 de 1877 um professor catedrático de escola primária localizada em freguesia urbana recebia o salário de 1:200\$000.¹⁶⁵ Por fim, no período do último compromisso da Irmandade, 1923, observamos a oferta de uma casa para aluguel onde era negociável os valores entre 250\$000 a 350\$000¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Ainda na década de 1870 encontramos no jornal Gazeta de notícias, datado de agosto de 1875, a venda de um escravo de meia idade, “bom ganhador” por 400\$000. O Jornal do Commercio em 1 de agosto de 1881, para Corte e Niterói, custava a assinatura anual 30\$000 e para as províncias 34\$000. Por volta de 1882, na Corte, o aluguel de uma estalagem simples, geralmente ocupada por trabalhadores e suas famílias, composta de um quarto, uma sala e uma pequena cozinha variava em torno de 14.060 a 22.496 réis por mês. Um carpinteiro ou pessoa que vivesse de serviços de obra recebia um salário médio em torno de 49.900 réis mensais (LOBO et. al., 1971). O Armazém da Rua da Lapa nº 27 comercializava, no ano de 1882, a carne seca a 440 réis o quilo, velas de composição a 320 réis o pacote (Jornal do Commercio ano 62, nº22, 2/5/1882). Já o Armazém de Mantimentos da Rua do Senador Euzébio nº36, anunciava em 1889, o quilo do feijão preto vindo de Porto Alegre no valor de 240 réis (Jornal O Paiz, ano VI, nº1821, 2/10/1889).

¹⁶⁶ Jornal do Commercio, ano 97, nº12, de 13 de janeiro de 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&PagFis=94&Pesq=aluguel. Consultado em: 30/11/2019

A aproximação de valores dos padrões monetários sempre será uma hipótese rascunhada sobre a curiosidade e o esforço, entretanto, podemos, a partir dos valores de alguns itens de época, supor que ser congregado a Irmandade do Santíssimo Sacramento não era realidade para todo e qualquer cidadão da Corte Imperial.

Apesar disto, era vantajoso ser irmão associado de alguma irmandade pois essas congregações leigas eram responsáveis por grande parte da assistência social em diversas necessidades como, por exemplo, atender os encarcerados, administrar hospitais e praticar a caridade pública. Além disso, em um país cuja religião oficial era promovida pela Igreja Católica, “Pertencer a uma irmandade era algo tão importante quanto professar a fé cristã. Não havia vida social ou religiosa fora do catolicismo romano.” (PONTES, 2008, p.12).

Fora o valor da joia de contribuição, cada cargo administrativo possuía outros requisitos e responsabilidades. Era incumbência de a Mesa Administrativa observar, indicar e proferir a eleição dos irmãos. Para o ano de 1756-1757 o irmão eleito para provedor tinha de:

(...) ser de bons costumes, benévolo para o tratamento dos mais irmãos, zeloso para assistir e procurar o aumento dos bens da Irmandade, e caritativo para se inclinar ao bem das almas dos irmãos defuntos [...] será também preciso que tenha cabedal para que no seu ano faça algum gasto em benefício da Irmandade (Compromisso da ISSSC, 1756 1757, p.1).

Vemos que, entre as funções acima registradas, havia a de ampliar a riqueza, as propriedades (bens) da instituição, sendo necessário que os próprios membros fizessem “gasto em benefício da Irmandade”. Como pessoa principal da Mesa, o **provedor**¹⁶⁷ tinha de sair todas as quintas-feiras pelas ruas da Freguesia da Candelária, a fim de pedir a cera e o azeite necessários para iluminar o Santíssimo Sacramento, acompanhar toda vez que o viático fosse levado aos enfermos, assistir enterros dos irmãos, festividades e funções públicas da confraria; coordenar e corrigir os demais oficiais para que cumprissem o que a eles era estipulado e os irmãos simples para que seguissem o Compromisso assumido; tomar providências sobre as questões financeiras e de obras empenhadas pela irmandade, cuidar com zelo de todas as questões da congregação para que não houvesse faltas e em suma ser um exemplo de conduta para os demais. Durante os ofícios e na realização das reuniões da Irmandade o provedor ocuparia os lugares de prestígio e gozaria de ajuda mútua, no caso de necessidade, com valores mais abastados. Era um cargo de responsabilidade, mas também de

¹⁶⁷ Segundo Pinheiro (1930), pela perda de registros históricos, consta como primeiro provedor da ISSSC nos períodos de 1683-1685 Pedro de Souza Pereira, provedor também da Fazenda Real. Encontramos na listagem de provedores proposta por este autor inúmeros capitães, marechais, tenentes coronéis, sargentos mor, comendadores, barões, condes e viscondes ao longo dos séculos XVII e XIX.

reconhecimento social e privilégios, além de demandar certo investimento financeiro (Compromisso da ISSSC, 1756-1757).

O **escrivão** pode ser compreendido como o representante da segunda mais importante função da Mesa administrativa, podendo fazer, às vezes, a função de provedor na sua impossibilidade. A pessoa a ocupar esse cargo ficava responsável por cuidar dos livros, resolver as receitas da tesouraria, redigir as atas e cuidar de toda e qualquer escrita que lhe fosse determinada. (Compromisso da ISSSC, 1756-1757). Desta maneira, eram frisados como requisitos o zelo, a inteligência e a habilidade com cálculos, para que a irmandade não tivesse prejuízos, além de entendermos como necessária a posse das habilidades de leitura e escrita.

O **procurador** era obrigado a zelar pelo aumento e conservação da irmandade, seja a serviço de Deus ou administrativamente, era uma espécie de fiscal e defensor de tudo o que pertencia a ela. Tinha cuidado sobre os sufrágios dos irmãos falecidos e de todos os encargos materiais, sobretudo, nas festividades. Cabia a ele a manutenção dos materiais sacros e o funcionamento da igreja, sendo também de sua responsabilidade o livro dos devedores. (Compromisso da ISSSC, 1756-1757).

Função de serviço paralelo estava a de **tesoureiro**, responsável pela conservação dos bens da irmandade cobrando as taxas, aluguéis e tudo o que mais provesse as receitas e necessidades do financeiro da confraria. Era um cargo de total confiança, pois tratava dos livros de despesas e rendimentos, determinando as prioridades de ações e poupando o necessário para o futuro. Cabia a sua responsabilidade qualquer prejuízo que a confraria tivesse, fazendo parte de sua obrigação prover e preparar tudo o que fosse necessário todas as vezes que o Santíssimo Sacramento tivesse de sair da igreja (Compromisso da ISSSC, 1756-1757).

Aos demais **irmãos** de Mesa ou **definidores** caberiam serem exemplos. Eram obrigados a participar de todos os atos quando solicitado, assim como possuíam lugares definidos nas procissões e todas as solenidades. Desses irmãos era a responsabilidade da organização geral da igreja e da realização dos ofícios. (Compromisso da ISSSC, 1756-1757).

Podemos observar que a distribuição de cargos¹⁶⁸ da Irmandade da Candelária proporcionava um funcionamento interno próprio onde cada função, hierarquicamente, tinha

¹⁶⁸ Andador era o único cargo que recebia ordenado, e no Compromisso de 1756-1757 era no valor de 130\$000, sua função consistia em tocar a campainha quando o Cristo Eucarístico se ausentava da igreja, nos enterros e procissões. Sair pelas ruas da freguesia cobrando os aluguéis, juros e todos quaisquer devedores da Irmandade. Convinha ao andador suprir todas as necessidades ordenadas pelo provedor. Era o responsável por todas as atividades externas da Irmandade (Compromisso da ISSSC, 1756-1757). Para este também não havia taxa de contribuição especulada, assim como o cargo não é previsto nos demais Compromissos de 1881 e 1923.

suas obrigações. Um olhar mais atento aos Compromissos permite perceber as vantagens específicas, como os números de sufrágios e o direito da sepultura no interior da igreja. Deste modo, exercer uma função da Mesa administrativa¹⁶⁹ não era para qualquer pessoa, embora os Compromissos frisassem que qualquer irmão com seus anuais adimplentes pudesse ser eleito. A ocupação dos cargos dependia de uma posição social, de prestígio, caráter e condição financeira. Ou seja, muitas vezes, quem estava na administração era eleito porque possuía condições de pagar. Nisto é possível prever que, apesar do espírito fraterno, amparado na lei de convivência descrita nos compromissos, existia disputas de poder e conflitos por liderança dentro da Irmandade (SILVA, 2009).

Luz (2016) indica que, mesmo com tantas atribuições, os benefícios em ser irmão eram vantajosos:

Dentre os deveres estavam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade. Como contrapartida, os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos, ajuda para a compra de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultamento na capela da irmandade (LUZ, 2016, p.128).

Em uma sociedade hierárquica, escravocrata, desigual e onde gozar de algum benefício quase sempre estava posto relações de poder; assistência médica, socorro financeiro e um sepultamento decente eram as principais vantagens em congregar em uma irmandade.

Em relação aos irmãos comuns que pertenciam aos quadros da confraria uma rápida análise do livro de admissão dos irmãos da ISSSC, datado dos anos de 1844 a 1861, o primeiro cronologicamente que ainda possa ser consultado, é possível averiguar alguns dados das pessoas que ali congregavam. Informações como endereço, filiação e local de nascimento eram requisitadas.¹⁷⁰

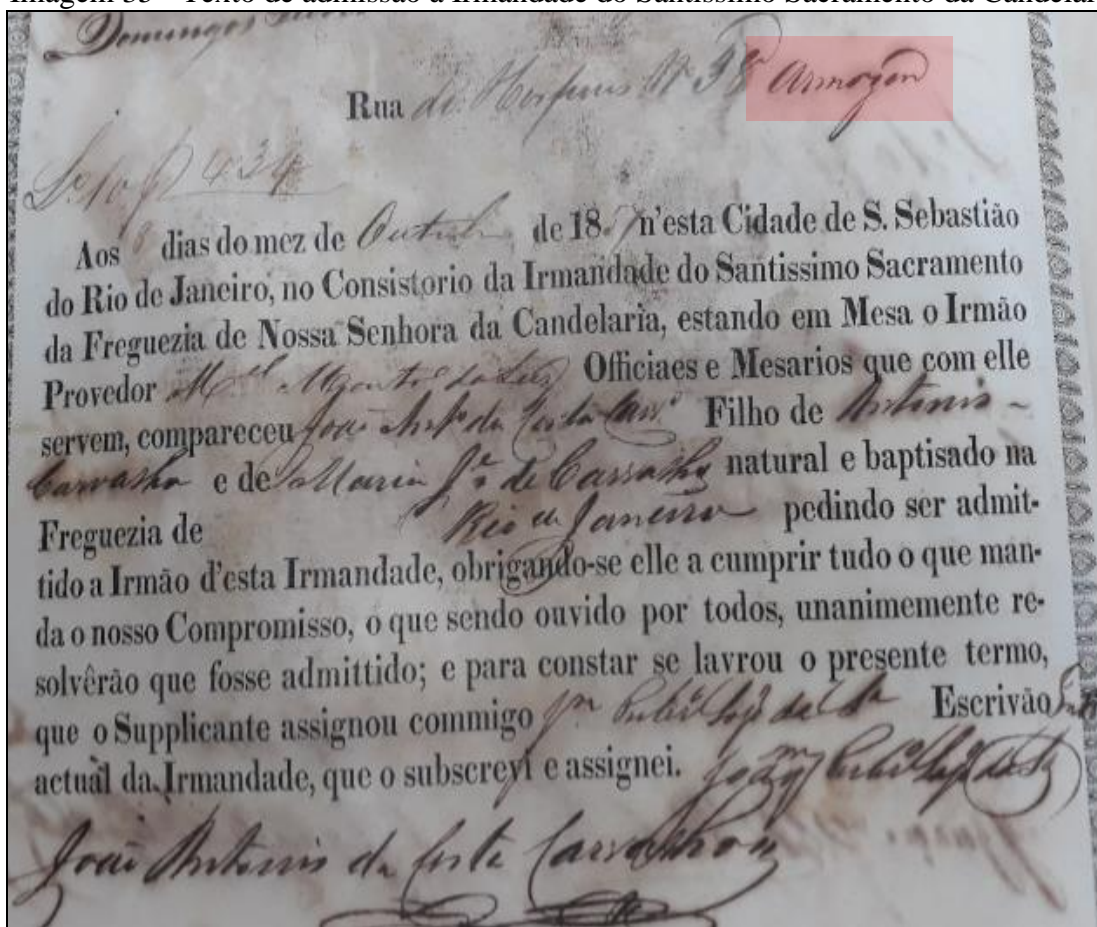
Alguns irmãos eram originários da própria Freguesia da Candelária, outros de freguesias próximas como as de São José, Sacramento e Santa Rita, sendo, a grande maioria, de nacionalidade portuguesa. Possivelmente, muitos dos irmãos eram dedicados ao

¹⁶⁹ O mandato dos membros da Mesa Administrativa duravam de 1 ano a 2 anos, podendo ocorrer reeleição. Atualmente a cada 2 anos ocorre a eleição para a administração.

¹⁷⁰ O texto do livro de admissão tinha o seguinte padrão onde eram acrescentadas as informações dos admitidos: Rua ___ n___ Aos ___ dias do mês de ___ de 18___ nesta Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, no Consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária, estando em Mesa o Irmão Provedor. ___, oficiais e mesários com que ele servem compareceu ___ filho de ___ e de ___ natural e batizado na freguesia de ___ pedindo ser admitido a irmão dessa irmandade, obrigando-se ele a cumprir tudo o que manda o nosso compromisso, o que sendo ouvido por todos, unanimemente resolverão que fosse admitido, e para constar se lavrou o presente termo, que o suplicante assinou comigo. ___ escrivão atual da Irmandade, que o subscrevi e assinei. Assinatura do suplicante a irmão e do escrivão da mesa administrativa. (Livro de admissão da ISSSC, 1844-1861, p.1).

comércio¹⁷¹, pois em algumas admissões é possível notar indícios de endereços que congregavam trabalho e moradia. Por exemplo, existem endereços onde a numeração da residência é acompanhada por uma letra indicando talvez ser um sobrado, outros são acompanhados pelas palavras armazém e loja. Em ruas consideradas bastante comerciais, isto pode indicar a prática da pessoa ser dona do seu comércio e residir na parte superior do estabelecimento. Observemos na imagem 35 uma admissão que ao lado do número 38 do endereço, no canto superior direito existe a palavra armazém, a qual está assinalada.

Imagem 35 - Texto de admissão à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.



Fonte: Arquivo F.B. Marques Pinheiro da ISSSC. Livro de admissão de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária anos 1844-1861, p.128 Foto elaborada pela autora-Grifo nosso.

Os indícios históricos não permitem afirmar se o senhor Antônio Carvalho que naquele ano de 1857 era admitido no quadro de irmãos da Freguesia da Candelária era realmente algum comerciante, ou se apenas conjuntamente a sua moradia existia um

¹⁷¹ Segundo Nogueira (2006), a Irmandade da Candelária junto a Irmandade da Misericórdia e a Irmandade da Santa Cruz Dos Militares serviam a Coroa, principalmente, como apoio a Metrópole na época colonial. Por isso em seus quadros existiam importantes negociantes e proprietários de terra que aumentavam seu prestígio social por fazerem parte da confraria.

armazém, ou ainda, se no livro de admissão foi considerado o endereço onde exercia o seu ofício. O interessante nesta informação é a possibilidade de identificar os endereços da Corte Imperial, sendo desta forma, o Livro de Admissão da Irmandade da Candelária uma importante fonte histórica para a reflexão da geografia urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Ser irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária poderia significar uma possibilidade de obter prestígio social. Aqueles que não eram nobres buscavam demonstrar uma vida semelhante à da nobreza a partir de demonstrações de benevolência aos mais pobres (SIQUEIRA, 2011). Era um proveito da posição econômica para alcançar novas escalas sociais. Se a nobreza de sangue não era possível, sobretudo, para os imigrantes portugueses donos de comércio, fazer parte da ISSSC era obter uma nobreza civil, uma distinção social. Isto não exclui que também os irmãos da Irmandade da Candelária congregassem por realmente ser uma expressão de fé ou que essa irmandade pudesse também ser compreendida como uma catalisadora de individualidades perante as inseguranças da vida (BOSCHI, 1986).

Integra a estrutura da ISSSC, junto com a Mesa Administrativa, um conselho deliberativo chamado de Capítulo, composto por alguns irmãos e ainda o provedor, secretário e procurador, sendo responsável por deliberar sobre os assuntos da Mesa administrativa. A Irmandade ainda possuía repartições anexas que eram as responsáveis pelas ações da instituição na sociedade. Ao observarmos os Compromissos dos anos de 1881 e 1923, podemos considerar que a Irmandade da Candelária foi atualizando sua estrutura administrativa¹⁷² e ações conforme as leis, conjuntura política e social, a fim de se manter como representante do credo Católico, assim como centro importante de atividades sociais e sociabilidade da Corte Imperial.

A estrutura da sociedade aponta como a Irmandade pretendia ser uma organização de grande alcance. Inicialmente, havia duas repartições anexas: a Caridade e o Coro, que desempenhavam funções distintas, tinham seu próprio funcionamento interno, estatutos, patrimônio, financeiro e alguns cargos próprios como o de tesoureiro. Eram consideradas anexas porque sua administradora era a Irmandade da Candelária. As repartições faziam parte do corpo da confraria, eram a via da ação social e caritativa que complementavam as atividades devocionais para que a finalidade da instituição fosse alcançada.

¹⁷² Por exemplo, o Compromisso datado de 1881 estabelece sobre as substituições e sessões da administração, os empregados e detalhadamente sobre as repartições anexas e administradas pela ISSSC. Enquanto no documento do ano de 1923, pela complexidade das repartições anexas, estas passam a possuir uma constituição de membros oficiais semelhante à Mesa Administrativa geral, há também maiores determinações das finalidades e responsabilidades da Mesa administrativa com seus respectivos cargos e a criação de outras funções como definidor do culto e síndico.

Art. 1: A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária, desta Corte, é um instituto que tem por fins essenciais: Manter o culto sacratíssimo da religião católica apostólica romana; conceder pensões aos irmãos necessitados e suas viúvas; socorrer indigentes; proteger os encarcerados; asilar e instruir a infância desvalida; abrigar e manter os lázaros desprotegidos (Compromisso da ISSSC, 1881, p.1).

Desta forma a finalidade da associação estava em propagar a religião católica, auxiliar seus irmãos, prestar auxílio aos doentes, presos e a infância desprotegida. E para alcançar esses propósitos possuía uma estrutura organizacional bem definida.

O Coro foi a primeira repartição criada em 1720 e teve licença para funcionar em 1721. Seus fundadores foram o Capitão Manoel Pinto Duarte e sua mulher Antônia de Abreu que fizeram a doação de uma soma volumosa em dinheiro. O Coro consistia numa seção composta, sobretudo, por padres e destinada a promover os cantos da igreja em todos os seus atos religiosos. Muitas pessoas fizeram doações para a repartição do Coro e o número de suas cadeiras, que iniciou com nove, foi aumentando ao longo do tempo. (PINHEIRO, 1930)

A Irmandade sempre foi administradora dos bens da Repartição do Coro e obrigada a mantê-la com onze capelães para cumprir o que tinha sido instituído por seus fundadores. As pessoas que faziam doações ao Coro, de acordo com a quantia destinada, recebiam determinado número de missas e momentos sacros a seu favor depois da morte, como, por exemplo, entoar um momento cantado pela manhã e à tarde em sufrágio da alma (PINHEIRO, 1930). Então, a repartição do Coro estava estreitamente ligada aos encargos pios, isto é, a realização das obrigações de sufrágios pelas almas e demais ofícios divinos com os irmãos associados.

A Repartição da Caridade tem a sua fundação marcada no ano de 1738, por iniciativa do Brigadeiro José da Silva Paes. Supõem-se (devido à perda do primeiro livro de Termos da Irmandade da Candelária,) que, em princípio, esta seção fora administrativamente independente da Irmandade da Candelária, chegando a ser conhecida como Confraria ou Irmandade da Caridade. Contudo, os regulamentos posteriores da ISSSC até mesmo o Compromisso do ano de 1756-1757 sinalizam a Caridade como repartição anexa, a qual a Irmandade da Candelária é administradora dos bens e zela para o seu aumento em benefício dos necessitados. (Pinheiro, 1930). Como o próprio nome induz a pensar, era uma seção com fins beneficentes, desta maneira um dos meios por onde a ISSSC realizava suas ações em prol do social. A finalidade desta repartição era socorrer a pobreza e asilar a infância desvalida.

Sobre isso, Pinheiro (1930) relata que:

Pelo compromisso da Caridade, esta tinha administração própria e independente da do Santíssimo Sacramento da Candelaria com o seu pessoal e receita; estavam

unidas, porque, uma socorria com o remédio espiritual os moribundos e a outra proporcionava os remédios e meios aos necessitados, em suas enfermidades, visando à mesma obra meritória, ambas autônomas, e cada uma com o seu compromisso, patrimônio e escrituração especiais. Ainda hoje como no primeiro dia da sua existência, a Caridade tem o seu patrimônio e escrituração separados, sob administração e jurisdição do nosso instituto (PINHEIRO, 1930, p.302).

Desta maneira a Repartição da Caridade possuía a sua própria organização e patrimônio, contudo subordinada a administração da Irmandade da Candelária. Sendo o trabalho de socorro realizado por ambas as partes complementar. Enquanto a Irmandade da Candelária, através dos ritos e sacramentos próprios da religião católica, prestava socorro a alma a Repartição da Caridade prestava o socorro ao corpo provendo subsistência.

Outro meio pelo qual a Irmandade da Candelária procurava expressar benevolência cristã era o Hospital dos Lázaros. Segundo o *Jornal do Commercio*, em 15 de julho de 1894, este hospital era “a mais caridosa e pia das instituições do Rio de Janeiro”.¹⁷³ A história deste estabelecimento remonta ao desejo da Câmara da cidade de construir um Lazareto para recolher e abrigar os leprosos, como medida de contenção da doença. Foi Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, que por dispensas próprias, construiu modestas choupanas próximas à praia de São Cristóvão, para asilar os doentes. Com o falecimento do Conde, em 1753, os 52 leprosos foram, por solicitação da Repartição da Caridade, acolhidos e passaram a ser administrados pela ISSSC que fundou uma repartição anexa em 1763 para esse fim, o Hospital dos Lázaros¹⁷⁴.

O vice-rei Conde Cunha obteve a antiga casa dos jesuítas em São Cristóvão que servia de hospício para reacomodar os doentes. A ISSSC, sob a ajuda do governo, passou a conduzir o lazareto sob um regime hospitalar, compreendido como o mais apropriado para a época ao tratamento da ainda desconhecida hanseníase. Em 1897 o hospital é doado à irmandade que, então, além de administradora, se torna proprietária (PINHEIRO, 1930).¹⁷⁵

¹⁷³ *Jornal do Commercio* edição 72, número 184 de 15 de julho de 1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_08&PagFis=1&Pesq=hospital. Consultado em 15/02/2019.

¹⁷⁴ Mais informações sobre o Hospital dos Lázaros podem ser consultadas na dissertação de mestrado de Tarcísio Pereira Bastos intitulada “Aqui renasce a esperança: o tombamento do Hospital Frei Antônio (1976-1985)”, cuja referência completa se encontra no fim deste trabalho.

¹⁷⁵ A instituição passou por inúmeras mudanças em seu nome, desde a sua fundação. No início se chamou de Lazareto. A Irmandade da Candelária depois denominou de Hospital dos Lázaros. Com a chegada da Família Real, usou o título de Real Hospital dos Lázaros. De 1822 a 1826, devido à independência, se chamou de Hospital Nacional e Imperial. De 1826 até 1889 se tornou o Imperial Hospital dos Lázaros. Com o advento da república voltou a ser Hospital dos Lázaros (PINHEIRO, 1930). Em 1940, a ISSSC nomeou o estabelecimento de Hospital Frei Antônio, em homenagem a um de seus benfeitores. Em 1999 a instituição deixou de ser hospital e passou a acolher os antigos internos que não possuíam moradia e nem família. Em 2013 ocorreu o falecimento do último ex - paciente e em 2016 teve suas atividades encerradas. (Cronologia da ISSSC e suas Repartições, 2008).

O prédio, atualmente localizado na Rua Inhomirim, nº 37, no bairro de São Cristóvão ainda pertence à Irmandade da Candelária:

O hospital, pioneiro, mas modelar, atravessou os séculos e foi lá que, por muito tempo, se instalou o serviço Nacional da Lepra, quando as autoridades sanitárias se voltaram a mais objetivamente para a solução do problema. Em substituição a aquele órgão, lá funcionou o Departamento Nacional de Dermatologia Sanitária. Porém, a manutenção do hospital e dos doentes sempre esteve a cargo da Irmandade, que recebia do poder público o serviço médico e uma contribuição que se simbólica (Cronologia da ISSSC e suas Repartições, 2008, p.6).

O prédio onde funcionou por muito tempo o hospital para tratamento da hanseníase no Rio de Janeiro hoje é categorizado como patrimônio histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, portanto, importante monumento para a história da cidade. Além de atender grande quantidade de enfermos e dispensar o tratamento, visto como ideal em cada momento histórico, também abrigou importantes setores do governo com a finalidade de pensar formas de erradicar a doença.

Com o passar do tempo, diante da complexidade das demandas sociais e com o objetivo de melhor administrar as suas ações, a ISSSC criou outras repartições anexas e remodelou as existentes. Em seu Compromisso do ano de 1923 constam as seguintes repartições com suas respectivas datas de criação: Coro (1720), Caridade (1738), Lázarus (1763), Fábrica¹⁷⁶ (1808), Asylo¹⁷⁷ (1902) e Hospital (1923)¹⁷⁸. Atualmente os documentos da Irmandade da Candelária não citam repartições anexas, mas sim enumeram as suas obras sociais nos ramos de educação, assistência e saúde.

Para administrar tantas ações, além dos ritos divinos, festividades e demais atribuições comuns a qualquer irmandade, era necessário dinheiro. A maior parte do dinheiro que as irmandades possuíam deveria ser empregada em benefício dos próprios irmãos para socorro nos momentos de dificuldades, na velhice, financiando velório, sepultamento, cortejo, missas e ritos pelas almas. Em segundo plano, e não com menor importância, estavam as ações

¹⁷⁶ Entende-se por Fábrica o setor responsável pelos recursos financeiros da igreja. A princípio era administrada pelos párocos que deveriam entregar as sobras anuais para a Irmandade empregar em obras do templo. Contudo tal resolução não era cumprida, depois de embates entre a ISSSC e os párocos, em 1808 a Fábrica passou a ser administrada pela Irmandade assim como os prédios a ela relacionados por testamento de onde proviam renda de alugueis.

¹⁷⁷ A Repartição anexa denominada Asylo foi criada para melhor gerir o Asylo destinado ao atendimento da infância pobre, inaugurado pela irmandade em 1900. Sobre esta instituição educacional trataremos com detalhes no próximo item.

¹⁷⁸ Segundo o artigo 102 do Compromisso da Irmandade da Candelária do ano de 1923 “A Repartição do Hospital, criada em 4 de agosto de 1923, anexa à Irmandade, tem por fim abrigar os irmãos de ambos os sexos que necessitem de socorros médicos ou amparo em sua velhice.” (ISSSC, 1923, p.31)

beneficentes. Assim a obtenção de recursos financeiros era sinônima de possibilidades de sobrevivência para as confrarias¹⁷⁹. (SILVA, 2009)

Geralmente, a base do patrimônio das irmandades se constituía dos pagamentos individuais para admissão e as taxas anuais dos membros associados. Outro método muito empregado era possuir permissão da Mesa de Consciência e Ordens para ter um **esmoler**. Tal função consistia em um irmão que devidamente trajado e com a imagem do santo patrono saía às ruas da freguesia pedindo aos moradores contribuições, sobretudo, nas épocas de festividades (SILVA, 2009). No Compromisso da ISSSC, de 1881, consta entre os novos cargos o de esmoler. Retornando a imagem 6 (página 54) podemos observar a prática do esmoler, onde um homem esmola e outro demonstra sua devoção para a imagem do santo.

Era comum às irmandades, e com a ISSSC o procedimento era o mesmo, receberem valores, ações, apólices, imóveis na cidade e propriedades por meio de testamentos de irmãos, de cristãos piedosos e até mesmo figuras importantes da municipalidade. Além disto, havia doações voluntárias de irmãos e pessoas comuns (SILVA, 2009).¹⁸⁰ Mas a Irmandade da Candelária possuiu também os rendimentos de loterias concedidos pelo governo¹⁸¹, como uma forma de auxílio e incentivo pelas ações sociais e as obras consideradas de utilidade pública que a instituição provia. Sabemos que a primeira loteria brasileira ocorreu em Vila Rica por volta de 1784 com a finalidade de arrecadação construir a cadeia pública e a câmara da municipalidade¹⁸². Mas foi D. Pedro II em 1844 pelo decreto 357 e em 1866 pelo decreto 3.639 que regularizou o funcionamento das loterias em todo o Império¹⁸³.

As concessões para a exploração das loterias era destinada principalmente a Santa Casa de Misericórdia, aos orfanatos, hospitais e algumas instituições, como as Irmandades de maior prestígio. No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro encontramos inúmeros códices que fazem menção a concessões, fiscalização e relatórios de loterias que o governo

¹⁷⁹ Segundo Pinheiro (1930) os rendimentos da Irmandade da Candelária eram registrados no livro do tomo. E o financeiro de suas repartições possuía separadamente o mesmo documento para registro. Mas o que não restringia que as repartições anexas e a administração geral da ISSSC se auxiliassem financeiramente.

¹⁸⁰ Estas doações feitas em testamento ou em vida pelas pessoas eram chamadas de legados perpétuos. A irmandade depois de aceitar essas doações tinha de cumprir a obrigação que estava imposta. Isto significa que a Irmandade administraria os rendimentos, mas jamais poderia vender um imóvel que nos testamentos estava designado ser alugado. Se uma quantia fosse destinada especificamente a uma repartição anexa ou uma finalidade, esta não poderia ser desviada (PINHEIRO, 1930).

¹⁸¹ Ishaq (1996) informa que a Irmandade da Candelária era a segunda maior associação religiosa a receber benefícios do governo. Recebia contribuição anual da Casa da Moeda desde as primeiras décadas do século XVII por ocasião da festa de Corpus Christi.

¹⁸² Informações coletadas no texto Loterias: um breve histórico. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/lotericos/_arquivos/Comemorativo/Loterias_um%20Breve%20Hist%F3rico.doc. Consultado em: 05/12/2019.

¹⁸³ Para mais informações sobre a regulamentação das loterias no Império Brasileiro verificar o decreto nº 357 de 1866 disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/387220/publicacao/15634046>. Consultado em: 06/12/2019.

concedia a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Estes documentos se concentram nas décadas de 1890 a 1920. Contudo, Pinheiro (1930) relata que, durante as obras de reestruturação da igreja no período Imperial também foram concedidas loterias a ISSSC. Estas concessões podem ser compreendidas como mais uma diferenciação de poder desta irmandade para as demais da cidade, ou ainda, expressar a credibilidade e relações políticas que ela matinha com o governo.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária ia aumentando o seu poder financeiro e abrangência de atuação na medida em que os moradores da Corte se tornavam irmãos em seu quadro e ao converter-se em proprietária de inúmeros imóveis doados (inclusive pela municipalidade), negociados, permutados, arrematados em leilão ou comprados¹⁸⁴. A ISSSC era possuidora de grande extensão da Freguesia da Candelária, inclusive, as lojas que ocupavam quarteirões inteiros.¹⁸⁵ A título de exemplo, a extensão da Rua 1º de março à Rua Visconde de Itaboraí foi doada à Irmandade como legado do reverendo padre Marcos Gomes Ribeiro (PINHEIRO, 1930)¹⁸⁶.

Além disso, Pinheiro (1930) traz uma informação importante “Todos estes prédios são livres de foro”, ou seja, não pagam impostos (p.88). Talvez a nulidade nos pagamentos deste imposto¹⁸⁷ tenha sido alcançada pela prerrogativa da ISSSC prestar serviços beneficentes para a sociedade, liberando o governo de grande parte deste encargo, ou pela rede de sociabilidade no âmbito político que a instituição mantinha.

Em relação ao acúmulo de patrimônio financeiro, Silva (2009) adverte que as irmandades viviam uma situação de ambivalência. No mesmo momento que possuíam flexibilidade na aquisição de recursos financeiros para erguer seus templos e realizar suas

¹⁸⁴ Na atualidade o patrimônio de imóveis da ISSSC na área central da cidade do Rio de Janeiro já não é tão grande quanto nas épocas da Colônia e do Império, contudo ela ainda é detentora de endereços bem localizados como o número 58 da Rua Teófilo Otoni e 104 da Rua Buenos Aires.

¹⁸⁵ Uma análise mais detalhada de alguns legados perpétuos destinados a Irmandade da Candelária permite perceber que apesar da Freguesia da Candelária ser comercial existiam nela muitas moradias, das quais a ISSSC era proprietária de várias.

¹⁸⁶ Segundo Pinheiro (1930), na Rua General Câmara, antiga Rua do Sabão, os números 14, 16, 18, 20, 22, 24, 26, 28 e 30 pertenciam a Irmandade. Na Rua da Quitanda era sua propriedade o número 98. Os números 46 e 149 da antiga Rua das Violas, renomeada para Rua Teófilo Otoni, eram da Irmandade, assim como o número 34 da Rua da Carioca. A Rua São Pedro quase que em sua totalidade compunha o patrimônio da irmandade. Eram de sua propriedade os números 2, 11, 13, 17, 19, 21, 23, 25, 29 rendendo cerca de 150\$000 em aluguéis. Nesta rua não pertenciam à irmandade somente o número 25, propriedade do Comendador Joaquim José Machado, mas inúmeras negociações para aquisição ocorreram.

¹⁸⁷ Pinheiro (1930) também informa que, os prédios da Irmandade, sobretudo os pertencentes à Repartição da Caridade, possuíam isenção predial. A Mesa Administrativa em 1880 requereu ao poder legislativo, a isenção dos impostos relacionados aos prédios de propriedade da Repartição da Caridade. Pelo decreto nº 3037 de 25 de fevereiro de 1882 o governo estendeu a isenção prevista à Irmandade da Misericórdia (segundo o artigo 3º do regulamento nº. 152 de 16 de abril de 1842) para a Irmandade da Candelária, igualando assim a importância das duas instituições nos serviços de caridade prestados à sociedade.

ações, existia a Mesa de Consciência e Ordens delimitando-as. Este órgão tentava impor controle para que as irmandades não se tornassem poderosas o suficiente ao ponto de contestar o governo português. Isto exigia que as irmandades fizessem constantes pedidos de licenças régias, caso contrário, sofriam a pena de sequestro dos bens. A prestação de contas destas instituições religiosas no Brasil Colônia era realizada tanto para o prelado, como representante do poder religioso, no que condiz a organização administrativa, como para o rei, representante da lei, em relação aos bens e patrimônios adquiridos¹⁸⁸.

A Irmandade da Candelária, de certa maneira, driblou essas imposições criando redes de sociabilidade e poder. Pinheiro (1930) informa que, após embates com os párocos da Igreja, que exigiam prestação de contas por parte da irmandade, ela foi dispensada de tal encargo. Ou seja, deixou de prestar contas às autoridades eclesiásticas.¹⁸⁹ Apesar de possuir um patrimônio constituído, em grande parte, por imóveis alugados na Freguesia da Candelária, a sede da Irmandade, durante muitos anos, até mesmo já no período republicano, permaneceu na própria igreja. Hoje, a secretaria da ISSSC se encontra em um dos prédios de sua propriedade, na movimentada Avenida Rio Branco número nº 57.

Sobre esse aspecto, Amorim (2016) nos adverte que:

De modo geral, as irmandades estavam localizadas em igrejas, em alguns casos construídas com recursos próprios ou em altares laterais quando não possuíam a sua própria igreja. Nesses locais eram realizados os rituais que a caracterizavam: as festas, o início das procissões, os rituais fúnebres e seus enterramentos (AMORIM, 2016, p.20).

Muito mais que apenas uma localização, a sede de uma irmandade estar estabelecida no interior da igreja significava a posse dos bens espirituais. Era habitar o local do sagrado. Desta forma tudo que era próprio destas instituições religiosas como festas, início e fim das procissões, rituais fúnebres e etc., aconteciam no interior dos templos.

A Irmandade da Candelária como detentora do templo tratou de empreender obras para a sua melhoria. A antiga Igreja da Várzea, erguida no Setecentos entre os morros do Castelo e São Bento, com a ação do tempo se encontrava em ruínas e foi reedificada em 1710. Contudo, cerca de meio século depois, por volta de 1768, seu estado “privava o concurso dos fiéis e a

¹⁸⁸ Disposições posteriores tornaram essa competência meramente civil e somente na República com atos do governo provisório em 1890 (Ato 119-A e Decreto 1.030), e a Constituição de 1891, as irmandades foram reconhecidas personalidades jurídicas cessando a intervenção oficial nas atividades econômicas, entrando no regime comum e tendo os direitos constitucionais garantidos. As irmandades passaram, então, ter um regimento apenas eclesiástico, deixando de serem instituições de caráter misto. O poder governamental agia somente nas ações das irmandades relacionadas aos interesses do poder público, por exemplo, o que ocorreu através das interposições em 1892 das festas religiosas pelas ruas da cidade (PINHEIRO, 1930).

¹⁸⁹ Atualmente, a prestação de contas é realizada pelos membros oficiais ao provedor e deste para o conjunto de irmãos a cada nova eleição da Mesa Administrativa.

celebração das funções que louvavelmente nela exerciam” (Cronologia ISSSC, e suas Repartições, 2008, p.1). Deram início, então, a uma grandiosa reforma que reestruturaria totalmente o templo e também se arrastaria por muitos anos.

A cerimônia de lançamento da pedra fundamental demonstra a importância da ISSSC perante as autoridades civis da época, pois ocorreu no dia do aniversário natalício de José I (6 de junho) e contou com a presença do Vice Rei, Marquês do Lavradio. Em 1775¹⁹⁰ iniciaram-se, por autorização do provedor e bispo da cidade Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas, as obras do novo templo (que ao longo dos anos atingiria a configuração atual) que devia ser o mais belo e suntuoso da Corte (Cronologia da ISSSC e suas Repartições, 2008).

A Igreja da Candelária foi adquirindo traços de diversos artistas¹⁹¹ inspirados, de início, no barroco português da Igreja do Convento de Mafra e da Basílica da Estrela em Lisboa. À medida que a obra prosseguia foi o templo ganhando marcas de diferentes engenheiros, arquitetos, escultores, pintores etc. As obras da Igreja tomaram por muito as discussões da Mesa administrativa durante o século XIX, fazendo esta instância tomar diversas medidas para prosseguir com os gastos¹⁹². Após 36 anos do início das obras, e ainda assim inacabadas, em 1811, houve uma inauguração parcial com a primeira missa celebrada no altar mor (Cronologia da ISSSC e suas Repartições, 2008) com direito a iluminação total da freguesia para a festividade (PINHEIRO, 1930).

Nos registros da instituição temos a seguinte observação:

A grandiosidade do projeto e dificuldades financeiras levaram as obras a se arrastarem por muitos anos. Mas em 8 de setembro de 1811, já se sagrava o inacabado templo, sendo então celebrada a primeira missa. Seguiram-se várias cerimônias, até o dia 26 daquele mês. Dentre elas, no dia 19, a primeira festividade do Santíssimo Sacramento realizada na nova igreja, a que compareceram, além de grande massa popular, o Príncipe Regente D. João, outros membros da Família Real e muitas autoridades, civis, militares e eclesiásticas (Cronologia da ISSSC e suas Repartições, 2008, p.2).

Como podemos notar a Irmandade da Candelária ao reformar o seu templo pretendia que este fosse um marco histórico na Corte como também a diferenciava perante as demais associações religiosas da época. A construção da “nova” igreja dedicada a Nossa Senhora da

¹⁹⁰ Neste período foram lavrados os termos que cancelaram a Irmandade da Candelária como fundadora e administradora da Igreja. E em 5 de novembro de 1879 a Congregação dos Bispos Regulares confirmou também a ISSSC como detentora da Igreja de Nossa Senhora da Candelária.

¹⁹¹ Arnaldo Machado é um dos memorialistas que mais se dedicou a escrever sobre a Igreja da Candelária e por isso uma consulta a suas obras como, por exemplo, “Candelária: aspectos históricos, arquitetônicos e artísticos” (2017) auxiliam para compreensão detalhada do tema.

¹⁹² Entre os anos de 1873 e 1874 a Irmandade obteve a concessão de 40 loterias para o auxílio das obras da igreja. Nos anos de 1802 e 1803 pediu regalias ao Príncipe Regente D. João. E ainda ocorreu a negociação de diversos prédios que impediam o ampliação do templo. Para um detalhamento das ações tomadas em prol da reforma do templo ver PINHEIRO (1930).

Candelária além de um ato de fé era a representatividade do poderio da Irmandade e de suas relações de poder.

A imagem a seguir retrata um dos painéis de Zeferino da Costa na abóboda da nave central da Igreja de Nossa Senhora da Candelária que reproduz este momento da inauguração no ano de 1811.

Imagem 36 - A inauguração. Painel de Zeferino da Costa. Encontrado na abóboda da nave central da Igreja de Nossa Senhora da Candelária (RJ).



Fonte: Livro comemorativo Candelária 200 anos (2011). Foto elaborada pela autora

A pintura encomendada pela Irmandade, a fim de retratar o momento de inauguração da “nova” igreja no início do século XIX, também permite perceber a geografia da Corte com casas bem próximas do templo. Além de pretender transmitir a comoção local com o acontecimento. Era um momento de festa para a Corte com a participação da realeza e do povo.

As obras da Igreja continuaram e, a partir de 1870, passaram a ser acompanhadas pelo Imperador D. Pedro II. O mesmo compareceu à cerimônia e bênção da cruz quando a cúpula externa ficou pronta em 1877. A Candelária se constituiu obra expressiva da Corte Imperial, carregando em sua arquitetura traços dos séculos XVIII e XIX. Segundo Nogueira (2006), a Igreja era, na ocasião, a maior da América Latina e possuía a altura de um prédio de 9

andares. Pinheiro (1930) relata que foi a mais ousada construção da América que se iniciou no século XVIII. A Igreja foi inaugurada no principiar da república, em 10 de julho de 1898, com as bênçãos do arcebispo da cidade Dom Joaquim Arcoverde (Cronologia da ISSSC e suas Repartições, 2008).

A seguir, podemos observar uma foto da Igreja na segunda metade do Império, quando ainda não havia a cúpula central e existiam prédios e casas em seu entorno:

Imagem 37 - Igreja Nossa Senhora da Candelária, 1856, por Bertichen



Fonte: Brasiliana Iconográfica.

A representação da Igreja em 1856 revela traços interessantes. A monumentalidade do templo construído na Freguesia da Candelária, e talvez consequentemente, o alargamento da rua onde estava localizada com a iluminação de 6 lampiões/postes contrasta com a pequena casa a sua direita e com os prédios estreitos característicos da região dedicada ao comércio. A Igreja da Candelária no meio do século XIX representa um marco para a freguesia por ela batizada.

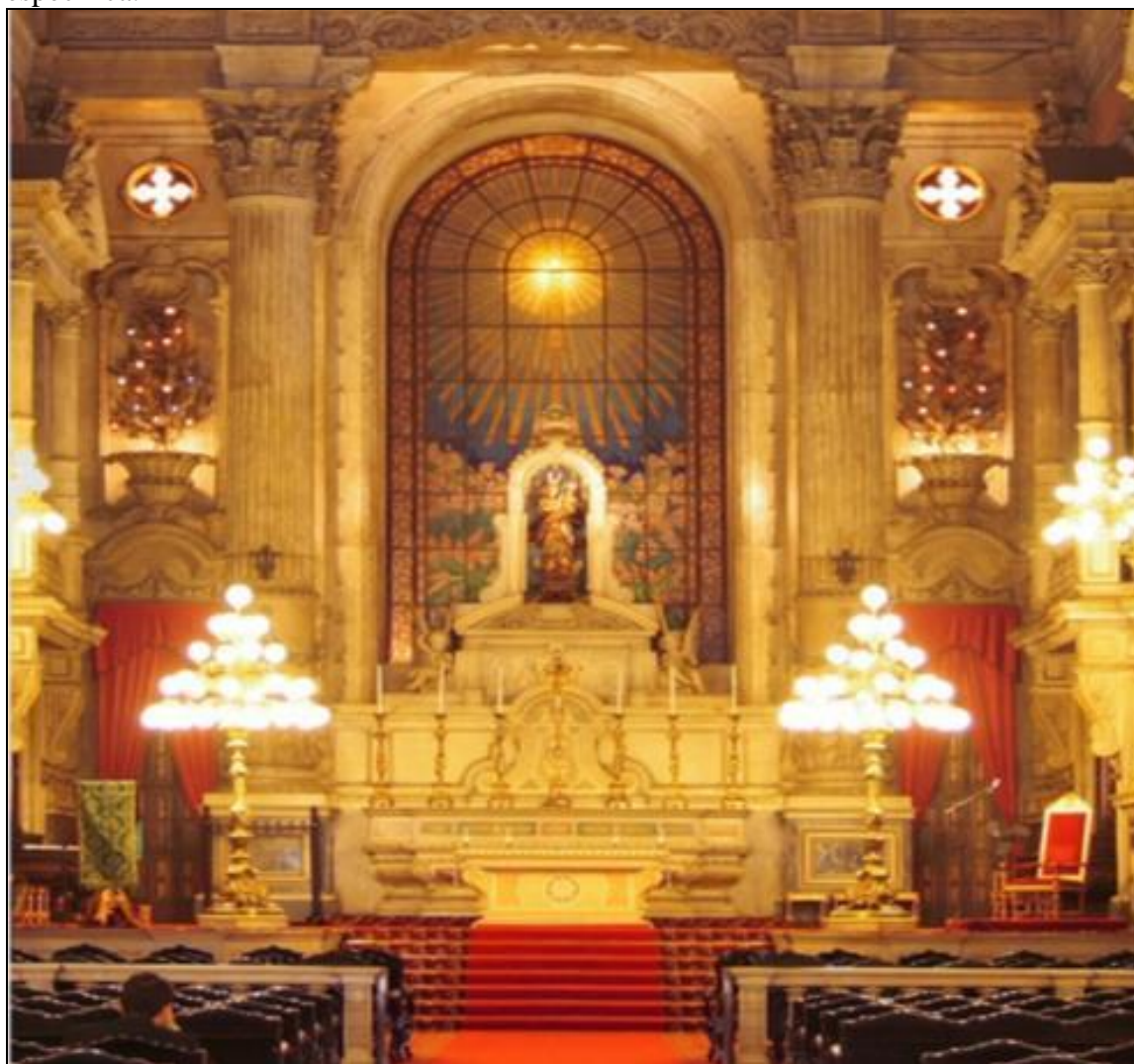
Em relação ao interior da Igreja, desde a sua inauguração parcial ainda no Império até 1928, o *altar mor* guardava a estrutura de degraus que terminava num pequeno nicho com a imagem de Nossa Senhora da Candelária difícil de ser vista, devido ao tamanho. Em 1922 a Irmandade resolveu modificar a estrutura do altar tradicional de trono até quase ao teto, pois foi considerada por muitos desarmoniosa com o restante da arquitetura. O arquiteto Archimedes Memória foi o responsável pela obra sendo a remodelação inspirada na Igreja de *Sant Gervais* em Paris (MACHADO, 2017). Podemos notar abaixo esta antiga estrutura do *altar mor* no interior da Igreja da Candelária. E a seguir, a sua configuração a partir de 1928 (que se mantém até hoje):

Imagem 38 - Antigo altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, sem datação específica.



Fonte: Site Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária

Imagem 39 - Atual altar-mor da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, sem datação específica.



Fonte: Site Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária

O interior da Igreja da Candelária possuiu uma beleza arquitetônica inegável. As fotografias revelam as poucas alterações ocorridas durante os séculos e o constante destaque para a pequena imagem da padroeira da antiga freguesia da Corte. Além de podermos observar a grandeza do templo no seu tamanho/altura é possível perceber diversos traços artísticos característicos de períodos distintos e os detalhes expressos na arte que fazem referência a fé católica. O interior do templo da Senhora das Candeias certifica o seu título de patrimônio histórico e artístico nacional.

A Irmandade possuía o desejo e o projeto de demolir os prédios ao entorno da Igreja, deixando o templo isolado e de frente para as ruas, a fim de que a sua arquitetura monumental pudesse ser mais bem apreciada. Para isto, pretendia acumular dinheiro e fazia negociações com os donos dos locais, como também encaminhou ao governo um pedido para que as obras fossem consideradas de utilidade pública e assim os prédios do entorno demolidos e seus

proprietários indenizados (PINHEIRO, 1930; SOUZA, 1998).¹⁹³ Atualmente, a construção compõe o patrimônio histórico e arquitetônico do Rio de Janeiro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

Imagem 40 - Igreja Nossa Senhora da Candelária, Rio de Janeiro, 2014



Fonte: Site da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária.

Esta fotografia datada de 2014 representa a composição atual da Igreja da Candelária no centro da cidade do Rio de Janeiro. O templo possuiu destaque na movimentada urbe carioca. Não há mais prédios ao entorno da Igreja como havia no século XIX. A Igreja fica localizada na Praça Pio X, que forma um largo ao seu entorno, com a Avenida Presidente Vargas em direção contrária à sua porta principal. A Igreja também ganhou notoriedade com a

¹⁹³ Esta remodelação do entorno da Igreja da Candelária só ocorreu muitos anos depois com a abertura da Avenida Presidente Vargas em 1944. Foram derrubados os prédios de seu entorno e posteriormente construída a Praça Pio X, de forma que, de grande distância a Igreja da Candelária pode ser percebida.

inauguração do Largo da Candelária situado no cruzamento da Avenida Presidente Vargas e a Rua Primeiro de Março. Essa remodelação fez parte das obras de revitalização da Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro por motivo dos Jogos Olímpicos de 2016. No local foi estabelecida a Pira Olímpica apelidada de “Pira do povo” por estar fora do estádio olímpico e poder ser apreciada por todos.

Compreender as irmandades também é mergulhar nas redes de sociabilidade e nos arranjos sociais e políticos da Freguesia.¹⁹⁴ Essas instituições foram importantes espaços de convivência para uma grande parte de homens e mulheres, que participavam da vida social, religiosa e também política enquanto seus membros. Os templos, desde o período colonial, também eram os locais que abrigavam a administração política, nos quais as festividades civis e religiosas se misturavam. As irmandades eram parte da vida cotidiana e a presença de figuras com destaque político e social em seus quadros as transformava também em locais de tramas, acordos, favores e prestígio.¹⁹⁵

Além da importância social e política, as irmandades também constituíam um espaço educador. Como mostra Luz (2016), a dinâmica da vida associativa fraternal era também formativa no momento que circulavam valores, normas e saberes. Havia todo um conjunto de práticas educativas em torno da formação espiritual, familiar, social e cultural dos seus membros e da sociedade em geral. Seus documentos, suas celebrações, suas festividades, suas reuniões, seus encontros e sua forma de atender a população (caridade) são indícios de tais práticas com seus modos de educar o corpo e a mente. Do mesmo modo, consideramos que a instituição se constituía também em espaço onde os irmãos compartilhavam da sua vida privada. Sobre isso, observa Luz (2016):

Significa que a própria experiência associativa que vivenciavam cotidianamente dentro das irmandades era um dos aspectos que viabilizavam essa dimensão educativa, tendo em vista que seus membros passavam a fazer parte uma estrutura organizacional e coletiva à qual precisavam aprender a se integrar, respeitando princípios religiosos, normas internas e códigos de conduta. Mas, além disso, também seriam afetados por outras práticas educativas difusas comuns nesse tipo de

¹⁹⁴ A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária abrigava no interior de seu templo outras irmandades menores que ocupavam os altares laterais construídos ao longo dos anos, por exemplo, a Confraria de Nossa Senhora da Candelária creditada ser anterior a edificação da Igreja e relacionada à devoção do casal Palma ao aportar no Rio de Janeiro; São Miguel das Almas (1733), Nossa Senhora das Dores (1780), São Manoel (1862), São Crispim e São Crispiniano (1866). Além disso, seu poderio dentro da hierarquia eclesial e territorial se demonstrava pelas igrejas filiais que possuía como: Conceição do Hospício, Conceição da Boa Morte, Lapa dos Mercadores e Mãe dos homens. (PINHEIRO, 1930).

¹⁹⁵ Segundo Nogueira (2006), os principais privilégios concedidos a irmandades no Rio de Janeiro eram para a Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade da Misericórdia e a Irmandade da Santa Cruz dos Militares. A relação das irmandades com o governo era de amizade, parentesco, fidelidade, honra e serviços. Enquanto as primeiras buscavam se adequar aos interesses da coroa para adquirir privilégios o poder governamental utilizava das irmandades para neutralizar as associações que não eram de seu interesse.

entidade, a exemplo da oralidade a partir de narrativas e ensinamentos, de rituais, rezas e músicas, assim como da apropriação do idioma e mesmo da escrita, inclusive por meios mais sistemáticos como as aulas de alfabetização (LUZ, 2016, p.132).

Os princípios religiosos, que normatizavam corpo e mente, através dos Compromissos era uma forma de educar, assim como, as narrativas através da oralidade, leitura e escrita das orações, rituais e músicas. Ao congregarem as irmandades, mesmo que isto não estivesse explícito em seus princípios, eram locais de aprendizado.

A Igreja Católica buscou durante o século XIX, sobretudo a partir da segunda metade, medidas de reformar a fé cristã que ficou conhecida como ultramontanismo. Tais medidas afetaram as relações dos clérigos com os leigos e influenciaram diretamente as manifestações religiosas das irmandades. O principal ataque era o estilo extravagante do catolicismo barroco em que se cultuavam os santos, modo comum das irmandades celebrarem. Era necessário inculcar uma maneira de viver a fé mais íntima e individual embasada nos dogmas e normativas da Reforma Tridentina (AMORIM, 2016).

As ações da reforma estavam, em alguma medida, em consonância com as mudanças do governo que buscavam a modernização e progresso do país na perspectiva social, política e econômica. É neste período que ocorre maior intervenção no espaço urbano através de legislações sobre limpeza dos logradouros públicos, ações/obras em praças e ruas, construção e expansão da malha ferroviária, proibição de enterros nas igrejas, além do incentivo a outros espaços de sociabilidade como salões, teatros e exposições (OLIVEIRA, 1995). Além disso, as instâncias civis enxergavam nas irmandades, e no seu controle associativo, risco de revoltas e, portanto, de alguma maneira apoiaram o espírito reformador do Pontífice (SOUZA, 2017).¹⁹⁶

A Irmandade do Santíssimo Sacramento se manteve ativa durante séculos e, exemplo disso, foi a proposta de intervenção educacional com a construção de um asilo para crianças desvalidas discutida na década de 1880, e a breve administração de recolhimento para meninas órfãs no início da República, no ano de 1897 (PINHEIRO, 1930). Ainda temos a demonstração de seu poder econômico já que a mesma possuiu mais de 50 prédios alugados nas ruas da Freguesia da Candelária (Guias de pagamento da décima adicional e da décima urbana da ISSSC, s/d). A afirmação da sua influência política também se expressa nas

¹⁹⁶ As imposições eclesiásticas buscaram, sobretudo, reformar as irmandades. Contudo, esse processo não foi pacífico e sim combatido e negociado, pois o que sustentava a vida espiritual das irmandades era justamente a maneira excêntrica de devoção. Os novos limites que a Igreja Católica impôs foram de certa forma, rejeitados pelos leigos que não viam neles significado. A desobediência ocorria porque a gratidão e a fé eram, no entendimento das pessoas comuns, manifestação do coletivo e os ritos ortodoxos e saberes constituíam *métier* dos clérigos (AMORIM, 2016).

constantes intercessões do Ministro do Império Ferreira Viana em seu favor. Pinheiro (1930) informa que Ferreira Viana foi vice-provedor da Irmandade da Candelária em 1886 e interviu nas concessões de loterias para a Irmandade, como também, nos trâmites para a compra do terreno que serviria para a construção do Asylo das crianças desvalidas.

Neste sentido, não poderíamos falar da Freguesia da Candelária, e ainda mais do processo de escolarização daquele lugar durante o Império, sem analisar a presença e o papel da ISSSC. Esta instituição esteve imbricada no processo de organização do espaço urbano daquela região e procurou, através de sua atuação na Corte, sobreviver a um período de ambiguidades, onde se tentava impor um sistema modernizante e manter padrões de vida tradicionais. Para isso também acolheu o discurso modernizante das décadas de 1870 e 1880, assumindo para si as responsabilidades pela disseminação da instrução formal, decisiva na construção de uma nação civilizada, progressista e um país moderno. Através da proposta de um asilo destinado a crianças desvalidas e da administração de um recolhimento para meninas órfãs.

3.3 O Asylo da Infância Desvalida da Candelária e o Recolhimento Nossa Senhora da Piedade

“A infância merece todo desvelo, o menino de hoje será o homem de amanhã, negligência na sua educação produzirá males irremediáveis e consequências perniciosas¹⁹⁷.”

A epígrafe supracitada refere-se à fala do diretor das escolas municipais da Corte, Candido Matheus de Faria Pardal, em 1876, na qual descreve a importância que a educação da infância adquiriu nas décadas finais do Império brasileiro. Destinar a instrução para maiores parcelas da população estava no centro dos debates nas décadas de 1870 e 1880, importância justificada pela relação íntima que esta atividade possuía com a conformação do próprio Estado Imperial. Ao lado das transformações estruturais, culturais e de organização que ocorriam na capital do Império, era preciso também fazer com que a sociedade entendesse o projeto civilizatório e isso aconteceria através da instrução. (MARTINEZ, 1997; GONDRA, SCHUELER, 2008).

¹⁹⁷Relatório das Escolas Municipais em 1876. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro - Códice 38.1.27

Outro contemporâneo, Visconde da Vila Real da Praia Grande, afirmava: “Nossa primeira necessidade é a instrução; não a instrução concentrada em poucos, senão derramada por todas as classes¹⁹⁸” (Visconde da Vila Real da Praia Grande, 1845, apud MATTOS, 2004, p.269). Para se colocar ao lado das nações civilizadas, e desprender das características de atraso que configuravam o passado colonial, se fazia necessária uma instrução que, colocasse ordem nas ruas, fixasse as concepções científicas e assim colhesse os benefícios da modernidade (MATTOS, 2004).

Contudo, a preocupação iminente com o “dispensar das luzes” ao povo não era uma proposta totalmente abrangente. Deveria se instruir aqueles que seriam os cidadãos, quer dizer, os “brancos de boa sociedade¹⁹⁹” e a crescente população dos pobres livres (MATTOS, 2004). Eram com os pobres e livres que a fala de Candido Matheus de Faria Pardal revelava preocupação, pois através da difusão de uma civilidade a estes atores sociais se alcançaria a uniformização e uma sociedade ordenada.

Os cativos não estavam na atenção dos homens do governo. Restrições estavam subentendidas já no texto constitucional de 1824 (artigo 179) que diz ser direito de todo cidadão a educação gratuita, excluindo os cativos que não eram considerados cidadãos. E reafirmados pelos decretos educacionais de 1854 e de 1879, que registravam como possíveis a matrícula escolar de criança livres, vacinadas e que não possuíssem doenças contagiosas.

A preocupação em instruir os pobres e livres além de se relacionar com a construção da nacionalidade do Estado Imperial e dos ideais de modernização também estava imbricada com os debates da época a respeito da emancipação dos escravos. O acirramento das forças republicanas e a pressão dos movimentos abolicionistas, exemplificadas na conquista do fim do tráfico negreiro em 1850, na Lei do Ventre Livre em 1871 e na Lei dos Sexagenários em 1885, configuravam o problema da progressiva diminuição da mão de obra compulsória que iria culminar na Lei Áurea em 1888. Além disso, era preciso qualificar trabalhadores para as necessidades provenientes da inserção do Brasil no sistema capitalista, como também destinar e escalonar na sociedade essa população pobre e livre composta em sua maioria de negros, mestiços e imigrantes (MARTINEZ, 1997).

Esta questão ganhou delineamento na reforma Couto Ferraz em 1854, que previa uma destinação para os meninos pobres. Para aqueles que estivessem aptos a frequentar a escola, o decreto garantia roupa, material e multava os responsáveis que não cumprissem o decreto de obrigatoriedade da instrução. Os menores de 12 anos, segundo o artigo 62, que vagassem

¹⁹⁸ Fala do Visconde da Vila Real da Praia Grande em 1845, conforme encontrada em MATTOS 2004, p.269.

¹⁹⁹ Expressão usada por MATTOS (2004)

pelas ruas das freguesias e vivessem na mendicidade deveriam ser recolhidos para um asilo que seria estabelecido com legislação própria. Enquanto tal estabelecimento não fosse criado, os meninos pobres poderiam ser entregues aos párocos ou matriculados nas escolas públicas e/ou subvencionadas, para receberem a instrução primária. E após terminarem o estudo primário, eles seriam enviados para oficinas públicas ou particulares, companhia de artífices ou marinheiros. Estes meninos poderiam prosseguir os estudos, somente se tivessem distinção, e desta maneira receberiam destino adequado a sua aptidão.

Em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, a preocupação em subsidiar a educação aos mais pobres permaneceu. No terceiro parágrafo do segundo artigo da referida legislação constava que seriam fornecidos vestuário, livros e objetos indispensáveis ao estudo daqueles que os responsáveis justificassem a impossibilidade de preparar para a frequência nas escolas.

Ao pensarmos na educação ofertada às mulheres, ocorria também à aprendizagem de ofícios, como bordado, costura e prendas domésticas que poderiam ser utilizados por essa parcela pobre da sociedade como trabalho. A instrução popular integrava socialmente os menores pobres, mas também ao destina-los à aprendizagem de um ofício/profissão delimitava o seu lugar na sociedade. (MARTINEZ, 1997)

Somado aos objetivos fundamentais de construção de uma nacionalidade estava à necessidade de resposta para o desenvolvimento produtivo do país, relacionada com uma hierarquização da sociedade. Através da instrução popular também se pretendia algo preciso para a difusão da civilidade, extinção de crimes e controle das desordens nas ruas da cidade. A educação era compreendida como solução para a indigência e corretivo para a delinquência (MATTOS, 2004).

Portanto, podemos perceber que a instrução popular passa a ser um tema relacionado com as preocupações mais relevantes do Estado Imperial, diretamente ligada às mudanças sociais e políticas. Tais questões foram debatidas entre os homens de governo, professores, médicos, advogados, associações, entidades religiosas, imprensa, entre outros.

Os redatores da revista pedagógica *A Escola*, no editorial de 1877, afirmavam a grande necessidade de investir na instrução pública para ter benefícios econômicos e sociais. Diziam:

Que abrir escolas é fechar cadeias, que despender centenas com a educação publica é aumentar de milhões o produto nacional das industrias, das artes e das ciências, que instruir a cabeça do menino é dispensar a necessidade de cortar a do adulto (A ESCOLA, 1877, p.8).

Ou seja, percebemos no fragmento citado um discurso que compreendia a instrução como investimento social e econômico. A Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida, criada em 1871, por Antônio Ferreira Vianna e demais cidadãos, tinha o objetivo de garantir a frequência dos menores livres e libertos nas escolas por meio da distribuição de materiais escolares, roupas e auxílio médico. Trata-se de um exemplo no qual os discursos em prol da instrução popular se materializavam em ações práticas.

Compondo esse diverso conjunto de iniciativas da Sociedade Civil em prol do atendimento escolar para crianças pobres, estavam as ações da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária. A instituição também se mostra engajada nestes debates educacionais da época e sua preocupação era, sobretudo, com os menores que habitavam as ruas da Corte e por falta de instrução cometiam depravação física e moral. (PINHEIRO, 1930).

Dentre a população livre e pobre da Corte encontrava-se grande número de crianças que realizavam pequenos serviços como entregadores de recados, vendedores ambulantes, caixeiros, etc. Mas também eram crianças muitas vezes envolvidas em pequenos delitos, vadiagem e atos de desordem. Conseguir uma infância pobre e educada era sinônimo de evitar contradições contra o governo e edificar um trabalhador obediente (AURNHEIMER FILHO, 2009). Desta maneira a ISSSC, a partir de 1881, empreende suas ações na construção de um asilo onde os menores desvalidos receberiam a educação primária e profissional.

Notadamente, para os dirigentes do Império, e para aqueles que discutiam a educação, a infância que vivia nas ruas da cidade sem instrução e amparo era um dos grandes empecilhos para a implantação de uma cultura urbanizada. “Dos inconvenientes que a existência de crianças e jovens representava para a concepção de cidade asséptica e moderna que se buscava instituir” (CAMARA, 2010, p.56).

Apresentava-se como antagônico para o projeto civilizador, e seus ideais de ordem e progresso, uma capital com ruas estreitas, becos sujos e escuros, uma economia e processo de urbanização crescente, mas desigual. A população precisava se enquadrar nos hábitos e costumes da sociedade civilizada e, para isso, foi alvo das políticas de limpeza e controle entre as quais se encontra a escola (SCHUELER, 1999).

A presença das crianças na rua era associada à sujeira, desordem, pobreza e vício. Características incompatíveis com a moderna capital que pretendiam configurar. A existência dessas crianças que andavam pelas ruas da cidade com a ausência de um lar, disciplina, instrução e ordem, era um problema. A necessidade de educá-las era também a urgência de

controlar os livres e erradicar a criminalidade e desordem das ruas, pois as classes pobres eram postas como sinônimos de ignorantes e perigosas (SCHUELER, 1999).

A realidade desta infância desvalida foi forjada em contradição a uma infância considerada ideal, limpa, decente, educada e integrada à sociedade. A infância descrita pelos jornais, na opinião dos homens de governo, médicos, advogados e dos próprios professores era aquela que possuía os comportamentos que não acordavam com a imagem de ordem e progresso instituída para a cidade. Essa infância desvalida desvirtuava, impedia, negava e manchava a ordem e o progresso necessários para a civilização (CAMARA, 2010).

Neste sentido, a infância foi caracterizada pelos diferentes grupos, a partir de determinados valores de uma sociedade desigual e hierarquizada. Logo, a infância do pobre era divergente da infância daqueles que ocupavam os melhores lugares no escalonamento social. A infância era compreendida nos dicionários por volta de 1830 como a primeira fase da vida onde não se tinha fala ou essa era imperfeita. Delimitada do nascimento até os 3 anos, seguida da puerícia (dos 4 aos 12 anos). Para a Igreja Católica, a infância terminava aos 7 anos quando a criança já possuía razão para receber os sacramentos da confissão e eucaristia, portanto, podia assumir responsabilidades. (SOUZA, 2008).

Contudo, para as crianças escravas, livres e pobres, a infância, quando não interrompida pela morte prematura, era dividida pela capacidade para o trabalho. Quando alcançavam os 12 anos, deixavam de serem crianças, ou seja, incapazes para realizar atividades com rendimento econômico e se tornavam aptas para desempenhar função de ajudantes, aprendizes e a realizar pequenos serviços (SOUZA, 2008). Cuidar dessa infância desvalida significava a inserção no mundo do trabalho, essa era uma medida/solução profícua em nome da moralidade pública (CAMARA, 2010).

As representações do trabalho como prevenção aos vícios provenientes da vivência cotidiana foram usadas como justificativas por muitas instituições e empregadores que se utilizaram do trabalho infantil como mão de obra. Não era difícil encontrar propagandas como a do Jornal do Commercio em 1882 onde era oferecida vaga de emprego para crianças: “Precisa-se de um pequeno com prática de padaria, para entregar pão; na Rua General Pedra nº156.” (Jornal do Commercio, ano 62, nº122, 2 de maio de 1882). Como também era comum encontrar publicações onde se alugavam crianças para realizar serviços do cotidiano: “Precisa-se alugar um menino capaz, para fazer compras e serviços de casa; para tratar na Rua da Misericórdia nº8.” (Jornal do Commercio, ano 39, nº6, 6 de janeiro de 1864). Havia nesse tipo de contratação vantagens econômicas, pois os empregadores pagavam baixos salários e

tinham a função exercida. Justificados de uma benevolência e contribuição para a moralidade e progresso do país.

A questão da infância “desprotegida da sorte²⁰⁰” nas ruas da Corte se agrava em 1871 com a promulgação da Lei do Ventre Livre. Lei que compunha um conjunto de medidas abolicionistas, e que afetou diretamente o público infantil. O que fazer com as crianças livres que nasciam do ventre escravo? Na letra da lei, os menores nascidos das escravas a partir daquela data estariam sobre responsabilidades dos senhores até completarem 8 anos. Após esse período, o senhor receberia como indenização do governo imperial o valor de 600\$000, ao entregar a criança para o Estado, que a encaminharia para a instrução primária e aprendizagem de ofícios. Ou poderia utilizar os serviços do menor até os 21 anos. Mas, muitas crianças desvalidas descendiam de escravos e libertos, ou seja, o que estava proposto na lei não tinha total êxito no cotidiano. (SCHUELER, 1999).

Neste contexto, o tecido social se tornou mais complexo, fazendo repensar a instrução popular e as práticas em torno do trabalho:

Aqueles que elegeram a educação como instrumento fundamental de reconstrução nacional, via de regra, defendiam a incorporação, ainda que gradual, de libertos e escravos ao ensino primário. Porém, como dissemos, a questão não foi, em momento algum, pacífica e consensual (SCHUELER, 2002, p. 213)

Desta forma a difusão da educação para públicos cada vez maiores era compreendida como uma das condições para o alcance do progresso da nação. Entretanto as maneiras de atender os diversos seguimentos da sociedade nunca foram unânimes, sobretudo, ao se tratar da destinação dos libertos e escravos.

O entendimento ambivalente da infância pobre como “em perigo” e “perigosa”, a tornou uma problemática social sendo objeto de intervenções públicas e privadas, justificadas pelo caráter regenerador e protecionista. Era preciso um lugar específico para regenerar e prevenir a infância desvalida. A instrução atrelada à formação para o trabalho foi a solução posta tanto para o problema da infância nas ruas da cidade, como forma de construir um trabalho livre e manter a hierarquização da sociedade. Encaminhando os pobres, após a sua passagem escolar, para os lugares de trabalhos manuais (SCHUELER, 2002).

A necessidade de “alfabetizar” a criança popular através da instrução pública estava associada à imposição de uma “disciplina do corpo” das crianças, à regulação de seu tempo transformando-o num “tempo útil” para si e para pátria, a partir da difusão de um conceito valorizador do trabalho (SCHUELER, 2002, p.30).

²⁰⁰Expressão encontrada em CAMARA (2010)

A regeneração e prevenção da infância desvalida deveriam ocorrer pela instrução primária atrelada ao ensino de um ofício, e assim, ao alcance de uma destinação social. Isto ocorreria não somente pela aprendizagem das disciplinas, mas com uma imposição do corpo adequando-o as normas sociais. Além disso, era preciso transformar todo o tempo livre, que poderia ser utilizado negativamente nas ruas, por tempo útil, ou seja, tempo ocupado pelo aprendizado e trabalho.

Assim, uma escola com os objetivos específicos para destinar essa população pobre e livre, incluindo os ingênuos entregues por seus senhores ao Estado, já era posta como solução no próprio decreto educacional de 1854 com a instituição de um asilo que, nas palavras de Schueler (1999), legalizaria o “elemento servil”²⁰¹. A educação popular direcionada à aprendizagem de ofícios, posta como suficiente para os pobres, libertos e livres, também foi reafirmada em 1879 na reforma educacional proposta por Leôncio de Carvalho.

A ação do Governo Imperial para a educação dos desvalidos na Corte Imperial se concretizou 20 anos depois da Reforma Couto Ferraz, através da criação do Asilo de Meninos Desvalidos por meio do decreto 5.532 de 1874. Estabelecimento público destinado aos “menores de 12 anos em estado de pobreza”, grupo que podemos caracterizar pelos livres, libertos e ingênuos. Instituído na propriedade pertencente à família Rudge, localizada na Chácara dos Macacos em Vila Isabel, comprada pelo governo no valor de 137 contos e 690 mil réis. (SOUZA, 2008)

A criação da instituição compunha um debate internacional sobre disciplinar parcelas da população e disseminar conhecimentos profissionais para integrar o pobre livre na sociedade. O Asilo possuía uma proposta moderna para educar a criança pobre. Não constituía apenas em recolher das ruas, proteger e amparar como as ações já realizadas pelas instituições religiosas desde tempos antigos. Mas também, e talvez o mais importante, pretendia através da aprendizagem de um ofício destinar o pobre livre no local adequado a sua classe social (SOUZA, 2008).²⁰²

²⁰¹ A autora no mesmo texto salienta que muitos proprietários de escravos enviavam pedidos ao para matrícula dos ingênuos no Asilo projetado pelo governo imperial como forma de indenização pelos gastos utilizados com a criança.

²⁰² A instituição só foi inaugurada um ano após a sua criação exatamente em 4 de março de 1875. Atendendo meninos de 6 aos 12 anos, porém devendo permanecer na instituição até os 21 anos a fim de pagarem seus estudos por meio do trabalho nas oficinas. Funcionou, na perspectiva de um ensino integral, no regime de internato englobando três dimensões: moradia, escola e oficina. Administrando a educação intelectual, moral, física e prática, pretendia proferir uma educação útil para as necessidades progressistas emergentes do Brasil, ou seja, a aplicabilidade do trabalho na vida diária. Desta forma o ensino seria intuitivo, baseado nas teorias de Pestalozzi e Froebel, onde era preciso sentir e observar para aprender. Ainda inspirado nas escolas norte-americanas era preconizada uma educação do corpo, a partir dos preceitos higiênicos e da ginástica. A ginástica cumpria uma função moralizadora, preventiva de hábitos perigosos e era considerada patriótica,

Este tipo de experiência que corrigia os maus hábitos, através de uma educação adequada à classe pobre, foi posta em prática por outros setores da população. O discurso de educar a criança pobre com uma disciplina sobre o corpo e ao ocupar todo o seu tempo através do aprendizado, ou seja, torna-lo “útil para si e para a pátria”²⁰³, valorizando o conceito de trabalho, foi reafirmado por diversos setores da classe imperial através de diferentes iniciativas durante as décadas de 1870 e 1880²⁰⁴. Na maioria das vezes com o apoio governamental através de subvenções, doação de propriedades ou o apadrinhamento. Instituições, sociedades, agremiações, pessoas públicas, etc. promoveram condições para as crianças pobres frequentarem as escolas públicas, fundaram colégios, cursos e etc.

Nesta época na Corte houve exemplos como a já mencionada Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida, que também auxiliou no financiamento dos primeiros prédios próprios para as escolas públicas, que foram construídos nessas últimas décadas do Império. A Sociedade Propagadora da Instrução pelas Classes Operárias da Lagoa (1872), inúmeras vezes noticiadas nos jornais, destinava-se as classes de trabalhadores de ofícios manuais fornecendo a instrução através de curso noturno. A Associação Protetora da Infância Desamparada (1886) possuía a proposta de recolher as crianças desvalidas e educa-las, através da aprendizagem para o trabalho, numa Colônia agrícola (MARTINEZ, 1997).

Da mesma forma, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária empreendeu ações no cenário educacional legitimando o discurso de uma educação como medida regeneradora.

A Freguesia da Candelária, como observado, no primeiro capítulo, tinha como característica principal ser um polo comercial da Capital do Império. Muito possivelmente por este motivo, era também local onde as crianças desvalidas se amontoavam para realizar

enquanto a educação intelectual e manual era baseada na aprendizagem de ofícios. Com isto o currículo era composto pela aprendizagem dos ofícios de “encanador, alfaiate, carpinteiro, marceneiro, torneiro e entalhador, funileiro, ferreiro, serralheiro, serrador, correeiro e sapateiro, além do ensino primário composto por leitura, escrita e aritmética, instrução moral e religiosa”. Tendo todo o tempo ocupado e o mínimo de ociosidade. O Asilo dos meninos desvalidos em 1910 tornou-se Instituto Profissional João Alfredo recebendo o nome do ex-ministro do Império, sendo 1 ano depois abolido o regime de internato. Passando por mudanças na nomenclatura e funcionamento, atualmente o prédio na mesma localidade abriga o Colégio Estadual João Alfredo onde é oferecido o ensino médio regular e profissionalizante na área de administração (SOUZA, 2008).

²⁰³ Segundo Souza (2008) essa expressão era recorrente nos documentos de época. Externava a valorização do trabalho que rendia frutos econômicos para o país e uma vida produtiva para o cidadão, em oposição à ociosidade entendida como caminho para a delinquência e depravação.

²⁰⁴ Mesmo na primeira metade do século XIX é possível observar o surgimento de sociedades e agremiações que assumiram a responsabilidade de civilizar a sociedade, agindo como instrumentos de difusão do ensino, quase sempre atrelado a aprendizagem de ofícios, para a classe mais pobre. Como exemplos na Corte a Sociedade Amante da Instrução (1829), Sociedade de Instrução Elementar (1831) e Sociedade Auxiliadora das Artes (1833). Ver GONDRA, SCHUELER (2008).

pequenos serviços ou se ocupar da mendicância, a fim de obter a sobrevivência diária nas circunstâncias geradas pela própria modernidade que caminhava na cidade. O Dr. Carlos Bush Varella, ao proferir três conferências nas Conferências Públicas de 1874 na Freguesia da Glória²⁰⁵ também revela pistas sobre a infância desvalida nas ruas da Freguesia da Candelária. O jurista dizia:

[...] Sem teto e sem pão, os míseros inocentes dormem nesses recessos imundos que em nossa cidade chamam o Arco do Telles, ou ao relento, no adro das igrejas, nos recantos escuros dos edifícios, ou se empilham nesses cubículos asquerosos, que por aí abundam com o nome de cortiços [...] (Conferências Públicas 1874, apud SCHUELER, 1999, p.11).

O interessante no discurso do Dr. Varella não é somente o incômodo das crianças que vagavam nas ruas da cidade ou da ideia da educação como preventiva para crimes e desordem, pois este era um problema que incomodava muitos sujeitos em 1870 e, portanto, alvo de intervenções de setores diversos da sociedade. Contudo o Dr. Varella ao fazer sua defesa da educação para o trabalho como solução para a infância desvalida traz dados que localizam onde estas crianças habitavam na Corte. Ao identificar o Arco do Telles como um local insalubre onde as crianças desvalidas moravam conseguimos, ao cruzar as informações sobre a geografia da Corte no período, compreender que na Freguesia da Candelária residia parcela dessa infância pobre, pois o Arco do Telles ficava em seus limites territoriais.

A ISSSC por ser uma importante entidade representante do credo católico, e uma força política e ideológica constitutiva da própria Freguesia da Candelária, assumiu lugar nos embates que envolviam o futuro do país. Estava desta maneira, comprometida com as discussões a respeito da ação civilizatória da educação e sua necessidade de ser expandida aos pobres, tornando-os úteis através do trabalho e, concomitantemente, reduzindo as características de atraso da capital do Império como a mendicância, a desordem e a vacância de menores nas ruas. A Irmandade também buscava, através de uma atuação mais incisiva no

²⁰⁵ As Conferências públicas, pedagógicas, literárias ou populares que ficaram historicamente conhecidas como as Conferências Populares da Freguesia da Glória por ocorrerem no palacete escolar daquela região ocorreram entre os anos de 1873 e 1890. São caracterizadas como a reunião de pessoas (professores, intelectuais, figuras importantes da sociedade, o próprio Imperador etc) com o objetivo de ampliar o conhecimento e difundir a instrução científica tão importante para o progresso da nação. Para tanto discutiam temas sobre as políticas educacionais, a escola, métodos de ensino etc. (BASTOS, 2002). Na conferência intitulada *Da instrução ao filho do proletário, ao enjeitado, ao vagabundo e aos jovens delinquentes, e meios de torna-la efetiva*, o Dr. Varella torna nítida uma estratificação social na difusão da educação. Segundo ele as escolas públicas como o palacete escolar da Freguesia da Glória não eram destinados a todas as crianças pobres, mas somente aquelas que os responsáveis poderiam dispensar recursos para enviar os menores a escola. Aquela parcela da população que vivia na deficiência de recursos materiais e também de ensino necessitava de uma intervenção para emancipá-los da ignorância que os deixavam a favor dos vícios e ociosidade. Era preciso abrir escolas para a instrução do trabalho. Era preciso intervir em todos os âmbitos da vida dessas crianças, na habitação, no pensamento, na diversão, no trabalho. (Costa, 2007).

campo educacional, interferir na questão central das últimas décadas do Império, a própria formação do povo. Tentava, portanto, empreender em ação a sua versão de educação ideal para a classe pobre. Ou seja, era força atuante, sobretudo na Freguesia da Candelária, nas disputas por controle das ideias sobre *como* e *quando* educar.

No compromisso do ano de 1881, a Irmandade da Candelária expõe como um dos seus objetivos asilar e instruir a infância desvalida. Proposta que será empreendida por sua repartição anexa denominada de Caridade. A ISSSC considerava que o governo imperial, tentando absorver todos os serviços, não fiscalizava devidamente as ações empreendidas e estava muito preocupado com as burocracias de relatórios e minutas que atrasavam os resultados. Desta forma, não alcançando os frutos que as associações particulares, sobretudo, as irmandades conseguiam (PINHEIRO, 1930). E assim, justificava a necessidade dos seus empreendimentos educacionais.

Além disso, a criação de um estabelecimento de ensino, alinhado ao pensamento de destinar instrução para a infância desvalida, fazia parte de uma malha de relações de trocas, favorecimentos e poderes entre a entidade religiosa e o próprio governo imperial. A repartição da Caridade desejava requerer do poder imperial isenção predial de seu patrimônio, justificada pelos serviços caritativos prestados à sociedade, visto que instituições como a Santa Casa de Misericórdia, realizando serviços semelhantes, possuíam o privilégio. Alegava que o alto valor pago pelos impostos prejudicava suas ações beneficentes. Como forma de convencimento, enumerava suas ações de socorro aos pobres, doentes e:

ainda mais, essa repartição está disposta a fundar um asilo de artes e ofícios, onde a infância desvalida ache proteção e se eduque no trabalho. Como negar-lhe o favor que pede? (PINHEIRO, 1930, p. 313).

Desta forma a Irmandade da Candelária pretendia enaltecer suas ações na Corte Imperial em prol dos mais necessitados que, segundo a associação, eram os pobres, os doentes e a infância desvalida. Com a finalidade de convencer o poder governamental que a instituição estava apta a gozar de privilégios justificados pelos “bons” serviços dispensados que de alguma maneira liberavam o governo de promover tais ações.

O relatório da provedoria de 1880, apresentado pelo provedor Luiz Augusto de Magalhães, comenta tal situação, onde a Repartição da Caridade a fim de obter a isenção de impostos, como a décima urbana, barganha com o governo imperial oferecendo a criação de um asilo para os desvalidos:

Não seria mais filantrópico, mais altamente moralizador, substituir esse pequeno e improfícuo auxílio pela criação de um asilo para esses órfãos? Não seria a caridade exercida mais eficazmente abrindo-se um asilo com escolas e oficinas, onde dessas crianças se formassem cidadãos, que poderiam ser uteis a si e á sociedade? Estas ponderações, estou disso intimamente convencido, encontrarão eco em todos os corações generosos; e mais facilmente os poderes legislativos isentarão da décima urbana um patrimônio que tem por fim único a caridade pública (Relatório da Provedoria da ISSSC, 1880, p.23)

Como se observa, o discurso acionava a moral, a caridade e a filantropia como razões para criação de um estabelecimento de atendimento à infância desassistida. O **Asylo da Infância Desvalida da Candelária**, segundo Pinheiro (1930), era inspirado em ações bem sucedidas de outras entidades religiosas como da Irmandade São Manoel, que estava sediada em um altar lateral da Igreja da Candelária, e da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência²⁰⁶. O objetivo da instituição era abrigar e instruir com a educação primária e profissional, a partir da aprendizagem de ofícios, a população mais necessitada. Esta população era definida como:

(...) os que não podem prover á sua subsistência, e, neste caso, estão os infelizes menores que vagueiam, por essas ruas, sem abrigo, servindo de especulação a perversos, e caminhando na estrada do vício e da depravação física e moral (PINHEIRO, 1930, p.318).

O discurso da ISSSC corroborava com de diversos sujeitos das décadas finais do Império que viam a infância pobre, que vivia nas ruas da Corte, em situação de perigo. Necessitava essa parcela da população de tutela específica que aliava instrução e trabalho. Assim diminuiria também os crimes, delinquência, vícios, depravação e desordem das ruas praticadas por esses menores.

Este tipo de instituição asilar, com a aprendizagem de ofícios, fazia parte de um grupo de estabelecimentos de prevenção para a infância desamparada, ao lado das Rodas de Expostos e das Salles d'Asile de inspiração francesa. Os asilos tiveram grande expansão na segunda metade do Oitocentos, e seu significado estava relacionado a lugar de refúgio, com finalidade de recolher as crianças desamparadas e os velhos que não podiam trabalhar. Eram instituições promovidas pelo governo (como o Asilo de Meninos Desvalidos), ou privadas (com e/ou sem incentivo do poder imperial). Nesse contexto, o papel da Igreja Católica foi bastante significativo, no que condiz a colaboração de instituições religiosas, somada à força do Estado na divisão das responsabilidades com a infância desamparada. (SOUZA, 2008).

²⁰⁶ Não obtivemos informações, nas fontes consultadas, de onde estavam e como se organizavam essas instituições educacionais citadas por Pinheiro (1930) como inspirações para o Asylo proposto pela ISSSC.

A perspectiva de asilar e o regime de internato conformaram a iniciativa de diversos grupos espalhados por todo o Brasil. O Asylo proposto pela ISSSC não foi uma atitude isolada. As primeiras iniciativas foram associadas à Santa Casa de Misericórdia mantendo recolhimentos para a educação de crianças pobres e abandonadas²⁰⁷. Mas também esteve na pauta das ordens religiosas, dos poderes públicos e das forças militares, acompanhado um movimento internacional. (GONDRA, SCHUELER, 2008).

Os pilares de caridade, filantropia e controle da população que representava perigo e desordem fundamentavam essas ações (GONDRA, SCHUELER, 2008). Nesta interpretação a ISSSC além de promover o Asylo para as crianças desvalidas, assumiu a administração de um Recolhimento²⁰⁸ que funcionou brevemente e durante um período foi uma espécie de anexo do Asylo.

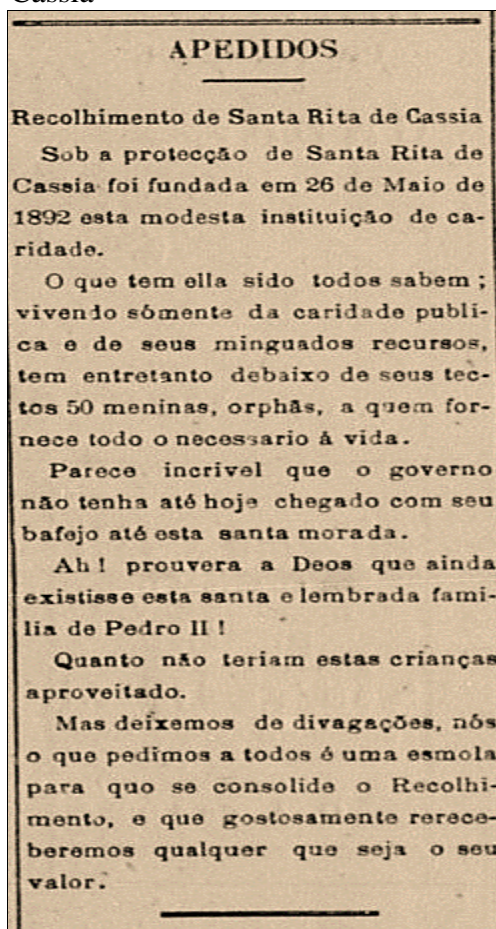
O Recolhimento Santa Rita de Cássia (às vezes nomeado pela imprensa como Asilo Santa Rita de Cássia) foi fundado em 1892, e segundo Santos (1965), era localizado na Freguesia do Engenho Velho. Tratava-se de uma instituição asilar para meninas órfãs. A instituição algumas vezes apareceu nas páginas do periódico católico O Apóstolo²⁰⁹, como na publicação de 29 de janeiro de 1896.

²⁰⁷ A Irmandade da Misericórdia fundou em 1739 o Recolhimento para meninas órfãs que iniciou o funcionamento em 1743. A Sociedade Protetora da Infância Desamparada, em 1886, inaugurava o Asilo Agrícola de Santa Isabel em uma área próxima à Valença. (SOUZA, 2008). Noronha Santos (1965) informa que existiam na Corte o Asilo do Bom Pastor (1889) e o Recolhimento Isabel (1889), ambos na Freguesia do Engenho Velho. A Sociedade Amante de Instrução fundou o Asilo de órfãos em 1829 na Freguesia da Lagoa. E o Asilo de São Francisco (antigo Asilo da Mendicidade instituído em 1879) funcionava na Freguesia do Espírito Santo.

²⁰⁸ Agradecemos ao Senhor Amilcar Gramacho pelas informações fornecidas sobre a história do Recolhimento, proporcionando pistas sobre possíveis fontes de pesquisas que foram consultadas.

²⁰⁹ “O Apóstolo: Periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião” foi publicado na Corte do ano de 1866 a 1901 tendo a periodicidade média de três números semanais Considerado o principal periódico católico do século XIX. Tinha como objetivos o combate a laicização do Estado e a defesa do catolicismo. Através das publicações é possível compreender as representações e práticas educativas defendidas pela Igreja Católica. Para mais informações consultar entre outros PASCHE (2014) e GOMES (2018).

Imagem 41 - Pedido de contribuição para o Recolhimento Santa Rita de Cássia²¹⁰



Fonte: O Apóstolo, ano 32, nº13, 29/02/1896.

A publicação na coluna “A pedido” caracterizava o Recolhimento como uma modesta instituição de caridade, que vivendo somente dos poucos recursos provenientes de doações, abrigava 50 meninas órfãs. No fim do texto existia o pedido de contribuição, de qualquer valor, para a continuação das ações do Recolhimento que era qualificado como uma “santa morada”. Este tipo de publicação figura as páginas do periódico algumas vezes. Contudo são nas páginas do mesmo que encontramos em 23 de dezembro de 1896 a notícia de um escândalo envolvendo a instituição:

A imprensa diária, que até há pouco tempo estava a recomendar um tal Asilo Santa Rita de Cassia, é hoje quem se revoltando contra ele, vem pedir correção a polícia o

²¹⁰ Transcrição: “Recolhimento de Santa Rita de Cassia. Sob a proteção de Santa Rita de Cassia foi fundada em 26 de maio de 1892 esta modesta instituição de caridade. O que tem ela sido todos sabem: vivendo somente da caridade pública e de seus minguados recursos, tem, entretanto, debaixo de seu teto 50 meninas, órfãs, a quem fornece todo o necessário à vida. Parece incrível que o governo não tenha até hoje chegado com seu bafejo até esta santa morada. Ah! prouvera a Deus que ainda existisse esta santa e lembrada família de Pedro II. Quanto não teriam essas crianças aproveitado. Mas deixemos de divagações, nós o que pedimos a todos é uma esmola para que se consolide o Recolhimento, e que gostosamente receberemos qualquer que seja o seu valor.”

desvendar ao público todos os escândalos que ali se dão e a par da miséria e todos os sofrimentos de que são vítimas umas setenta meninas que estavam sendo aproveitadas como instrumentos da filantropia de um *quindam*, que depois da republica sem Deus, mas de muita saúde e fraternidade, explorava juntamente a caridade pública em benefício seu sob a capa de beneficência às meninas. A polícia entrou ali e só encontrou de caridade, de religião senão o título! Verdadeiro conto de vigário, a hipocrisia, a velhacaria, a malandragem se enchiam com os donativos caridosos, deixando as pobres crianças famintas, seminuas e sem sangue, que era sugado pelos percevejos! É mais um quadro de exploração torpe e das consequências da filantropia secular, da caridade republicana que praticada depois da republica, que se desvenda a nosso olhos e do qual não nos admitamos e nem ele nos surpreende! Onde não há Deus, não há religião, não há moralidade, não há consciência! [...] (O Apóstolo, ano 32, nº148, 23/12/1896, p.1)

Sob o título de “A Caridade Leiga” o periódico noticiava com surpresa e desprezo que: “A imprensa diária, que até pouco tempo estava a recomendar um tal Asilo Santa Rita de Cássia, é hoje quem se revolta contra ele, e vem pedir a correção à polícia [...]”. Na denúncia 70 meninas viviam na instituição em péssimas condições e também eram exploradas. Ou seja, a imagem de um recolhimento para meninas órfãs era usada para a arrecadação da caridade pública, contudo as verbas não chegavam ao benefício das internas e eram desviadas para uso do proprietário. “Deixando as pobres crianças famintas, seminuas e sem sangue, que era sugado pelos percevejos!” A instituição, que apesar de estar sob o título/proteção de Santa Rita de Cássia, não era mantida por religiosos. E o periódico que noticiava o caso era um “periódico religioso, moral e doutrinário”. Desta forma o escândalo ocorrido era posto como consequência de uma caridade republicana, ou seja, indicando que a verdadeira caridade só poderia ser realizada por aqueles que temem a Deus e possuíssem a religião católica.

Pelo escândalo causado, por retratação já que várias vezes pediu contribuição para a instituição em suas páginas, ou ainda, por ser mais uma ocasião de justificar os malefícios causados pelo regime republicano que defendia a laicidade. O Apóstolo ira noticiar a continuidade do inquérito. Dois dias depois, na edição de 25 de dezembro de 1896²¹¹, é informado que “a criminalidade do Sr. Diretor Basilio de Moraes ficou provada, pois tudo era um exploração da caridade pública e uma verdadeira chantagem”. Contudo criticava a ação do governo republicano que colocou como diretor substituto do recolhimento o Alferes Francisco Celso Cavalcanti Pontes, justificando que um homem relacionado ao exército não poderia exercer tal cargo.

O tom forte das denúncias prossegue em outras publicações do Apóstolo. Em 27 de dezembro de 1896 o governo republicano é acusado de cúmplice por não inspecionar

²¹¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/15814>. Consultado em: 29/10/2020

devidamente o estabelecimento e ainda ter contribuído mensalmente com 500\$000²¹². O periódico prossegue, em 30 de dezembro de 1896, acompanhado o inquérito que tinha chegado ao número de 16 “meninas desvirginadas” na instituição. Esta mesma publicação informa que o Recolhimento Santa Rita de Cássia foi entregue a uma Comissão da imprensa, revelando que a pressão exercida por este setor influenciou os rumos do caso. Contudo, alegando que esta Comissão não teria os meios para gerir a instituição, o Recolhimento foi confiado a Irmandade da Candelária.

Imagem 42 - Recolhimento Santa Rita de Cássia é administrado pela Irmandade da Candelária²¹³

Asylo Santa Rita de Cassia

Tem continuado o inquerito sobre as occurrencias daquelle asylo sob a direcção de um mostro que soube illudir e enganar toda a população do Rio de Janeiro, apesar de nunca ter dado provas de habilitações, não ter instrucção e nem moralidade!

Os crimes, as torpezas, os horrores alli praticados vão se descobrindo e são tantos que admira-se como poderam ficar occultos por tanto tempo.

Até agora, segundo a imprensa diaria que tem acompanhado o inquerito, sobe a 16 o numero de meninas desvirginadas!

E' simplesmente torpe e horrivel!

Nestas condições foi entregue a uma commissão da imprensa, que por si não dispondo de meios para dirigi-lo, trata de entregal-o á Irmandade da Candelaria, como recurso de salvação do futuro de moças que de alma e corpo estavam sendo assassinadas por uma fera sob a fórma de homem.

Fonte: O Apóstolo, ano 32, nº151, 30/12/1896.

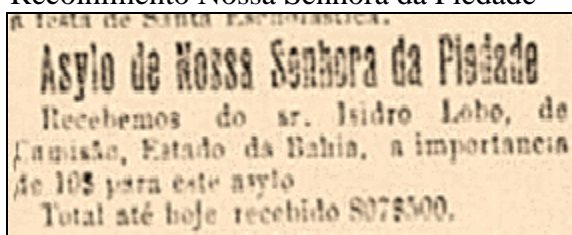
²¹² Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/15817>. Consultado em: 29/10/2020

²¹³ Transcrição: “Asylo Santa Rita de Cassia. Tem continuado o inquérito sobre as ocorrências daquele asilo sob a direção de um mostro que soube iludir e enganar toda a população do Rio de Janeiro, apesar de nunca ter dado provas de habilitações, não ter instrução e nem moralidade! Os crimes, torpezas, os horrores ali praticados vão se descobrindo e são tantos que admira-se como poderam ficar occultos por tanto tempo. Até agora, segundo a imprensa diária que tem acompanhado o inquérito, sobe a 16 o número de meninas desvirginadas! É simplesmente torpe e horrível! Nessas condições foi entregue a uma comissão da imprensa, que por si não dispondo de meios para dirigi-lo, trata de entrega-lo á Irmandade da Candelária, como recurso de salvação do futuro e moças que de alma e corpo estavam sendo assassinadas por uma fera sob a forma de homem.”

Conforme a imagem, o Recolhimento Santa Rita de Cássia foi entregue a Irmandade da Candelária “como recurso de salvação do futuro de moças que de alma e corpo estavam sendo assassinadas por uma fera sob a forma de homem.” Deixando claro que somente a caridade praticada dentro da religião católica era eficaz, e por isso, o melhor foi designar a administração da instituição para uma irmandade reconhecida pelos seus feitos na cidade.

A decisão da administração do Recolhimento Santa Rita de Cássia foi promulgada na sessão da Mesa Administrativa da Irmandade da Candelária de 28 de dezembro de 1896. No ano seguinte a provedoria da Irmandade, em reunião com o juiz Dr. Ataulfo de Paiva, assumiu a guarda das órfãs e dos recursos obtidos através de uma campanha na imprensa. No mesmo ano alterou o nome da instituição para **Recolhimento Nossa Senhora da Piedade** (muitas vezes referido pela imprensa como Asylo de Nossa Senhora da Piedade). Um exemplo de campanha de doações foi a promovida pelo Jornal do Brasil na edição de 10 de fevereiro de 1897.

Imagem 43 - Campanha para o Recolhimento Nossa Senhora da Piedade²¹⁴



Fonte: Jornal do Brasil, ano 7, nº 41, 10/02/1897

Conforme a imagem, naquela data o Jornal tinha recebido do senhor Isidro Lobo, que residia no Estado da Bahia, a quantia de 10\$ para benefício do Recolhimento Nossa Senhora da Piedade. A soma da campanha chegava a 807\$500. A entidade (provavelmente no mesmo ano de 1897) foi transferida para a Rua Desembargador Isidro nº 18, na região então conhecida como “Fábrica de Chita” (atual Praça Sáenz Peña, na Tijuca). Tais ações, possivelmente foram tomadas com o intuito de assinalar uma nova fase da instituição, desvencilhando-a da imagem negativa que a marcava até então.

Estas ações da Irmandade pela responsabilização do recolhimento das órfãs também envolveu uma relação de troca e benefícios com o governo republicano. Enquanto o Estado tinha o desencargo de um grupo de órfãs para educar e destinar adequadamente na sociedade, a ISSSC recebeu anualmente 12 contos de réis e a complementação da verba com a concessão de novas loterias. O mesmo periódico, O Apóstolo, noticiou diversas destas loterias.

²¹⁴ Transcrição: “Asylo de Nossa Senhora da Piedade. Recebemos do Sr. Isidro Lobo, de (ilegível), Estado da Bahia, a importância de 10\$ para este asylo. Total até hoje recebido 807\$500.”

Imagem 44 - Loteria em benefício do Recolhimento Nossa Senhora da Piedade

LOTÉRIAS DA CANDELARIA
EM BENEFÍCIO DO
RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE
 sob a immediata responsabilidade da mesma irmandade. Lei Federal
 n. 543 7 de Maio de 1896
 Extracção pelo systema de urnas e espheras
QUINTA-FEIRA 28 DO CORRENTE
 EXTRACÇÃO NO THEATRO S. PEDRO DE ALCANTARA
 A'S 2 1/2 HORAS DA TARDE
PREMIO MAIOR _____ **PREMIO MAIOR**
 POR 8\$000 **20:000\$000** POR 8\$000
 14ª loteria do plano n. 4, composta de 7.000 bilhetes, divi-
 didos em decimos de 800 rs. cada um.
 Na agencia geral, á rua da Alfandega n. 1 A, acham-se desde já á venda os bilhetes desta loteria, onde
 tambem se effectuará a troca por qualquer dos que tiverem a data de 8 de Março e que estão recolhidos por ordem da
 irmandade concessionaria. Na mesma agencia aceitam-se pedidos de numeros certos para as seguintes loterias, achando-se
 reservados para esta os que tinham sido anteriormente encomendados.
O AGENTE GERAL,
JOAQUIM JOSÉ DO ROSÁRIO.

Fonte: O Apóstolo, nº22, 23/12/1899.

Percebemos pela imagem que haveria na loteria prêmios menores de 800 réis e o grande remuneração era 20:000\$000. Portanto, a ação da Irmandade não ocorreu baseada (somente) na caridade e filantropia, mas em um investimento com seus custos subvencionados pelo Estado Republicano.

Quando o Asylo, destinado à infância desamparada, promovido pela Irmandade da Candelária foi inaugurado (em 1900) o recolhimento foi desativado, 69 menores foram transferidos para a nova instituição educacional e quatro, já maiores de idade, foram admitidas como funcionárias auxiliares. (Almanaque Gonçalves de Araújo da ISSSC, 1912). No final do ano de 1901, a Mesa Administrativa resolveu criar um departamento para a instrução feminina dentro do Asylo e tal repartição foi denominada de Recolhimento. Desta forma o Recolhimento tornou-se um anexo do Asylo.

As meninas, sob a guarda da Irmandade da Candelária, ao terminarem seus estudos eram iniciadas nos ofícios (próprios ao gênero feminino) aprendidos. Novas alunas, não somente órfãs, eram admitas no Recolhimento anexo ao Asylo, sempre compondo o número de 30. Quando a verba acordada com o governo chegou ao fim do período estabelecido, a instituição não recebeu novas meninas, sendo a última egressa em 1916. Desta maneira, o

departamento do Recolhimento que funcionava dentro do Asylo foi totalmente extinto. (Cronologia do Educandário Gonçalves de Araújo da ISSSC, 2010).

O **Asylo para a Infância Desvalida da Candelária** teve sua história constituída de forma diferente em relação ao Recolhimento Nossa Senhora da Piedade²¹⁵. As discussões quanto à sua implementação, iniciaram na década de 1880. A Repartição da Caridade foi a responsável financeira pelo Asylo. Alegando não ter meios suficientes para a criação do Asylo, a Repartição da Caridade, promoveu subscrições e estimulou donativos. Nos relatórios da Provedoria, apresentados anualmente, a parte cabível a Repartição da Caridade demonstrava os recursos obtidos e gastos com a instituição do Asylo.

Vejamos parte de uma lista de subscrições no ano de 1882:

Imagem 45 - Subscrições para o Asylo da Infância Desvalida da Candelária em 1882

Lista dos subscriptores para o asylo da infancia desvalida da Candelaria	
S. M. o Imperador.	400\$
Commendador Francisco José Gonçalves Agra.	4:000\$
Commendador Francisco Eugenio de Azevedo.	2:000\$
Antonio Ferreira da Silva.	2:000\$
Bartholomeu Alves Meira.	2:000\$
Barão de Sapucaia.	1:000\$
Francisco A. Monteiro.	1:000\$
Commendador José Antonio Moreira Filho.	1:000\$
João Antonio Moreira.	1:000\$
Baroneza de Sapucaia.	1:000\$
José Maria Pinto Guerra.	500\$
Visconde de Itamaraty.	500\$
Emanuele Cresta.	500\$
D. A. Candido de Araujo Azambuja.	500\$
Alberto da Cunha Leão.	300\$
João Antonio da Silva Guimarães.	300\$
Fernando Augusto da Rocha.	300\$
Francisco Fernandes de Andrade e Silva.	350\$
Antonio Teixeira Rodrigues.	300\$
Visconde de Figueiredo.	200\$
Barão de Aquino.	200\$
José Joaquim de Queiroz.	200\$
Dr. José Jeronymo de Azevedo Lima.	200\$
Domingos José Pereira Ferreira Guimarães.	200\$
Commendador José Ignacio da Rocha.	200\$
Commendador Custodio Moreira Coelho.	200\$
Commendador João José dos Reis Junior.	200\$
	<u>20:550\$</u>

Fonte: Relatório da Provedoria da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária em 1882. Foto elaborada pela autora.

²¹⁵ Barbosa (2016) e Barbosa, Almeida e Limeira (2020) trazem reflexões sobre estas instituições, sobretudo, as transformações ocorridas no período republicano.

A doação feita pelo próprio Imperador para a criação do Asylo repete-se diversas vezes e aparece também nas páginas da imprensa²¹⁶, podendo esse ser um sinal do apoio governamental a ação empreendida pela Irmandade da Candelária (PINHEIRO, 1930). Além das listas de Subscrições utilizadas durante anos e que tudo indica profícuas, já que a arrecadação parcial do ano de 1882 somava 20:550\$, outros artifícios através da imprensa eram utilizados para arrecadar fundos. A exposição pública com as quantias de doação e nome dos benfeitores era noticiada em periódicos como, por exemplo, a publicação datada de 20 de junho de 1885 do Jornal Diário de Notícias.

Imagem 46 - Doações feitas ao Asylo da Irmandade da Candelária

Para o Asylo da Infancia Desvalida da Candelaria receberam-se os seguintes donativos:	
José de Souza Lima.....	20\$000
Carlos Teixeira de Carvalho Hungria.....	20\$000
Luiz A. Garcia Junior...	20\$000
Paula Dantas & C.....	20\$000
Joaquim da Costa Babo..	20\$000
Santos Pereira & C.....	10\$000
Linhares & Lustosa.....	5\$000
José D. Ferreira Pacheco	5\$000
Antonio F. Campos.....	5\$000
Alegria & C.....	200\$000
Agenciado no tronco beneficente Comercio e Artes.....	20\$000
Dr. Peregrino José Freire	20\$000
Campo Verde & Mattos..	10\$000
Cardoso & Brito.....	10\$000
Hasenclever & C.....	10\$000
Herm. Stoltz & C.....	10\$000
Richard Richers & C....	10\$000
Adriano de Castro.....	10\$000
Quantias publicadas.....	15:317\$520
	15:743\$320

Fonte: Diário de Notícias, ano, 1, nº20, 26/6/1885

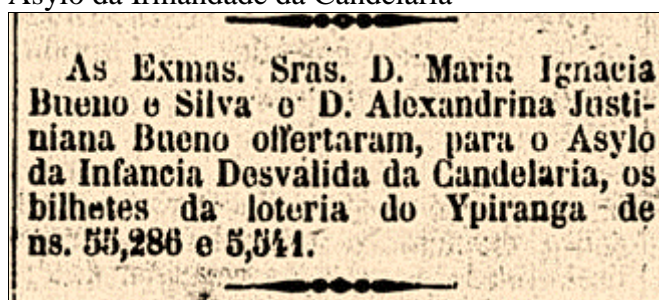
Na listagem apareciam 18 donativos que somavam o valor de 15:317\$520. Entre eles uma mulher, Paula Dantas, e um nome que aparentemente fazia referência a algum

²¹⁶ Por exemplo, no Jornal O Apóstolo de 25 de abril de 1882 consta que o Imperador doou 400\$. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/343951/7767>. Consultado em: 29/10/2020.

estabelecimento (por exemplo, comércio ou fábrica), Alegria & C, que contribuiu com 200\$000. Possivelmente, em uma sociedade hierárquica, ter o nome publicado, na página de um periódico da Capital do Império, como o beneficiador de uma instituição que favoreceria a infância desvalida incentivava as pessoas a contribuírem para a causa. Era o agradecimento público, a exposição da benevolência, o prestígio causado pelo auxílio a uma grande causa, figurar a mesma listagem de doadores que o próprio Imperador, sem desconsiderar o espírito caridoso e (talvez) cristão, que incentivavam inúmeras pessoas a subvencionar a Asylo da Irmandade da Candelária que, na ocasião, já possuía a quantia total de 15:743\$320.

Outra forma recorrente de ajudar a constituição do Asylo era o oferecimento de bilhetes de loteria. Os apostadores ofereciam os bilhetes de loteria à Irmandade, na esperança deste estar premiado e o valor concorrido ajudar a obra de beneficência.

Imagem 47 - Oferta de bilhetes de loteria para o Asylo da Irmandade da Candelária²¹⁷



Fonte: Diário de Notícias, ano1, nº3, 9 /06/1885.

As senhoras Maria Ignacia Bueno e Silva e Dona Alexandrina Justiniana Bueno ofertavam para a Irmandade da Candelária um bilhete cada da loteria do Ypiranga. Na mesma edição do periódico encontramos anúncio noticiando o prêmio deste sorteio na importância de 100:000\$000. Com a doação das senhoras a Irmandade possuía duas chances de obter a quantia e empregá-la na construção do Asylo. Esta era uma maneira de prestar caridade recorrente nas páginas de periódicos, por exemplo, em dezembro de 1885 uma senhora ofertava a Irmandade um bilhete de loteria que concorria ao prêmio de 500:000\$²¹⁸.

Talvez este tipo de donativo fosse recorrente por ser mais fácil, já que bastava comprar apenas um bilhete, e ao mesmo tempo se este estivesse premiado a doação seria volumosa. Além disso, pelas inúmeras publicações sobre loterias diversas em diferenciados jornais percebemos que este tipo de aposta era comum e incentivada na Corte Imperial.

²¹⁷ Transcrição: “As Exmas. Senhoras D. Maria Ignacia Bueno e Silva e D. Alexandrina Justiniana Bueno ofertaram, para o Asylo da Infância Desvalida da Candelária, os bilhetes de loteria do Ypiranga de ns.55.286 e 5.541.”

²¹⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/719>. Consultado em 30/10/2020.

A realização de atividades cuja arrecadação total seria convertida em favor do Asylo proposto pela Irmandade da Candelária estava inúmeras vezes presente nas edições de jornais.

Imagem 48 - Quermesse em favor do Asylo da Infância Desvalida da Candelária.



Fonte: Diário de Notícias, ano1, nº78, 23/08/1885.

A quermesse que ocorreria no dia 30 de agosto de 1885 seria realizada no Teatro Recreio Dramático. A esplendorosa festa, como é descrita, arrecadaria fundos para a causa do Asylo da Infância Desvalida da Candelária, assim como, para a causa da Libertação do Município Neutro e o Club Thalís. Pedia-se ainda que as pessoas fossem generosas e enviassem prendas a serem vendidas no dia do evento. Não podemos afirmar se a quermesse era organizada pelos próprios beneficiários ou por outro em favor das causas ali estampadas.

Contudo é possível que estes eventos lucrassem para seus objetivos e/ou auxiliassem na divulgação dos trabalhos e estabelecimentos envolvidos. Seria este tipo de beneficência uma rede de arranjos e favorecimentos? O dia 31 de agosto²¹⁹ é anunciado como o segundo dia da quermesse. Além de contar com a venda de prendas ofertadas por distintas famílias,

²¹⁹Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/324>. Consultado em: 30/10/2020

haveria grande espetáculo pela Companhia do artista Braga apresentando duas peças teatrais. Este tipo de atividade era descrita como o “maior divertimento atual” da Corte.

Em 1886 era o Club Beethoven que anunciava um concerto em favor do Asylo da Infância Desvalida da Candelária.

Imagem 49 - Concerto em favor do Asylo da Infância Desvalida da Candelária.

CASSINO FLUMINENSE
 ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA
 DA
 CANDELARIA
O CONCERTO
 organizado pelo
CLUB BEETHOVEN
 a pedido da dignissima irmandade do
 Santissimo Sacramento da Can-
 delaria em
BENEFICIO
 DO
 Asylo da Infancia Desvalida
REALIZAR-SE-HA
DOMINGO 15 DO CORRENTE
 nos salões do Cassino Fluminense
 á 1 hora da tarde
Honrado com a augusta
presença de
SS. MM. e AA. Imperiaes
 Tomam parte no concerto diverso^s
ARTISTAS DA COMPANHIA LYRICA
 com a graciosa permissão do empre-
 zario
Sr. Claudio Rossi
 Os bilhetes acham-se á venda por es-
 pecial favor na secretaria do Club e
 em casa dos Srs. Narciso e A. Napo-
 leão, I. Bevilacqua e Buschmann e
 Guimarães..

Fonte: Diário de Notícias, ano2, nº431, 13/08/1886.

A apresentação teria a participação dos artistas da Companhia Lyrica e ocorreria no Cassino Fluminense a pedido da própria Irmandade da Candelária. Também, compareceriam as majestades Imperiais para apreciar o espetáculo. Em convite anterior²²⁰ o Club Beethoven era qualificado como “um centro de reunião da mais fina e elegante sociedade desta Corte”, para mais, a iniciativa recebia elogios pela causa a qual era destinada proteger a “infância pura, frágil, inocente e sem amparo e sem carinho”.

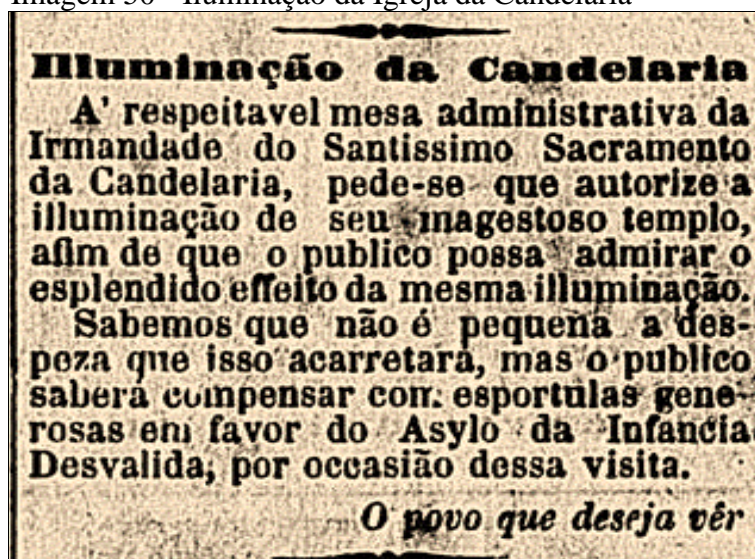
Desta forma o evento era destinado para as pessoas abastadas da Corte e consequentemente pretendia lucrar. Contudo ao dia seguinte do evento a notícia era

²²⁰Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/1749>. Consultado em 30/10/2020.

desanimadora²²¹. O que “teria sido um perfeito sucesso” não obteve a correspondência “ao fim para qual foi organizado”. É descrito que pouco mais de 500 pessoas, incluindo as altezas imperiais, compareceram. Com uma narração detalhista do evento eram lamentados os esforços empenhados.

Outra atitude da Irmandade para a arrecadação de fundos era descrever seus feitos e justificando-os pedir donativos.

Imagem 50 - Iluminação da Igreja da Candelária²²²



Fonte: Diário de Notícias, ano1, nº77, 22/08/1885.

A Irmandade pedia a autorização do governo imperial para iluminar o templo. A mesma alegava o alto custo desta ação, mas a justificava pela beleza do ato e o povo da Corte ser merecedor de apreciar o “esplendido efeito da mesma iluminação”. A legitimação da ação era indiciada pela frase “o povo deseja ver” em destaque ao final do texto. Todavia, a Irmandade fundamentava o pedido de donativos para a causa do Asylo, acreditando que o público saberia compensar com “esportulas generosas”. Este era um artifício de troca de benefícios. A ISSSC esperava receber donativos e o povo da Corte teria a igreja iluminada para realizar suas ações religiosas. Ou ainda era uma forma velada da associação religiosa advogar a sua causa, pois também ela se beneficiaria com a iluminação da Igreja.

Ao lado destas e de outras maneiras de arrecadar fundos para a construção do Asylo da Infância Desvalida da Candelária estava a notória prática do agradecimento.

²²¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/1769>. Consultado em 10/10/2020

²²² Transcrição: “Iluminação da Candelária. A respeitável mesa administrativa da Irmandade do Santissimo Sacramento da Candelária, pede-se que autorize a illuminação de seu majestoso templo, a fim de que o público possa admirar o esplendido efeito da mesma illuminação. Sabemos que não é pequena a despesa que isso acarretara, mas o público sabera compensar com esportulas generosas em favor do Asylo da Infancia Desvalida, por occasião dessa visita. O povo que deseja ver.”

Imagem 51 - Agradecimento às contribuições para Asylo da Infância Desvalida da Candelária²²³



Fonte: Diário de Notícias, ano 1, nº121, 05/10/1885.

A Irmandade da Candelária agradecia as contribuições e enaltecia a ação dos benfeitores que prestavam “relevantissimo serviço a caridosa causa da educação e manutenção da infância desvalida”. Além de enumerar os benefícios que a construção do Asylo traria a Corte, de forma a lembrar da importância da causa apreendida. A gratidão pública, após o pedido de ofertas, era a mais comum das publicações em prol de alguma beneficência. O reconhecimento da ação caridosa possivelmente incentivava outras semelhantes.

Junto às ações de arrecadação de fundos para a construção do Asylo a Mesa Administrativa, em sessão no dia 21 de fevereiro de 1881, apresentou à comissão de patrimônio um parecer para a compra do palacete e chácara (localizado no Campo de São Cristóvão, Praça de Dom Pedro I, na freguesia do mesmo nome). Convencidos que o local poderia servir para abrigar o Asylo, depois dos reparos necessários, primeiro por ser um edifício amplo e segundo por estar localizado próximo ao Hospital dos Lázarus (Relatório da Provedoria da ISSSC, 1881).

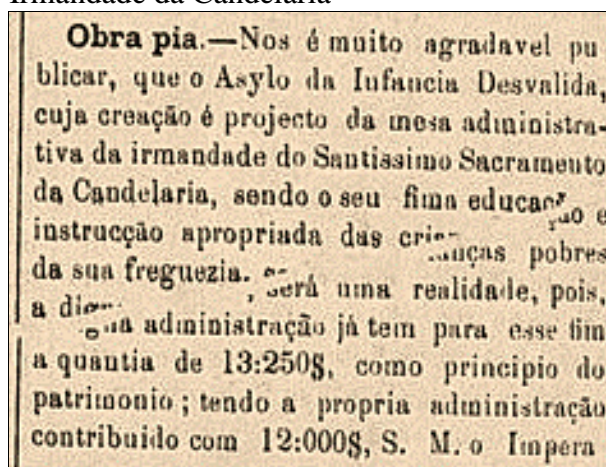
²²³ Transcrição: “Asylo da Infância Desvalida da Candelária. No empenho de inaugurar o Asylo da Infância Desvalida no mais breve tempo, a administração roga encarecidamente aos distintos cavalheiros, cuja generosidade e abnegação confiou listas da subscrição em favor do mesmo asylo o caridoso obsequio de remetterem a secretaria da irmandade o producto de seus benemeritos esforços. Confiando nos beneficos e avantajados resultados que serão colhidos com a inauguração de um estabelecimento de tanta utilidade e merecimento, e bem conhecendo não ser de balde o apelo que faz aos corações altamente humanitarios dos habitantes desta capital, a administração antecipa a sua gratidão aos dedicados benfeitores, que com seu obolo, prestam relevantissimo serviço á caridosa causa da educação e manutenção da infancia desvalida.”

A Irmandade estava alinhada às discussões do período sobre a constituição dos prédios próprios para as escolas públicas. A arquitetura escolar assumiu importância nas últimas décadas do Império sendo parte de uma política de visibilidade. Os edifícios eram caracterizados pela arquitetura de estilo europeu e amplas dimensões comparado a palacetes, contendo as condições higiênicas para a difusão de uma educação racional e moderna, atendendo grande número de crianças e contendo além das salas de aula, pátios, bibliotecas, jardins, varandas e cozinha etc. (SCHUELER, 2005; GARCIA, SILLY, 2015; SILVEIRA, 2017; SCHUELER, RIZZINI, 2019).

Um estabelecimento com tais características jamais poderia ser construído ou adquirido na mesma Freguesia da Candelária, em razão de preceitos do movimento higienista, pois a mesma possuía ruas estreitas e movimentado comércio. Outra questão que auxilia pensar a respeito da aquisição do prédio para o Asylo fora da Freguesia da Candelária, está por ela fazer parte do núcleo urbano central da Corte. Localidade que era prejudicial para a instituição de colégios, sobretudo, pela influência climática, inadequada a vida moral, intelectual e física (GONDRA, 2004).

Apesar disto o próprio nome da instituição, Asylo da Infância Desvalida **da Candelária**, indiciava a intenção da Irmandade de atender os menores da sua região, que como analisado, tinha ruas habitadas por muitas crianças desvalidas. Além disso, publicações na imprensa da Corte deixam a perceber que a finalidade primeira da instituição era asilar a infância necessitada da Freguesia da Candelária.

Imagem 52 - Localização do Asylo da Irmandade da Candelária²²⁴



Fonte: O Apóstolo, ano 17, nº46, 25 /4/1882.

²²⁴ Transcrição: “Obra pia. Nos é muito agradável publicar, que o Asylo da Infância Desvalida, cuja criação é projeto da mesa administrativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária sendo o seu fim a educação e instrução apropriada das crianças pobres **da sua freguesia**, será uma realidade, pois, a digna administração já tem para esse fim a quantia de 13:250\$, como principio do patrimônio; tendo a própria administração contribuído com 12:000\$”.

Na publicação do Jornal católico O Apóstolo é afirmado que a obra pia da instituição do Asylo da Irmandade da Candelária tinha “o seu fim educação e instrução apropriada das crianças pobres **da sua freguesia.**” Desta forma o atendimento primeiro foi planejado para a própria Freguesia da Candelária.

Aprovadas as conclusões do parecer, e apesar da Irmandade da Candelária ter que fazer um empréstimo e ainda possuir muitas despesas com as obras da Igreja, foi autorizada a compra dos prédios no valor máximo de 26:000\$000 e as obras de reparo com um gasto total de 44:000\$000. Assim, em 18 de outubro de 1881, a ISSSC realizou o contrato de compra e, em 26 de outubro de 1881, o arquiteto Antônio de Paula Freitas ofereceu gratuitamente seus serviços. Logo depois, em 16 de novembro do mesmo ano, o mestre de obras Domingos Francisco dos Santos inicia as reformas do prédio do Asylo. Contudo, pouco tempo depois o ciclo de adiamentos para finalização e inauguração da instituição começa (PINHEIRO, 1930)

As plantas da reforma precisavam ser modificadas e, em 1883, houve a paralisação das obras por falta de dinheiro. Ainda era preciso salas para as oficinas, mobílias necessárias para o aprendizado profissional e banheiros:

Em resumo, a compra dos prédios e as obras orçadas pela comissão deviam custar 70:000\$000 e gastou-se 240:196\$000; tendo ainda de despender-se cerca de 60:000\$000, para poder-se abrir o Asylo (PINHEIRO, 1930, p.321).

A fim de sanar estas necessidades e não despender tanto custo para equipar a instituição a Irmandade da Candelária recorre novamente às páginas da imprensa. Em 15 de dezembro de 1885 sob o título “O Asylo da Candelaria: Proteção e ensino a infância. Uma instituição digna de todo o auxílio” uma matéria é publicada no jornal Diário de Notícias.

A publicação elogiava a atitude da Irmandade em prover um asilo para a infância desvalida prevendo que a obra caridosa seria uma das mais beneméritas instituições da Corte. Entretanto frisava que para poder oferecer a instrução primária e secundária com o ensino dos ofícios, que permitiria aos ex- alunos trabalharem para seu sustento e contribuir para carência de funcionários habilidosos nas fábricas, não bastavam os recursos e a boa vontade da Irmandade. O Asylo ofereceria as oficinas de: alfaiate, sapateiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro, torneiro, ferreiro, serralheiro, correio, tipografo, taquígrafo e encadernador. Para isso havia uma longa listagem com os objetos necessários para a instalação das oficinas, a fim de que fossem doados.

Imagem 53 - Pedido de materiais para o Asylo da Irmandade da Candelária

IA NCIA o o	1 panela de cobre para a colla. 2 ditos do barro, sendo 1 para a massa e 1 para gormna. 10 luas para a massa. 12 facas. 6 tesouras. 6 compassos sendo 2 pequenos para dourar. 3 chamfrás (faca de volta). 3 furadores. 6 martellos de sapateiro. 6 massotes de pão. 2 esquadros de aço. 12 florões de diversos tamanhos. 2 escovas sendo 1 para salpicar e 1 para limpar os ferros. 1 grade de arame para salpicar. 12 dobradeiras de pão. 6 ditos de osso. 1 pedra marmore e uma moeta para moer linhas. 1 espátula. 1 vitríolo. 1 armario de vidraça para guardar as obras promptas. 1 ditos de vidro para guardar o material na officina. 2 serrotes. 1 regoa.	a u te col de das rua nã de cut ter por	O QUE É PRECISO Os objectos de que o Asylo precisa são os seguintes : OFFICINA DE SAPATEIRO Precisa-se para um menino das seguintes ferramentas : 1 banca para conter as ferra- mentas. (1) 1 banco de assento. 2 facas. 2 martellos (sendo um pequeno e outro grande). 1 torquez. 1 alicates. 1 costa de bucho. 1 costa de osso para viras. 1 bucheto. 1 compasso. 1 grassa. 1 lima. 1 saca-forma. 1 ferro de abrir o encache da solla. 2 corta tórnos, sendo um pequeno e outro grande. 1 malha para bater solla. 1 pedra de amollar. 1 fogareiro de espirito. 1 talla para os meninos aprenderem a coser a mão. 2 suvellas. 2 cravadores. 1 tira-pé para cada um menino da officina. Precisa-se para toda officina do se- guinte : 1 vasador contendo 12 bicos. 2 duzias de formas para criança. 2 " " homens. 1 forma de callos. 1 jogo de ferro para acabar obra. 1 par de encuspias para botinas. 1 par de prensas. 1 machina de obie por ser a mais forte e mais propria para este officio. 1 cadeira. 3 pares de escovas. 2 formas de ferro para rebater taxas, sendo uma pequena e outra grande (sendo de ferro batido e não fundido).
de re- man- a Can- torce- com s pro- corter prover para , que t mais idade. obra, struc- quanto vida, ue os cada ursos, boá	12 fornos sortidos. 2 massotes de pau sendo um pequeno. 1 rebolo, para a casa. 12 goivás sortidas, idem. 1 arco de pua com ferros, idem. 1 cadeira para a colla, idem. 1 pinçel para a mesma, idem. 6 sargentos de madeira, idem. 2 compassos de madeira, idem. 12 limas de tres quinas, idem. 1 serra de voitar, com armação, idem. 12 limas de tres quinas, pequenas, para a mesma, idem. 12 badames sortidas para a casa. 12 lapis para riscar madeira. 1 travadeira. 1 esquadro. 1 metro ou os que forem precisos.	A V I I zos nu Ex Co cip C a s An car Tel po J du J mã de biz C mã L N Ar da Sr. L mã Co con de con de s lini 2 qua Mas G a B ber Tei mã G ven F a q de L dua pho fess Loh N gra os r Foi laid que dow Bec Lisz gra O de dad pro pia F Am Um um tod cont N gun ton foss puls nov app taçõ tino	OFFICINA DE MARCENEIRO 1 banco com 1 ou 2 prensas. 1 garlopa. 1 meia garlopa. 1 plaina. Estas peças são acompanhadas com os correspondentes ferros e capas. 1 rebote. 1 plaina de dentes. 1 serra de afilar. Estas são acompanhadas com os fer- ros, porém sem capas. 1 serra com a armação. 1 serrote grande sem costas. 1 chave de parafuso. 1 serrote pequeno com costas. 2 martellos sendo um pequeno. 1 torquez. 1 compasso. 1 guilherme. 12 fornos sortidos. 1 barrileto. 2 massotes de pau sendo um pequeno. 1 rebolo, para a casa. 12 goivás sortidas, idem. 1 arco de pua com ferros, idem. 1 cadeira para a colla, idem. 1 pinçel para a mesma, idem. 6 sargentos de madeira, idem. 2 compassos de madeira, idem. 12 limas de tres quinas, idem. 1 serra de voitar, com armação, idem. 12 limas de tres quinas, pequenas, para a mesma, idem. 12 badames sortidas para a casa. 12 lapis para riscar madeira. 1 travadeira. 1 esquadro. 1 metro ou os que forem precisos.
o dis- de do nã esên- idade ades- as ar- fran- de do e aqu licão s que nadas r são car- neiro, typo- rador sillo e de nova mais saído e que	RELACÃO DAS FERRAMENTAS PRECISAS PARA UM OFFICIAL DE CARPINTEIRO 1 banco, 2 martellos e um barrelote. 1 massote. 2 serrotes, um grande e um pequeno. 2 ditos de costas, um grande e um pequeno. 1 garlopa. 2 plainas e um rebote. 2 compassos. 2 esquadros. 1 junteira. 1 metro e uma trena. 1 duzia de formões. 1 goivás. 1 duzia de verrumas. 1 travadeira para serrote, 1 cadeira para solla. 1 carretel com linha e giz. 1 duzia de lapis. 1 chave de parafuso. 1 torquez. 1 serra de volta. 1 arco de pua com dois ferros. 1 ginete com doze ferros. 1 par de cepos de macho e femea. 2 vites. 2 vites. 1 rebolo. 1 pedra de afilar.	da Sr. L mã Co con de con de s lini 2 qua Mas G a B ber Tei mã G ven F a q de L dua pho fess Loh N gra os r Foi laid que dow Bec Lisz gra O de dad pro pia F Am Um um tod cont N gun ton foss puls nov app taçõ tino	OFFICINA DE ENCADERNACÃO 1 machina de aparar. 1 prensa de apertar. 1 tesoura de cortar papellão. 1 prensa de roda. 6 mesas para o trabalho. 6 cosedores e u enghos. 4 filletes para dourar, sendo 1 de fio fino, 1 dito grosso, 1 de tres fios finos e 1 de quatro. 4 ou 6 ditos bordados. 2 ou 4 rodas bordadas. 2 abecedarios pequenos para dourar, com 170 letras e 2 compondores. 3 ditos medios idem idem. 2 ditos grandes, idem, idem. 1 dito de cabo (tamanho regular), idem, idem. 1 cochim e 1 faca para o ouro. 2 reguas, sendo 1 de pau e 1 de ferro, do comprimento de 1 ^m . 8 bancos de pau. 36 taboas para a prensa de apertar (diversos tamanhos). 1 copo para a clara. 5 pinçeis, sendo 2 para a colla, 2 para a massa e 1 para a clara. 1 caixão para fazer o marmore. 3 copos para as tintas. 3 pinçeis para as mesmas (piassava). 1 metro de panno de forro de sapatos para coar a gormna.
o fio tos e	Tornos. Um banco para apparellhar compplaina, rebote e eixa. N. B. Cada torno consta do seguinte : 3 cabeçotes, sendo o cabeçote arbi, o cabeçote do centro ou grampo, o cabe- çote do ponto e a espera com a cruzeta. Ferramenta para um official ou aprendi- z trabalhar. Um jogo de goivás, um de formões, dois compassos de volta, sendo um com chave. Dois compassos direitos, sendo um com chave, e um torno pequeno para arredar objecto. Peças excencias dos tornos. Duas buchas de metal amarello, uma para embuchar madeira e outra com parafuso para molduras, chavetas ou na- valhas, etc. Tres ferros de pua, serrotes, serras e martellos.	F Sou mea beir F do 2 1º c noel d'ag drig 2º b 15º v Final	OFFICINA DE TORNEIRO Um banco para apparellhar compplaina, rebote e eixa. N. B. Cada torno consta do seguinte : 3 cabeçotes, sendo o cabeçote arbi, o cabeçote do centro ou grampo, o cabe- çote do ponto e a espera com a cruzeta. Ferramenta para um official ou aprendi- z trabalhar. Um jogo de goivás, um de formões, dois compassos de volta, sendo um com chave. Dois compassos direitos, sendo um com chave, e um torno pequeno para arredar objecto. Peças excencias dos tornos. Duas buchas de metal amarello, uma para embuchar madeira e outra com parafuso para molduras, chavetas ou na- valhas, etc. Tres ferros de pua, serrotes, serras e martellos.
o fio tos e	1 metro de panno de forro de sapatos para coar a gormna.	F do 2 1º c noel d'ag drig 2º b 15º v Final	(1) Podem ser substituidas as bancas peles bancos contendo uma gaveta no lado, e occupa- menos espaço.

Fonte: Diário de Notícias, ano 1, nº 191, 15/12/1885

São pedidos de diversos materiais necessários para as oficinas de sapateiro, encadernação, marceneiro, carpinteiro e torneiro. A publicação finalizava sob a frase em destaque “POVO, SOCORRE AOS TEUS!” onde eram reconhecidos os muitos pedidos, mas justificados pela causa nobre do ensino para o trabalho. Depois, a fim de amenizar a grande quantidade de solicitações, era frisado que todas tinham baixo custo podendo ser ofertadas tanto pelo rico como pela pessoa modesta. Uma súplica especial era feita aos donos das indústrias, justificando a doação como um investimento. Do Asylo da Irmandade saíam

habilitados futuros empregados. Investir na educação dos órfãos era um investimento no próprio povo e no crescimento industrial da nação.

Estas palavras que envolviam caridade, investimento no progresso do país e a educação para o trabalho regeneradora, comoveram muitos cidadãos do Império a concorrerem com doações. Em 21 de dezembro, seis dias depois dos pedidos serem publicados, estampa a capa do jornal *Diário de Notícias* a seguinte publicação.

Imagem 54 - Oferta de materiais para as oficinas do Asylo da Irmandade da Candelária²²⁵

**ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DA
CANDELARIA**

COMOVEM-SE OS CORAÇÕES!

Bastante certeza tínhamos de que não ficaria sem eco nos corações bem formados o apello, que fizemos há dias, em favor d'esta benemerita instituição de auxilio e protecção à infancia desvalida.

O Sr. Henrique Gomes da Fonseca, socio da importante casa Souza, Fonseca & C., acaba de offerecer, em nome da mesma, todos os objectos e ferramentas constantes da relação que há dias publicamos e que se tornavam precisos para a inauguração das officinas de marceneiro e carpinteiro.

A valiosa offerta compõe-se de 168 peças e muito nobilita os dignos offertantes que assim concorrem tão nobremente para o desenvolvimento da util e sympathica instituição.

Ao *Diário de Notícias* cabe a gloria de haver soldado este prégão em favor da causa, sempre sympathica, da protecção à infancia, e fulgamos de registrar o bello acto dos Srs. Souza, Fonseca & C., esperando que encontre imitadores e que novos auxilios sejam prestados à educação e instrução da infancia desvalida da Candelaria.

Fonte: *Diário de Notícias*, ano 1, n° 198, 21/12/1885

²²⁵ Transcrição: “Asylo da Infância Desvalida da Candelária: Comovem-se os corações! Bastante certeza tínhamos de que não ficaria sem eco nos corações bem formados o apelo, que fizemos há dias em favor desta benemerita instituição de auxilio e protecção à infancia desvalida. O Sr. Henrique Gomes da Fonseca, socio da importante casa Souza, Fonseca & C., acaba de oferecer, em nome da mesma, todos os objetos e ferramentas constantes da relação que há dias publicamos e que se tornavam precisos para a inauguração das oficinas de marceneiro e carpinteiro. A valiosa oferta compõem-se de 168 peças e muito nobilita os dignos ofertantes que assim concorreram tão nobremente para o desenvolvimento da útil e simpática instituição. Ao *Diário de Notícias* cabe a gloria de haver soldado este pregão em favor da causa, sempre simpática, da protecção à infancia, e fulgamos de registrar o belo ato dos Srs. Souza, Fonseca & C., esperando que encontre imitadores e que novos auxilios sejam prestados à educação e instrução da infancia desvalida da Candelária. “

A estratégia da gratidão pública é mais uma vez acionada. Sob o título de “Asylo da Infância Desvalida da Candelária: Comovem-se os corações!” É informado o efeito da publicação anterior. A Casa Souza, Fonseca & C tinha ofertado todos os materiais listados necessários para as oficinas de marceneiro e carpinteiro, ou seja, 168 objetos entre peças e mobílias. Foram estes “empresários” convencidos pelo suposto investimento em futuros habilidosos empregados e do crescimento industrial do Brasil para posicionar-se melhor na concorrência com os demais países? De alguma forma os editores do Diário de notícias se glorificavam do registro nas páginas do jornal e pretendiam que a ação da Casa Souza, Fonseca & C fosse imitada.

Ao continuarmos observando as publicações posteriores do dito jornal percebemos que outras doações foram feitas. Em março de 1886²²⁶ o Sr. B. L. Garnier ofereceu 100 “artinhos de Francisco Manoel” para as aulas de música e a Casa Viuva Guimarães & Pereira doou uma ferramenta completa para carpinteiro. A publicação do dia 28 de março de 1886²²⁷ informa que os Srs. Ennes & Silva fizeram o donativo de ferramentas para a oficina de carpinteiro.

Estas publicações auxiliam a pensar como o recurso da imprensa era utilizado pela Irmandade da Candelária para divulgar seus feitos, justificar suas ações e solicitar donativos diversos. Empregando também a gratidão pública, com palavras de efeito, e a exposição dos benfeitores e seus donativos como artifício para propagar o apoio recebido e promover imitações das ações caridosas.

O Jornal Diário de Notícias imprimiu em suas páginas diversas publicações sobre a Irmandade da Candelária e em favor do seu Asylo. O periódico nas edições consultadas tinha como proprietários Carneiro, Sena & Companhia. Circulava na Corte pelos preços de assinatura variáveis de 3\$000 a 12\$000 e nas províncias de 8\$000 a 40 réis, sendo este último valor igual para a edição comprada individualmente. Possuía de quatro a seis páginas, sem diferenciação de capa, e que eram divididas em cerca de sete colunas.

Não encontramos informações de possíveis redes de sociabilidade entre os proprietários do periódico e a Irmandade da Candelária que poderiam justificar inúmeras publicações. Seriam eles membros da associação religiosa? Ou recebiam favores e privilégios pelas publicações? Não desconsiderando também a possibilidade das publicações serem pagas ou cedidas em forma de donativo para a divulgação da causa caridosa e religiosa.

²²⁶ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/1143>. Consultado em: 30/10/2020

²²⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/1185>. Consultado em 30/10/2020

Concomitante aos pedidos para equipar o Asylo ocorriam ações em relação aos edifícios adquiridos para a sua instituição. Diversas reformas foram necessárias e, segundo alguns membros da Irmandade da Candelária, pela má escolha da criação do Asylo a partir de um prédio antigo e pouco conservado. Afirmavam que com a quantia gasta nas reformas ainda incompletas, após 2 anos de aquisição dos imóveis, era possível construir uma casa bonita, atendendo as prescrições higienistas e as necessidades para uma instituição de ensino primário e profissional. E com tantas alterações que estavam sendo feitas o resultado seria um prédio sem a beleza necessária aos palacetes escolares (PINHEIRO, 1930).

No ano de 1884, o edifício do Asylo é considerado apto, pela Repartição da Caridade, para ser inaugurado. Entretanto, ainda era necessário que a provedoria diminuísse o número de pessoas auxiliadas financeiramente, a fim de que este valor pudesse ser encaminhado para a manutenção da instituição de ensino. Na sessão de 30 de janeiro de 1885, a diminuição de despesas da Repartição da Caridade não foi aprovada, causando o primeiro adiamento da inauguração do **Asylo da Infância Desvalida da Candelária**. A ISSSC se encontrava em graves dívidas, recorrendo a empréstimos no Banco do Brasil para continuidade das obras da Igreja, como também a Repartição da Caridade e o Hospital dos Lázaros não conseguiam cobrir suas despesas (PINHEIRO, 1930).

Mesmo diante do adiamento da inauguração, na sessão da Mesa Administrativa, de 12 de maio de 1885, o Regulamento do Asylo foi aprovado. Foi formulado um pequeno livreto de 20 páginas, encadernado pela Imprensa Industrial localizada na Rua da Ajuda nº 75. Conseguimos consultar versão original do documento. O mesmo estava composto por 15 capítulos, cujo conteúdo tinha informações a respeito da finalidade da instituição educativa, sobre a admissão e saída dos asilados, o plano de ensino, os exames, organização administrativa da instituição definindo as responsabilidades do diretor, vice-diretor, professores, mestres dos ofícios, ecônomo, médico, capelão e escriturário; a determinação das recompensas e castigos, e sobre os visitantes.

Imagem 55 - Capa do Regulamento do Asylo da Infância Desvalida da Candelária-1885



Fonte: Arquivo F. B. Marques Pinheiro da ISSSC, Regulamento do Asylo da Infância Desvalida da Candelária-1885. Foto elaborada pela autora.

A capa do Regulamento traz o nome da instituição promotora (a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária) e o nome do Asylo com destaque para palavra Candelária, possivelmente, para diferenciar a instituição asilar de outra semelhante destinada a infância desvalida na Corte. O desenho, rico em detalhes, possuía um livro maior e aberto onde estavam as inscrições em latim das palavras ciência, ofício, estudo e futuro. Estas palavras, possivelmente, queriam transmitir e /ou estavam relacionadas com o propósito do Asylo: através do estudo, com base na ciência e no aprendizado de ofícios, prepararem o futuro da nação.

Outros livros, um globo terrestre, esquadro, régua, espécie de um compasso e lunetas compunham a arte. Estes materiais notavelmente faziam referências às aprendizagens oferecidas no Asylo. Ao redor do desenho o nome da instituição aparecia novamente. Longe

de uma simples ilustração a arte da capa do Regulamento do Asylo da Infância Desvalida da Candelária representava a finalidade da instituição e os meios para alcançá-la.

O documento revela a sua consonância com a maneira moderna de educar o pobre, proclamada pelo próprio governo através da criação do Asilo dos Meninos Desvalidos. Pretendia ultrapassar o assistencialismo, promovendo uma combinação de educação primária e profissional, assim, civilizando e moralizando a infância pobre. E oferecendo um ensino apoiado no discurso de educação integral, englobando os aspectos moral, físico e intelectual.

No capítulo I é descrita a instituição e sua finalidade. O Asylo era um estabelecimento de caridade pública. Fundado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, por meio da Repartição da Caridade, e tinha como finalidade educar e instruir profissionalmente a infância desvalida.

A admissão e saída dos asilados constavam no capítulo II. Para admissão na instituição deveria ser observada a seguinte ordem de prioridade: 1º os irmãos da ISSSC, em 2º os filhos de irmãos que mesmo não sendo órfãos os pais não possuíam condições de educar, 3º os filhos de servidores do Estado que tenham prestado relevantes serviços, 4º órfãos de pai e mãe, 5º órfãos de pai que a mãe não tem condições de educa-los, 6º órfãos de mãe nas mesmas condições, 7º os que por pobreza extrema dos pais não podem receber a instrução necessária. Ou seja, estes constituem indícios de uma ação cujos benefícios estavam voltados para a própria Irmandade, já que a prioridade de atendimento era para os membros da sociedade religiosa.

Além disso, indica que a prioridade não eram os pobres já que, para ser membro da Irmandade, era necessário pagar uma determinada quantia (que no Compromisso do ano de 1756 -1757 tinham o custo de 1\$280 e no ano de 1923 a taxa de admissão para maiores de 12 anos possuía o valor de 300\$000 e, para os abaixo dessa idade, 200\$000.). Tais indícios do regulamento fazem questionar o fim benevolente, amplamente divulgado pela irmandade, que era “educar e instruir a infância desvalida”. Seria a criação do Asylo mais uma forma de auxílio mútuo da associação religiosa como também prerrogativa para obter privilégios do governo, apenas, velado de uma caridade à infância desprotegida e apoiado nos investimentos educacionais das últimas décadas do Império?

A diferença existente entre os internos não era experiência única da Irmandade da Candelária. Os internatos no Brasil iniciaram no período colonial como fórmula para educar e disciplinar, “ao longo do século XIX, porém, a experiência dos internatos conhecerá formas e finalidades diversas para públicos distintos, classificando, distinguindo e hierarquizando a

população para a qual se destinava” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p.112). Mas, estas disposições quanto a admissão auxiliam a compreender que a ISSSC muito além de querer asilar e instruir a infância desvalida das ruas da Freguesia da Candelária, buscava educar e posicionar na sociedade, através da aprendizagem de ofícios, os próprios membros da congregação reforçando assim o caráter do auxílio mútuo deste tipo de instituição religiosa.

Assim como na instituição asilar mantida pelo governo imperial, não seriam admitidos os que possuíssem defeito físico ou moral que impossibilitasse de frequentar as aulas e oficinas. E os que seus pais e mães não assinassem termo de responsabilidade para indenização do Asylo, quando retirassem o aluno antes dos 18 anos, também não podiam realizar matrícula. A idade de admissão dos asilados seria definida pela diretoria, mas a permanência era até aos 18 anos. O ex-interno ao sair da instituição seria aproveitado para serviços no próprio Asylo, ou encaminhado para uma ocupação na sociedade, sendo fornecido o pecúlio²²⁸ que acumulasse durante os anos dentro da instituição.

Mesmo não afirmando a idade de admissão, entendemos que possivelmente não seriam aceitas crianças menores de 7 a 10 anos, por ser esta a indicação segundo os preceitos médico-higienistas e da moralidade da época. As crianças abaixo dessa faixa etária não possuíam condições necessárias para o ingresso no regime de internato (GONDRA, SCHUELER, 2008).

O capítulo III, sobre o ensino, descrevia que este compreenderia de um núcleo comum constituído de: educação primária (de 1º, 2º e 3º graus); álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; história e geografia do Brasil; física e química e suas aplicações, música, desenho, ginástica, escrituração mercantil e princípios gerais do direito comercial. Nos ofícios, os asilados estariam dispostos segundo sua aptidão, podendo aprender a profissão de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, marceneiro, pedreiro, torneiro, ferreiro, serralheiro, correio, tipógrafo, taquígrafo e encadernador.

Para as meninas, os ofícios seriam de lavagem, engomado, trabalhos de agulha, flores artificiais, trabalhos de cera e o que era próprio para o sexo. Portanto, percebe-se que para elas se projetava o casamento ou o trabalho em casas de família (GONDRA, SCHUELER, 2008) e para os meninos o emprego em atividades manuais.

²²⁸ O pecúlio corresponderia ao produto líquido dos trabalhos realizados pelos asilados nas oficinas que era vendido. O valor era repartido entre a instituição para sua manutenção e os asilados que completavam 15 anos. O valor correspondente a cada asilado seria acrescido de 5% de juros anuais e entregue quando o mesmo completasse a maioridade civil.

Ainda em relação às disciplinas, o aprendizado obrigatório da escrituração mercantil e princípios gerais do direito comercial, muito além de estarem alinhados ao ensino da época, podem ser indício de como a Irmandade da Candelária buscava profissionalizar os alunos para uma colocação social dentro da demanda da própria Freguesia da Candelária, com sua função extremamente comercial. Ou seja, buscava solucionar os problemas da infância desvalida e da necessidade dos postos de trabalho da própria freguesia, apesar de fisicamente ela ser incapaz de abrigar a instituição de ensino.

Segundo o capítulo IV aconteceriam na instituição exames de suficiência no mês de junho aplicados em todos os alunos, julgando a aptidão de prosseguir para próxima classe, e em dezembro os exames finais. Após o término dos exames finais eram entregues os prêmios aos alunos que se distinguiram, de acordo, com os professores e mestres. A administração da instituição poderia indicar os alunos que possuíssem inclinação, e fossem aprovados na avaliação da Inspeção de Instrução Pública, como aptos a seguir no ensino superior do Império.

O Asylo seria administrado, como se encontra no capítulo V, por provedor, secretário, procurador, tesoureiro, mordomo, provedora, vice-provedora, esmoler e 12 zeladoras. Esta administração designaria os cargos/funções de diretor e diretora acompanhados de seus respectivos vices, professores, mestres de artes e ofícios, escriturário, médico, capelão, ecônomo e o fiel do ecônomo. As funções de inspetor, servente, porteiro, cozinheiro e jardineiro eram designadas pelo diretor com aprovação do provedor. Ainda neste capítulo no artigo 21 está posto que o regimento interno definisse o uniforme dos asilados para cada momento (aulas, festas, recreio, oficinas etc.). Era ainda salientada a necessidade dos alunos terem todas as horas do dia ocupadas e em constante vigilância.

No capítulo VI eram designadas as incumbências dos diretores. Os diretores eram os representantes da administração na instituição e faziam cumprir as ordens por ela designada. Os demais funcionários estavam subordinados a eles. Quem ocupasse a função deveria fazer cumprir a ordem, disciplina e moralidade na instituição. Poderia também admoestar e repreender os professores; repreender e castigar os asilados, determinar as oficinas que os alunos frequentariam; permitir licenças aos professores e mestres, preencher o mapa anual de ocorrências, receber as crianças enviadas para matrícula por determinação da administração, fazer as requisições de todos os gêneros necessários para a manutenção do Asylo e remeter a folha de pontos dos empregados. Conforme o capítulo VII o vice-diretor era auxiliar em todas estas funções fazendo que empregados e asilados cumprissem seus deveres.

Os professores, mestres de artes e ofícios tinham suas funções definidas no capítulo VIII. Os professores não poderiam ser admitidos se não possuísem a habilitação concedida pela Inspeção de Instrução Pública. Enquanto os mestres deveriam ter os requisitos profissionais da respectiva oficina. Ambos deveriam assinar o livro de pontos, admoestar e repreender os alunos e encaminhar ao diretor se necessário para castigo maior, preencher o mapa de frequência, solicitar materiais necessários para as aulas e sobre as reformas que julgarem convenientes para o prosseguimento das mesmas e comparecer para serviço extraordinário quando solicitado.

As páginas da imprensa na Corte permitem conhecer o nome de alguns docentes nomeados para lecionar no Asylo da Infância Desvalida da Candelária. Entretanto como era necessária a aprovação da administração para a realização da contratação não podemos afirmar se os professores realmente, posteriormente a inauguração da instituição, ocuparam seus cargos. Em 6 de setembro de 1885²²⁹ o Sr. Horacio Fluminense era nomeado professor de música, recomendado por sua modéstia e aplicação.

A função do ecônomo foi definida no capítulo IX sendo substituído em algumas de suas atribuições no colégio feminino pela despenseira e roupeira. A competência do ecônomo era seguir as ordens do diretor para gerir a parte econômica do Asylo. Era responsável pela administração, limpeza, asseio e financeiro. Para isto haveria de nomear um ajudante. O ecônomo era o responsável por receber todos os objetos fornecidos pelo Asylo, como expedir os pedidos de fornecimento, calcular as despesas miúdas e realizar o inventário geral semestral.

O Asylo da Infância desvalida da Candelária recebia os mais diversos donativos. Como 48 toalhas ofertadas por duas irmãs zeladoras da própria Irmandade da Candelária em 6 de setembro de 1885²³⁰. E no dia 6 de abril de 1886²³¹ a Senhora A. J. Dias de Castro Pereira, preocupada com os utensílios das refeições, fazia a doação de 16 pratos travessos, 5 dúzias de pratos para mesa e 4 dúzias de copos para água. O próprio governo imperial fez doações para a instituição. No dia 26 de novembro de 1885²³² o Ministério do Império remetia 560 exemplares de obras didáticas para serem utilizados na instrução dos asilados.

O médico, conforme o capítulo X do Regulamento poderia ser o mesmo funcionário do Hospital dos Lázaros, e deveria avaliar se os alunos cumpriam as exigências médicas para

²²⁹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/346>. Consultado em: 31/10/2020

²³⁰ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/346>. Consultado em: 31/10/2020

²³¹ Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/1208>. Consultado em: 31/10/2020

²³² Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/658>. Consultado em: 31/10/2020

a admissão. Era de sua competência atender os chamados do diretor, fiscalizar a higiene do local e tratar dos doentes. Todas as informações dos serviços médicos executados deveriam compor um relatório anual. Já ao Capelão, segundo capítulo XI, além dos serviços religiosos (celebrar missas e sacramentos, acompanhar os enterros, sermões, etc.) deveria ensinar a doutrina cristã, proferir conferências semanais sobre moral, cuidar da biblioteca, além de poder ser concomitantemente professor de alguma cadeira e/ou vice-diretor. Enquanto o escriturário, disposto no capítulo XII, era subordinado direto a secretaria da Irmandade da Candelária.

As recompensas e castigos aplicados aos asilados foram definidos no capítulo XIII. As recompensas consistiam em palavras públicas de louvor do diretor, registro do nome em quadro de honra anual publicado pela imprensa, medalhas, assistência para frequentar teatros e solenidades públicas, diploma de irmão remido da Irmandade da Candelária, indicação para frequência nos cursos superiores de letras e belas-artes. Enquanto os castigos consistiam em: admoestação particular, perante a classe e perante todos os asilados; privação de recreios e passeios; isolamento (exceto das horas de estudo e trabalho) de até três dias e por fim expulsão. Não eram permitidos castigos físicos ou privação de alimentos.

As visitas foram definidas no penúltimo capítulo. Segundo o documento qualquer pessoa poderia visitar os asilados perante permissão e agendamento do diretor. Poderiam também visitar o estabelecimento com a finalidade de conhecer a instituição perante acompanhamento do diretor.

Após a inauguração da instituição estas visitas para conhecer o estabelecimento e o trabalho educacional desenvolvido pela Irmandade são recorrentes pelos homens de governo e pessoas públicas. Alguns exemplos: a visita do Prefeito do Distrito Federal, o Dr. Inocêncio Serzedelo, em 1909; do Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca em 1911 e da senhora Mary Pessoa, esposa do Presidente da República Epitácio Pessoa, no ano de 1921. (Cronologia do Educandário Gonçalves de Araújo da ISSSC, 2010).

As disposições gerais compõem o último capítulo do Regulamento. Neste item constavam como obrigatórias a moradia no estabelecimento do diretor e da diretora, acompanhado de seus vices, o fiel do ecônomo, inspetores, porteiro e cozinheiro. Determinava também um fato interessante. Quando o aluno demonstrasse aptidão para algum ofício que não era fornecido pela instituição havia a possibilidade do aprendizado fora do Asylo custeado pelo mesmo.

Ainda vale ressaltar que, na proposta, a estrutura do Asylo deveria contar com museu, biblioteca, laboratório, sala de modelos, gabinete de física e mecânica. “E tudo mais que for preciso para que o ensino seja real e prático, auxiliado por todos os métodos e processos modernos mais adiantados.” (Regulamento do Asylo da Infância Desvalida da Candelária da ISSSC, 1885, p.9). Desta forma, corroborando com a difusão de uma educação a partir dos sentidos e observação.

O plano de estudos, o modo de admissão, a destinação após a passagem na instituição, os ambientes escolares, algumas funções como médico e ecônomo e determinações enquanto a rouparia mostra como o Asylo buscava combinar as funções de casa, escola e oficina. Além do alinhamento com os decretos educacionais vigentes, como somente a permissão de alunos vacinados e sem moléstia contagiosa, não serem tolerados castigos físicos e os professores necessitarem estar habilitados pela Inspeção de Instrução Pública.

Este Regulamento foi aprovado e impresso em meio às discussões de constituição do Asylo na década de 1880. Em 1900 quando a instituição é finalmente inaugurada novo documento é elaborado para reger as atividades que seriam desenvolvidas. Segundo a Irmandade era preciso adequar o estabelecimento educacional a nova conjuntura política e social do Brasil. O regulamento de 1900 sofre diversas emendas nas décadas posteriores como em 1919 com a criação das aulas de Datilografia e Estenografia. Em 20 de maio de 1939 a instituição é renomeada para Educandário Gonçalves de Araújo sofrendo diversas modificações que exigiram novo documento regulador. (Cronologia do Educandário Gonçalves de Araújo da ISSSC, 2010).

Após a aprovação deste Regulamento, a Repartição da Caridade, feito o orçamento das despesas, julgou que conseguiria manter por um curto período o funcionamento do Asylo. Entretanto, depois de várias visitas feitas pelo provedor da época a inauguração foi adiada pela segunda vez. O jornal Diário de Notícias lamentou ao noticiar a decisão da não inauguração do Asylo.

Imagem 56 - Segundo adiamento da abertura do Asylo da Irmandade²³³

A IRMANDADE DO SANTISSIMO DA CANDELARIA

Acaba de ser publicado o relatório apresentado à irmandade pelo seu Exm. provedor Sr. Antonio Ferreira da Silva, acompanhado do balanço firmado pelos respeitáveis irmãos, Sr. Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro, secretario, e Manoel Joaquim Gonçalves Pereira, thesoureiro e ao qual vem appensos os relatórios parciais dos grandes cargos da irmandade.

Não é nova para nós, mas é sempre maravilhosa a impressão causada pelo relatório d'esta irmandade, incontestavelmente a mais opulenta d'esta cidade, e em cuja administração se têm succedido, desde tempos inmemoriaes, cavalheiros dos mais notaveis entre os moradores d'ella. Os algarismos são valiosos: no anno ultimo os soccorros a irmãos necessitados subiram a 54:000\$ e as despesas com o hospital dos Lazaros a mais de 56; as obras para o Asylo da Infancia Desvalida da Candelaria importaram em 27:768\$178 e as da igreja em 50:563\$; os juros pagos passaram de 35:000\$; isto tudo além da sustentação do culto e manutenção do pessoal preciso para a administração de tão variados serviços!

Lamenta o Sr. Gonçalves Pereira, thesoureiro da repartição da caridade— como tambem o lamenta o digno provedor — que ainda a esta administração não coubesse a gloria de inaugurar o asylo para os orphãos de irmãos desvalidos; mas facilmente se deve consolar de não colher mais esse florão quem teve a dita de reorganizar a situação financeira da irmandade; quem melhorou consideravelmente o hospital dos Lazaros; quem, finalmente, conseguiu dar o passo decisivo para a conclusão da sua magestosa basilica.

Eis, a traços largos, o que de relance nos mostra o relatório; mais de espaço (?) analysaremos algumas de suas partes que nos parecer dignas de noticia.

Fonte: Diário de Notícias, ano 2, nº 424, 06/08/1886

Como visto, o periódico buscava mostrar aos leitores que concorreram com donativos, em meio à replicação dos cálculos do relatório da provedoria e elogios aos seus feitos, a impossibilidade da Irmandade da Candelária naquele momento iniciar o atendimento a infância desvalida.

A Mesa Administrativa, preocupada com o comprometimento financeiro da Irmandade e da Repartição da Caridade, afirmava:

²³³ Transcrição: “A Irmandade do Santíssimo Da Candelária. Acaba de ser publicado o relatório apresentado à Irmandade pelo seu Exm. Provedor Sr. Antonio Ferreira da Silva, acompanhado do balanço firmado pelos respeitáveis irmãos, Sr. Dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro, secretario e, e Manoel Joaquim Gonçalves Pereira, thesoureiro e ao qual vem appensos os relatórios parciais dos grandes cargos da irmandade. Não é nova para nós, mas é sempre maravilhosa a impressão causada pelo relatório desta irmandade incontestavelmente a mais opulenta desta cidade, e em cuja administração se tem succedido, desde tempos inmemoriáveis, cavalheiros dos mais notáveis entre os moradores dela. Os algarismos são valiosos: no ano ultimo os socorros a irmão necessitados subiram a 54:000\$ e as despesas com o hospital dos lázaros a mais de 56; as obras para o Asylo da Infância Desvalida da Candelária importaram em:27:768\$178 e as da igreja em 50:563\$; os juros pagos passaram de 35:000\$; isto tudo além da sustentação do culto e manutenção do pessoal preciso para a administração de tão variados serviços! Lamenta o Sr. Gonçalves Pereira, thesoureiro da repartição da caridade— como também digno provedor—que ainda a esta administração não coubesse a glória de inaugurar o asylo para os órfãos de irmãos desvalidos; mas facilmente se deve consolar de não colher mais esse florão quem teve a dita de reorganizar a situação financeira da irmandade; quem melhorou consideravelmente o Hospital dos Lázaros; quem, finalmente, conseguiu dar o passo decisivo para a conclusão da sua majestosa basilica. Eis a traços largos, o que de relance nos mostra o relatório; mais de espaço (?) analysaremos algumas de suas partes que nos parecer dignas de noticias.”

Fizemos acurado exame do que ainda precisava o Asylo para funcionar, e depois deste trabalho e das despesas prováveis a fazer e das que consequentemente adviriam com o Asylo aberto, chegamos á dolorosa convicção de que, por nossa vez, teríamos de adiar a inauguração. Falamos por nós, porque, os nossos digníssimos confrades ainda afagavam esta agradável esperança e nós tivemos para com eles todas as considerações e atenções de que eram e são merecedores (PINHEIRO, 1930, p.325).

Naquela provedoria, assim como a que o antecedeu, a inauguração do Asylo foi adiada. A decisão foi tomada calculando os materiais e reparos que ainda eram necessários e as despesas futuras com o funcionamento, por exemplo, salários dos funcionários. Mas essa decisão não foi pacífica dentro da Irmandade. Havia um grupo que persistia na abertura do Asylo (liderado pelos senhores Pinto Reis e A. C. da Silva Braga). Portanto, em 1886, o vice-provedor Dr. Antônio Ferreira Vianna²³⁴ propôs uma avaliação da situação financeira da Irmandade da Candelária dentro de 5 anos, se fossem tomadas as seguintes medidas:

1º. Vender o prédio da praça D. Pedro I, em S. Cristóvão, pelo preço de 250:000\$000, ou mais, sendo possível; 2º. Capitalizar essa importância, com o saldo que anualmente produzir a repartição da Caridade, para com essas quantias fundar um patrimônio para a manutenção efetiva do Asylo; 3º. Computar a renda ordinária da Irmandade e a sua despesa, verificando, no prazo de cinco anos, a quanto ficaria a dívida consolidada; 4º. Concluir a parede lateral do templo, que se achava em construção, e é de imprescindível necessidade; não empreendendo obra nova sem ter em cofre os recursos necessários, para ocorrer á despesa (PINHEIRO, 1930, p.327).

Em 1887 a Mesa Administrativa reuniu-se para apreciar o estudo do secretário em relação às decisões que, como vimos, constavam em fomentar recursos financeiros para a Irmandade. E foi quase unanime o parecer mandando executar as soluções propostas. O preço da venda do prédio destinado ao Asylo da Infância Desvalida da Candelária era de 250:000\$000, mas não tendo comprador, houve em janeiro de 1888, a redução do valor para 200:000\$000. (PINHEIRO, 1930).

O governo imperial se apresentou como comprador, propondo a quantia de 10:000\$000 de arrendamento enquanto não possuísse o preço total para efetuar o pagamento (PINHEIRO, 1930). Na ocasião foi noticiado²³⁵ que a Alteza Imperial Regente acompanhada do Conde d'Eu, de D. Maria Amanda Paranaguá Doria e dos Ministros da Fazenda e Guerra visitaram todas as dependências do Asylo por cerca de duas horas.

²³⁴ Antônio Ferreira Vianna era membro honrado da Irmandade da Candelária. Ocupou a vice-provedoria entre os anos de 1883 a 1886. Foi Ministro da Justiça do Brasil de 1888 a 1889 e Ministro dos Negócios do Império do Brasil em 1889. Suas relações políticas sempre trouxeram favorecimentos para a Irmandade da Candelária. Ferreira Vianna tramitou a venda do Asylo com o governo imperial, empenhou-se para garantir a concessão de loterias e em 1883 conseguiu a redução de 2% do imposto predial do patrimônio da Candelária. Ainda é necessária uma investigação de maior fôlego sobre o relacionamento de Ferreira Vianna com a Irmandade da Candelária, sobretudo, em relação à instituição do Asylo. Visto que, Ferreira Vianna tinha uma inclinação particular em relação à infância desvalida. Ele também promoveu a Associação Municipal Protetora da Infância Desvalida em 1871.

²³⁵ Disponível: <http://memoria.bn.br/docreader/369365/3871>. Consultado em 31/10/2020

Os relatórios da provedoria, de 1888, demonstram que o irmão da Candelária Antônio Ferreira Vianna tramitou a venda. Segundo Pinheiro (1930):

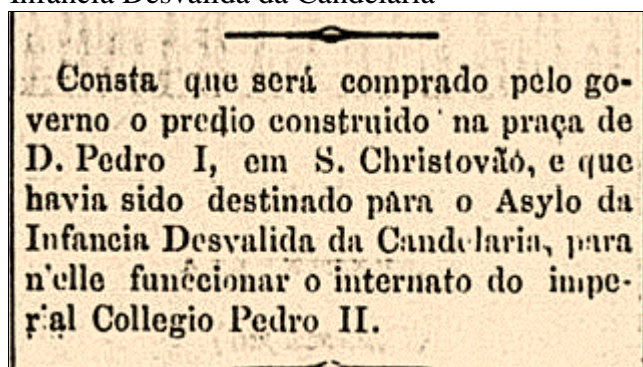
A 24 de novembro era o Asylo vendido ao governo imperial, conforme a escritura lavrada nesse dia nas notas do tabelião, Sr. Francisco Pereira Ramos, pagando o governo o aluguel à razão de 10:000\$000, anualmente, até o dia em que se efetuou a venda (PINHEIRO, 1930, p.329).

No final do período imperial, Antônio Ferreira Vianna se tornou Ministro do Império. E foi exatamente em 11 de janeiro de 1889 que mandou pagar a Repartição da Caridade o restante do preço da venda do Asylo, que conforme relato acima exposto, tinha sido obtido por um valor de entrada e o restante da quantia parcelada. O governo imperial tinha adquirido o prédio do Asylo para ali fundar o internato do Imperial Colégio de Pedro II. No livro Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo, Escragnolle Dória relata o ocorrido, confirmando o que está posto nas fontes históricas da própria Irmandade da Candelária:

Vendia a Irmandade ao Governo o prédio da praça D. Pedro I, mais conhecida por Campo de São Cristóvão. Fora o prédio construído em terreno onde haviam existido dois imóveis, n.º 9 e 11; comprados ao Banco do Brasil. Receberia a Irmandade 200:000\$000, dependente o pagamento da concessão de crédito pelo poder legislativo. Entretanto, a chave do prédio fora entregue ao Governo desde fevereiro de 1888, pagando ele 10:000\$000 de aluguel anual até poder dispor do crédito (DÓRIA, 1997, p.167).

Diferente da exposição detalhista de Dória (1997) que relata, assim como a própria Irmandade, valores, localização e termos de negociação entre governo e a Irmandade da Candelária, a imprensa também publicou sobre o ocorrido.

Imagem 57 - Venda do prédio do Asylo da Infância Desvalida da Candelária²³⁶



Fonte: Diário de Notícias, ano 4, nº 956, 19/01/1888

A compra do prédio, destinado ao Asylo, pelo governo imperial com a finalidade de ali instituir o internato do Imperial Colégio de Pedro II, além de ser um dado interessante das

²³⁶ Transcrição: “Consta que será comprado pelo governo o prédio construído na Praça de D. Pedro I, em S. Cristóvão, e que havia sido destinado para o Asylo da Infância Desvalida da Candelária, para nele funcionar o internato do imperial Colégio Pedro II.”.

relações que a associação religiosa tinha com o Estado, permite questionar a situação em que se encontrava o edifício. Será que o estabelecimento necessitava ainda de reformas imprescindíveis para a sua inauguração, como a Irmandade afirmava, ou possuía uma arquitetura que com as reformas desconfigurou a beleza de palacete, visto que ali governo julgou apropriado e instituiu o estabelecimento de ensino secundário modelo do Império?

Após a venda do Asylo, ficou instituído que primeiro a ISSSC alcançaria a renda para depois fundar a instituição. O patrimônio viria de doações específicas feitas pela cláusula de doação “escola aos pobres” e o valor recebido com a venda do prédio também foi destinado para esse fim. No patrimônio do Asylo já constava provindo do testamento do capitão de fragata, Alexandre Lazaro da Luz, um prédio na Rua do Livramento nº 47. E parte de um prédio localizado no Largo do Rosário nº 36, provindo do testamento de Fortunato Jose de Sousa em 1882. Então, com financeiro próprio, o Asylo passou a ser uma repartição independente da Caridade e também anexa à Irmandade da Candelária (PINHEIRO, 1930).

Como podemos notar toda a tramitação para a instituição do Asylo da Infância Desvalida da Candelária foi constituída, conforme afirma a Irmandade, por dificuldades financeiras, empréstimos e dívidas. Entretanto a análise dos fatos torna a justificativa da instituição religiosa questionável. Como percebido a instituição desde o seu compromisso datado de 1756-1757 possuía detalhes (grandes desenhos, diferentes técnicas de escrita e colorações caras) que demonstram a diferenciação social pretendida, assim como o seu quadro de irmãos composto por pessoas com boa colocação na sociedade imperial. Sem falar das relações de favores e benefícios com o governo desde os tempos Coloniais. Não se esquecendo dos inúmeros prédios e grandes donativos que transformaram a Irmandade detentora de um grande patrimônio financeiro, sobretudo, imobiliário na Freguesia da Candelária e adjacências.

A entrada e permanência na instituição, assim como os títulos e cargos oficiais, sempre foram precedidas por taxas com valores consideráveis à época. O plano de reformas da Igreja da Candelária, com a finalidade da construção de um grandioso templo no centro da Corte Imperial desprende muito custo. A própria compra do prédio destinado ao Asylo e o orçamento das obras necessárias foram acima do preço estabelecido pela Mesa Administrativa. O projeto arquitetural da instituição educativa foi oferecido de forma gratuita. As inúmeras maneiras de conseguir fundos, sobretudo utilizando da imprensa diária, e os diversos donativos obtidos demonstram que a Irmandade não estava sozinha na empreitada. Por fim, é a própria imprensa que caracterizava inúmeras vezes a associação religiosa como a “mais opulenta” da Corte.

Seria então a dificuldade financeira o motivo, ou o principal deles, para o adiamento da inauguração e por fim venda do prédio destinado ao Asylo? Enfrentava mesmo a Irmandade da Candelária as dificuldades financeiras que as provedorias através da exposição dos cálculos tentavam demonstrar? Apesar de a Irmandade estar imbuída do contexto das décadas finais da monarquia, que via o investimento na educação como um dos elementos principais para a modernidade e progresso, estava à instituição disposta a empreender tanto do seu patrimônio financeiro para educar parcela da infância desvalida da Corte? Será que a instituição do Asylo era interesse comum entre todos os membros da Irmandade? Ou pelos membros contrários alcançarem os cargos de ordem decidiu terminar com a ideia que nunca apoiaram? Ou ainda a associação religiosa desistiu do Asylo por não conseguir através dele benefícios esperados?

São questionamentos que talvez nunca possam ser respondidos, mas que auxiliam a pensar quais as relações e poderes estava posto nos investimentos educacionais das últimas décadas do império pela Igreja Católica e a sociedade em geral.

A experiência do **Asylo da Infância Desvalida da Candelária** não se encerra com a venda do prédio, ao contrário não termina no Império e apresenta outros capítulos da história no período Republicano. O irmão da congregação Antônio Gonçalves de Araújo²³⁷ foi o responsável por finalmente a instituição educativa sair do papel. Após sua morte em 1889 a abertura do testamento delegava a Irmandade da Candelária:

Os meus testamenteiros criarão em minha intenção, n'esta cidade, uma instituição de beneficência, para crianças desvalidas, onde se lhes dê sustento, educação e instrução primaria e industrial, e constituirão o seu patrimônio com quantia de mil e quinhentos contos de réis, que lego para este fim, sendo aproximadamente duzentos e cinquenta contos, para construção ou aquisição de um edifício apropriado e os restantes mil e duzentos e cinquenta contos para com seus rendimentos, serem costeadas as despesas da instituição.[...] Como a minha intenção é beneficiar as crianças pobres desta Capital, se não for possível criar uma nova instituição, como deixo disposto, ficará pertencendo todo este legado ao Asylo de Infância Desvalida projetado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelaria, e que por falta de patrimônio não tem sido inaugurado (PINHEIRO, 1930, p.333).

Desta forma era vontade do membro da Irmandade criar na antiga Corte Imperial uma instituição de ensino para a infância desvalida fornecendo educação primária e a aprendizagem de ofícios. Na impossibilidade de construir tal estabelecimento o valor, detalhadamente proposto, deveria ser fornecido a Irmandade da Candelária para aplicar no

²³⁷ Pinheiro (1930) relata poucas informações sobre o benfeitor da infância desvalida da Candelária. Antônio Gonçalves de Araújo era português, nascido na Freguesia de São João da Foz da cidade do Porto. Rico e justo comerciante, membro da Irmandade da Candelária, tinha o hábito de viajar pela Europa e apressou particular pela infância desvalida. Faleceu em 21 de setembro de 1889.

projeto do Asylo que não fora inaugurado. A Irmandade da Candelária era o meio para realizar o desejo testamentado.

Com este patrimônio, ainda em 1889, é eleita uma comissão para julgar os projetos de construção do asilo. Pinheiro (1930) relata que por ter posse de uma grande quantia, a Mesa Administrativa concordou que não deveria o prédio ser construído/adquirido na própria Freguesia da Candelária, mas no centro de um grande terreno de maneira que possibilitasse uma ampla construção. E desta forma, novamente a Irmandade da Candelária recorreu ao apoio do governo. Como outras iniciativas religiosas que não abriam mão do auxílio do poder público (GONDRA, SHUELER, 2008). Justificava ser merecedora da ajuda financeira, por aliviarem o Estado da responsabilidade de educar uma parcela da população. “Lembre-se a administração que vai fundar uma escola e que os hábitos contraídos no seu Asylo influirão na vida das crianças, e temos fé que muitas hão de figurar brilhantemente no futuro desta pátria.” (PINHEIRO, 1930, p.337).

O provedor da Irmandade, em 1892, requeria do governo republicano um terreno para a construção da instituição educacional:

A posse desta importante quantia forma um patrimônio rendoso para manter o Asylo. Mas como a verba de 250:000\$000 para fazer o edifício, na quadra atual, não tenha grande elastério e convenha colocar o Asylo em centro de grande terreno, requereu o Sr. A. C. da Silva Braga, na sua provedoria, ao governo federal um terreno na quinta da Boa-Vista, perto da estação da Mangueira da ferrovia Central. O terreno pedido tem 184 metros de frente e 215 de fundos, indo até vertentes. (PINHEIRO, 1930, p.335).

O testamento de Gonçalves de Araújo designava especificamente a quantia de duzentos e cinquenta contos, para construção ou aquisição de um edifício apropriado para a instituição de ensino. Entretanto não sendo possível com este valor comprar um terreno amplo com boa localização a Irmandade, julgando-se merecedora, requeria ao governo uma propriedade de forma gratuita.

A Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram o projeto 236 sobre a concessão do terreno e, em 1894, o provedor A. C. da Silva Braga requereu a demarcação do terreno para edificar o Asylo. Mas, o Ministro da Guerra Sr. General Bibiano Sergio Macedo da Fortuna Costallat, em 25 de fevereiro do mesmo ano, declarou não ser conveniente conceder o terreno solicitado, pois ali estava se construindo um quartel de cavalaria (PINHEIRO, 1930).

A vista desta declaração, o Ministro da Fazenda Sr. Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire, expediu um aviso em 31 de maio de 1894, solicitando que o ministério da guerra declarasse qual a área necessária para a construção do quartel e o restante seria destinado ao Asylo da Irmandade da Candelária. Mas se não houvesse a solução deste aviso, sendo a

concessão do terreno parte de uma lei anual (191-B), perderia a validade no que condiz em favor da Irmandade (PINHEIRO, 1930).

A Irmandade da Candelária buscava não repetir o erro da década anterior, quando adquiriu um imóvel velho necessitando de reformas, e procurava um terreno a fim de construir uma instituição com “todos os melhoramentos modernos da higiene e conforto, onde as crianças tenham prazer de estar: oficinas, aulas, dormitórios, capela, jardins, tudo deve ser belo e agradável.” (PINHEIRO, 1930, p.337). Mas, perdendo a disputa do terreno da Quinta da Boa Vista com o Ministro da Guerra, a ISSSC, em 1896, adquiriu os prédios nº100 e 102 do Campo de São Cristóvão.

Em 3 de janeiro do ano seguinte (1897) a pedra fundamental do Asylo foi lançada e as obras iniciaram em 1898. Somente depois de mais de oito providorias na administração da Irmandade da Candelária que, em 30 de dezembro de 1900, com novo regulamento e nome em homenagem ao benfeitor, à instituição educativa denominada **Asilo do Benfeitor Gonçalves de Araújo**, é inaugurada. (Cronologia Educandário Gonçalves de Araújo da ISSSC, 2010).

Desta forma a instituição educacional surge com a finalidade declarada no testamento de seu benfeitor, Antônio Gonçalves de Araújo, “nesta cidade, uma instituição de beneficência para as crianças desvalidas, onde se lhe dê sustento, educação e instrução primária e industrial” (PINHEIRO, 1930, p.337), mostrando mais um motivo do asilo não ser erguido na própria Freguesia da Candelária. Era objetivo beneficiar toda a cidade do Rio de Janeiro, portanto, o edifício deveria ser construído a em local central e acessível.²³⁸

O estilo neogótico da arquitetura do asilo foi possivelmente por influência dos inúmeros portugueses que compunham a Irmandade da Candelária, ou ainda das próprias *escolas do imperador* instituídas pelo governo imperial nas décadas anteriores. A escritura do Asilo, a qual foi possível consultar sua versão original, datada de 1º de março de 1899, também demonstra a intenção da ISSSC de construir um palacete escolar. Compondo os discursos médicos

²³⁸ O Asilo era dividido em sessões para ambos os sexos, e no artigo 2º do regulamento afirmava seu objetivo de uma instrução primária e profissional, para promover um local na sociedade adequado para os ex-internos. O Asilo propiciava as crianças desvalidas de ambos os sexos a educação e instrução necessárias para que se tornem- “uns, cidadãos úteis ao país, - e outras mães de família ou pessoas capazes de prover com o próprio trabalho honesto às necessidades de sua subsistência”. (Regulamento do Asilo do Benfeitor Gonçalves de Araújo da ISSSC, 1900, p. 1). O regime era de internato onde alunos e funcionários residiam na escola. O método de ensino era intuitivo para a instrução primária e a aprendizagem dos ofícios. A aprendizagem profissional, com forte alinhamento ao setor industrial, constituía em: marceneiro, torneiro, ferreiro, serralheiro, entalhador, xilógrafo, gravador e ceramista. Além dos cursos práticos comerciais e agrícolas. Já as meninas seriam instruídas para desempenhar trabalhos de agulha, lavagem, cozinha, engomado, bordado e flores artificiais. Só eram admitidas crianças realmente consideradas desvalidas e órfãs, que possuíam entre 7 e 10 anos de idade. (Regulamento do Asilo do Benfeitor Gonçalves de Araújo da ISSSC, 1900).

higienistas que apoiavam a construção de prédios próprios para as escolas, com áreas arejadas e amplas que influenciariam diretamente a saúde e aprendizagem dos alunos (GONDRA, 2004).

Imagem 58 - Asilo do Benfeitor Gonçalves de Araújo retratado em um antigo postal. Sem data.



Fonte: Blog Meninos na Varanda.

A arquitetura marcava a visibilidade que a Irmandade da Candelária queria dar a seus atos, se alinhando as modificações de modernidade e progresso que a capital do Brasil passava e aos discursos das práticas pedagógicas que pretendia se instalar opostas a um tradicionalismo. A finalidade era de fincar a marca de poder e resistência da ISSSC como uma instituição que compunha a história do Rio de Janeiro desde os tempos coloniais. Como também configurava a força atuante da Irmandade da Candelária nas disputas ideológicas sobre a formação do povo e do Estado Nacional.

Atualmente, o **Educandário Gonçalves de Araújo** funciona no bairro de São Cristóvão, em regime de educação integral e gratuita.²³⁹ A arquitetura antiga abriga a unidade

²³⁹ Entre 1919 e 1920 a propriedade pertencente ao Asilo é ampliada com a compra do terreno contíguo pela Praça Marechal Deodoro da Fonseca (atual Campo de São Cristóvão) e os fundos pela Rua General Bruce. Em 20 de maio de 1939 a instituição educativa é renomeada para Educandário Gonçalves de Araújo e ao longo dos anos sofre diversas modificações, tanto internas como as necessárias as adequações legais que foram promulgadas no campo educacional no decorrer dos anos. Dentre as mudanças merecem destaque a criação de clubes da leitura, sala de cinema, disciplinas como contabilidade, implantação do curso ginásial, fechamento e reabertura do departamento masculino, transferência do departamento masculino para terreno adquirido em Petrópolis e retorno para o bairro de São Cristóvão, fim do regime de internato, a divisão do educandário em duas unidades e etc. (Cronologia do Educandário Gonçalves de Araújo da ISSSC, 2010).

1 que oferece o ensino de 6º ao 9º ano de escolaridade. E na Rua Teixeira Junior n º158, também no bairro de São Cristóvão, funciona a unidade 2 que oferece o ensino dos anos iniciais (Cronologia do Educandário Gonçalves de Araújo da ISSSC , 2010).

Imagem 59 - Educandário Gonçalves de Araújo unidade 1. Sem data



Fonte: Arquivo F.B. Marques Pinheiro da ISSSC. Álbum 115A 387 1589.Foto elaborada pela autora.

Imagem 60 - Educandário Gonçalves de Araújo unidade 2. Ano 2019



Fonte: Google Maps.

De maneira geral, nosso interesse foi investigar as formas a partir das quais a Igreja da Candelária e sua Irmandade se posicionaram diante da problemática da instrução popular no século XIX, em suas décadas finais. Percebemos que seu papel foi elaborar a proposta de criação de um estabelecimento de ensino e atendimento para uma parte específica da infância na Corte Imperial, priorizando seus próprios membros, apesar de o nome da instituição afirmar que a mesma fosse a “desvalida”. Não há fontes que indiquem que irmãos da Irmandade que seriam/foram atendidos pelo Asilo de fato, se constituía apenas na fração desvalida deles. Da mesma forma, vimos que houve uma iniciativa breve de atendimento de meninas órfãs e desvalidas pela incorporação de um antigo Recolhimento, denunciado por mau funcionamento, instituído como estabelecimento anexo à proposta do Asilo.

Discorrer sobre o projeto de criação do *Asylo da Infância Desvalida da Candelária* e seu Regulamento (proposta de funcionamento) se constituiu objetivo principal nesse capítulo, mesmo considerando que este estabelecimento não estava situado na própria Freguesia da Candelária. Sobre isso, pudemos perceber uma iniciativa de atendimento formal para instrução de crianças, sob a gestão de uma instituição da própria Freguesia da Candelária (a igreja e sua irmandade), mas que não estava destinada à matrícula da localidade, ou seja, entre as estatísticas do Governo Imperial, ela não estaria contabilizada como número da Freguesia urbana da Candelária.

Observamos algumas possibilidades indiciadas pelas fontes pesquisadas de motivos para o Asilo, desde as discussões na década de 1880, não ser criado na Freguesia da Candelária. Primeiro, e de grande relevância, estava à geografia da freguesia urbana. Ruas estreitas e pouca extensão territorial, dificuldades acrescidas pela movimentação comercial e barulho, que tornava o ambiente impróprio para a instalação de instituições educacionais e muito mais impossibilitava a construção de um edifício palacete. Segundo a Irmandade da Candelária já possuía uma instituição (Hospital dos Lázaros) em São Cristóvão, a proximidade entre elas facilitaria a administração. Terceiro, estava à valorização da Freguesia de São Cristóvão nas décadas finais do Império, sobretudo, pela mudança da família real para a localidade. Acrescido da mobilidade causada pelos trens e da caracterização cada vez maior da área central da cidade como local somente de transações comerciais. E por último, como desejo do benfeitor Gonçalves de Araújo era que o Asilo servisse a toda a capital, era preciso ficar localizado em região de melhor aceso e circulação.

O que a experiência do **Asylo da Infância Desvalida da Candelária** auxilia a compreender dos processos de escolarização da Freguesia da Candelária entre 1870 e 1889? Considerando que o mesmo não estava lá localizado, ele ajuda a entender as forças atuantes de tal local. A ISSSC estava na disputa ideológica para a formação da nação brasileira e

buscava intervir no *que e como* educar. Concomitantemente, tentando resolver o problema das crianças desvalidas nas ruas da sua freguesia, e a necessidade de mão de obra para as ações mercantis e industriais, que aumentavam com a introdução mais forte do sistema capitalista no Brasil.

Auxilia também a compreender mais um pouco da estrutura da Freguesia da Candelária que impossibilitava a instalação de uma grande escola. E talvez fosse esse também o motivo para as escolas em *prédios próprios nacionais* serem construídas em algumas freguesias vizinhas, como Santana e Santa Rita, e não na Candelária. Como também favorece aprender as dificuldades encontradas pelas próprias escolas públicas e os colégios/aulas particulares da região funcionando em prédios alugados.

Entendemos que o desenrolar dos processos de escolarização do Império não se constituíram de forma isolada e sem comunicação, mesmo que coloquemos a lente em apenas um recorte geográfico e temporal, que é a Freguesia da Candelária nas décadas de 1870 e 1880. Com essa análise, o recorte empreendido e as fontes selecionadas, observamos o leque de possibilidades educativas que se lastraram no final do Império. Portanto, estudar o processo de escolarização da Freguesia da Candelária e apagar a presença da Irmandade da Candelária, e a sua experiência educacional, seria perder uma parte importante do desenrolar da história da educação na Capital do Império e em especial das forças constitutivas da Freguesia urbana da Candelária.

No entanto, a história do **Asylo da Infância Desvalida da Candelária** suscita muitas outras questões e possui uma vasta documentação histórica preservada desde a sua aspiração em 1881, perpassando pela instituição no início da República até o funcionamento atual, que nos propiciam formular interrogações para caminhos de pesquisas futuros.²⁴⁰ Afinal, não basta apenas observar o regulamento do Asilo, para “compreender o funcionamento das instituições é necessário observar outros pontos de vistas, como os dos diretores, professores e membros das famílias dos asilados.” (GONDRA, SCHUELER, 2008, p.116).

²⁴⁰ O regulamento do Asylo da Infância Desvalida de 1885 e os posteriores regulamentos do Asilo do Benfeitor Gonçalves de Araújo e do Educandário Gonçalves de Araújo merecem um estudo mais detalhado, assim como, a ação das ordens religiosas que assumem a direção da instituição, quando inaugurada: Irmãs Josefinas, Irmãs Mensageiras de Santa Maria, Irmãs Franciscanas, entre outras. A estrutura arquitetural do Asilo, hoje Educandário, se mantém muito semelhante à da sua fundação, em 1900, e também merece causa de estudo. A divisão dos departamentos feminino e masculino, o fechamento, a reabertura, a transferência para Petrópolis e retorno para São Cristóvão também são pontos interessantes. A relação do ensino religioso, as redes de sociabilidades, as pessoas influentes no contexto de favorecimentos da ISSSC são questões intrigantes. Desperta curiosidade também a experiência escolar desenvolvida na instituição. Isto é, as disciplinas ensinadas, materiais de ensino, os utensílios etc. Ainda mais porque este estudo pode ser enriquecido pela contribuição da história oral através da vivência dos ex-alunos das primeiras décadas de funcionamento do Asilo/Educandário. Pessoas como o senhor Amilcar Gramacho e Severino Paulo que mantém viva e compartilhadas as suas histórias em blogs na internet.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas décadas de 1870 e 1880 ocorreram grandes intervenções na estrutura física e social da Corte Imperial, constituindo-se um tempo de debates importantes e mudanças decisivas para o fim do regime monárquico. Ações abolicionistas; troca gradual da mão de obra escrava pela livre; aumento populacional de pobres, livres, mestiços e imigrantes; inserção do Brasil no sistema capitalista e cenário exterior com consequências nas relações de trabalho, nos investimentos de capital estrangeiro, implantação de novas fábricas e chegada das novidades como o telégrafo; possibilidade de mobilidade em maior escala através dos bondes e trens; melhoramentos em urbanização como esgoto, escoamento de água, arborização, retirada de cortiços da região central da Corte, embelezamento das freguesias urbanas do sentido sul; quantificação e controle da densidade populacional pelo poder civil por meio de recenseamentos, certidões de nascimentos e óbitos coordenados pelo governo e menor interferência das ações da Igreja católica (MARTINEZ, 1997; GONDRA, SCHUELER, 2008; ALONSO, 2009; ABREU, 2010, 2013; PAULA, 2012; BOSI, 2012; OLIVEIRA, 1995; SENRA, 2009). Estas são algumas, entre inúmeras ocorrências, que transformaram definitivamente a Capital do Império brasileiro.

A instrução torna-se um dos meios principais para gestar uma sociedade moderna, civilizada e progressista a vista de algumas nações europeias e americanas. Era uma relação de causa e efeito entre instrução e civilização (GONDRA, SCHUELER, 2008) propagada de maneira intensa em periódicos como a revista *A Escola* em 1877 que afirmava:

A instrução popular não é somente o princípio de progresso, é condição necessária a vida das nações: as que enfraquecem, as que definham, as que morrem, enfraquecem-se, definham e morrem pela ignorância, as que vivem, as que prosperam, as que dominam, vivem, prosperam e dominam pela instrução.[...] A força e a grandeza da Alemanha, não tem outra causa, não tem outra origem, como não tem outra origem, não tem outra causa a grandeza e a força da União Norte Americana (*A ESCOLA*,1877,v.1,ano 1,p.2).

Ao longo do século XIX o debate em torno da produção e circulação dos saberes pedagógicos é complexo. Os países tentavam tomar como referência as ações bem sucedidas de outras nações. Entretanto mesmo com divulgações emblemáticas como da revista *A Escola*, e considerando que investimentos no Brasil no que tange o ampliamiento da malha escolar, a formulação de uma política de prédios próprios para as escolas, à criação da Escola Normal na Corte entre outras ações ocorreram somente nas décadas finais do Oitocentos, não podemos desconsiderar que as nações europeias e americanas também estavam se estruturando e possuíam problemas relativos à instrução. Além disto, o que ocorria no Brasil

também era percebido por outros países. Não havia somente uma relação unilateral, mas como afirmado os modelos pedagógicos partiam de uma circulação e comparação complexa entre os países.

Garcia e Sily (2015), Santos (2016), Warde (2016), Gondra (2020) entre outros autores ao traçarem suas reflexões sobre a educação norte americana no século XIX demonstram que a organização da instrução naquela nação buscava melhorias e referências de ações bem sucedidas em alguns países europeus como Prússia, Inglaterra e França. Em alguns locais, como Massachusetts, a educação primária tornou-se obrigatória somente em 1852, isto é, dois anos antes do decreto Couto Ferraz estipular o mesmo na Corte do Brasil. Havia uma grande preocupação em tornar a escola primária norte americana, *Common school*, acessível a todos. O que ainda não ocorria devido às distinções de credo e “classes sociais”. Proporcionalidade de escolas e alunos, assim como a dificuldade de financiamento, também o corria nos EUA. Em St.Louis no final de 1854 existiam um total de 28 escolas com 75 professores para a necessidade de 4.193 alunos.

Assim como no Império brasileiro nos EUA a arquitetura escolar também estava sendo discutida. O livro *Architecture; or contributions to the improvement of school houses in the United States* (1848) de Henry Barnard, é um exemplo de como buscavam mudanças para uma arquitetura escolar onde consideravam preceitos higiênicos de iluminação e ventilação, além de igualizar os estabelecimentos rurais e urbanos que apresentavam grandes contrastes. Situação semelhante será vivenciada intensamente na Corte Imperial com a construção dos “palácios escolares” e as contradições com os prédios alugados para as demais escolas públicas.

Outra grande preocupação norte-americana era a formação docente. Buscando através da imprensa especializada uma modelagem para o campo docente, de forma a complementar e auxiliar as escolas normais. A revista editada por Henry Barnard intitulada *O American Journal of Education* é um exemplo da iniciativa de intervenção na profissionalização docente através do impresso. O periódico circulou entre 1855 e 1881 e se auto definia como dedicado a causa da educação norte americana. Thursfield (1945) relata que *O American Journal of Education* ofereceria um curso profissionalizante de leitura para professores e educadores.

Para tanto, a revista incorporaria as perspectivas e experiências maduras dos homens de estado, educadores, professores comprometidos com o aperfeiçoamento da administração, organização, instrução e disciplina das escolas de todos os graus, bem como a história e condições atuais dos sistemas, instituições e agência dos países civilizados. (GONDRA, 2020, p.25).

A revista buscava um caráter nacional trazendo experiências das principais cidades e estados norte-americanos tendo circulado por diversas partes dos EUA e fora do país. Como também merece diferenciação no seu volume, cujos exemplares não possuíam menos de 200 páginas.

Podemos perceber que a palavra impressa legítima, estabelece seleções e mediações com os poderes locais e internacionais quando dá visibilidade ao que é considerado exemplar e recusa o que ponderado como velho e atrasado (SANTOS 2016). As viagens internacionais, exposições pedagógicas, circulação de livros, mobílias e modelos didáticos alimentaram uma suposta “receita” a ser seguida para o alcance do progresso. As ditas nações “adiantadas” eram utilizadas como vitrines, modelos, exemplos e influência. E as ações educacionais desenvolvidas nesses países eram utilizadas como lições que deveriam ser transplantadas, copiadas, imitadas, aplicadas ou seguidas. Tornaram-se, pois os princípios de educação popular, instrução profissional (sobretudo para a classe pobre), gratuidade e obrigatoriedade de ensino e filantropia, recorrentes nos discursos governamentais. Resultando em discussões que valorizavam o auxílio dos cidadãos na instrução, subvenção das escolas, profissão docente, jardins de infância, necessidade de prédios próprios para as escolas etc. Essas apropriações eram pensadas enquanto a sua aplicabilidade à realidade brasileira, muitas vezes modificada ou até mesmo negada (LAGES, 2020).

O empreendimento da instrução era necessário para capacitar a população com os saberes necessários para o trabalho, diminuir a criminalidade e a ignorância, destinar hierarquicamente cada camada social e também formar moralmente para as necessidades da civilização. A formação do trabalhador, homem, moderno e civilizado deveria ocorrer nas escolas. E a forma escolar devia ser cada vez mais legitimada, controlada, gerida, assim como, os seus sujeitos envolvidos (professores, iniciativa privada, família e alunos).

Duas reformas escolares são deste período e representaram uma proposta de administração do sistema de ensino e suas experiências: a Reforma Couto Ferraz, em 1854, e a de Leôncio de Carvalho, em 1879. Com suas peculiaridades, apresentavam soluções para a realidade ao seu redor. Marcavam também ações governamentais importantes diante da ampliação da malha escolar, e a construção dos primeiros prédios destinados à educação pública. Como observamos na análise, as principais diferenças existentes no corpo de tais reformas foram o incentivo à liberdade de ensino (incluindo o ensino religioso), promoção de escolas mistas, jardins de infância, caixas econômicas, museus e bibliotecas escolares propagadas pela reforma de 1879.

No geral, ambas mantiveram algumas propostas semelhantes para condução dos assuntos da educação pública e privada na capital brasileira. Como a obrigatoriedade de ensino a partir dos sete anos (restringindo-se aos sadios, sem moléstias contagiosas e livres, excluindo os escravos), distribuição das escolas considerando a densidade populacional; subvenções; preocupação com a infância desvalida; educação popular direcionada à aprendizagem de ofícios posta como suficiente para os pobres, libertos e livres; a inspeção escolar; instrução primária a adultos através do curso noturno etc. O Ministro da década de 1854 decretou as primeiras medidas para organização e controle da difusão da instrução na Corte. Já o Ministro de 1879 traçou alterações para a educação na capital do Império apoiado nas suas convicções sobre a liberdade e laicidade.

Dentre as formas heterogêneas de educar, a escola, por meio de um *processo*, se constituiu, nas últimas décadas do Império, política pública e demanda da sociedade, sendo assim, alvo de ações variadas, de sujeitos distintos e envolvendo forças diversas. Assim, neste trabalho, buscamos abordar a problemática do *processo de escolarização* na Freguesia urbana da Candelária, analisando as experiências empreendidas na localidade, as forças ali existentes e seus papéis, bem como estatísticas daquele cenário. Região de importância econômica para o governo imperial que viveu inúmeras intervenções estruturais apresentava baixa densidade populacional e grande influência ideológica do credo católico, através da Irmandade do Santíssimo Sacramento.

O objetivo aqui proposto foi compreender a organização do ensino primário formal, e as características das suas escolas públicas e privadas, o que também consistiu avaliar o envolvimento dos diversos sujeitos, instituições e forças. A operação metodológica, baseada numa micro análise com variação de jogos de escalas, se constituiu na investigação da Freguesia Urbana da Candelária a partir de sua relação política, geográfica, social e econômica com a Corte Imperial. Assim, foi a heterogeneidade de ações educativas que justificaram a importância do estudo proposto, pois análises particulares permitem conhecer a escolarização desenvolvida (instituições, sujeitos, forças e poderes envolvidos etc.) em determinada região, problematizando a invenção da escola e as intervenções precisas para mantê-la.

Para tanto, através de estudo bibliográfico e documental, revisitamos autores do campo da História da Educação, da historiografia cuja análise era a cidade do Rio de Janeiro. Realizamos pesquisas no AGCRJ (por exemplo, vencimentos e nomeação dos empregados das escolas, prédios escolares, docentes, exames de concursos de professores, despachos sobre economia da instrução pública, mapas de ensino e matrículas, requerimentos, ofícios e

relatórios dedicados à instrução particular e correspondências dos delegados de instrução da Candelária); no Arquivo Nacional (correspondentes a Série Educação datados da segunda metade do século XIX); no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (revista A Escola: Revista Brasileira de Educação e Ensino, Jornal Diário de Notícias e O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade); no site da Universidade de Chicago (Almanak Laemmert, e os dos Relatórios do Ministro de Negócios do Império); no site do IHGB (Censo de 1872) e no arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária (Compromissos da Irmandade, Regulamento do Asylo da Infância Desvalida da Candelária, Cronologia do Educandário da ISSSC, Relatórios das Provedorias, Cronologia da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, etc.).

Ao procurar entender a constituição da Freguesia da Candelária, observamos que sua história estava impregnada da crença religiosa oficial do Estado Imperial, que entrelaça a Igreja de Nossa Senhora da Candelária e as ações da irmandade mantenedora. Ao analisar as delimitações geográficas do local durante o Império, a população que ali residia, as habitações e a importância da região para a Corte; deparamo-nos com a segunda freguesia instituída na cidade do Rio de Janeiro (1634), região que, nos tempos do primeiro reinado, era moradia de nobres e da própria família real. Observamos que a mesma foi perdendo a extensão territorial e teve queda na densidade populacional com o decorrer das décadas de 1870 e 1880. E que sua população era formada por muitos portugueses imigrantes e comerciantes, além de escravos que realizavam comércio na Praça do Mercado, sendo sua principal característica, o comércio, com importação e exportação.

Adentramos nas especificidades do campo educacional e percebemos como o governo procurou impor controle em toda região da capital brasileira, através dos decretos legais que vigoraram entre 1854 e o fim do Império, 1889. Analisamos o que estava na letra dos decretos e notamos que ambas as reformas buscavam forjar um modelo de escola moderna e racionalizada. A reforma de 1854 pretendia criar um aparelho administrativo-policia para obter a eficiência e eficácia da escola, enquanto a reforma de 1879 procurava através da defesa da liberdade de ensino, gerando um processo de competição e livre concorrência, alcançar uma qualidade progressiva da instituição escolar.

Ambas as reformas educacionais buscavam solucionar os problemas sociais do seu tempo. Ao articular a análise dos decretos, documentos manuscritos, relatórios oficiais e impressos, pudemos investigar melhor os indícios acerca do cenário de escolarização da Freguesia da Candelária. Percebemos as ações do governo imperial na escolarização, promovendo a criação e o funcionamento de duas escolas públicas, uma para o público

masculino e uma para o público feminino. Sobre isso, apuramos a irregularidade no funcionamento de ambas as instituições (a escola de meninos fechou em 1880 pelo decreto nº7792) e as constantes alterações de endereços (nenhuma das duas escolas funcionou em prédio próprio, mas em casas alugadas pelo Estado e, por conta dos valores, as instituições mudavam sua localização).

No que se refere ao quadro de docentes do ensino público, notamos a presença e atuação de oito professores ao longo dessas décadas, alguns permanecendo por longo período lecionando. A professora Guilhermina Azambuja Neves ficou sete anos (1873, 1874, 1875, 1876, 1877, 1879 e 1881), a professora Catharina Lopes Coruja ficou por nove anos (1856, 1857, 1858, 1860, 1862, 1869, 1870, 1871 e 1872) e o professor Antônio José Marques por quatro anos (1871, 1872, 1873 e 1874). Ao mesmo tempo, vimos que esses docentes tinham uma atuação diversificada na Corte através da publicação de manuais/livros para uso nas escolas primárias, defendendo suas convicções na imprensa pedagógica, atuavam nas escolas particulares e na Escola Normal, também como membros de comissões avaliativas e proponentes de planos de melhoramentos na instrução, outros foram presentes nas discussões promovidas pelas Conferências Pedagógicas.

A respeito dos outros sujeitos envolvidos naquele *processo de escolarização*, os alunos, nós também identificamos alguns vestígios acerca de suas trajetórias que nos dão a ver formas de envolvimento no campo da Educação para além da formação do ensino primário. Os alunos Carlos Augusto Moreira da Silva, Idalina Vieira Lima e Glyceria Bibiana de Gouvêa concluíram o ensino primário e, posteriormente, mantiveram seus vínculos com as escolas públicas para obterem a formação para o magistério, no modelo de formação pela prática como adjuntos.

A categoria de professores adjuntos foi regulamentada pela Reforma Couto Ferraz em 1854, considerada de baixo custo e destinada de forma especial aos alunos maiores de 12 anos, provenientes das escolas públicas e que obtivessem êxito nos exames finais. Era uma experiência remunerada e classificada em 3 níveis, após concluí-los e conquistar a aprovação em novo exame os adjuntos recebiam o título de professores públicos primários. Este sistema de formação pela prática reafirmava práticas tradicionais do ofício docente, conservando muitas vezes o monopólio de saberes daquele ofício dentro de um grupo específico e/ou familiar.

Percebemos como a iniciativa privada se colocava neste cenário atendendo a população, mas também sua irregularidade no atendimento ao longo das décadas de 1850 a 1880 na Freguesia da Candelária. Havia colégios particulares que funcionaram por pouco

tempo, como por exemplo, o Colégio Particular de Meninas da Candelária. Segundo o Jornal do Comércio (1848) esta instituição atendia meninas externas e internas, ensinava a ler, escrever, contar (além de gramática nacional e francesa, doutrina cristã, desenho, música, dança, costura, bordado e tapeçaria) e atendia inclusive meninas escravas “para todos os ensinamentos, sendo estas internas”.

Percebemos também que a iniciativa privada mantinha na região poucas escolas, colégios (comparada a freguesias adjacentes como Santana, São José e Santa Rita) e algumas aulas relacionadas às necessidades comerciais dos habitantes. O maior índice de estabelecimentos particulares, considerando os que ofereciam instrução primária e secundária, na Freguesia da Candelária ocorreu em 1873, com sete colégios.

No ano de 1872 uma circular informava que no ano anterior (1871) existia na freguesia a Escola masculina dirigida por Jeronymo José de Oliveira Cunha que atendia oito meninos, um Colégio sob a direção de Antônio Pedro Martins Guerra onde frequentavam 35 meninos e o Colégio primário e secundário de Emilia Cabral onde estudavam 21 meninas. Aulas Avulsas de caligrafia e escrituração mercantil ocorriam em 1873 a cargo dos professores particulares R. L da Cunha Menezes e Antônio Teixeira Pinto da Silva sendo frequentadas por 110 alunos com idades entre 14 e 21 anos e empregados do comércio.

Ao lado dos estabelecimentos de ensino privado mantidos por particulares, encontramos alguns indícios sobre a prática de subvenção na Freguesia da Candelária no ano de 1878, quando o professor Luiz Thomas de Oliveira recebia do governo 32\$500 e a professora Catharina Lopes Coruja 30\$500 para ensinarem em suas instituições particulares meninos e meninas pobres. E em 11 de fevereiro de 1880, o delegado de instrução da Freguesia da Candelária declarava: “no meu distrito, todo comercial, não há escolas ou colégios particulares.” (p.126)²⁴¹, ou seja, no término do período monárquico não existiam instituições de ensino mantidas por particulares na Freguesia da Candelária.

Neste cenário, buscamos compreender de maneira específica a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, visto que a instituição religiosa tinha, desde o tempo colonial, importante atuação no local. Analisamos as suas ações em prol da escolarização da capital do Império através da proposta de criação de um asilo para atendimento de crianças desvalidas. Sobre a construção do Asylo percebemos que o propósito da Irmandade de educar as crianças pobres para o trabalho foi bem recebido por muitas pessoas. Diversas foram as listas de subscrições assinadas até pelo próprio Imperador, campanhas feitas na imprensa

²⁴¹ AGCRJ-Código 12.4.21, p.126

acionando diversos artifícios de convencimento, doações de bilhetes de loterias e quantias em dinheiro, materiais para as oficinas do asilo, livros para o uso dos alunos, objetos para o cotidiano da instituição como talhares e copos etc.

Ao lado da arrecadação de fundos ocorreu a compra de um palacete na Freguesia de São Cristóvão. Depois de inúmeras intervenções através de reformas, discussões da Mesa Administrativa, adiamento da inauguração, o palacete foi vendido ao governo imperial que ali instalou o internato do Imperial Colégio de Pedro II. A verba adquirida com a venda do edifício, junto de outras doações e, sobretudo, do valor destinado a Irmandade da Candelária pelo testamento do membro da associação, o comerciante português Antônio Gonçalves de Araújo, tornaram possível a criação do asilo em 1900²⁴². Foi possível notar também que, apesar do projeto do asilo estar destinado ao atendimento de meninos e meninas pobres, a entidade anunciava nos Regulamentos da instituição que a prioridade do referido atendimento seria para os seus próprios membros.

Atrelada à história deste asilo estava a administração temporária de um recolhimento para meninas órfãs. O Recolhimento Santa Rita de Cássia (às vezes nomeado pela imprensa como Asilo Santa Rita de Cássia) foi fundado em 1892 na Freguesia do Engenho Velho e denunciado em 1896 por seu administrador usar as verbas arrecadas pela caridade para benefício próprio, enquanto 70 meninas viviam em péssimas condições, além de 16 órfãs terem sido “desvirginadas”. Em 28 de dezembro de 1896 o recolhimento é entregue a Irmandade da Candelária (que passa a receber ajuda financeira do governo e doações de campanhas na imprensa para manter a instituição), no ano seguinte é renomeado para Recolhimento Nossa Senhora da Piedade e transferido para a Rua Desembargador Isidro nº 18. No ano de 1901 o Recolhimento transforma-se em um anexo ao Asilo criado pela Irmandade e tem seu funcionamento encerrado em 1916.

Consideramos que não foi criado na Freguesia da Candelária em razão da geografia da freguesia urbana com ruas estreitas e pouca extensão territorial, acrescida pela movimentação comercial e barulho, fatores que tornavam o ambiente impróprio para a instalação de escolas e impossibilitava a construção de um “palacete de ensino”. Da mesma forma, consideramos o fato de a Irmandade também já possuir o Hospital dos Lázarus, na mesma região de São Cristóvão, onde o asilo foi instalado naquela freguesia, como um facilitador da administração e além, disso, o desejo no testamento de Gonçalves de Araújo de que a instituição servisse a toda a capital. Logo, necessitava de uma localização de melhor acesso e circulação.

²⁴² Atualmente o Educandário Gonçalves de Araújo funciona no bairro de São Cristóvão, em regime de educação integral e gratuita e ainda é mantido e administrado pela Irmandade da Candelária.

Inobstante, a análise da proposta de criação desta instituição constituiu-se objeto de análise do terceiro capítulo.

Entendemos que compreender a Irmandade da Candelária e as suas ações é apreender parcela, muitas vezes esquecida, das inúmeras atividades da Igreja Católica durante o Império e seu papel no *processo de escolarização*. Investigar a associação religiosa contribuiu para compreensão das próprias características da Freguesia da Candelária.

Como se constituiu o processo de escolarização na Freguesia da Candelária entre nas décadas de 1870 e 1880? Durante o desenvolvimento do trabalho esta indagação se desdobrou em muitas outras. Podemos dizer que os processos de escolarização da Freguesia Urbana da Candelária constituíram-se entre as badaladas do sino da Igreja de Nossa Senhora da Candelária e os sons das transações comerciais que ditavam a ordem daquela região. A Freguesia da Candelária apresentou um *processo de escolarização* atravessado pela sua pouca extensão territorial, baixa densidade populacional, as consequências das características de uma área comercial e das intervenções modernizantes e progressistas das décadas finais do Império.

Nas décadas finais do Império, a Freguesia da Candelária, diferente das demais freguesias urbanas, apresentou quase sempre um *processo de escolarização* diminuto em termos estatísticos, tendo poucas escolas públicas (apenas uma para cada sexo e após 1880 apenas a escola feminina) e pequeno número de estabelecimentos privados (possuindo no ano de 1870 3 estabelecimentos, e no ano de 1880 nenhuma instituição). Em 1871, segundo os Relatórios do Ministro de Negócios do Império, a Candelária apresentava um total de 310 matrículas no ensino primário considerando as instituições públicas e privadas, ficando atrás da Freguesia do Engenho Velho com o total de 369 matrículas, sendo o primeiro lugar ocupado pela populosa Freguesia de Santana com 1.838 matrículas. Em relação a categoria gênero, a Candelária possuía menor taxa de matrículas de meninos nas escolas públicas sendo, em 1877, 24 alunos matriculados e 64 meninas. Se analisarmos os dados separadamente, em termos de oferta pública e privada do ensino, observamos que a demanda educativa era atendida em sua maioria pelas escolas públicas, por exemplo, em 1871 possuímos 237 matrículas nas escolas públicas e 73 nas instituições privadas.

De acordo com dados dos Relatórios do Presidente da Província, no ano de 1883, por exemplo, a Freguesia da Gávea só possuía duas escolas públicas, uma de meninos e uma de meninas, enquanto outras localidades possuíam até oito (São Cristóvão e Engenho Velho). Porém, a Candelária também tinha um dos menores índices de densidade populacional e de demanda por escolarização (considerando idade obrigatória a partir dos sete anos e a

frequência permitida até aos 14 anos). Estava próxima de suas taxas populacionais a Freguesia de São Cristóvão. Já o Engenho Velho, cujo atendimento escolar se aproximava da Candelária em termos de matrículas, tinha uma densidade populacional muito superior à dela e, da mesma forma, números relativos à população escolarizável também.

Considerando também que as informações são contraditórias no período apresentando, pois para a mesma região dados diferentes são encontrados em registros diversos, quando se afirma o caráter diminuto dos números da Freguesia da Candelária (população, oferta, demanda, instituições, matrículas) não se está afirmando sua incompetência na gestão do ensino, pois toda equação aqui empreendida precisou ser contextualizada, balizada, estranhada, comparada, relativizada.

A pesquisa desenvolvida explorou uma região da cidade pouco mencionada nos estudos históricos e apresentou as ações educacionais ali propostas e desenvolvidas. O caminho percorrido deixa inúmeras possibilidades de continuidade como, por exemplo, saber sobre o ensino secundário da região, conhecer os atores envolvidos no processo escolar, as experiências desenvolvidas no interior das escolas, explorar especificamente Irmandade da Candelária e suas ações, sobretudo, no campo educacional. Inquietações! Inquietações que movem!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício Almeida de. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. volume 2, Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio Editorial Ltda & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ABREU, Mauricio de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- ALONSO, Angela. *Apropriação de ideias no Segundo Reinado*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial VIII-1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- AMARAL, Rodrigo de Aguiar. *Nos limites da escravidão urbana: a vida dos pequenos senhores de escravos nas urbes do Rio de Janeiro-(c.1800-c. 1860)*. 2006 136 f. Dissertação (Mestrado em história social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- AMORIM, Rodrigo do Nascimento. *Práticas sociais e religiosas em Cachoeira entre os anos de 1840-1883: um estudo sobre a Irmandade do Bom Jesus da Paciência*. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- ASPERTI, Clara Miguel. *A vida Carioca nos jornais: Gazeta de Notícias e a defesa da crônica*. Contemporânea on-line, Rio de Janeiro, n.7, 2006.
- AURNHEIMER FILHO, Sérgio Paulo. *O Crepúsculo da política educacional imperial*. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 20, p. 231-236, 2009.
- BALDAN, Merilin. *Resenha de: BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos. Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.23, p. 209-211, set. 2006.
- BARBOSA-LIMA, Maria da Conceição et.al. *Ensinar, formar, educar e instruir: a linguagem da crise escolar*. Ciência e Educação, v. 12, n. 2, p. 235-245, 2006.
- BARBOSA, Rosemarry da Silva Gomes. *De asilo para a infância desvalida às escolas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária: o papel social da igreja na história da educação carioca*. 2016, 34f. Monografia-Faculdade de Belford Roxo, Rio de Janeiro, 2016.
- BARBOSA, Rosemarry da Silva Gomes; ALMEIDA, Cíntia Borges; LIMEIRA, Aline de Moraes. *Beneficência e instrução: ações católicas na história da educação na capital do império (1880-1930)*. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 22, p. 1-20, 2020.
- BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos. *Pro Patria Laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Editora EDUSF: Bragança Paulista/SP, 2002.
- BASTOS, Maria Helena Camara. *Conferências populares da Freguesia da Glória (1873-1890)*. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2, 2002, Natal. Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação: UFRN, 2002, p.1-19.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Reminiscências de um tempo escolar. Memórias do professor Coruja*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 25, n. 11, p. 157-189, jan./abr. 2006.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *O Kindergarten ou Jardim de Infância por Maria Guilhermina Loureiro de Andrade (1888)*. Revista História da Educação. v.12, n.24, jan/abr, 2008, p.259-268.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Educação *Infantil e ensino intuitivo: a contribuição de Marie Pape-Carpantier (1815-1878)*. Conjectura, v. 15, n. 3, set./dez., p.14-46, 2010.

BASTOS, Tarcísio Pereira. *“Aqui renasce a esperança”:* o tombamento do Hospital Frei Antonio (1976-1985). 2018. 164f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde). Programa de pós-graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz -Fiocruz, Rio de Janeiro, 2018.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: A inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)*. 2008. 288f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BORGES, Angélica; LEMOS, Daniel. *Os legítimos representantes da classe: Os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX*. In: Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores: Associativismo e sindicalismo docente no Brasil, 2009, Rio de Janeiro. Anais Seminário para discussão de pesquisas e constituição de rede de pesquisadores: Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

BORGES, Angélica. *A urdidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relações e agências*. 2014. 415f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BORGES, Angélica; VIDAL Diana Gonçalves. *Racionalização da oferta e estratégias de distinção social: relações entre escola, distribuição espacial e família no Oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. Revista brasileira de história da educação, Maringá, v. 16, n. 2 (41), p. 175-201, abril/junho 2016.

BOSI, Alfredo. *Cultura*. In: CARVALHO, José Murilo de.(Org.), volume 2. A Construção Nacional 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.224-279.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAMARA, Sônia. *Sob a Guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro na década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2010.

CAMPOS, José Carlos Peixoto de. *Políticas de Educação Pública na Cidade do Rio de Janeiro (1870-1930): relações entre o público e o privado na construção da rede de escolas públicas*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. *A construção da escola pública no Rio de Janeiro imperial*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, n° 5, jan./jun., p.195-211, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. (Org.), volume 2. *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Itatiaia, 1988.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. 2007.174f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA e CUNHA, Beatriz Rietmann da. *Experiências de professores primários na Corte Imperial: a trajetória de Antonio estevão da Costa e Cunha*. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. V Congresso Brasileiro de História da Educação-SBHE. Aracaju: UFS/UNIT, 2008. v. Único. p. 127-127.

COSTA, Walmira. *Compromissos de irmandades mineiras: técnicas, materiais e artífices (c-1708-1815)*. 2016. 338f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CHARTIER, Roger. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CNBB (tradução). *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Paulinas Editora, 2000.

DÓRIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1997.

DUNLOP, Charles Juliuss. *Álbum do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Editor Rio Antigo, 1965.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis: 1763-1808*. Brasília:Senado Federal, Conselho Editorial,2000.

ERMAKOFF, George. *Rio de Janeiro 1840-1900: uma crônica fotográfica*-Tradução: Carlos Luís Brown Scavarda. Rio de Janeiro: G Emakoff Casa Editorial, 2006.

FARIA FILHO, Luciano. Mendes. *Instrução elementar no século XIX*. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135-150.

FARIA FILHO, L. M. *Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história da educação*. In: XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria Chagas; MENDONÇA, Ana Walesca; CUNHA, Jorge Luiz da. *Escola, cultura e saberes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 29-37.

FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em história social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. 5 volumes. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2011.

FERRAZ, Ribeiro Paula. *O gabinete da conciliação: algumas considerações*. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO, 2010, Rio de Janeiro-UNIRIO.

FERREIRA, Higor Figueira. *A construção do currículo em uma experiência escolar para meninos pretos e pardos na Corte em meados do século XIX*. 2014.64 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, João da Costa. *A cidade do Rio de Janeiro e o seu Termo: ensaio urbanológico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

FERREIRA, Maria Isadora Caldas; SOARES, Flávia dos Santos. *O lugar da mulher na produção de material escolar: análise de impressões jornalísticas do século XIX sobre livros didáticos de Guilhermina de Azambuja Neves*. In: 2º Encontro Nacional História e Parcerias, 2, 2019, Rio de Janeiro. Anais do 2º Encontro Nacional História e Parcerias, Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2019.

FILHO, Adolfo Morales de Los Rios. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Universidade Editora, 2000.

FILHO, Luciano Mendes de Faria; BICCAS, Maurilane de Souza. *Educação e modernidade: a estatística como estratégia de conformação do campo pedagógico brasileiro (1850-1930)*. Educação e Filosofia, Uberlândia, v.14, nº 27/28, p.175-201, 2000.

FONSECA, Amanda de Jesus. *O congresso da instrução e a organização do jardim de infância no Brasil (1883)*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

GADDIS, Jonh Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GARCIA Inára; SILY, Paulo. *Um lugar próprio para escola pública elementar: debate sobre prédios escolares (Brasil, Portugal, Estados Unidos, século XIX)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8, 2015, Maringá-PR, Universidade Estadual de Maringá, 2015.

GIL, Natália de Lacerda. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico das estatísticas oficiais da escola brasileira*. 2007.409f. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Natália de Lacerda. *A produção dos números escolares (1871-1931): contribuições para uma abordagem crítica das fontes estatísticas em História da Educação*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 341-358-2009.

GOMES, Laurentino. *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. *A Instrução Reformada: Ações de Couto Ferraz nas Províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848-1854)*. III Congresso da SBHE. Curitiba, 2004

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves. *“Soldados da instrução” e a emergência da imprensa pedagógica na capital do Brasil (1877-1878)*. Revista Mexicana de História de la Educación, v.3, n.5, 2015, p.97-117.

GONDRA, José Gonçalves. *A emergência da escola*. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

GONDRA, José. Gonçalves. *Imprensa pedagógica e profissionalização do magistério: o caso do The American Journal of Education (1855-1881)*. Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 22, n. 1, p. 15-37, 14 abr. 2020.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial Vol. III-1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA CANDELÁRIA. *Livro Comemorativo Igreja de Nossa Senhora da Candelária 200 anos (1811-2011)*. Rio de Janeiro: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, 2011.

ISHAQ, Vivien F. *Compromisso das almas: Irmandades leigas na cidade do rio de janeiro no século XVIII*. 1996. Dissertação de Mestrado. Dep.de História. PUC. Rio de Janeiro, 1996.

LAGES, Rita Cristina Lima. *Projetos educacionais para Minas Gerais no século XIX: nações estrangeiras na vitrine*. Revista Brasileira de História da Educação. Maringá, v.20, p.2-25, 2020.

LEMOS, Daniel. *O discurso da ordem: a constituição do campo docente na Corte Imperial*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LIMA, Juan de. *O pensamento liberal e conservador no Brasil: dinâmicas e repercussões*. Revista Sem Aspas, 3(1), 109–117.2015.

LIMEIRA, Aline de Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Ensino particular e controle estatal: a reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte Imperial* Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.48-64, dez.2008.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas*. 2010. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *Saber escolar em perspectiva histórica. O ensino religioso: debates de ontem e hoje na História da Educação*. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.8, n.21, p. 41-66, janeiro-abril 2013.

LIMEIRA, Aline de Moraes; GONDRA, José Gonçalves. *Nas escolas da capital brasileira: matrículas nas freguesias urbanas e rurais (1870)*. In: LIMA, Alexandra, LIMEIRA, Aline, LEONARDI, Paula. Um mar de escolas: instituições e pesquisas na História da Educação. Rio de Janeiro, Editora Appris, 2021 (no prelo).

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer, et al. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930-resultados preliminares*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.25, n.4, p235-265, 1971.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Rio de Janeiro: IBEMC, 1978.

LOPES, Janaina Christina Perrayon. *Casamentos de escravos nas Freguesias da Candelária, São Francisco Xavier e Jacarepaguá: uma contribuição aos padrões de sociabilidade matrimonial no Rio de Janeiro (c.1800-c.1850)*. 2006 106 f. Dissertação (Mestrado em história social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LOPES, Kátia Geni Cordeiro. *“Dai-lhes mestres, dai-lhes oficinas”: O acesso de negros livres, libertos e “sujeitos de pés descalços” à cultura letrada no Rio de Janeiro oitocentista*. 290 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

LUZ, Itacir Marques da. *Irmandade e educabilidade: um olhar sobre os arranjos associativos negros em Pernambuco na primeira metade do século XIX*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.32, n.3, p.119-142.2016.

MACHADO, Arnaldo. *Candelária: As pinturas murais*. Rio de Janeiro: ISSSC, 1984. Não publicado para comercialização.

MACHADO, Arnaldo. *Candelária: aspectos históricos, arquitetônicos e artísticos*. Rio de Janeiro: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, 2017.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Papéis velhos e outras histórias*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1995.

MACHADO, Sandra Maria Caldeira; BICCAS, Maurilane de Souza; FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Estatísticas educacionais e processo de escolarização no Brasil: implicações*. Cadernos de História da Educação, Uberlândia, v.12, n.2, p.639-658, 2013.

MARC CORD, Marcelo. *O Rosário de D. Antônio. Irmandades Negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Pernambuco: Editora da UFPE, 2005.

MARTINEZ, Alessandra Frota de. *Educar e instruir: A instrução pública na Corte Imperial (1870-1889)*. 1997. Dissertação (Mestrado em educação)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MARTINS, Ricardo Vieira; FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. *A Invasão Francesa ao Rio de Janeiro em 1711 sob a análise da Cartografia Histórica*. In: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 1, 2011. Paraty. Anais: I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, UFMG, 2011, p.1-16.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hcitech, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*, 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Notas para a história da educação: considerações acerca do decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.34, p.294-305, jun., 2009.

MONÇÃO, Vinícius. *Uma história ainda não contada. O processo de criação do jardim de infância Campos Salles: das discursões à efetivação (Rio de Janeiro, 1875-1914)*. In: VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação, 2015, Rio de Janeiro.

MOTTA, Marly. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NASCIMENTO, Fatima Aparecida do. *“Portas de todas as inteligências e carreiras”: Instrução, Trabalho e Ciência no Ministério de João Alfredo Corrêa de Oliveira (1870-1875)*. 2016. 307f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *Bibliotecas Escolares nas Escolas Normais no Brasil: Constituição do Lugar e dos Sujeitos*. Educação em Foco, ano 19-n. 29, 2016, p. 235-251.

NEVES, Luís Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1978.

NEVES, Margarida. *Uma capital em trompe l'oeil—O Rio de Janeiro, cidade-capital da velha república*. In: Magaldi, Ana; ALVES, Claudia; GONDRA, José. Educação no Brasil: história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSFF, 2003a.

NEVES, Fátima Maria. *O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)*. 2003, 293f. Tese (Doutorado em História)-UNESP, Assis, 2003b.

NEVES, Margarida de Souza. *Uma cidade entre dois mundos-o Rio de Janeiro no final do século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial VIII-1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.119-153, 2009.

NOGUEIRA, Maria Aparecida de França. *A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária no Rio de Janeiro Colonial*. 2016. 46. f. Monografia (Curso de pós-graduação lato sensu em história moderna), Universidade Federal Fluminense, Niterói 2006.

OLIVEIRA, Anderson José M. de. *Devoção e Caridade: Irmandades Religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 1995.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. *Fé e distinção: um estudo da dinâmica interna e do perfil de irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto (século XVIII)*. 2016. 300 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira. *Entre o trono e o altar: sujeitos, instituições e saberes escolares na capital do império brasileiro (1860 a 1880)*. (Tese de Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira; NASCIMENTO, Fátima Aparecida do. “*Actos que a decência manda calar*”: aspectos da relação entre escola, magistério e sexualidade no século XIX. Pro-posições, V. 27, N. 3 (81) ,p.179-200,set/dez. 2016.

PAULA, João Antônio de. *O processo econômico*. In: CARVALHO, José Murilo de. (Org), volume 2. *A Construção Nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.179-223.

PEREIRA, Auricléa Barros. *A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Cidade de Fortaleza, antiga Irmandade dos Homens Pretos, e suas ressignificações atuais*. 2015.73 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

PETRY, Marília Gabriela; SILVA, Vera Lucia Gaspar. *Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20)*. Hist. Educ. [Online], Porto Alegre v. 17 n. 41 Set./dez, p.79-101, 2013.

PINHEIRO, Francisco Baptista Marques. *Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de Nossa Senhora da Candelaria e suas Repartições, Coro, Caridade e Hospital dos Lazaros. Volume I e II*. Rio de Janeiro: Typog. do Jornal do Commercio Rodrigues ec, 1930.

PINTO, Inára de Almeida Garcia. *Certames de atletas vigorosos (as): uma análise dos processos de seleção de professores (as) no século XIX (1855-1863)*. 2005. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PINTO, Inára; SANTOS, Aline Machado de. *Modernidade educativa, circulação e apropriação de materiais pedagógicos na Capital do Brasil*. In: X Congresso Luso Brasileiro de História da Educação, Curitiba, 2014.

PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. *Irmandade do Senhor do Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista*. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de ciências humanas, letras e artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autentica, 2012.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina; TERRA, Paulo Cruz. *Aulas do Comércio: mundo da educação versus mundo do trabalho livre e pobre na cidade do Rio de Janeiro*. In: VENANCIO, Giselle; SECRETO, María; RIBEIRO, Gladys (Orgs.). Cartografias da Cidade (in) visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial. Rio de Janeiro: Mauad X Faperj, 2017.

RODRIGUES, Rafael Pinto. *A educação literária no Colégio de Pedro Segundo (1838-1854)*. 2010, 115f. Dissertação (História). Programa de Pós-graduação em história, Universidade Rural do Rio de Janeiro, 2010.

SÁ, Carolina Mafra de; ROSA, Walquíria Miranda. *A história de feminização do magistério no Brasil: Uma revisão bibliográfica*. In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba, 2004.

SANTOS, Aline Machado dos. *Circulação de Saberes Pedagógicos: Brasil e Estados Unidos na Segunda Metade do Século XIX*, 2016, 182.f. Monografia-Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Ana Carolina Rozendo Ferreira dos. *“Percorrendo escolas, examinando o bom e o mau resultado”: a inspeção escolar na Corte Imperial (1863 a 1872)*. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017a.

SANTOS, Felipe Lameu dos. *As propostas de educação física nas Conferências Populares da Glória no ano de 1878*. Conexões: Educ. Fís., Esporte e Saúde, Campinas: SP, v. 15, n 4, p. 410-418, out./dez. 2017.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo: vistas por Noronha Santos*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Padrão livraria e Editora, 1981.

SENRA, Nelson. *Uma breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

SILVA, Adriana. *A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v.2, n.4, p.146-166, 2002.

SILVA, José Cláudio Sooma; MORGADO, Manoela do Nascimento; SOUZA, Zelma Candido de. *Notas para pensar a educação primária e a zona rural da cidade do Rio de Janeiro nos anos 1920*. Revista de Educação Pública, v. 25, p. 799-816, 2016.

SILVEIRA, Luciana de Almeida. *As “Escolas do Imperador” Entre tradição e modernidade: o caráter disciplinador e inovador das culturas escolares e urbanas na segunda metade do século XIX*. In: IX Congresso Brasileiro de História da Educação: história da educação global, nacional e regional, João Pessoa-Universidade Estadual da Paraíba, 2017, p.1317-1334.

SILY, Paulo Rogério Marques. *Casa de ciência, casa de educação: Ações educativas do Museu Nacional (1818-1935)*. 2012. 399 f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILY, Paulo; FONSECA, Amanda. *Co-educação dos sexos em debate no Brasil na segunda metade do século XIX*. In: VIII Congresso Brasileiro de História da Educação-Matrizes interpretativas e internacionalização. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015.

SISSON, Raquel. *Escolas Públicas do Primeiro Grau: inventário, tipologia e história: Rio de Janeiro, 1870-1945*. Rio de Janeiro: Revista de Arquitetura, FAU/UFRJ, volume VIII, 1990.

SILVA, Siéllysson Francisco da. *Irmandades: separações étnicas do catolicismo durante o século XIX*. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Pós-Graduação em Ciências das Religiões, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SIQUEIRA, Mariana Nastari. *Entre o signo da mudança e a força da tradição: o conflito entre a Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano dos sapateiros e a Câmara, Rio de Janeiro, c. 1764-c. 1821*. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em História)-Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2011.

SOUZA, Jose Victorino de. *A Igreja da Candelária desde a sua fundação*. Editora Debret, 1998.

SOUZA, Márcia Rita Silva. *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição Imaculada dos Pardos: experiência associativa na Vila de Inhambupe-Bahia (1850-1889)*. 2017.179 f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local). Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2017.

SOUZA, Maria Zelia Maia de. *Educar, Civilizar, Trabalhar no Asilo de Meninos Desvalidos (1875-1894): caminhos possíveis*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVII*. São Paulo: Nacional, 1976.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Crianças na passagem do Império para a República*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.19, n.37, 1999.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro: representações, práticas e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias*. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Entre escolas domésticas e palácios: culturas escolares e processos de institucionalização da instrução primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890)*. Revista Educação em Questão, Rio Grande do Norte, v. 23, n. 9, p. 160-184, maio/ago, 2005.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de; TEIXEIRA Giselle Baptista. *Civilizar a infância: moral em lições no livro escolar de Guilhermina de Azambuja Neves (Corte imperial, 1883)*. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 17, n. 35, p. 563-577, set.-dez. 2008.

SCHUELER, Alessandra; TEIXEIRA, Gisele. *Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção e circulação e adoção de textos escolares de professores*. Revista Brasileira de História da Educação, v.9, n.20, 137-164, 2009.

SHUELER, Alessandra; TEIXEIRA, Gisele. *Educar os pobres e os negros: representações, práticas e propostas de educação na imprensa periódica na cidade do Rio de Janeiro (1870-1889)*. Revista Eletrônica Documento/Monumento, v.15, n, 1, p.87-106, 2015.

SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma; MARQUES, Jacinato. *Felismina e Libertina vão à escola: notas sobre a escolarização nas Freguesias de Santa Rita e Santana (Rio de Janeiro, 1888-1906)*. Revista História da Educação, Pelotas, v.19, n.46, p.145-165, 2015.

SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma. *Ler, escrever e contar: cartografias da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista*. In: VENANCIO, Giselle; SECRETO, María; RIBEIRO, Gladys (Orgs.). Cartografias da Cidade (in) visível: setores populares, cultura escrita, educação e leitura no Rio de Janeiro imperial. Rio de Janeiro: Mauad X Faperj, p.105-125, 2017a.

SCHUELER, Alessandra; RIZZINI, Irma. *Trabalho e escolarização urbano: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893)*. Revista Brasileira de História da Educação, Maringá, v.17, n.1, p.89-115, 2017b.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; RIZZINI, Irma. *Entre becos, morros e trilhos: expansão da escola primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1906)*. Cadernos de História da Educação, v.18, n.1, p. 160-175, jan.-abr. 2019.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo. Companhia Das Letras, 2018.

TEIXEIRA. *Caminhos do saber escolarizado: produção, controle e circulação de livros nas escolas primárias da Corte Imperial*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ. Monografia, 2005.

TEIXEIRA, Gisele. *O Grande Mestre da Escola: Os livros de leitura para a Escola Primária da Capital do Império Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. UERJ: Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Gisele. *A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870-1919)*. 2016. 250f. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

UEKANE, Marina. *Educar no método de educar: um estudo acerca da formação de professores na Corte Imperial (1854-1888)*. Rio de Janeiro: UERJ, Monografia, 2005.

VÁLIO, Benetti Marques. *Biblioteca escolar: uma versão histórica*. Trans-in-formação, 2(1), p.15-24, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. *O berço da micro-história. Os protagonistas anônimos as história*. In: Os protagonistas anônimos da história: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p.53-67.

VIDAL, Diana Gonçalves. *A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos*. In: CURY, Claudia Engler; SERIJA, Mariano Cordeiro (orgs.). *Múltiplas Visões: cultura histórica no oitocentos*, João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009, p.39-58.

WARDE, Mirian Jorge. *Periodismo educacional: Estados Unidos, do século 19 às primeiras décadas do século 20*. História da Educação, Santa Maria, v. 20, n. 48, p. 95-120, abr. 2016.

ZOTTI, Solange Aparecida. *O ensino secundário no império brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio de Pedro II*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 29-44, jun. 2005.

APÊNDICE A – Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 68.3.9*.(Limites de Freguesia da Candelária-1833-1853)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 68.3.32* (Limites das freguesias da Glória, São Cristóvão, Sacramento, Candelária, Santana, Santo Antônio, Santa Rita, Jacarepaguá, Guaratiba e Engenho Velho-1870.).

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 32.2.41* (Logradouros Públicos-Freguesia da Candelária e notas dos seus limites-Posterior a 1870)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 38.1.27* (Relatório das escolas municipais 1876)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 11.4.23* (Estatísticas, matrículas e frequência 1874-1897).

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 13.2.5* (Folhas de professores, despesas miúdas de professores, aluguéis de prédios para escolas 1857).

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 11.2.1*. (Mapas de frequência das escolas particulares, mapas de frequência das escolas públicas, vencimentos, folhas de pagamentos, consignações e aluguéis de prédios das escolas públicas, receita e despesa do Instituto de Surdo Mudos. 1861-1862).

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro *Código 11.4.3* (Minutas de ofícios-despesas com prédios escolares alugueis 1872 a 1889).

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 11.2.19* (Conselho superior de instrução, livros e material escolar, mapas de matrículas e frequência de alunos, prédios para escolas, contratos, aluguéis, etc, queixas e representações, cartas, contas, 1866).

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 12.4.19* (Ensino particular-1873-1875)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Código 12.4.15* (Ensino particular-1871-1872)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro *Código 12.3.34* (Ensino particular-1841-1873)

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro *Código 12.4.21* (Ensino particular 1876 a 1878, 1879 e 1880).

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro *Código 10.4.2* (Ensino público-escolas, provimento de lugares, mudança de escolas, matérias de ensino, queixas, reclamações, ofícios de professores e delegados da instrução pública-1832 a 1872).

Arquivo Nacional. Série educação. *Código 94 IE4-4* (Diversos ofícios)

Arquivo Nacional. *Código BR RJANRIO 22.0.0.3403*

Arquivo Nacional. *Código IE 4-25* (Série educação-ensino secundário)

ISSSC. *Almanaque Gonçalves de Araújo*. Rio de Janeiro: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, 1912.

ISSSC. *Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, 1756-1757*. Rio de Janeiro: Arquivo F. B. Marques Pinheiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Não publicado, 1756-1757.

ISSSC. *Livro de admissão dos irmãos 1844 a 1861*. Rio de Janeiro: Arquivo F. B. Marques Pinheiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Não publicado, 1844-1861.

ISSSC. *Relatório da Provedoria*. Rio de Janeiro: Typographia Brandão & Moreira Maximino, 1880.

ISSSC. *Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária 1881: para uso da Mesa Administrativa em suas sessões*. Rio de Janeiro: Typ e Lith de Olympio de Campos, 1904. Não publicado, 1881.

ISSSC. *Relatório da Provedoria*. Rio de Janeiro: A.J Gomes Brandão, 1881.

ISSSC. *Relatório da Provedoria*. Rio de Janeiro: A.J Gomes Brandão, 1882.

ISSSC. *Regulamento do Asylo da infância desvalida da Candelária*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1885.

ISSSC. *Regulamento do Asilo Gonçalves de Araujo*. Rio de Janeiro: Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, 1900.

ISSSC. *Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária*. Rio de Janeiro: Papelaria Mendes. Não publicado, 1923.

ISSSC. *Cronologia da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária e suas repartições*. Rio de Janeiro: Arquivo F.B. Marques Pinheiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Não publicado, 2008.

ISSSC. *Cronologia Educandário Gonçalves de Araújo*. Rio de Janeiro: Arquivo F.B. Marques Pinheiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária. Não publicado, 2010.

ISSSC. *Listagem das Décimas adicionais e urbanas: ISSSC e Repartições, corporações de mão morta*. Rio de Janeiro: Arquivo F.B. Marques Pinheiro. Não publicado, s/d.

ISSSC. *Álbum fotográfico*. Código 043C2889. Não publicado.

ISSSC. *Álbum fotográfico*. Código 115^a3871589. Não publicado.

Regimento Interno das Escolas públicas 1855. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1855 – Tomo XVIII.

Endereços eletrônicos

Ato Adicional 1834. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm Consultado em 28/05/2020.

A Escola: Revista brasileira de educação e ensino. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=351199&pesq=> . Consultado em 28/05/2020

Alfandega em 1856. Brasileira Iconográfica. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18034/alfandega>. Consultado em 28/05/2020

Almanak Laemmert 1870. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1659%2C-198%2C5588%2C3942>. Consultado em: 28/05/2020

Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Consultado em: 28/05/2020.

Blog Meninos na Varanda. Disponível em: <https://meninosnavaranda.blogspot.com/search?q=postal>. Consultado em: 28/05/2020.

Blog Severo Paulo. Disponível em: <https://severopaulo.wordpress.com/2009/02/22/educandario-goncalves-de-araujo-severino-paulo/>. Consultado em: 28/05/2020.

Centro de Referência da Educação Pública da Cidade da Cidade do Rio de Janeiro - Anísio Teixeira—CREP-Escolas do Imperador, 2004. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_imperador/escimp_fregsant2.htm. Consultado em: 28/05/2020.

Ensino Mútuo. Glossário HISTEDBR/Unicamp. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ensino_mutuo.htm. Consultado em: 28/05/2020

Igreja da Candelária em 1856. Brasileira Iconográfica. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18027/igreja-da-candelaria>. Consultado em: 28/05/2020.

Jornal do Commercio, ano XXIII, nº4, 4 de janeiro de 1848. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/364568_03/11876. Consultado em: 11/01/2021

Jornal do Commercio, ano 60, nº.1, 1 de agosto de 1881. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=. Consultado em: 28/05/2020

Jornal do Commercio, ano 62, nº122, 2 de maio de 1882. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_07&pasta=ano%20188&pesq=%22armazem%20rua%20da%20lapa%207%22. Consultado em 28/05/2020.

Jornal Diário de Notícias. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=369365&pesq=asylo+da+infancia+desvalida+da+candelaria&pagfis=8>. Consultado em outubro de 2020

Jornal Gazeta de Notícias, ano 1, nº1, 2 de agosto de 1875. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&pesq=feijão&pasta=ano%20187. Consultado em: 28/05/2020

Jornal Gazeta de Notícias, 1876, ano 2, nº 160. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01. Consultado em: 28/05/2020

Jornal do Commercio, ano 97, nº12, de 13 de janeiro de 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&PagFis=94&Pesq=aluguel. Consultado em: 28/05/2020.

Jornal O Paiz, ano VI, nº 1821, 2 de outubro de 1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_01&pesq=feijão&pasta=ano%20188. Consultado em: 28/05/2020.

Jornal O Apóstolo: Periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=343951&pesq=asylo+da+infancia+desvalida+da+candelaria&pagfis=7767>. Consultado em outubro e novembro de 2020

Lei Geral de Ensino 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Consultado em: 28/05/2020

Leôncio de Carvalho. Glossário HISTEDBR/Unicamp. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_carlos_leoncio_de_carvalho.htm. Consultado em: 28/05/2020.

Mapa Arquitetural da Cidade do Rio de Janeiro Parte Comercial de 1874. Disponível em: <http://200.159.250.2:10358/handle/acervo/10446>. Consultado em: 28/05/2020

Portal R7 notícia 18/05/2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/ato-na-igreja-da-candelaria-pede-renuncia-de-temer-e-diretas-ja-18052017>. Consultado em: 28/05/2020.

Praça do Comércio em 1860. Brasiliana Iconográfica. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18555/praca-do-comercio>. Consultado em: 28/05/2020

Relatórios do Ministro de Negócios do Império 1870-1889. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/100#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-557%2C-146%2C4121%2C2907>. Consultado de abril de 2018 a maio de 2020.

Reforma Couto Ferraz 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Consultado em: 28/05/2020

Reforma Leôncio de Carvalho 1879. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a_34.pdf. Consultado em: 28/05/2020

Site da **Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária**. Disponível em: <https://www.candelariario.org.br/historia-da-irmandade/>. Consultado em: 28/05/2020

Site Itaú Enciclopédia Cultural. **Painel A Sagração de Zeferino Costa**. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra65180/a-sagracao-da-igreja-painel-da-nave-principal>. Consultado em: 28/05/2020.

APÊNDICE B - Denominação das Ruas, Travessas, Becos e Praças da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária posterior ao ano de 1870 e anterior ao fim do Império.

Denominação das Ruas, Travessas, Becos e Praças da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária posterior ao ano de 1870 e anterior ao fim do Império.

Nome	Orientação		Numeração		Nome Antigo
	Início	Fim	Lado Direito	Lado Esquerdo	
RUAS					
Sete de Setembro	Praça de D. Pedro II junto a Capela Imperial	Rua dos Ourives (lado direito)	2 a 46	-	Rua do Cano
Do Ouvidor	Praça das Marinhas (lado esquerdo)	Rua dos Ourives (lado direito)	2 a 86	1 a 83	Rua de Aleixo Manoel=Padre Pedro Homem da Costa
Do Rosário	Praça das Marinhas (lado esquerdo)	Rua dos Ourives (lado direito)	2 a 96	1 a 89	Rua de Mathias de Freitas=André Dias=de Domingos Manoel
Do Hospício	Rua 1º de Março (lado esquerdo)	Rua dos Ourives (lado direito)	2 a 80	1 a 54	Rua do Padre Manoel Ribeiro=Detrás do Hospício
Alfândega	Rua 1º de Março (lado esquerdo)	Rua dos Ourives (lado direito)	2 a 94	1 a 73	Rua de Diego de Brito=Do Governador=d' Alfândega (até a Rua da Quitanda)=da Mãe dos homens (da Quitanda à da Uruguiana)
De General Câmara	Rua do Visconde de Itaboraá (lado esquerdo)	Rua dos Ourives (lado direito)	2 a 82	1 a 75	Rua do Sabão=do Bom Jesus
De São Pedro	Rua do Visconde de Itaboraá (lado esquerdo)	Rua dos Ourives (lado direito)	2 a 90	1 a 73	Rua de António Vaz Viçoso=do Carneiro
De Teófilo Otoni	Rua do Visconde de Itaboraá (lado esquerdo)	Rua dos Ourives (lado direito)	2 a 104	1 a 83	Ruas das Violas
Do Mercado	Praça de D. Pedro II (lado direito)	Travessia do Tinoco (lado esquerdo)	2 a 10	1 a 403	Rua da Praia do Peixe
De Visconde de Itaboraá	Travessia do Tinoco (lado esquerdo)	Visconde de Inhaúma (compreendendo o Cais dos Mineiros)	2	2 a 17	-
Primeiro de Março	Praça de D Pedro II (lado direito)	Visconde de Inhaúma (compreendendo o Cais dos Mineiros lado esquerdo)	2 a 94	1 a 103	Rua Direita
Do Carmo	Rua 7 de Setembro (lado direito)	Rua do Ouvidor (lado esquerdo)	28 a 42	31 a 65	Rua detrás do Carmo
Da Candelária	Rua do Hospício (lado direito)	Rua Visconde de Inhaúma (lado esquerdo)	2 a 38	1 a 41	-
Da Quitanda	Rua 7 de Setembro (lado direito)	Rua Visconde de Inhaúma (lado esquerdo)	34 a 120	33 a 141	Rua Matheos de Freitas=da Quitanda de Marisco=de Sucussará

Denominação das Ruas, Travessas, Becos e Praças da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária posterior ao ano de 1870 e anterior ao fim do Império.

Nome	Orientação		Numeração		Nome Antigo
	Início	Fim	Lado Direito	Lado Esquerdo	
TRAVESSAS					
Do Ouvidor	Rua 7 de Setembro (lado direito)	Rua do Ouvidor (lado esquerdo)	2 a 6	[rasgo no documento] a 37	Rua [ilegível] do Ouvidor
Do Comércio	Praça de D. Pedro II (lado direito)	Rua do Ouvidor (lado esquerdo)	2 a 22	[rasgo no documento] a 15	Tem no princípio da rua o antigo Arco de Telles
Do Tinoco	Rua do Mercado (lado esquerdo)	Rua Visconde de Itaboraá (lado esquerdo)	-	9 a 11	Beco dos Adelos
BECOS					
Dos Barbeiros	Rua 1º de Março (lado esquerdo)	Rua do Carmo (lado direito)	2 a 8	-	-
Das Cancelas	Rua do Ouvidor (lado direito)	Rua do Hospício (lado esquerdo)	2	2 a 7	-
Da Lapa (dos Mercadores)	Rua do Ouvidor (lado direito)	Rua do Rosário (lado esquerdo)	2 a 8	1 a 11	-
PRAÇAS					
De D. Pedro II	Praça das Marinhas (lado direito)	Rua 7 de Setembro, junto à Capela	2 a 12	-	Largo do Terreiro da Polé=Praça do Carmo=Terreiro do Paço=Largo do Paço
Das Marinhas	Rua do Rosário	Praça de D. Pedro II (lado direito)	2 a 4	1 -	Praia do Peixe

Fonte: AGCRJ, código 32.2.41. Quadro elaborado pela autora.